

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV

ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE EMPRESAS

EBAPE

CENTRO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E PESQUISA

**PROGRAMA DE ESTUDOS DE ADMINISTRAÇÃO BRASILEIRA - ABRAS
PÓS-DOCTORADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

OSWALDO MUNTEAL

AS REFORMAS DE BASE NA ERA JANGO

SUPERVISOR ACADÊMICO

PROFESSOR DR. PAULO EMÍLIO MATOS MARTINS

2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
I. O HERÓI-PRESIDENTE E AS REFORMAS DE BASE	7
II. JOÃO GOULART E A LUTA CONTRA A DEPENDÊNCIA NA AMÉRICA LATINA	30
III. O BRASIL DE JOÃO GOULART E OS INTELECTUAIS NACIONALISTAS	69
CONCLUSÃO: A MORTE DO HERÓI	99
FONTES DOCUMENTAIS	101
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	121
ANEXOS	129

À Maria Teresa Goulart

INTRODUÇÃO

“Optei pelo combate aos privilégios e pela iniciativa das reformas de base, por força das quais se realizará a substituição de estruturas e instituições inadequadas à tranqüila continuidade do nosso progresso e à instauração de uma convivência democrática plena e efetiva.”

“Reforma Universitária, Senhores Membros do Congresso Nacional: (...) sugiro seja estudada a conveniência de integrar no texto constitucional o seguinte: É assegurada ao professor de qualquer dos níveis de ensino plena liberdade docente no exercício do magistério.”

João Goulart. 15 de março de 1964. Mensagem ao Congresso Nacional.

Definir a Era Jango já se converte num desafio em si. Quando mencionamos as Reformas de Base a tensão se acelera. O heroísmo que envolve este personagem da vida pública brasileira muitas vezes nos cega, silencia e compromete a nossa consciência com a ditadura pela omissão.

João Goulart foi mais do que um mandatário da nação, converteu-se numa espécie de D. Sebastião, encarnando a figura mítica de um salvador da pátria desenvolvimentista. O Brasil havia caminhado para a modernização nos tempos de JK e no último Vargas, sem acenar com um maior grau de objetividade nas reformas de base.

A conquista do Estado pelos militares e pelas elites – econômicas e burocráticas – após 1964 sublinhou, de certa maneira, o caráter reformista de Jango. Talvez o ex-presidente não passasse para a história com tanto impacto mítico, sem a tentativa de destruição da sua imagem/símbolo. A sombra daqueles que projetaram no ex-presidente os seus ódios, e as suas expectativas ainda se fazem sentir contemporaneamente.

A historiografia brasileira tem se esquivado do enfrentamento mais direto acerca das influências intelectuais que Jango recebeu dos seus colaboradores, assim como as circunstâncias que cercaram a morte do ex-presidente. As reformas de base resultaram desta confluência, por um lado um governo que possuía uma agenda para o Estado e estabeleceu um programa para transformar o Brasil – a administração Goulart -, na outra margem do rio as forças conservadoras – empresários, militares golpistas e articuladores de “colarinho branco”, lembrando o conceito elaborado por Charles Wright Mills, que pretendiam modernizar o país desprezando as classes sociais desprotegidas. O golpe militar expressou também esta tensão.

O que fazer com um presidente marcado pela imprevisibilidade? Este pode ser considerado um déficit do sentido de planejamento e direção? Jango era um homem movido pelo movimento das sugestões? Afinal Jango pensava por ele mesmo? O governo tinha idéias próprias? Todas estas perguntas foram formuladas a partir de uma mundivisão liberal e organicista-hobessiana.

As nossas perguntas não são as mesmas da época de João Goulart, e partem da perplexidade com estas, problematizando-as usando como ferramenta ou instrumento o ponto nodal da contradição, as reformas de base. A orientação que confere sentido a este estudo refere-se à concepção do Estado como uma arena pública com os agentes sociais em constante luta pelo poder. O método é compreensivo na medida em que não pretende ser extensivo no plano de todas as latitudes que este objeto de pesquisa desvela. No que diz respeito ao trabalho das fontes documentais, procedemos a um levantamento, identificação, classificação e leitura de aproximadamente 10.000 peças documentais durante 12 meses.

Este trabalho propõe algumas trilhas para o conhecimento deste fenômeno político-administrativo de forte apelo popular e carismático da história contemporânea do Brasil.

I

O HERÓI-PRESIDENTE E AS REFORMAS DE BASE

“(...) seria louvável que um príncipe possuísse todas as boas qualidades (...), mas como isto não é possível, pois as condições humanas não o permitem, é necessário que tenha a prudência necessária para evitar o escândalo provocado pelos vícios que poderiam fazê-lo perder seus domínios, evitando os outros se for possível; se não o for, poderá praticá-los com menores escrúpulos. Contudo, não deverá preocupar-se com a prática notória daqueles vícios sem os quais é difícil salvar o Estado; isto porque, se se refletir bem, será fácil perceber que certas qualidades que parecem virtudes levam à ruína, e outras que parecem vícios trazem como resultado o aumento da segurança e do bem-estar.”

Maquiavel. O Príncipe. Capítulo XV. As razões pelas quais os homens, especialmente os Príncipes, são louvados ou criticados.

O presidente João Goulart apareceu com um programa propondo uma retomada das raízes do Brasil em três momentos cruciais da sua vida pública: primeiro no comício das reformas na Central do Brasil no dia 13 de março de 1964, em 15 de março de 1964 na introdução à mensagem presidencial de abertura da sessão legislativa daquele ano, e na entrevista que concedeu de forma epistolar, ao Jornal “Republika” de Zagreb, Iugoslávia, no exílio em Montevideo no dia 28 de junho de 1967.

Após o inflamado comício da Central do Brasil, com as participações ativas de João Goulart, Leonel Brizola, Miguel Arraes, Roberto Silveira, Francisco Julião, dentre outros destacados personagens da linha de frente trabalhista e socialista, um outro momento de reflexão do presidente Jango foi a mensagem do dia 15 de março de 1964 dirigida ao Congresso Nacional. Nela, João Goulart combina um repertório de medidas

econômicas e iniciativas políticas que poderiam freqüentar qualquer discurso liberal de orientação keynesiana. No entanto pode-se observar uma diferença substancial na proposta trabalhista da época. O suicídio de Vargas, a renúncia de Jânio Quadros, e as disputas internas entre o PSD e o PTB desgastaram sobremaneira o ex-presidente que operava com uma persona administrativa/racional, e uma sombra fundada num discurso radicalizado e projetado no suposto anseio das massas, como se estas efetivamente soubessem o seu caminho com clareza. Esta tensão fragilizou em larga escala a efetividade das reformas. Talvez por uma questão de estilo de governar. Uma fragilidade ensaiada, aliada ao fato de que em política possibilidade de perigo é perigo real. Não foi simples herdar o espólio getulista. Entre Vargas e JK, o presidente deposto em 64 deixou a sua marca ao confrontar a moral do príncipe à moral pública, invertendo a lógica do governo virtuoso e calculado, trocando tudo por uma linha de ação direta. Jango não mediu as palavras quando apresentou o programa das reformas de base.

O relevo do novo Brasil da utopia janguista era o seguinte: em primeiro lugar mensurar o “momento nacional” caracterizado por uma poderosa aliança entre as aspirações populares e a “necessidade imperiosa de reformas estruturais e institucionais”. Tudo isto com a ressalva de que se realizaria em paz e harmonia. Pesado fardo do homem ibérico, lembra-nos Maria Odila Leite da Silva Dias em seu clássico “O fardo do homem branco”, em sua utopia romântica de mudar sem identidade.

O programa das reformas não parou por aí. O discurso da Central do Brasil foi apenas a abertura. Dois dias depois, ou seja, no dia 15 de março de 1964 o projeto foi clarificado em quatro partes: a obra administrativa, a deliberação de progredir, as tarefas do futuro e o caminho brasileiro.

Jango compôs o seu ministério de um grupo de intelectuais que colocaram o Brasil em evidência, de Celso Furtado à Darcy Ribeiro. Josué de Castro, San Thiago Dantas, Ignácio Rangel, Roland Albuquerque Corbisier, Evandro Lins e Silva, Wilson Fadul colaboraram diretamente, entre outros importantes quadros. Muitos intelectuais se somaram para agregar forças no sentido de construir um projeto de nação para o Brasil, e foram efetivamente escutados por Jango, como por exemplo Nelson W. Sodré, Maria Yedda Linhares, Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, os teóricos da dependência, Paulo Freire e o programa nacional de alfabetização e Anísio Teixeira e a Escola Nova. O cinema novo, o teatro do oprimido, as inovações da dramaturgia realizadas por Oduvaldo Vianna Filho, ecoaram forte na cultura nacional. Houve uma ênfase na idéia de que o Brasil poderia ser um problema para a academia, excluindo aqueles que Leonel Brizola chamava de intelectuais entreguistas.

Imerso na atmosfera desta época, João Goulart compreendeu, com a sua capacidade de fino articulador, que era necessário compor os setores que desejavam uma amplificação das reformas de base com uma estrutura conservadora que o presidente-latifundiário tão bem conhecia.

A primeira referência a uma reforma concreta, presente no documento ao Congresso, é a agrária. E é definida nos seguintes termos: “Não é possível admitir-se continuem em vigor normas, padrões e valores que, em nosso meio, principalmente nas áreas rurais, perpetuam formas de relações de trabalho inspiradas nos resíduos de uma concepção aristocrática e feudal da vida e do mundo ou alicerçadas nas falsas premissas e nas hierarquizações injustas de um liberalismo econômico adverso aos encargos e às exigências do Estado Moderno.” Jango sabia que era inviável uma convivência das velhas oligarquias fundadas nos cartórios e da moderna relação de troca que permeia o

mundo do trabalho capitalista. Ressalta aqui uma concepção ética de um laissez-faire possível num país que ainda não arrancou para as suas reformas estruturais. Se considerarmos rigorosamente no tempo, o Brasil escapou da modernização que todas as grandes potências realizaram no século XIX. Tentou-se aqui uma fórmula puída de desenvolvimento a partir do modelo anglo-saxão. Qualquer tentativa que superasse este paradigma deveria ser compreendida como exótica, estranha, perigosa ou até mesmo aventureira.

O presidente viveu o dilema de ser diferente. Isto também no cenário das relações internacionais. Jango descreve assim o dilema da luta de classes no plano internacional: “Essa constante deterioração das condições do comércio mundial, em prejuízo dos países em vias de desenvolvimento, não podia deixar de despertar a consciência universal para um esforço coletivo destinado a assegurar aqueles países melhores perspectivas de justa remuneração para o seu trabalho e possibilidade de aceleração de seu desenvolvimento econômico.” Jango contrastava esta situação com o absurdo de financiar o déficit corrente dos países centrais. Mais ainda, nós brasileiros não poderíamos pagar mais do que a nossa capacidade de investir internamente. O ex-presidente lutou para aliar a política interna à política externa. Quanto a esta vejamos: “A política externa independente do Brasil, na interpretação e na projeção do exclusivo interesse nacional não poderia, conseqüentemente, deixar de prestigiar por todos os meios essa cruzada histórica em prol da eliminação das desigualdades que violentam o próprio conceito de soberania nacional.”

A seguir as estas considerações mais genéricas, o programa das reformas de base ataca os problemas de infraestrutura do país, demonstrando que João Goulart tinha um projeto de nação para o Brasil com alicerces profundos. Existia uma agenda para o

Estado brasileiro, com forte caráter social e soberano tendo como foco todas aquelas atividades que o setor privado se eximira durante décadas. As finanças, o setor siderúrgico, a energia elétrica, os transportes e a comunicação, os recursos minerais, o setor petrolífero e o fortalecimento da Petrobrás.

A educação e a saúde representaram a espinha dorsal do programa das reformas de base. O combate ao analfabetismo até a sua erradicação e a instalação das escolas de ensino de grau médio para todos os municípios brasileiros representavam a meta prioritária dos programas sociais. O governo Jango tinha uma preocupação permanente com a avaliação dos programas públicos e a sua efetividade para a sociedade civil. Quanto ao ensino superior o esforço governamental destinou-se a transformá-lo, o modelo foi a Universidade de Brasília. A idéia era fazer da academia um ambiente ligado ao processo nacional de emancipação econômica e cultural dos brasileiros. Tratava-se de criar, como afirmava Darcy Ribeiro, uma ciência social latino-americana. Pronta para atender as nossas demandas e não influenciada por paradigmas ultrapassados, tendenciosos e reacionários, e que nada têm a ver com a nossa realidade.

Enquanto o presidente direcionava o Estado, criado pelo povo e não contra a sociedade, a frente parlamentar nacionalista liderada pelo PTB articulava politicamente com a intenção de viabilizar os projetos do poder executivo. O combate à fome estava associado ao sistema centralizado de saúde pública, proposto pelo governo tendo a frente Fadul como responsável pelo encaminhamento deste programa social. Contava para tanto com a reflexão potente de Josué de Castro, que direcionava a saúde e a nutrição para o combate ao raquitismo e as doenças oriundas da falta ou da má alimentação. A reforma agrária foi a plataforma de lançamento da luta contra a fome, o combate a desnutrição e a elevação das condições sanitárias dos trabalhadores. Ainda

pela voz do presidente: “A solução adequada somente seria possível após ampla reestruturação econômico-social, responsável pela ‘fome crônica’ em que vivem massas imensas da população, pelas precárias condições de habitação, tanto nos centros urbanos quanto no meio rural, assim como pelo atraso em que se encontra a maioria esmagadora dos municípios brasileiros, sem os mínimos recursos para manter serviços sanitários indispensáveis. (...) tem o Governo procurado evitar que o quadro se torne mais dramático, buscando a integração gradativa e sistematizada da ação dos diversos órgãos e entidades que prestam serviços médico-sanitários.”

A mensagem ao parlamento segue com as metas a serem contempladas pelo programa de reformas: previdência social, habitação, agricultura e abastecimento, saneamento, desenvolvimento regional e consolidação administrativa de Brasília.

O ponto de referência das reformas foi o planejamento como norma de governo. O objetivo do governo para imprimir um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, dependia de uma reorganização do sistema administrativo federal. O poder executivo sinalizou como desdobramento desta preocupação, um processo crescente de racionalização dos gastos públicos. Ao lado deste movimento, entretanto, o Estado deveria decidir pelo reescalonamento da dívida externa permitindo ao Governo dispor de maior soma de divisas para liberar recursos a fim de acelerar o crescimento da economia nacional. Ainda no âmbito do planejamento três problemas foram combatidos no pré-golpe: a remessa de lucros, a defesa do patrimônio mineral e o monopólio de importação. Cito o presidente para uma clarificação de um dos pilares das reformas de base: “Obtivemos o reescalonamento da dívida externa do País pouco tempo após regulamentar a execução da lei de remessas de lucros, medida destinada a pôr cobro à sangria ilimitada e indiscriminada dos ganhos aqui havidos pelo capital alienígena e ao

extorsivo sistema de pagamento de royalties. Ninguém ignora tampouco o vulto das lesões que vimos sofrendo em razão das manipulações contábeis, que proporcionam rendimentos e lucros ilícitos, e das fraudes que são praticadas nos super e nos sub-faturamentos, especialmente quando envolvem negociações entre empresas estrangeiras, aqui localizadas, e suas matrizes no exterior. Todo esse processo de espoliação será, de agora em diante, combatido, com a aplicação das medidas previstas na regulamentação que baixei sobre a remessa de lucros.”

A reforma administrativa, a reforma bancária e o ataque a sonegação fiscal, estavam também no escopo do governo que anunciou todo este plano exposto ao Congresso Nacional. Primeiro ao povo, no dia 13 de março de 1964, quase demandando uma aprovação plebiscitária. A seguir às estruturas que propiciariam solidez para a implementação das reformas de base. Jango refere-se as tarefas do futuro estabelecendo ações tópicas do governo: aproveitamento do potencial energético, plano nacional de telecomunicações, expansão da Petrobrás, reaparelhamento dos portos, renovação tecnológica das Forças Armadas, constituição de uma nova empresa para a exploração das jazidas de ferro e a imediata expansão da Companhia Vale do Rio Doce, investimento no sistema ferroviário nacional, a implantação de uma Universidade moderna que atenda aos interesses nacionais e o financiamento do programa. Este último dependia de um jogo de forças pesado com os interesses internacionais. Para investir seria necessário sobretudo intervir nas condições que desembocaram num acúmulo de dívidas a curto prazo contraídas no exterior, e que deveriam ser reescaloadas com a maior brevidade.

Por fim, a definição de um “Caminho Brasileiro”. Para tanto um recuo relativamente ao receituário liberal se fez necessário, com um ataque pesado aos interesses oligárquicos. O tripé das reformas pode assim ser delineado: 1 - Reforma

agrária; 2 - Reforma Política; 3 - Reforma Universitária. O núcleo orgânico sobre o qual todas desembocam: a questão nacional como uma urgência a ser tratada pelo Estado, e as suas singularidades e dificuldades diante de um Estado ausente das suas responsabilidades. Delegar a sociedade civil todo o ônus da decisão é subverter a missão histórica do Estado Moderno, ou seja, reflete-se num esquecimento do custo social e político que representou a edificação do poder público constituído legalmente, com o sangue de homens e mulheres desde 1789.

A Reforma Agrária, para Jango era a de maior alcance social e econômico. Mais uma vez voltamos para a mensagem: “a Reforma Agrária é sem dúvida aquela que corrige um descompasso histórico, a mais justa e humana, porque irá beneficiar direta e imediatamente milhões de camponeses brasileiros”. Jango propõe a reformulação da Constituição brasileira com o fito de atender quarenta milhões de brasileiros na época. Pode-se pensar, ainda que apressadamente, que muitos discursos podem trazer este conteúdo reformista. O problema que deve ser tratado, entretanto, é o da circunstância em que foi proposto o plano, a sua contundência ao atingir simultaneamente interesses interligados e complementares, que afinal teceram as teias do golpe desferido pelo “Jogo da Direita”. Para tanto, faz-se necessário as obras de dois intelectuais essenciais para entender este período da história brasileira. O primeiro, René A. Dreifuss nas seguintes obras: “O Jogo da Direita”, “A Conquista do Estado” e a “Internacional Capitalista”. O segundo, Ruy Mauro Marini em sua Dialética da Dependência. Este último marca o seguinte sobre este momento crítico do reformismo-nacionalista brasileiro: “Ninguém nega a influência dos fatores internacionais sobre as questões internas, principalmente quando se está em presença de uma economia das chamadas centrais, dominantes ou metropolitanas, e de um país periférico, sub-desenvolvido. Mas, em que medida se

exerce esta influência? Que força tem frente aos fatores internos específicos da sociedade sobre a qual atua? (...) João Goulart em sua mensagem anual ao Congresso, nos primeiros meses de 1964, constituía um ultimato pela aprovação das reformas de base. (...) Com as reformas se tendia em princípio à reformulação da estrutura agrária, (...) assim como o esboço de uma política de nacionalizações, que generalizaram o conflito a todo o setor externo da economia e tornaram muito tensas as relações entre o governo brasileiro e o norte-americano.” Marini de fato mostrou que estava o nó górdio.

A reforma universitária e a reforma política abrangiam uma intenção muito mais poderosa que afinal referia-se a capacidade do povo de entender a natureza das coisas. Ao final da sua mensagem, Jango sugere que todos aqueles acima de 18 anos participem plebiscitariamente de todo o processo político que se apresentava. Talvez democracia excessiva para uma velha tradição coronelista.

A atmosfera de crise rondava o país desde 1961, com a renúncia de Jânio Quadros e o contexto que cercou a Campanha da Legalidade liderada por Leonel Brizola. E também com a sensação crescente de vulnerabilidade do Brasil diante das pressões golpistas que vinham de várias direções, inclusive dos Estados Unidos da América, com sua estratégia imperialista para a América Latina.

A política real é constituída muitas vezes de percepções, as certezas são extremamente rarefeitas. Se, na vida, a morte é certa, em política, a genealogia das intenções determina os embates e a própria dinâmica do confronto entre amigos e inimigos. A verificação empírica, o método preciso, a objetividade das relações, tudo é incerto e inconstante. Será que todos os políticos são iguais? Possivelmente não. Quando Thomas Hobbes escreveu *Leviatã*, imaginou uma teoria política que servisse de apoio às

relações entre os homens que se dão na realidade, concretamente, e isso significava eliminar o imponderável da violência que integra as relações humanas¹.

As ações políticas partem de percepções, ainda que sensíveis, aparentes, superficiais, ou mesmo irreais, mas depois que o processo é iniciado, torna-se um caminho sem volta. O golpe de 64 foi a concretização dessas percepções que se converteram em certezas. Os fatores endógenos são muito solitários, para contextualizá-los é preciso meditar sobre a natureza da inserção do Brasil no plano da divisão internacional do trabalho. O interno e o externo constituem elementos complementares e contraditórios, suportes no caso de a compreensão da história de qualquer país, sobretudo no caso de uma formação social de origem colonial². A avaliação de Ruy Mauro Marini é decisiva a respeito do problema da história política e econômica da América Latina.

A nós nos parece que nenhuma explicação de um fenômeno político é boa se o reduz apenas a um de seus elementos, e é decididamente ruim se tomar como chave, justamente, um fator que o condiciona de fora. É um mundo caracterizado pela interdependência e, mais do que isso, pela integração. Ninguém nega a influência dos fatores internacionais sobre as questões internas, principalmente quando se está em presença de uma economia de chamadas centrais, dominantes ou metropolitanas, e de um país periférico, subdesenvolvido. Mas em que

¹ Sobre o problema da substituição da eloquência pela ciência, ver Skinner, 1999.

² Ver, a este respeito, o seguinte trecho de Edward Said: “Os escritores pós-imperiais do Terceiro Mundo, portanto, trazem dentro de si o passado – como cicatrizes de feridas humilhantes, com uma instigação a práticas diferentes, como visões potencialmente revistas do passado que tendem para um futuro pós-colonial, como experiências urgentemente reinterpretáveis e revivíveis, em que o nativo outrora silencioso fala e age em território do colonizador, como parte de um movimento geral de resistência” (1995:269).

medida se exerce esta influência? Que força tem frente aos fatores internos específicos da sociedade sobre a qual atua? (Marini, 2000:11)

A possibilidade de flerte dos trabalhistas com um projeto autoritário transformara-se velozmente em perigo real no discurso dos conservadores da República³. Cresciam com rapidez determinadas percepções – que se converteram em certezas e ações irrefreáveis – de que o presidente Goulart pretendia desferir um golpe, percepções motivadas por uma hipotética hesitação quanto ao compromisso de garantir as eleições presidenciais em 1965.

O comício da Central do Brasil não deve ser interpretado fora da tradição do discurso político dos anos 60, mas havia algo de singular no pronunciamento à nação do dia 13 de março de 1964. Muitos trabalhistas desejavam naquele momento ampliar as conquistas do projeto do presidente Getúlio Vargas. Os temores da União Democrática Nacional (UDN) e a posição de alerta do Partido Social-Democrata (PSD) mineiro acerca de uma hipotética revolução socialista, hoje parecem descabidos. No entanto, um olhar sobre as percepções dos contemporâneos ao golpe nos faz pensar em uma leitura do discurso da Central que tenha em mente os problemas da vocação da política no mundo contemporâneo. O Brasil sob o desenvolvimento dos trinta anos anteriores parecia ampliar seu projeto modernizador, com crescimento de lideranças regionais e nacionais, um certo surto de criatividade nas artes e no campo da ciência universitária, além de um grande sentido de Estado.

³ Sobre este aspecto faz-se necessário examinar em profundidade esta passagem do livro de Moniz Bandeira: “Goulart ficou praticamente isolado. Indefeso. Na noite da votação da mensagem, em que a Comissão de Justiça da Câmara Federal rejeitara o parecer do deputado Roland Corbisier, do PTB, favorável à decretação do estado de sítio, ele viajou para Brasília. Quando lá desembarcou, ainda no aeroporto, soube da derrota do deputado Douel de Andrade, seu velho companheiro, que, em meio a dissidência da bancada do PTB, assumira a sua liderança e comentou: ‘Nesta madrugada começou a minha deposição’. Se insistisse, talvez tivesse condições de fazer ainda aprovar o estado de sítio com o apoio de parte do PSD. Mas Goulart nunca admitira governar sem o apoio dos sindicatos e das outras forças populares. E preferiu retirar a mensagem que enviara ao Congresso, começando a perder o controle político e militar da situação, como o episódio evidenciara. Quase não mais lhe restava nenhuma faixa de segurança. Nem mesmo pessoal” (1983: 132-133).

Não podemos considerar o comício como uma espécie de marco zero do debate político dos anos 60, nem como elemento capaz de isoladamente deflagrar a crise de 64. Devem-se analisar, contudo, as intenções contidas naquele discurso político. O presidente iniciou seu pronunciamento dirigindo-se ao povo brasileiro e indicou que considerava o povo não como população pura e simplesmente, mas como ator social que integrava um contrato. Esse pacto social sugeria que a nação estava no centro das preocupações coletivas. João Goulart definiu aquele momento como cívico e de reencontro dos brasileiros com o seu próprio país, por meio de uma poderosa liga representada pelas reformas. O objetivo do discurso era demonstrar a transparência das intenções: “Vou falar em linguagem franca, que pode ser rude, mas é sincera e sem subterfúgios” (Goulart in Bonavides e Amaral, 2000: 840). O então presidente celebrava o encontro do povo com seu mais importante mandatário, para em seguida caracterizar a ocasião como festa cívica, a festa que consagrava a reunião de pessoas que nunca se haviam visto anteriormente e que brincavam e comemoravam a construção de uma nova relação. O discurso de Jango revelava nas partes subseqüentes o seu projeto e do PTB.

O discurso político reflete freqüentemente uma intenção, desfere golpes contra os inimigos e, finalmente, é portador de uma mensagem para a construção de um novo projeto⁴. As reformas funcionavam como uma senha para a construção nacional coletiva. O presidente desdenhava da democracia formal e representativa que pouco integrava em meio a um país de excluídos. Em seguida, concluía a parte introdutória do discurso:

Democracia, trabalhadores, é o que meu governo vem procurando realizar, como é do meu dever. Não só para interpretar os anseios populares, mas também para conquistá-los, pelo caminho do

⁴ Para uma consulta acerca do debate sobre a natureza do processo político, ver: Weber, s/d; Schmitt, 1992; e, no que se refere ao problema dos campos de interdição discursiva, o sexo e a política, consultar Foucault, 1996.

entendimento e da paz. Não há ameaça mais séria para a democracia do que a democracia que desconhece os direitos do povo. Não há ameaça mais séria à democracia do que tentar estrangular a voz do povo, dos seus legítimos líderes populares, fazendo calar as suas reivindicações. (ibidem: 841)

O comício da Central incendiou trabalhadores, estudantes, alguns setores das Forças Armadas e servidores civis do Estado. A massa parecia compreender em um único momento o seu papel transformador na história do Brasil. O carisma das idéias ultrapassou uma mera aptidão para palanques e as promessas converteram-se, instantaneamente, em programa de ampla participação popular. O discurso político de Jango tentava mostrar que o governo iria provocar uma reforma constitucional e também defenderia a liberdade de opinião. Isso era importante, pois os inimigos do governo, especialmente os adeptos de Carlos Lacerda, alardeavam as intenções autoritárias da União.

Os economistas que defendiam as reformas profundas no Chile, Argentina, Peru, México e Brasil reconheciam uma grande defasagem entre os custos de produção e as condições de consumo das classes trabalhadoras. O processo de superexploração da força de trabalho no Brasil alcançaria patamares ainda mais significativos durante o regime militar. Celso Furtado alertou, em obras importantes, para o prejuízo que o país teve diante da ruptura da construção nacional, sem com isso elaborar qualquer apologia do modelo especificamente apresentado por Jango à população no dia 13 de março de 1964.

Depois de mencionar o lugar que a reforma agrária teria em um amplo programa de eliminação das desigualdades, Jango ressaltou, em um ápice de radicalização do

discurso nacional-trabalhista: “A partir de hoje, trabalhadores brasileiros, a partir deste instante, as refinarias de Capuava, Ipiranga, Manguinhos, Amazonas e a destilaria Rio-Grandense passam a pertencer ao povo, passam a pertencer ao patrimônio nacional” (idem). Em seguida concluiu desta forma: “Nenhuma força será capaz de impedir que o governo continue a assegurar absoluta liberdade ao povo brasileiro. E, para isto, podemos declarar, com orgulho, que contamos com a compreensão e o patriotismo das bravas e gloriosas Forças Armadas da nação” (ibidem: 850). O conteúdo em si do discurso não difere de outros programas. Contudo, em uma década de radicalização política, polarização ideológica e aprofundamento da dívida social em face do movimento brutal de transferência de capital da periferia para o centro da economia capitalista, a resposta das elites foi violenta.

A destruição do patrimônio público construído ao longo de mais de cinquenta anos pelos brasileiros foi expressa pelo axioma liberal de que a liberdade e a justiça estavam intrinsecamente ligadas à ordem do mercado. Com isso, nos últimos 15 anos, relegamos mais de 80 milhões de pessoas a um quadro de penúria, fome e desemprego. Este panorama social refere-se, em larga escala, ao profundo golpe sofrido pelo povo com o esmagamento da agenda nacional-trabalhista de 1964.

O conteúdo do comício da Central do Brasil concorre para a compreensão dos impasses da globalização em um país com as características do nosso, assim como dos desafios econômicos do Brasil diante dos processos de regionalização. O discurso do presidente João Goulart representou um inédito esforço de aproximação da retórica do governante com as massas - e, desta forma, com os povos da periferia do capitalismo.

O movimento da acumulação de forças pelo estado nacional está articulado à lógica de acumulação de capital em uma escala planetária. Portanto, para uma

compreensão acurada da história do movimento de capitais entre os blocos econômicos, é necessário entender a história dos países/regiões que, no tempo longo, conduziram o processo de gestão do capitalismo até o momento atual. Os termos de troca estão condicionados, por outro lado, pela compulsão dos Estados hegemônicos à destruição das economias nacionais de periferia, à imposição do flagelo da dívida e da pobreza, e à guerra. O sistema mundial permanece uma economia mundial capitalista baseada em divisão dual de trabalho, trocas desiguais e sistema interestatal. O movimento de integração dos países centrais e periféricos em blocos econômicos - e destes com a lógica do capitalismo global - é examinado de modo a rever as noções de dependência, mercado de trabalho, acumulação, democracia e superexploração.

A luta contra a ditadura militar de 1964 e a longa e agoniada transição brasileira para a democracia tornaram difícil a tarefa de enxergar com nitidez as propostas contidas na frente de oposição ao autoritarismo. O governo atual, mergulhado em dívidas e dúvidas sobre o seu caráter público, reabre para o século XXI a possibilidade de uma época em que o Brasil volte a ser um tema para todos nós.

Otto Hintze, historiador prussiano do Estado, fez uma descoberta importante no século XIX: que o Estado moderno foi “essencialmente” um fenômeno histórico. Ombro a ombro com Max Weber, sociólogo do Estado e seu contemporâneo, Hintze, além de uma afinidade eletiva no que diz respeito à convivência de ambos com o Reich bismarckiano, também demonstrou grande preocupação com as circunstâncias que produzem as inquietações científicas. O próprio Hintze observou: “O interesse de Max Weber está relacionado sempre e prioritariamente às situações e circunstâncias

contemporâneas, a partir destas ele examina as mais antigas”⁵. O contraste com a especificidade da vida moderna, a cultura, as práticas civilizacionais e a gestão econômica serviram como fonte inestimável para a investigação da economia política, que emergia com força renovada pelo nacionalismo exaltado em final do século XIX.

O pensamento alemão orientado pelo historicismo demonstrou a inequívoca vocação dos Estados europeus para o monopólio, o império e a coerção (Fiori, 1999). Pode-se verificar também, a partir desses marcos teóricos, a capacidade de reação às práticas econômicas do Ocidente moderno e capitalista por parte do Oriente em emergência, marcado pela centralização estatal e por uma espécie de mercantilismo de aço.

A compreensão da lógica que preside a ação dos estados peninsulares - ibéricos e meridionais - é tributária em ampla medida dessa escola de pensamento. Trata-se afinal de um modelo de império que, organicamente constituído ou não - sem entrarmos aqui nas controvérsias hobernas -, representa o esforço dos Estados modernos peninsulares de se estabelecerem em termos geopolíticos e geoeconômicos em um quadro complexo de luta pela hegemonia continental.

A posição de Giovanni Arrighi a respeito dos confrontos em escala territorial è decisiva:

Em parte alguma, com exceção da Europa, componentes do capitalismo fundiram-se na poderosa mescla que impeliu as nações européias à conquista territorial do mundo e à formação de uma economia mundial capitalista poderosíssima e verdadeiramente global. Por essa

⁵ Hintze, 1991: 48. Essa obra representa um esforço de organização de vários estudos de história sociológica de Otto Hintze, escritos entre 1897 e 1929. É importante examinar a apresentação escrita por Hinnerk Bruhns. A historiografia alemã ainda é pouco estudada no Brasil. Desse modo, algumas análises tornam-se obrigatórias, como Cohn, 1979; coletânea organizada por Baeta Neves e Gertz, 1987; e Gertz (org.), 1994.

perspectiva, a transição realmente importante, que precisa ser elucidada, não é a do feudalismo para o capitalismo, mas a do poder capitalista disperso para um poder concentrado. E o aspecto mais importante dessa transição é a fusão singular do Estado com o capital, que em parte alguma se realizou de maneira mais favorável do que na Europa (Arrighi, 1997: 11).

O ciclo econômico do qual a expansão marítima lusa fez parte no século XVI não escapou da lógica que conformou o sistema mundial. Para se ter uma visão mais equilibrada do contexto geopolítico e do quadro geoeconômico e mental da Ibéria, é importante caracterizar que o colonialismo peninsular produziu uma escalada de pauperização sem precedentes na história da periferia capitalista. Fatores endógenos determinaram o modelo de apropriação precária do excedente e os conflitos inerentes à própria “vontade” das elites metropolitanas. Contudo, os elementos exógenos, e não somente os conjunturais e estáticos, contribuíram decisivamente para a exclusão da região do jogo dos Estados modernos.

A análise das estruturas tem sofrido pesadas críticas no debate intelectual contemporâneo, tanto entre historiadores e economistas como nas ciências sociais de maneira geral. O “ataque especulativo” desferido por escritores pós-modernos, políticos neoliberais e endogenistas privilegia quase sempre o fenômeno social ou de outra natureza em si mesmo, a partir de seus próprios códigos. Para além das potencialidades do texto, é importante considerar o papel do contexto, da ação efetiva dos homens de “carne e osso” que mataram, morreram e, ao longo de séculos, defenderam a idéia de um Estado nacional indivisível, a par da defesa do espaço público. Portanto, se a história tem alguma relação com a realidade, deve-se considerar o drama da amnésia coletiva e a

obrigatória retomada das fontes dessa pauperização presentes em um espaço recôndito e insondável da memória da construção dos impérios ibéricos.

Uma parte da crítica ao estruturalismo tem estudado as fontes desse pensamento e a dimensão de suas conclusões diante do desafio das ciências humanas para o século XXI. O clássico livro *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*, do professor Fernando Novais, foi reflexo de uma produção científica de caráter coletivo, da Universidade de São Paulo, nos anos 60 e 70, mas constituiu também uma inflexão no sentido de uma história cosmopolita que saísse da dimensão regional e se tornasse autônoma, referida ao movimento dos Estados e capitais no mercado mundial⁶.

A releitura de Fernand Braudel, Vitorino Magalhães Godinho, Ernest Labrousse, Pierre Chaunu, P. Vilar e Immanuel Wallerstein foi decisiva para a construção de um enfoque próprio acerca da realidade brasileira. Essa geração de pensadores promoveu uma espécie de acerto de contas do presente, marcado pela periferia, com o passado colonial, que todos querem esquecer. Afinal, os estudos sobre os negros e os tupinambás foram realizados pelo professor Florestan Fernandes; a cadeia que prendia o Brasil ao capital internacional foi estudada por Fernando Henrique Cardoso; e a historiografia brasileira começava a gerar um conjunto de trabalhos claramente referenciados à questão nacional.

O enfoque sistêmico, ao tratar das relações coloniais, tem se reajustado, passando a abranger a evolução da concorrência entre os Estados pela via de um conjunto de forças que integram o empenho de militarização, o controle fiscal e a financeirização crescente da economia. O arranque da contemporaneidade está indissolúvelmente associado ao movimento de acumulação de forças pelos Estados nacionais, articulado à lógica de

⁶ Ver Arantes, especialmente 1996. O que Arantes chama de “internacionalização da história do Brasil”, atribuindo-a aos estudos de Fernando Novais, é extremamente relevante para uma arqueologia do pensamento brasileiro contemporâneo e dos vínculos de nossa história com o conceito de dependência em vários níveis.

acumulação de capital em escala planetária. Portanto, para uma compreensão apurada da história do movimento de capitais entre os blocos econômicos, é necessário entender a história dos países/regiões que, no tempo longo, conduziram o processo de gestão do capitalismo até o momento atual. Os termos de troca estão condicionados, por outro lado, pela compulsão dos Estados hegemônicos à destruição das economias nacionais de periferia, à imposição do flagelo da dívida e da pobreza, e à guerra. O sistema mundial permanece uma economia mundial capitalista baseada na divisão dual de trabalho, em trocas desiguais e em um sistema interestatal.

O lugar ocupado pela tradição ibérica no mundo europeu anglo-saxão foi relegado à condição de detalhe no quadro das relações internacionais. Os compêndios e tratados sobre a história da Europa geralmente dedicam parte muito modesta de suas análises à problemática ibérica⁷. A Península Ibérica é vista como um apêndice do continente e aparece sob o signo da irracionalidade no âmbito da exploração colonial - a já conhecida dicotomia exploração/povoamento; ou, ainda, como produto de uma história exclusivamente espanhola. Portugal, nesse sentido, ocupa um lugar inferior no quadro das explorações intelectuais européias. O problema da diversidade e da unidade persegue a história da península e da América espanhola e portuguesa. O Velho Mundo luso-castelhano e o Novo Mundo ibero-americano representam os pólos de muitas controvérsias historiográficas.

O trabalho de síntese da historiadora Addeline Rucquoi (1995) apresenta um cenário da história da península que parece a princípio interessante, embora desde logo revele certa dificuldade com o enfoque luso. Os reis católicos passaram a representar símbolos da unificação e do Estado moderno. A Espanha “una, grande e livre” - liberta

⁷ Ver Falcon, 1989, p. 7-29.

evidentemente das amarras do livre-mercado - de Francisco Franco e a máxima isolacionista de António de Oliveira Salazar - “Sós, mas orgulhosos” - promoveram o engate da modernidade com o futuro. Tanto uma passagem quanto outra sinalizam para um determinado aventureirismo quinhentista, uma espécie de vôo solitário da águia na busca de novos objetos.

Maquiavel, em seus *Discorsi*, lembra Fernando, rei católico da Espanha, e as devidas precauções do monarca unificador: “O rei Fernando dizia que os homens amiúde imitam essas aves de rapina que, por perseguirem com tanta obstinação a presas que a natureza lhes destina, não percebem outro pássaro, mais forte, que se lança sobre elas para despedaçá-las” (Maquiavel, 1979: 139). O problema da ação política para os ibéricos sempre dependeu de um redimensionamento freqüente das rotas externas, com intervalos de maior presença dos impérios sobre os absolutismos continentais.

A Idade Média foi uma fonte de reserva para o imaginário romântico e para o próprio saudosismo nostálgico ibérico⁸. Nesse imaginário repousa a esperança de uma construção nacional que se daria, afinal, a partir de um jogo de espelhos. Portugal e Espanha frente a frente com suas potencialidades e fraquezas no espaço silvestre ultramarino. A ausência da unidade política da Península Ibérica na Idade Média está relacionada à ausência de vontade unificadora. Em face das histórias da França e da Inglaterra - as grandes histórias da época, caracterizadas pela vontade política dos monarcas e seus meios para superar a anarquia feudal e criar Estados centralizados e unificados -, a história da península é de um esplendor progressivo. A historiografia mais recente da região tende a refutar as explicações centradas do macrocosmo, preferindo cada vez mais o microcosmo para sublinhar as diferenças, chegando mesmo a recusar o

⁸ Consultar a esse respeito Greenfeld, 1998.

interesse de qualquer estudo geral. Neste sentido emergem análises sobre a multiplicação dos centros de poder, o privilégio dos estudos regionais e, mais ainda, dos estudos locais.

Sistema mundial, desenvolvimento e dependência: estes são elementos complementares e contraditórios, fontes de compreensão da história das populações marginalizadas e dos países mantidos sob a poderosa tutela institucional e controle econômico/militar do centro nervoso da economia mundial. Estas são as chaves iniciais para o entendimento dos marcos teóricos da teoria da dependência, desenvolvida criticamente, sobretudo, por Rui Mauro Marini e Theotônio dos Santos. Em trecho decisivo de uma das suas obras, Theotônio dos Santos fez a síntese: “Marx sempre entendeu a formação do capitalismo como a dialética entre a economia mundial. Como fenômeno independente, e o conjunto de economias nacionais em competição, apoiando-se em seus Estados nacionais” (Santos, 2003: 65).

A interseção do contexto social latino-americano com o pensamento crítico de diversas matrizes se constitui na plataforma para o exame denso do quadro teórico em que se inscrevem intelectuais de várias tendências. O movimento de acumulação de metodologias, reflexões e visões de mundo díspares constituiu um cenário fértil para o pensamento latino-americano até os anos 60. Hoje nos perguntamos em que momento perdemos a perspectiva de um desenvolvimento autônomo. Theotônio dos Santos dispara a este respeito: “O golpe de Estado de 1964 cerrou a porta ao avanço nacional-democrático e colocou o país no caminho do desenvolvimento dependente, apoiado na capital internacional e em um ajuste estratégico com o sistema de poder mundial” (idem).

O objeto da teoria da dependência está concentrado nas relações humanas, sem sujeição à unidade de lugar nem à unidade de tempo. Os eixos centrais são os seguintes:

a noção de colonialismo que persiste sob várias máscaras na periferia; o conceito de tempo longo ajustado à lógica do capitalismo global; e, finalmente, um rígido modelo de desenvolvimento que aprofundou as relações de dependência e acentuou a prosperidade do sistema financeiro internacional. Trata-se de uma teoria de combate? Talvez sim, se considerarmos que todos nós, sob a mira do pensamento único, contemplamos a possibilidade de mais uma década perdida e de uma pauperização sem precedentes na nossa história contemporânea.

A obra do professor Theotônio dos Santos dedica-se à formação e à natureza de nossa dependência econômica, realizando um verdadeiro balanço das relações entre as economias centrais e o mundo da periferia. O conjunto do programa de investigação do autor oferece também um painel didático das principais escolas que utilizaram a dependência como ferramenta explicativa para a compreensão da crise estrutural da economia latino-americana.

A teoria da dependência, no momento em que vivemos, nunca foi tão presente, atual e necessária, se considerarmos a dimensão da crise brasileira. O momento é propício para a retomada dessa tradição esquecida, traída e interrompida pelo golpe militar que ceifou o governo constitucional do presidente João Goulart. As convicções expressadas por Theotônio dos Santos, Rui Mauro Marini, Fernando Henrique Cardoso e Celso Furtado, com suas perspectivas antitéticas, originam-se em uma visão fundada na idéia de que o sistema de mercado ocidental usurpou as funções específicas e a integridade da sociedade humana, convertendo em absolutos os valores econômicos e fazendo do homem e da natureza meros utensílios. Os adeptos da teoria da dependência desafiaram o determinismo e apostaram tudo em uma concepção de mundo alicerçada

na fraternidade e em uma ruptura baseada nos ideais democráticos, nacionais e populares.

II

JOÃO GOULART E A LUTA CONTRA A DEPENDÊNCIA NA AMÉRICA LATINA

Nos 100 anos de nascimento de Salvador Allende, comemorados em 2008, assistimos a uma retomada do projeto nacional para o continente com a ascensão de Lula, Morales, Chavez, Correa, Kirchner, Bachelet, Vasquez, Bachelet e Lugo. A intensidade das reformas não é a mesma de um país para o outro, porém o fluxo de mudanças faz com que seu passado recente, em torno das raízes do espaço autóctone, seja analisado. A experiência política vivida durante as ditaduras no Cone-Sul enfraqueceu a nossa crítica e reduziu a nossa combatividade face às operações de extermínio de lideranças, além do silêncio imposto a uma geração que crescia numa época de profunda transformação da consciência social. A derrubada do governo chileno, o assassinato do presidente e a instalação da ditadura fascista surgiram como o resultado de uma grande conspiração, numa articulação dos EUA, de diversas corporações multinacionais, instituições financeiras internacionais e regionais, setores da grande burguesia dos países latino-americanos e integrantes da burguesia e setores importantes das forças armadas chilenas. A derrubada de Allende em 11 de setembro de 1973 comprometeu toda a região e mergulhou o continente num vácuo de democracia.

Em setembro de 1961, João Goulart assumiu a presidência da República no Brasil apoiado por diversos setores sociais da população, como estudantes, intelectuais e sindicatos de trabalhadores, sob um cenário de grave crise militar e descontrole das contas públicas. O sistema parlamentarista aprovado rapidamente para viabilizar sua posse e com a finalidade de impedir o exercício pleno dos poderes do presidente da república não permitiu que Jango implementasse os projetos reformistas do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). João Goulart procurou desarmar seus opositores através de

uma política de conciliação marcada pelo diálogo com diversos partidos representados no Congresso Nacional.

Problemas de difícil solução foram herdados por Jango. Havia uma forte crise econômico-financeira, com crescente aumento da inflação, além de exigências do governo norte-americano de pagamento de indenizações às empresas de energia e de comunicação devido à nacionalização.

Nas primeiras semanas, o governo dedicou-se a formulação de seu programa, tendo como pontos centrais: a defesa de reajustes salariais compatíveis com os índices de inflação, a autonomia da política externa, a nacionalização de algumas subsidiárias estrangeiras e as reformas de base (agrária, urbana, administrativa, universitária, tributária, fiscal e bancária). Com relação à reforma política, reivindicava-se a extensão do voto aos analfabetos e aos oficiais não-graduados das Forças Armadas, além da legalização do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Uma questão importante deste período foi o avanço da proposta nacionalista de Goulart com a implantação da Eletrobrás e a assinatura da Lei de Remessa de Lucros para o exterior. Esta significava o rompimento com o passado colonial, ou pelo menos mais uma conquista da soberania nacional. Também merece destaque a política externa independente que incluía o restabelecimento das relações com os países socialistas. Em novembro de 1961, o Brasil restabeleceu relações diplomáticas com a União Soviética com a justificativa de amplas possibilidades apresentadas pelo mercado soviético para as exportações brasileiras. O governo Goulart também rechaçou as sanções contra Cuba, proposta pelos Estados Unidos, como também os preparativos para a intervenção armada em território cubano.

Acrescenta-se a este contexto o agravamento da crise econômico-financeira permeada por confrontos político-ideológicos. O governo norte-americano e o FMI bloqueavam todos os créditos para o Brasil, exigindo um plano de estabilização da moeda e o pagamento de indenizações às empresas estrangeiras expropriadas.

É importante destacar que em janeiro de 1963 inaugurou-se uma nova fase no cenário político brasileiro. Os brasileiros aptos a votar compareceram às urnas e decidiram pela adoção do regime presidencialista, abrindo uma nova fase da gestão de Goulart com fortes expectativas para a implementação de um programa de reformas em torno do exercício pleno do poder presidencial.

Responsável pela definição de uma nova estratégia nacional voltada para a modernização e para o desenvolvimento, foi divulgado em dezembro de 1962 o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, elaborado por Celso Furtado, ministro do Planejamento. O Plano Trienal tinha como metas principais combater a inflação e, em seguida, implementar as reformas de base, em especial a reforma agrária. Porém, o alcance de tais reformas dependia de uma ação conjunta dos poderes da República, num período de dificuldades nas relações entre os poderes Legislativo e Executivo.

Como apontado por Abreu et. al (2001), o êxito do programa apresentava dois requisitos: a pressão inflacionária deveria ser reduzida por meio do financiamento contínuo do investimento público em alto nível, considerado essencial para o crescimento e a capacidade para importar seria mantida por um refinanciamento da dívida externa do país, concentrado em obrigações de pagamento a médio e a curto prazos. Com tantas críticas, Jango após três meses abandonou o Plano Trienal e voltou-se para a aprovação da reforma agrária, mas o conflito entre PSD e PTB impedia qualquer negociação no Congresso.

Como analisado por Munteal; Ventapane; Freixo (2006) é importante destacar que segundo depoimentos de Celso Furtado, o Plano Trienal sofreu uma ambivalência grave. Deve-se considerar os limites e as contradições de uma política econômica cepalina diante das desigualdades regionais e da dívida social do Brasil. Além disso, a idéia de uma economia planificada espantou as elites e acelerou a capacidade de liderança do presidente. Desta forma, o Plano Trienal representava um movimento de idéias que vinha se formando sobre o Brasil e as suas demandas, marcado pelo longo prazo e por instrumentos de mensuração social sensíveis às regiões mais debilitadas social e economicamente pela ampla história de dependência econômica.

A partir de 1963, a crescente radicalização política começou a desestabilizar o governo Goulart. Como descrito por Gomes; Ferreira (2007), um episódio envolvendo um grupo de sargentos insatisfeitos com a decisão judicial que não poderiam ser eleitos ocupou Brasília pelas armas. Os ministros militares sentindo-se atingidos reagiram propondo a decretação do estado de sítio, o que foi aceito por Jango. Apesar do pedido ter sido enviado ao Congresso Nacional, não havia bases políticas para a sua sustentação. Neste momento as forças contrárias ao governo Goulart uniram-se, pois viram no pedido de estado de sítio um fortalecimento inaceitável do presidente com os grupos de esquerda. Com isso, grupos políticos amplos e diferenciados entre si rejeitaram o pedido de estado de sítio e a posição assumida por Jango.

No final de 1963, estava claro que tanto as forças de direita quanto as de esquerda partiriam para um confronto. Quaisquer acordos e compromissos tornavam-se inviáveis. Jango começou a abandonar as suas tentativas de negociação e empenhou-se na aproximação dos setores de esquerda, persistindo na implementação de um projeto nacional reformista.

Como destacado por Abreu et. al. (2001) Jango concretizou diversas medidas que beneficiavam os trabalhadores, como a extensão dos benefícios da Previdência Social aos trabalhadores rurais, a obrigatoriedade do empresariado em proporcionar ensino elementar gratuito aos funcionários, caso as empresas possuam mais de cem empregados, e também o envio ao Congresso Nacional de mensagem que concedia ao funcionalismo público o 13º salário. Dentre estas medidas é importante destacar o Decreto Supra, como ficou conhecido o pedido ao presidente da Superintendência da Política Agrária, um decreto que permitisse a desapropriação de 20 Km das rodovias e ferrovias federais. Este veio a se tornar o grande marco do seu governo.

Desta forma, a conspiração contra o golpe se expandia e Goulart possuía consciência disso. Em início do ano de 1964, as negociações com o FMI haviam sido restabelecidas e havia perspectivas de novos investimentos estrangeiros, porém eram acordos isolados e o governo norte-americano não possuía a menor intenção de auxiliar o governo Goulart. Junto a isto, o processo de radicalização política assumiu proporções preocupantes para a estabilidade democrática, em especial com o anúncio da realização do comício no dia 13 de março de 1964, na Central do Brasil, no Rio de Janeiro.

Um episódio importante deste período conhecido como a Revolta dos Marinheiros marcou o já conturbado cenário político brasileiro. Um grupo de marinheiros contrariando a proibição do Ministério da Marinha compareceu a uma reunião no sindicato dos metalúrgicos, no Rio de Janeiro, comemorativa da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais. Este ato foi considerado uma subversão da hierarquia militar e o ministro da Marinha, Silvio Mota, enviou uma tropa de fuzileiros navais para invadir o prédio do sindicato e retirar os marinheiros do local. Contudo, a tropa negou-se a atacar e aderiu à revolta. A posição do comandante, Cândido Aragão, aliada a ordem

emitida em seguida por Goulart proibindo as tropas de invadir o local da reunião, provocou a renúncia do ministro da Marinha, Silvio Mota, pois sentiu-se desprestigiado. No dia seguinte, em 26 de março de 1964, o ministro do Trabalho, representando o presidente da República, realizou um acordo com os responsáveis pelo motim, que foram presos e posteriormente libertados, sendo logo depois anistiados por Goulart.

A crise militar se agravou ainda mais quando Jango compareceu à solenidade de posse da nova diretoria da Associação dos Sargentos no Automóvel Clube, no dia 30 de março de 1964. Acompanhado por vários ministros, Jango prestigiou o evento onde estavam presentes igualmente diversos fuzileiros navais e marinheiros, que dias antes tinham participado do motim. Após este acontecimento Goulart, o CGT e as forças de esquerda perceberam a gravidade da crise política e militar que o país vivenciava.

Para Toledo (2004) dois gestos de Goulart foram decisivos para o desencadeamento do golpe: a benevolência em relação à insubordinação de cabos e marinheiros no Rio de Janeiro e a posterior anistia dos revoltosos provocando a indignação da maioria da corporação militar; e o discurso na assembléia de marinheiros, no Automóvel Clube do Brasil, na noite do dia 30 de março.

Assim, na manhã do dia 01 de abril de 1964, o governo João Goulart estava condenado. O presidente começou a perceber que não tinha condições de segurança no Rio de Janeiro e viajou para Brasília, o que deixou a Guanabara sem resistências e permitiu o triunfo dos militares. Muitos estudantes que tentaram se manifestar a favor de Jango foram espancados e presos, e também o prédio da União Nacional dos Estudantes (UNE) foi incendiado.

Em Brasília, Jango lançou um manifesto à nação denunciando as forças reacionárias que desencadearam “mais uma vez um golpe contra as instituições democráticas”. A

vertente econômica adotada pelo governo – dotada de viés social e preocupada com o desenvolvimento da Pátria – acabou por angariar muitos adversários, que se posicionaram contrariamente aos esforços postos em prática. João Goulart destaca a luta intransigente na defesa do povo e contra os desmandos do poder econômico.

O manifesto resgata o princípio das prerrogativas do Presidente e dos poderes que lhe competem, visto ser um representante da vontade soberana do povo. Ressaltamos que o documento manifesta uma perspectiva de que o povo não possuía a consciência da importância das reformas em curso e do posicionamento manifesto do governo em defender os interesses da Nação. Tal concepção expressa o reconhecimento de João Goulart de que, embora disponibilizasse de setores organizados da classe trabalhadora, como as lideranças sindicais, não contava com amplo apoio das camadas mais populares.

Mais um ponto do manifesto a ser destacado foi o comprometimento com a reorientação das relações internacionais, que se caracterizou pela “política externa independente”. Jango destaca o fato de ter contrariado setores internacionais, com a regulamentação da “Lei de Remessa de Lucros”.

Dentre as reformas em curso que foram abortadas pelo Golpe estava a reforma agrária. Jango relembra que teve de fazer uso das atribuições constitucionais, tamanhos foram os adversários da prática da distribuição de terras àqueles que dela necessitavam.

Diante da velocidade dos acontecimentos – posto que relembramos que o manifesto é datado de apenas um dia após o Golpe – o presidente ainda mantinha a crença de que poderia reverter a situação, fazendo assim um chamado à lealdade, bravura e a honra das forças militares e reivindicar o apoio das forças populares em sua defesa. A história nos mostraria que os episódios e os rumos das instituições do nosso país já estavam marcados, fazendo com que o presidente João Goulart – ainda na noite

do dia 1º de abril, em que havia viajado para o estado do Rio Grande do Sul para iniciar a resistência e defender o poder legal – optasse por não resistir ao Golpe, deixando o país rumo ao exílio no Uruguai para evitar o derramamento de sangue e o desencadeamento de uma Guerra Civil.

Para Toledo (2004) mais adequado seria não afirmar que 1964 representou um golpe contra a nascente democracia política brasileira; um movimento contra as reformas sociais e econômicas; uma ação repressiva contra a politização das organizações dos trabalhadores rurais e urbanos; um golpe contra o amplo debate teórico-ideológico que estava em curso no Brasil.

Com relação ao contexto internacional, este período é marcado pelos conflitos decorrentes da Guerra Fria, e em especial na América Latina, pelos impactos da Revolução Cubana sobre o continente e sobre a política norte-americana para a região. Como ressalta Munteal; Ventapane; Freixo (2006) a burguesia e o próprio aparelho estatal dos EUA financiariam candidatos, organizações partidárias e demais entidades favoráveis aos interesses norte-americanos nos países latino-americanos. Assim, se a situação interna destes Estados se encontrasse sob um risco de uma “vitória comunista”, o aparato estatal norte-americano incentivaria a eclosão de golpes militares, e a conseqüente eliminação das lideranças esquerdistas.

É neste contexto que deve ser entendido o golpe de Estado pelas Forças Armadas, após obter o apoio tanto das elites brasileiras como do governo norte-americano, que destituiu João Goulart da Presidência da República e ocasionou o colapso da democracia no Brasil.

Após um ano do golpe, estava claro que o regime militar tinha se estabelecido solidamente no poder. O aprofundamento do autoritarismo do regime, principalmente

depois do Ato Institucional nº 2, que teve como principais medidas a dissolução dos partidos políticos e o estabelecimento de eleições indiretas para Presidente da República, aumentou o afastamento de políticos civis.

Em 1966, em um contexto de crise e de divisão no Exército, a Frente Ampla de oposição ao regime militar começou a se articular. A Frente Ampla foi um movimento significativo que reuniu políticos com posições ideológicas diferentes em torno de um projeto comum de redemocratização do país por meio de ações políticas legais. O principal objetivo desta Frente era lutar pela pacificação política do Brasil através da plena restauração do regime democrático.

Este período é marcado por um clima político tenso, devido à crise entre Executivo e Legislativo, provocada pela cassação de deputados da oposição. O processo de cassação de direitos políticos, assim como a edição do Ato Institucional nº 3 que dentre outras medidas determinava a nomeação dos prefeitos das capitais pelos governadores, assim como eleições indiretas para estes últimos, justifica a constituição de uma ação oposicionista no Congresso Nacional.

Com o ingresso de Goulart, a Frente Ampla conseguiu promover dois grandes comícios populares. Em abril de 1968, o regime militar através da portaria nº 177 proibiu todas as atividades da Frente e ordenou à polícia que detivesse aqueles que violassem a lei. Alguns meses depois, em dezembro com o AI-5, não houve dúvidas com relação à repressão do regime a toda forma de oposição.

Neste contexto histórico durante as décadas de 1960 e 1970 de formação e instauração de ditaduras militares nos países latino-americanos - Uruguai, Paraguai, Argentina, Chile, Brasil - era cada vez maior o fechamento das vias políticas

institucionais. Com isso, era contínuo o processo de cassação de mandatos e direitos políticos, sobretudo de parlamentares que foram exilados politicamente.

O cenário político chileno até 1973 contrastava com os outros países da América do Sul devido à inexistência de um regime ditatorial. Isto favorecia a permanência em território chileno de personalidades brasileiras para o desenvolvimento da atividade intelectual. A construção do marco teórico da Teoria da Dependência desenvolvida principalmente por Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini é um exemplo importante de produtividade intelectual da época durante o período de exílio político.

Foi importante para o cenário político do Chile a conquista do poder por Salvador Allende em 1970, como candidato da Unidade Popular (UP), que tinha propostas de reforma agrária e de estatização de empresas estrangeiras para o seu país. É relevante destacar que, após o golpe militar no Brasil em 1964 e o exílio de João Goulart, Salvador Allende mostrou-se solidário com o interrompido governo constitucional do ex-presidente brasileiro e com o fim do projeto desenvolvimentista no Brasil, que buscava incorporar os setores populares dentro de uma perspectiva reformista e nacionalista.

Vicário (1979), ao analisar as ditaduras militares na América Latina, ressalta que os casos de ditadura do Brasil e do Chile são caracterizados por não serem constituídos com base numa concepção previamente elaborada e com regulamentações definidas, que antes foram resultado de movimentos pragmáticos que atuavam em função do estabelecimento de um controle militar do tipo corporativo sobre o aparelho de Estado. Este controle estendia-se a vários aspectos da sociedade civil de forma desordenada. Eram regimes organizados sob a forma da burocracia militar utilizando a hierarquia para a resolução de problemas.

O cenário político Chileno, até 1973, contrastava com outros países da América do Sul. O Chile sempre foi partidário europeu, desconhecia a existência de partidos populistas e de ditadura. Eduardo Frei Montana, presidente que precedeu Salvador Allende, era um político conservador do Partido Democrático Cristão, partido esse denominado antes de Falange Nacional, criado em 1938. Nascido em Santiago em 1911, Frei ingressou no curso de direito da Universidade Católica do Chile em 1929.

Eduardo Frei disputou com Salvador Allende, líder da Frente de Acción Popular (FRAP), a candidatura à presidência em 1964, usando o slogan “Revolución en Libertad”, ganhando por 56% dos votos. Quarenta anos depois os documentos desclassificados da CIA e da casa Branca demonstram como o governo americano apoiou a campanha de Frei para frear o comunismo no Chile. A FRAP, criada em 1956, era a coalizão de partidos de esquerda, primeiro entre o Partido Socialista (PS) e o Partido Comunista (PCC). Era um conjunto de forças que defendia um programa anti-imperialista e anti-oligárquico. Ao longo dos anos a FRAP agregou outros partidos de esquerda como o Partido Democrático del Pueblo e a Vanguardia Nacional del Pueblo. Salvador Allende concorreu pela FRAP em 1958 e 1964. No ano de 1969, as forças de esquerda e centro-esquerdo se unem para formar a Unidad Popular, coalizão que concorreu à eleição para a Presidência da República em 1969, sendo Salvador Allende o líder.

No início da década de 60, o surgimento de idéias de reformas e revolução trouxe mudanças nas propostas políticas dos governos. Embora o partido de Frei fosse conservador, o Programa de “Cómo Avanza La Revolución en Libertad” do Partido Democrático Cristão, “Um Programa que se cumpre e não se discute”, implantado no governo Frei, tinha uma proposta social-domocrata-cristã. A proposta consistia, entre outras coisas, numa reforma estrutural da economia, destacando uma nova política

conhecida com a chilenização do cobre, a principal fonte de riquezas do Chile, criando a Codelco, a Corporação do Cobre. Como cita o documento do Programa: “Por uma educação para todas as crianças chilenas, pela organização da comunidade (Promoción Popular), pela criação de novas fontes de trabalho, pela Reforma Agrária, pelo Plano de Viviendas, pela reforma do sistema de propriedade, pela modernização da legislação do trabalho e a ampliação das bases sindicais, pela extensão e melhoramento dos programas de saúde, pela reforma e ampliação do sistema de segurança social, por alcançar essas metas, disse o Presidente Frei que não transigirá, que não mudará nenhuma das propostas nem por um milhão de votos (...) figuram também outros pontos de grande importância como a aceleração do crescimento econômico, o controle paulatino da inflação, a redistribuição de salários, o melhoramento da balança comercial, a reforma constitucional, a racionalização da administração pública e toda uma nova linha de ação nas Relações Internacionais”.

A plataforma de reformas estruturais que o governo de Salvador Allende herdou não se distanciava dos objetivos e metas da Unidad Popular. Ao fim do governo Frei, o caminho para a nacionalização integral do cobre estava aberto. O Congresso Nacional aprovou em 1971 com poucas modificações e por unanimidade a emenda constitucional que possibilitou a nacionalização total do cobre, postulada como Lei N°17.450.

O presidente Salvador Allende se dirigiu ao país assinalando que: “Chile vai nacionalizar o cobre em virtude de um ato soberano. Ato soberano que inclusive está consagrado nas resoluções das Nações Unidas, que estabelecem que os países têm direito a nacionalizar suas riquezas básicas”. Ao agregar um discurso socialista à retórica democrata-cristã, Allende conquista o poder como candidato da Unidade Popular (U.P.) em 1970. Processos como reforma agrária e estatização de empresas fizeram parte da sua

proposta para o país. A primeira grande estatização foi referente ao cobre. A partir do dia 15 de julho de 1973, o Estado se tornaria o proprietário de todas as empresas extratoras de cobre. Certamente esta decisão retirava do mercado as maiores empresas mineiras. Como vingança, deu-se início a um boicote ao governo, impossibilitando empréstimos internacionais. Porém isso não pareceu prejudicar a nova ordem chilena.

A condução da economia chilena foi fundamental para a mudança de agenda. No lugar da racionalização liberal, chegou-se ao caminho de um perfil distributivo através da intervenção direta do Estado na economia. O caráter do poder público mudou com um esforço considerável de organização e capacitação dos quadros técnicos e da burocracia, além de um esforço de preparação dos trabalhadores e dos sindicatos para as tarefas de uma gestão compartilhada entre o Estado e a sociedade civil. O economista Pedro Vuscovic, colaborador fundamental U.P., chamou a atenção constantemente para o fato de que a propaganda da grande imprensa burguesa projetou a imagem de que os administradores do governo popular de Allende eram piores que os gestores anteriores ligados a grande burguesia financeira. E que esta teria sido a razão imediata dos problemas chilenos, ou seja, uma crise de gestão pública.

No decênio dos anos sessenta o ritmo de expansão da economia latino-americana superou apenas ligeiramente o decênio anterior, sendo semelhante ao da economia mundial e inferior ao dos países e regiões mais dinâmicas, o que significa que, no seu conjunto, a posição relativa da América Latina piorou. As mesmas informações, sobretudo da CEPAL, assinalam que no mesmo período os índices correspondentes ao Chile foram todos inferiores à média latino-americana, quer se trate do produto global, quer do rendimento por habitante, do ritmo de expansão industrial, dos serviços básicos

ou da produção agropecuária. Além disso, o Chile foi um dos países que registraram as mais altas taxas de inflação durante a década, que atingiu a média anual de 26%.

No Chile contrasta até com mais nitidez o aumento moderado da participação do setor industrial e de serviços básicos na criação do produto, com a diminuição do emprego nesses setores e na agricultura, ampliando-se assim a incongruência entre as estruturas produtivas e as do emprego. As possibilidades de corrigir esta incongruência foram mais reduzidas no Chile na medida em que o seu coeficiente de investimentos durante a década foi inferior à média latino-americana e manteve-se constante entre 1955 e 1969.

Como na quase generalidade dos países da região, chegou-se no Chile ao fim dos anos sessenta com uma extrema desigualdade na distribuição social dos frutos do desenvolvimento tanto entre os setores urbanos e rurais como entre as diferentes regiões e segundo o nível de rendimentos dos seus habitantes, o que tendia a agravar-se em consequência de processos muito agudos de concentração crescente da propriedade dos meios de produção e da internacionalização progressiva da economia, principalmente dos seus setores mais dinâmicos.

Pelo mesmo motivo, não poderiam surpreender os resultados desalentadores para o Chile que revela a informação da CEPAL correspondente a 1970, um aumento do produto interno bruto de 2,5%, o mais baixo da América Latina, apenas superior ao crescimento da população; um aumento do rendimento real de apenas 14%, quero dizer, uma diminuição do rendimento per capita, em consequência da ação adversa da relação de preços de troca, provocada pela baixa do cobre no mercado internacional; enfraquecimento do trabalho nas minas, baixas importantes na produção do carvão e salitre, e em menor medida também na do petróleo e do minério de ferro; crescimento

exíguo da indústria manufatureira e nova aceleração do ritmo de aumento dos preços internos, com a taxa de inflação mais alta da América Latina.

Desse modo, os aspectos negativos do subdesenvolvimento do país resumem-se no baixíssimo ritmo de crescimento do produto per capita e sua prática estagnação desde 1967, na persistência duma inflação aguda, na deformação da estrutura produtiva orientada para satisfazer os padrões de consumo dos grupos de altos rendimentos, na acentuação de uma distribuição do rendimento nacional extremamente injusta, numa acumulação crescente de emprego e subemprego, na ampliação dos setores da população marginais, alheios ao esforço produtivo e à distribuição dos seus resultados, na subutilização crescente da capacidade produtiva instalada.

Não é demais lembrar que o Chile dispunha duma dotação privilegiada de recursos naturais, tanto pela sua extensão como pela sua variedade, e de uma população homogênea de considerável desenvolvimento cultural. Estabeleceu-se desde muito cedo uma sólida organização institucional e tem mantido um alto grau de estabilidade política. Resolveu favoravelmente as superadas confrontações do século XIX e alcançou sem conflitos de importância a sua integração e sentido como nação. O desenvolvimento primário exportador da sua economia permitiu-lhe no passado uma presença significativa no comércio e no transporte internacional. Iniciou precocemente um incipiente processo de industrialização, enfrentou decididamente o período de substituição de importações e deu impulso ao desenvolvimento de setores industriais básicos e de infra-estrutura. E, o que talvez seja mais importante, na experiência do Chile tem estado presentes planos sistemáticos de reformismo econômico e social, e durante os últimos anos a assistência financeira do exterior alcançou níveis muito elevados. Todavia, a presença de todos estes fatores não tem permitido modificar o estado e a evolução da

economia nacional chilena. Este foi o diagnóstico central da equipe econômica que orientou o reformismo de Allende.

Nesse contexto afirmou o economista Pedro Vuskovic: “É no contexto desta situação e da frustração histórica dos esforços feitos para superar que trabalham as forças sociais, a partir de 4 de setembro do ano passado abrem caminho no nosso país a uma experiência diferente. Não se trata de uma decisão política arbitrária, mas dum processo de transformação que a própria realidade tornou inevitável.”⁹

A partir da crise do sistema capitalista mundial, nos últimos trinta anos o país empreendeu um processo de industrialização destinado a ampliar a base produtiva da economia e a apoiar uma alternativa autônoma de desenvolvimento. A enorme desigualdade na distribuição dos rendimentos e da riqueza, a persistência de relações de produção arcaicas e a própria situação de dependência constituíram impedimentos decisivos manifestados na insuficiência dos resultados, na perda de dinamismo do sistema e até na desnacionalização progressiva dos setores produtivos destinados a assegurar o desenvolvimento autônomo.

O reforço da industrialização substitutiva foi substituído por uma concepção sobre o desenvolvimento latino-americano, encaminhada no sentido de promover a integração econômica regional, de considerar os problemas sociais que o funcionamento espontâneo dos sistemas econômicos latino-americanos não conseguiu resolver e fixar novas bases para a cooperação financeira e técnica exterior. Recolhemos ainda hoje os elementos positivos contidos nessas concepções, mas damos valor principalmente à dura experiência duma década em que a política de desenvolvimento que as traduzia em ações práticas deixa um saldo de frustrações e uma herança de problemas não resolvidos.

⁹ Pedro Vuskovic. *Socialismo no Chile?* Editora Aqueva. Coimbra. 1972. P. 45.

Depois do falhanço das políticas defendidas em tais concepções confirma-se que o subdesenvolvimento é o resultado inevitável de um padrão histórico de desenvolvimento numa modalidade estrutural de desenvolvimento da economia. São os caracteres principais do desenvolvimento capitalista dependente, a anarquia na atribuição de recursos produtivos, a concentração crescente da propriedade e dos rendimentos, o domínio do capital estrangeiro sobre as nossas riquezas básicas e a desnacionalização progressiva da economia, e que explicam também a decisão do povo do Chile de substituir a estrutura econômica, acabando com o poder do latifúndio e do capital monopolista nacional e estrangeiro para iniciar a construção do socialismo. Não se tratou na década de sessenta só de realizar as reformas estruturais necessárias para modificar as condições de funcionamento da economia e da sociedade, mas de transformar qualitativamente a sua natureza. Não se tratou de resolver a situação no interior dos limites do sistema, mas de substituir o sistema.

Mais uma vez voltando a Vuskovic:

“O desenvolvimento é portanto, um processo político mas não porque seja resultado duma decisão política particular, mas porque constitui um processo de transformação histórico-social de natureza política. Só surge a vontade dum Governo de realizar um determinado programa de reformas estruturais na medida em que esse Governo representa uma resolução das contradições sociais favoráveis às classes, cujos interesses são os do desenvolvimento, a transformação da sociedade e o estabelecimento de novas relações de produção propícias à expansão das forças produtivas”¹⁰.

¹⁰ Idem P. 63.

Entre os teóricos da dependência chegou-se a conclusão que os números recentes mostram que os investimentos estrangeiros nas novas nações e na América Latina se desviam cada vez mais da exploração de petróleo, matérias-primas e agricultura para se fixarem nos setores industriais. Até mesmo onde a maioria dos investimentos permanece fixada nos setores tradicionais, a taxa de crescimento do setor industrial é rápida. Isto é verdadeiro não só para a América Latina, mas também para a África e para a Ásia.

A verdade é que os cartéis multinacionais não só investem nos setores industriais das economias dominadas ou dos setores tradicionais da agricultura e das minas, mas também, ao operarem nestes últimos, procedem segundo novos métodos técnicos e organizacionais, aceitando por vezes a participação local das empresas. Bem entendido, estas transformações não significam o desaparecimento dos antigos tipos de investimento capitalista (nos setores do petróleo e das matérias-primas), mesmo no caso das economias dependentes industrialmente mais avançadas (Argentina, Brasil, México). No entanto, os traços dominantes do imperialismo nesses países, o desenvolvimento da sua industrialização, não poderiam ser definidos e tratados de modo rigoroso recorrendo aos quadros de referência segundo os quais a troca de matérias-primas contra produtos manufaturados constitui as características do comércio com esses países, sendo os seus meios de produção quase exclusivamente propriedade estrangeira.

Mesmo o setor dos minerais (o magnésio, no Brasil, por exemplo, o cobre no Chile sob o governo de Frei ou as indústrias químicas do petróleo em diversos países) estavam, com efeito, submetido aos novos modos de propriedade econômica. O traço distintivo dessas novas formas é a empresa conjunta, que compreende capital local do Estado, capital nacional privado e um investimento de um monopólio internacional (sob controle

estrangeiro em última análise). Por conseqüência, em certas economias dependentes entre as quais se encontram as dos países “em vias de desenvolvimento” da América Latina – os investimentos estrangeiros já não são uma forma de exploração pura e simples como era o caso do imperialismo clássico.

Falando estritamente – considerando os indicadores puramente econômicos – não é difícil mostrar que o desenvolvimento e a penetração dos monopólios nos setores industriais dos países dependentes não são incompatíveis. A idéia de que se produz uma espécie de desenvolvimento do subdesenvolvimento, além do jogo verbal, não nos ajuda a compreender melhor. De fato, a dependência, o capital monopolístico e o desenvolvimento não são termos contraditórios: produz-se uma espécie de desenvolvimento capitalista dependente nos setores do Terceiro Mundo integrados na nossa forma de expansão dos monopólios.

Segue-se que nos países como a Argentina, Brasil, México, África do Sul, Índia e outros, produziu-se uma fragmentação estrutural interna e uma identificação dos setores mais “avançados” de sua economia com o modo capitalista internacional de produção – por meio de ligações diretas com o sistema do capitalismo monopolista internacional.

A partir desse tipo internacionalizado de economia, e embora lhe estejam subordinados, os setores sociais e econômicos subdesenvolvidos dos países dependentes farão o papel de “colônias internas”. O abismo entre os dois aumentará provavelmente, criando um novo tipo de dualismo, muito diferente daquele de que falaram autores não-marxistas. A nova dualidade estrutural corresponde a uma espécie de diferenciação interna da mesma unidade. Resulta diretamente da expansão capitalista, bem entendido, é funcional em relação a essa expansão, na medida em que permite manter os salários a um nível muito baixo e diminuir as pressões políticas dentro do setor “moderno”, sendo

sempre melhor em termos comparativos a situação social e econômica dos indivíduos nesse setor. Aqui verificamos uma profunda cisão no pensamento crítico latino-americano. Três posições teórico-metodológicas em destaque: 1 - a nova dependência de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto, 2 - a teoria da dependência formulada por Theotonio dos Santos e Ruy Mauro Marini, e 3 - a concepção oriunda do pensamento da CEPAL de Celso Furtado, Raul Prebisch e do próprio Pedro Vuskovic ministro da economia da Salvador Allende.

Fernando Henrique vai formular o conjunto de questões que passamos a analisar e que comprometeram gravemente o futuro político do nosso continente. Em que medida se pode sustentar a idéia do desenvolvimento associado com a dependência? Indaga FHC. A resposta não poderia ser dada de improviso. Em primeiro lugar, proponho a hipótese de que a tendência atual dos investimentos imperialista permite um certo nível de participação local no processo de produção econômica. Por que, como, e em que medida?

Ponhamos em evidência um traço primordial que diferencia as formas atuais e as formas antigas do capitalismo. Antigamente, as mercadorias produzidas nas economias dependentes pela empresa estrangeira eram na sua grande maioria - senão inteiramente - destinadas às economias dos países avançados: petróleo, cobre, café, ferro, bauxita, magnésio, etc., eram produzidos para serem vendidos e consumidos nos países avançados capitalistas. Isto explica por que razão o mercado interno das economias dependentes não interessava às economias imperialistas, exceto a modesta porção de mercadorias de importação consumidas pela classe superior da sociedade dominada.

Para as G.M., Volkswagen, General Eletric, Sears, Roebuck, etc., o mercado latino-americano, se não mesmo o mercado de cada um dos países da América Latina onde os

cartéis produzem, é o objetivo imediato em termos de lucro. Assim, pelo menos em certa medida, os investimentos estrangeiros desse tipo têm necessidade de um certo nível de prosperidade interna.

Que espécie de prosperidade interna? Quando falarmos da repartição do rendimento, das estruturas do mercado e do emprego, mostraremos que, na realidade dos fatos, o tipo de desenvolvimento produzido pelo investimento estrangeiro – em razão de causas específicas que adiante se discutirão, em particular o tipo de tecnologia utilizado e a forma de acumulação do capital – cria um tipo de mercado limitado e restrito, destinado a uma classe superior.

Todavia, há e haverá frações das sociedades dependentes ligadas aos monopólios no interior e no estrangeiro por interesses comuns. Por outro lado, apesar do desenvolvimento econômico interno, os países ligados ao capitalismo internacional por esse tipo de ligação permanecem economicamente dependentes, na medida em que a produção de meios de produção (tecnologia) continua concentrada nas economias capitalistas avançadas (principalmente nos Estados Unidos).

Conforme o esquema marxista de reprodução do capital, o setor I (a produção dos meios de produção) – parte estratégica do sistema de reprodução – não existe virtualmente nos países dependentes. Assim, numa larga perspectiva, a realização da acumulação de capital exige uma complementaridade produtiva que não existe no interior do país. Na interpretação de Lênin, as economias imperialistas exigiam a expansão exterior para a realização da acumulação do capital. Reciprocamente, no seio das economias dependentes, o capital regressa à metrópole a fim de completar o ciclo da reprodução capitalista. É a razão pela qual a “tecnologia” é tão importante. O seu aspecto “material” é menos impressionante do que a sua significação como forma de manutenção

do controle e como uma etapa necessária no processo de acumulação capitalista. Os cartéis asseguram para si uma função-chave no sistema global de acumulação de capital, com a ajuda das “vantagens” tecnológicas. Um certo grau de prosperidade local é assim tornado possível na medida em que os produtos de consumo, produzidos localmente pelos investimentos estrangeiros, induzem alguns efeitos dinâmicos nas economias dependentes. Mas, ao mesmo tempo, o processo global do desenvolvimento capitalista exige uma relação recíproca entre o setor da produção dos produtos de consumo e o setor dos bens de investimento, reproduzindo desse modo os laços de dependência. Um dos fatores principais explicativos da expansão capitalista na teoria de Lênin era a busca de possibilidades de investimentos.

Atualmente, uma vez que o capital estrangeiro vai para o setor industrializado das economias dos países dependentes, na sua busca de mercados externos, deram-se algumas alterações consideráveis. Em primeiro lugar, tendo em conta as ações em número crescente repetidas nos cartéis estrangeiros, o montante líquido de capital estrangeiro realmente investido nas economias dos países dependentes diminuiu; as economias locais e o reinvestimento dos lucros realizados sobre os mercados locais fornecem as fontes necessárias para o aumento dos capitais estrangeiros, tendo ao princípio um montante relativamente limitado. Este processo está intimamente ligado ao processo tratado anteriormente, o da expansão do mercado local e está igualmente ligado ao aumento do número de empresas estrangeiras.

Em segundo lugar, e fato não menos importante, os dados mostram que as economias dos países dependentes exportam capital para as economias dos países dominantes durante o período de imperialismo monopolista. Em reação contra esse processo, certos países dependentes tentaram por um limite aos lucros exportáveis. No

entanto, os cartéis internacionais viram bem que a melhor maneira de fazer entrar lucros era fazer pagar licenças, patentes, 'royalties' e outros direitos. Esta forma de exploração, juntamente com as dívidas crescentes das nações exploradas junto das agências internacionais e dos bancos (controlados, de fato, pelos grandes países imperialistas), determinou as principais formas de exploração. Este estudo não tem por fim debater todas as conseqüências econômicas do capitalismo monopolístico. No entanto, já está a vista um certo número de repercussões do novo modelo de imperialismo, no que respeita aos Estados Unidos e a outras economias importantes. Se existe um problema real de rentabilidade do capital para o capitalismo monopolista, a nova forma de dependência aumentará a necessidade de encontrar novos campos de exploração para o capital acumulado nas economias metropolitanas.

É testemunho disso a tendência dos cartéis para denunciar cada vez mais as insuficiências técnicas da administração. As despesas militares constituem outro meio de encontrar novas saídas para o capital.

Na realidade, as principais tendências do último decênio mostram que a participação latino americana, simultaneamente na expansão do comércio internacional e nos investimentos, está a diminuir. Ao fazermos a distinção entre dois setores do comércio internacional – o centro e a periferia – verificamos que as taxas de crescimento comercial eram de 7,9% por ano nas economias centrais e de 4,8% nas periféricas. Em conseqüência disso, as exportações das economias periféricas que atingiram um ponto máximo em 1948 (32% do comercio internacional) baixaram para 26% em 1958 e para 21% em 1968 (abaixo dos 28% do período antes da guerra). No caso da América Latina, esta participação desceu de 12% em 1948 para 6% em 1968. O mesmo se passa quanto à importância da periferia para os investimentos americanos. A periferia absorveu 55% dos

investimentos totais diretos dos Estados Unidos em 1950 e apenas 40% em 1968. A participação latino-americana neste processo desceu de 39% para 20% durante o mesmo período.

Bem entendido que estes dados não mostram o aumento dos empréstimos e subvenções que - como já foi sublinhado - tem uma importância cada vez maior no imperialismo econômico. No entanto, o fato das relações entre as economias mais avançadas estarem a desenvolver-se não pode ser utilizado como argumento para concluir que vamos a caminho do fim do imperialismo. Muito pelo contrário. A conclusão mais justa seria que as relações entre os países capitalistas avançados e os países dependentes evoluem antes para uma marginalização destes últimos no sistema global do desenvolvimento econômico. (tal como sublinhou Aníbal Pinto). A teoria da chamada nova dependência previu algumas conseqüências políticas. Podem esperar-se certos resultados da nova forma de dependência, no que respeita à adaptação política e as reações no interior dos países dominados. Se a análise estiver certa, o processo de fragmentação dos interesses atrás descrito arrastará provavelmente uma diferenciação interna que, muito esquematicamente, apresentará as seguintes formas: uma parte da "burguesia nacional" (a principal, em termos de poder econômico - agrário, comercial, industrial ou financeiro) beneficia-se diretamente, como sócio menor, dos investimentos estrangeiros. Os formuladores de um desenvolvimento dependente e associado para o Cone-Sul vislumbraram, não apenas aos associados diretos, mas também aos grupos econômicos que beneficiam-se da atmosfera de prosperidade fictícia criada pelo desenvolvimento (o que se verifica facilmente no Brasil e no México, por exemplo). O processo vai mais longe e não é somente uma parte da classe média (intelectuais, funcionários do Estado, exército, etc.) que está implicada no novo sistema, mas até

mesmo uma parte da classe operária. Os empregados do setor “internacionalizado” pertencem-lhe estruturalmente. É evidente que a dependência estrutural não significa a co-opção política imediata, defendem-se os gramscianos uspianos. A integração política efetiva dos grupos e dos indivíduos depende dos processos políticos, dos movimentos, e dos fins e opções que se lhes apresentem. No entanto, na medida em que desenvolve o processo de internacionalização das nações dependentes, torna-se difícil continuar a ver o processo político em termos de uma luta entre a nação e a anti-nação, concebendo-se esta última como potência estrangeira do imperialismo. A anti-nação estará no interior da nação – por assim dizer, no próprio âmago das diferentes camadas sociais. Além disso, conceber, neste caso, a nação como uma nação “ocupada” não parece convincente. Poucos são os “outros”, em termos culturais e nacionais, que representem fisicamente a presença do “inimigo”. FHC, Serra e Falleto não querem dar a impressão de conceber o processo político de uma maneira mecanicista. Por isso a intenção que revelam e para inferir as conseqüências políticas a partir de uma análise econômica estrutural: a verdade é que a maior parte das interpretações esquerdistas da situação política da América Latina não só procedem do mesmo modo, mas também adotam um falso ponto de partida estrutural. Algumas observações mais gerais poderiam resumir-se da maneira seguinte: a) a análise baseada na suposição ingênua de que o imperialismo unifica os interesses e as reações das nações dominadas é uma simplificação abusiva do que na realidade se passa. Nela não se toma em consideração a fragmentação interna dos países e os efeitos de atração que o desenvolvimento exerce sobre as diversas camadas sociais, e não apenas sobre as classes superiores. b) Os termos “desenvolvimento” e “subdesenvolvimento” (André Gunder Frank) resumem o segundo erro. De fato, a hipótese de uma ausência de dinamismo estrutural nos países dominados, por culpa do

imperialismo, interpreta mal as formas reais do imperialismo econômico e apresenta uma explicação política confusa da situação. É necessário compreender que, em situações específicas, é possível pressupor o “desenvolvimento” e a “dependência”.

Além disso, não é possível generalizar o que diz respeito a esses processos, relativamente ao Terceiro Mundo. Estes processos só se produzem quando os cartéis reorganizam a divisão internacional do trabalho e fazem entrar as economias dependentes nos seus planos de investimentos produtivos.

Para os social-democratas e cepalinos a maior parte do Terceiro Mundo não estava necessariamente implicada nessa situação estrutural específica. Afirmar o contrário, diziam os teóricos liberais da dependência associada, levaria a erros políticos equivalentes aos que derivam, por exemplo, da análise da América Latina feita pelos dependentistas. Eles aceitaram a idéia de que o imperialismo homogeneizou todos os países da América Latina (com uma ou duas exceções) e adotaram o quadro de referência que insistia no antigo tipo de exploração imperialista já caducado com o fortalecimento, o domínio da oligarquia e dos proprietários de bens de raiz.

Quanto aos novo-dependetistas, defendiam-se afirmando que existiam diferentes formas de dependência na América Latina e que em algumas delas o desenvolvimento arrasta consigo uma perturbação dos poderes locais, deslocando do poder os antigos grupos oligárquicos e reforçando os tipos mais modernos de controle político.

Neste sentido, as atuais ditaduras da América Latina, mesmo quando são apoiadas militarmente, não exprimem, em virtude de coações estritamente estruturais, uma forma tradicional de domínio, oposta ao desenvolvimento: isto é, um capitalismo antimoderno.

Basta repetir que, do ponto de vista da esquerda, existem argumentos muito poderosos que justificam a crítica das duas novas formas de imperialismo e autoritarismo político. Mas é absolutamente evidente que se impõe fazer novas análises políticas para explicar as formas técnicas e burocráticas do autoritarismo do Estado ao serviço dos interesses da burguesia internacional e seus aliados. Neste contexto, Fernando Henrique tentou evitar uma aproximação mecanicista, uma orientação justa na luta contra o imperialismo capitalista, reivindicando a exigência de uma atenção especial aos problemas culturais e às diferentes formas de alienação, ou seja, um ataque às formas modelares da superestrutura.

Se o modelo capitalista de desenvolvimento dos países industrializados dependentes cria a parcelização interna e as desigualdades, os valores ligados à integridade nacional e à participação social podem ser transformados em instrumentos de luta política. Permitir ao Estado e à camada burguesa arvorar a bandeira do nacionalismo – concebido não apenas em termo de soberania, mas também de coesão interna e de integração social progressiva – seria um erro de conseqüências profundas. Para citar o próprio Fernando Henrique vejamos:

“Não quero dizer que a fração estratégica (ou revolucionária) das sociedades industrializadas dependentes constitua um “setor marginalizado”. Mas a crítica da marginalização como uma das conseqüências do desenvolvimento capitalista com a organização de massas não estruturadas constituem pontos indispensáveis numa tal análise e na estratégia política. Por esta razão, não é realista esperar que a burguesia nacional conduza à resistência contra a penetração estrangeira. Assim, a crítica feita a partir da perspectiva da dependência não pode

repousar em valores associados ao nacionalismo burguês. A integridade nacional no sentido em que a empregamos significa em primeiro lugar a integração popular na nação e a exigência da luta contra a forma especial de desenvolvimento promovida pelos grandes cartéis.”¹¹

E voltando às teses que vingaram das ditaduras aos processos de redemocratização:

“Do mesmo modo que o sindicalismo se pode tornar um perigo para os trabalhadores nas sociedades capitalistas avançadas, o desenvolvimento é um verdadeiro pólo de atração ideológica para a classe média e para os trabalhadores nos países da América Latina. Para lutar contra esta sedução, não basta negar numa base puramente ideológica o progresso econômico quando ele se produz. Os argumentos devem ser apoiados por valores e objetivos que aprofundem a tomada de consciência do povo em relação às desigualdades sociais e à dependência nacional. É claro que a adoção de uma política e de alianças políticas capazes de combater as novas formas de imperialismo exige uma análise política concreta das classes e dos grupos nos países onde os movimentos sociais estão a surgir ou já existem”¹².

Após o exame das teses da CEPAL consteladas nas palavras e ações de Vusckovic e dos argumentos social-democratas expostos por Fernando Henrique e pela teoria da nova dependência, examinemos o foco do MIR. O movimento de esquerda revolucionaria, significou um dos campos intelectuais e do xadrez político da maior relevância no cenário da agenda de Allende. Nas teses do MIR, desde a Segunda Guerra

¹¹ Fernando Henrique Cardoso. Imperialismo e Dependência. Mondar Editores. Lisboa. 1974. P. 57.

¹² Idem. P. 58.

Mundial, a situação internacional pode ser definida pelo progresso da revolução colonial e pela resistência do imperialismo; a oposição declarada aparece como linha fundamental da política dos Estados Unidos perante os governos reformistas de esquerda; a situação no sudeste asiático é um sinal de agressividade crescente do imperialismo no mundo. Na América Latina, apesar da Aliança para o Progresso, os EUA regressaram, desde 1965, data da sua intervenção em S. Domingos, à política do “arrocho” relativamente aos regimes “democráticos” pequeno-burgueses.

O imperialismo viu-se, no entanto, por vezes obrigado a aceitar governos reformistas onde não pode intervir a tempo, em virtude de objetivos mais importantes, como aconteceu no México quando da nacionalização do petróleo por Lazaro Cardenas. Do mesmo modo os governos populistas como o de Sukarno na Indonésia e o de Nkrumah no Ghana sobreviveram durante um certo tempo. As coisas passaram-se diferentemente para os governos desse tipo na retaguarda colonial onde os Estados Unidos tiveram as mãos livres para intervir, como o fizeram na Guatemala em 1954 e dez anos mais tarde no Brasil das Reformas de Base Goulart.

A escala mundial, a agressividade do imperialismo manifesta-se pela extensão da Guerra do Sudeste asiático ao Camboja e ao Laos; enquanto se intensificou o conflito do Médio-Oriente. O imperialismo ativou-se nas duas frentes, mas tentou “descomprometer-se”: a “vietnamização” substituiu soldados americanos por tropas locais ao serviço dos Estados Unidos, enquanto no Médio-Oriente, o exército de Israel representou os interesses estadunidenses. Na América Latina essa política endureceu com o acordo das burguesias nacionais, como o testemunharam o Brasil, a Argentina, o Uruguai, a Guatemala, a Bolívia, etc. No manifesto do MIR em apoio a Salvador Allende temos a seguinte passagem:

“Ainda que os Estados Unidos se vejam por vezes na obrigação de suportarem algumas distorções locais e temporárias nas províncias do Império, é pouco provável que o façam a longo prazo no Chile, o que não exclui a tolerância provisória a curto e médio prazo perante um governo reformista no Chile. É um fato que desde 4 de setembro não revelou qualquer intenção de intervenção aberta; é possível que os conflitos do sudeste asiático e do Médio-Oriente, a manutenção do ‘prestígio’ do ‘leader’ do ‘mundo livre’ e o movimento interior contra a guerra do Vietnam limitem durante um certo tempo a ação política dos Estados Unidos”¹³.

No entanto as lideranças do MIR reconheceram que não se deve confundir as limitações conjunturais da agressividade imperialista com uma tolerância estratégica em relação ao reformismo de esquerda na América Latina e negar a seguinte evidência histórica: ou o capital americano obtém garantias de poder pelo menos transferir os seus investimentos dum setor da economia para outro, ou os seus interesses estão ameaçados o que desencadeia a médio ou a longo prazo uma política de intervenção; isto não exige a intervenção direta e pode assumir a forma de uma agressão argentina ou duma reativação do conflito entre as classes dominantes e os trabalhadores chilenos (vejam-se as declarações da S.I.P., que o New York Times edita, a favor dum golpe de estado militar no Chile, etc.).

Entre as causas do triunfo eleitoral da U.P. deve-se ressaltar o progresso na mobilização das massas que permitiu o que se considerava muito difícil de conseguir: a maioria eleitoral da U.P. Essa mobilização fez entrar a luta das classes numa fase aguda e

¹³ Ruy Mauro Marini. Chile: Uma Experiência na América Latina. Editorial Presença. Lisboa. 1972. P. 13.

provocou a divisão das classes dominantes que apresentaram dois candidatos às eleições presidenciais (Tomic e Alessandri); isto explica que tendo obtido em 1964 38% dos votos, a esquerda tenha triunfado em 1970 com cerca de 36%. As classes dominantes tinham cometido um erro de cálculo dividindo-se; mas não foram as únicas a enganarem-se: face à expansão das massas, ao crescimento da esquerda e ao desencadeamento de ações revolucionárias no Chile, no Brasil, na Argentina, no Uruguai e na Bolívia, as classes médias amedrontaram-se; e se um setor procurou proteção desde o início, ao lado das lideranças de direita (e certos até ao fim), uma grande parte dessa massa preferiu, a um regime de direita tradicional que, seguramente, abriria caminho para uma esquerda revolucionária, a demagogia tomicista que propunha a “ordem e a paz”; isto permitiu o voto para Tomic que ao fim e ao cabo foi favorável a U.P. contra o alessandrismo.

O exacerbamento da luta das classes na época provocou igualmente fissuras no seio das Forças Armadas que perderam relativamente o seu tradicional monolitismo, privando assim as classes dominantes dum instrumento seguro em que baseassem o seu poder antes, ou imediatamente após as eleições.

Mais uma vez retomando as teses do MIR:

“A maioria eleitoral da U.P. testemunha ainda a maturidade atingida pelas massas, quando das mobilizações do último período. Essa maturidade permitiu à massa importante, que hoje aspira ao socialismo, resistir à intoxicação da propaganda capitalista exercida massivamente durante a campanha. É preciso também notar que certos setores entre os trabalhadores votaram pelos aspectos populistas do programa tomicista, o que permitiu a U.P. contar desde 4 de setembro com o apoio desses setores de base.”¹⁴

¹⁴ Idem. P. 30.

O significado histórico do triunfo eleitoral da U.P. tem a ver com a maioria eleitoral da esquerda, independentemente das possíveis orientações da sua linha política, e seja ou não evitada a confrontação, abriu um período histórico novo para os trabalhadores. Novas massas populares importantes entraram na luta pelo socialismo enquanto que o triunfo eleitoral lhes deu consciência da vitória e do “direito ao governo” através dum programa, o que implicou em um processo irreversível nas futuras formas das suas aspirações ao poder. Na medida em que é certo que as classes dominantes não abandonaram gratuitamente os seus privilégios, o triunfo eleitoral confirmou a legitimidade e o caráter massivo da confrontação de classes, prelúdio da conquista do poder pelos trabalhadores.

Dentre as certezas do MIR, e de que a batalha do Chile deveria ser travada: “Estamos certos que o triunfo eleitoral da esquerda constitui um ganho imenso no caminho para a conquista do poder e que favorece objetivamente o processo revolucionário do Chile, e por isso mesmo da esquerda revolucionaria.”¹⁵

A importância do triunfo eleitoral da U.P., que obteve maioria, concretizou o impasse em que se encontram as classes dirigentes e os trabalhadores, e fundamentou o direito teórico que a esquerda possui de assumir o governo. Essa maioria eleitoral de esquerda produziu uma clarificação política e pode-se ver dum lado encarnada a aspiração dos trabalhadores que querem ser o governo, do outro a decisão das classes dirigentes que querem defender os seus interesses. Na realidade os dois campos preparam-se para uma confrontação que, cedo ou tarde, acabará com esse impasse. Pode-se notar aqui o movimento pendular do regime chileno que se estabeleceu. A orientação

¹⁵ Idem. P. 42.

tradicional voltada para os setores da economia dependentes de infra-estrutura, repertório clássico dos economistas ortodoxos. Convivendo com esta receita amarga, a unidade popular de Allende procurava os caminhos para uma maior radicalização e efetivação do programa de reformas, que foi amplamente debatido nos conselhos de trabalhadores.

A U.P. esforçou-se por se tornar um governo a partir da maioria eleitoral obtida, o que significa ocupar as funções de presidente da República e confiar os ministérios aos membros da U.P. Enquanto os aparelhos de estado e as estruturas militar-burocráticas permanecem intactas, será impossível ir mais longe; o Estado permanecerá como um instrumento de domínio e continuará a preencher a sua função de classe. Como diria Lênin, os verdadeiros detentores do governo são os inumeráveis pequenos funcionários, tecnocratas, burocratas e militares que constituem a camada saída dos ministérios e dos trusts, que só pela revolução podem ser corridos.

Passar dum “governo de esquerda” às fases mais avançadas que conduzem a construção do socialismo, depende da destruição ou da não destruição do aparelho do Estado capitalista, da participação efetiva ou não que as massas tenham nesse processo, da composição revolucionária das forças políticas que dirigem esse processo, das medidas tomadas contra o imperialismo e o capital industrial, financeiro e agrário. Tudo isso pode assegurar a orientação revolucionária do movimento, mas conduz sem margem para dúvidas a confrontação armada entre os trabalhadores e as classes dominantes.

A conquista do poder pelos trabalhadores exigiu a destruição do Estado como instrumento de domínio da burguesia e a colocação ao serviço dos interesses dos trabalhadores de todo o aparelho estatal; tem-se em vista o exercício efetivo do poder pelos trabalhadores, baseado no povo em armas e certas formas de poder local. Tudo isto

para que o capital estrangeiro seja nacionalizado, para que os bancos e as fábricas pertençam a todo o povo, este era o projeto do MIR.

Sobre as possibilidades de aplicação do programa da U.P., querer-se-ia determinar se esse programa poderia ser recebido passivamente pelo sistema capitalista: fa-lo-emos partindo da sua formulação oficial e dos esclarecimentos prestados verbalmente por Allende. Não se trata de estudar somente as possibilidades teóricas do funcionamento abstrato do modelo econômico formulado por esse programa (posto em prática em circunstâncias históricas concretas: a N.E.P. soviética, a política chinesa dos anos 50). Os problemas para a agenda das reformas não surgiram apenas da amplitude do capital afetado pelas medidas eventuais; apareceram também das conseqüências políticas dessas medidas: direito de propriedade, exemplo possível para o resto do continente, etc. As nossas teses partem da necessidade de destruir o Estado capitalista e, fundamentalmente, formulam um programa anti-imperialista e anti-capitalista.

Se numa primeira etapa procurou-se proteger o pequeno proprietário rural, o pequeno comerciante e o pequeno industrial, não foi possível no caso do Chile executar uma aliança com setores da burguesia industrial ou agrícola, e menos ainda protegê-los. Também não ocultamos, sob uma “média burguesia” concessões a esses mesmos setores, como outros confusamente tentam fazer. As classes dominantes englobam os grupos estadunidenses e a burguesia industrial, financeira e rural. Para a agenda reformista de Allende não se tratou de aumentar o único setor econômico protegido pelo Estado para permitir que os setores da grande indústria e do capitalismo agrícola continuassem a desenvolver-se. O programa que foi estabelecido deveria ser na leitura dos militantes do MIR, um programa anti-imperialista e anti-capitalista, socialista nas suas linhas

fundamentais, e não um programa democrático contra o imperialismo como pensado pelas forças da U.P.

As medidas propostas pelo programa da U.P. não conseguiram ser absorvidas pelo sistema capitalista chileno. No domínio agrário, certos setores da burguesia industrial sustentam medidas que conferiram um impulso à industrialização da população agrícola, o que permitiu uma diminuição do custo dos salários industriais elevando o nível de vida da população camponesa incorporada por esse fato no mercado da produção industrial na altura, bloqueada pela ausência de um mercado interior. Mas essa burguesia não permitiu nunca a expropriação da maior parte das empresas agrícolas sem exigir uma indenização substancial, face ao problema de que os proprietários funcionavam também como empresários industriais e como proprietários de bancos, ou pelo menos pertencerem às mesmas famílias.

A U.P. se propôs a nacionalização do cobre. Mas as necessidades e o preço elevado desse material no mercado mundial provocaram a aparição de enormes fontes de produção no resto do mundo; acrescentemos a isso a substituição a longo prazo do cobre por outros metais e a tendência do capital norte-americano para se deslocar dos setores de investimento tradicional (no Chile fundamentalmente na extração) para os dos produtos fabricados, das finanças e do comércio; isso explica a diminuição relativa dos investimentos mineiros americanos no Chile. Ao mesmo tempo o governo norte-americano não tinha vontade de perder os lucros que o cobre lhe rendia a curto prazo na medida em que o seu preço era ainda elevado. Também em troca duma “boa” indenização, da outorga dum prazo razoável e de possibilidades de transferir os seus capitais para outros domínios, não é possível que os capitalistas e, portanto, o Departamento de Estado permitam esse gênero particular de nacionalização. Assim, por

exemplo, pode se explicar a aceitação complacente do “pacto de nacionalização” do regime limitado de Eduardo Frei. O caso da “indústria de monopólio” que a U.P. quer nacionalizar, é diferente. Esse setor da economia agrupava os interesses essenciais do setor mais importante e mais dinâmico da indústria chilena; melhor ainda, é aí que se transferem os capitais americanos, e pelas tendências observadas no Chile e no resto da América Latina, a burguesia pretendeu continuar a desenvolver-se aí associando-se aos capitais americanos e orientando-se para a procura de mercados exteriores através da formação de “mercados comuns” latino-americanos e regionais. A aceitação passiva por uma parte das classes dominantes nacionais e estrangeiras da nacionalização desse setor, seja qual for a forma ou o montante da indenização, parece mais difícil na medida em que se trata das bases econômicas do capitalismo e do sistema de domínio imperialista.

Os bancos chilenos pertenciam aos setores mais importantes da burguesia e do imperialismo; constituindo o grau mais acabado do seu desenvolvimento e a distribuição do crédito confirme a sua vontade e uma função econômica que não cederam facilmente tendo em vista a importância dos lucros que daí tiram. Se a administração racional do crédito pelo Estado convém aos comerciantes, industriais e agricultores de pequeno capital, a nacionalização da banca não pode senão lesar os interesses poderosos, e pode-se duvidar da sua aceitação passiva por aqueles de quem ela poria em causa as bases do poder e da riqueza. A partir do desenvolvimento destas teses o MIR dissertava da seguinte maneira: “Cremos assim que o programa da U.P. atinge centros vitais do capitalismo tais como as empresas estrangeiras, o capital financeiro, o setor dos monopólios da grande indústria e o latifúndio. Acreditamos igualmente que se este programa for realizado, provocará uma contra-ofensiva imperialista e burguesa que, juntamente com as aspirações e as energias que se libertam ao nível das massas, obrigará

a uma radicalização rápida do processo. É por isso que, embora o programa da U.P. não seja idêntico ao nosso, nós apoiaremos a realização destas medidas. Evidentemente, o curso dos acontecimentos decorrentes da aplicação destas medidas dependerá fundamentalmente da forma que ela assumir nos diversos setores (expropriação, associação com o Estado, controle indireto, etc.), da amplitude da aplicação (percentagem dos bancos atingidos, da indústria mineira, determinação do que se entende por latifúndio e monopólio industrial, etc.), dos prazos e da ordem dentro dos quais serão tomadas, da forma de indenização (prazos, em espécie ou não, formas de avaliação, etc.). Tudo isto não foi ainda claramente precisado e parece ser um motivo de discussão entre as forças da U.P. e os seus técnicos. Cremos que os problemas em questão serão resolvidos mais ou menos radicalmente, segundo a força política, social e militar com a qual será necessário contar no momento de assumir o governo e depois disso.”

A título de conclusão voltamos ao ponto que provocou os autores deste trabalho, como podemos reformas sem racionalizar? Ou melhor dizendo, sem excluir? Cepalinos, social-democratas, liberais patinam, e a teoria da dependência e do sistema mundial capitalista ainda carece de elementos de análise política e cultural que expliquem os impasses contemporâneos. Finalizamos agora assim com a perplexidade do Manifesto do MIR em 1972:

“A estratégia da luta armada foi fundamentalmente posta em causa? Temos sempre afirmado que a conquista do poder pelos trabalhadores apenas será possível pela luta armada. Sabe-se que é necessário atingir esses interesses poderosos que estão protegidos pelo aparelho do Estado capitalista, e que, prova-o a experiência histórica, as classes dominantes não hesitarão em empregar a violência para defender

o seu poder e as suas riquezas. Nunca afastamos a possibilidade dum país chegar ao socialismo como um “fruto maduro”, quando, agonizante o capitalismo mundial, o socialismo predominar sobre o planeta. Mas ainda não atingimos esse ponto.

Temos sustentado que a luta armada assumirá a forma de uma guerra revolucionaria prolongada e irregular, e que ela não poderá ser uma insurreição popular que dê nalgumas horas o poder definitivo aos trabalhadores, porque apesar do recuo do imperialismo no Vietnam e os processos da revolução colonial no mundo, o imperialismo é ainda terrivelmente poderoso de imediato, assim como as classes dominantes da América Latina. Só uma forma de guerra irregular, que, desenvolvendo-se política e militarmente, enfraqueça as classes dominantes e fortifique os revolucionários, poderá ter êxito no Chile.

O triunfo eleitoral da U.P. não mudou fundamentalmente essas condições. A confrontação é somente adiada, e quando se produzir, assumirá um caráter massivo e será ainda mais legitimamente fundada, o que torna mais importante do que nunca a estratégia da luta armada. Não variando fundamentalmente a correlação mundial das forças, a luta definitiva pelo poder devera assumir por seu turno um caráter irregular e prolongado.

É evidente que o que precede não destrói o fato de que o triunfo eleitoral da U.P. traz já modificações na primeira fase da luta pelo poder, luta que pode ir desde um levantamento popular à guerra civil e à guerra revolucionária que terá imediatamente um apoio popular massivo. Isso é

fundamental e conduz-nos a ajustamentos necessários nas formas táticas do combate. A ação direta, a mobilização de massas por métodos revolucionários e a guerra de ruas impor-se-ão enquanto reinar o sistema capitalista, enquanto os campos e as cidades chilenas conhecerem a exploração e a miséria e os trabalhadores se unirem contra os patrões.

É evidente que será preciso encontrar as adequações conformes ao momento político vivido, quanto à oportunidade, ao conteúdo, a forma e a amplitude destas formas de luta. Para já, todas as tarefas devem nesse plano, ter em vista a defesa do triunfo eleitoral da esquerda e combater as organizações de extrema-direita. Depois, será preciso pressionar para a realização do programa no seio das 'frentes massivas'." ¹⁶

¹⁶ Idem. Pp. 67-68.

III

O BRASIL DE JOÃO GOULART E OS INTELECTUAIS NACIONALISTAS

“Não há ameaça mais séria à democracia do que tentar estrangular a voz do povo, dos seus legítimos líderes populares, fazendo calar as suas reivindicações”. Com estas palavras, o presidente João Goulart encerrava a parte introdutória de seu discurso no comício de 13 de março de 1964, na Central do Brasil, sintetizando – consciente ou inconscientemente – o clima de conspiração golpista que já estava em andamento no país, articulada por setores conservadores.

Nesse momento, o projeto desenvolvimentista iniciado três décadas antes estava buscando incorporar de fato os setores populares, dentro de uma perspectiva nacionalista e reformista, considerando essa participação popular como uma condição sine qua non para o desenvolvimento do país. Em 1960, Álvaro Vieira Pinto já afirmava que "a ideologia do desenvolvimento tem necessariamente de ser um fenômeno de massas. (...) o processo de desenvolvimento é função da consciência das massas. (...) a ideologia do desenvolvimento tem de proceder da consciência das massas" (Consciência e Realidade Nacional). No entanto, esse projeto nacional-popular enfrentaria uma forte oposição dos setores conservadores, atemorizados com as crescentes mobilizações e greves dos trabalhadores urbanos, e com a novidade que representava o início da organização dos trabalhadores rurais e a extensão a eles dos direitos trabalhistas.

Cabe ressaltar nesse processo, a mudança de trajetória do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB que, desde o final da década de 1950, se afasta gradativamente da política mais conciliatória que o caracterizou em seus primeiros anos de existência, sob a égide do getulismo, e se aproxima de uma postura mais reformista, o que explica, inclusive, a intensificação de suas relações com o proscrito Partido Comunista Brasileiro

- PCB, em especial no movimento sindical. Neste contexto, amplos setores da população - principalmente os setores organizados - passam a ver no PTB e no governo João Goulart os canais através dos quais poderiam ser realizadas algumas alterações profundas na sociedade brasileira.

O governo de Jango representou um período de recrudescimento da luta de classes, com os interesses das classes populares e das elites dominantes se polarizando acentuadamente. O desenvolvimento capitalista continuado desde o final da Segunda Guerra começava a perder força e os conflitos entre trabalhadores e burguesia pela apropriação da renda se acentuaram (SADER, 1995:98).

Após alguns dias, os colaboradores diretos deste último, isto é, assessores e/ou ministros, encontram-se privados dos seus direitos políticos. Da mesma forma, os militares afastam os governadores e parlamentares (Miguel Arraes, governador de Pernambuco; Seixas Dória, governador de Sergipe; Leonel Brizola, deputado federal pela Guanabara, e outros tantos) mais intimamente relacionados com o governo anterior, agora identificado com o "Populismo" e o "Comunismo".

Ao mesmo tempo, inúmeros integrantes dos movimentos sociais da época - União Nacional dos Estudantes, Ligas Camponesas, sindicatos vários - encontram também os caminhos da prisão, do exílio ou do desaparecimento, procurando-se eliminar, assim, qualquer possibilidade de resistência efetiva à instalação do novo governo.

Nas décadas seguintes, o regime instaurado em 1964 implementa um modelo econômico que procurou manter uma política desenvolvimentista - porém excludente e vinculada à lógica do capital internacional - que teve o seu auge nos anos do "milagre econômico brasileiro", no início da década de 1970. No entanto, o esgotamento desse

modelo econômico, que coincide com o processo de redemocratização do país, no final daquela década e no início da seguinte, abre espaço para a implementação do modelo liberal que se tornaria dominante na década de 1990 e que nas palavras de um dos principais protagonistas desse processo – o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso – marcaria o “fim da Era Vargas”.

A destruição do patrimônio público construído ao longo de mais de cinquenta anos pelos brasileiros foi expressa pelo axioma liberal de que a liberdade e a justiça estavam intrinsecamente ligadas à ordem do mercado, relegando mais de 80 milhões de pessoas a um quadro de penúria, fome e desemprego. Este panorama social refere-se, em larga escala, ao profundo golpe sofrido pelo povo com o esmagamento da agenda nacional-trabalhista em 1964. A luta contra a ditadura militar e a longa e agoniada transição brasileira para a democracia tornaram difícil a tarefa de enxergar com nitidez as propostas contidas na frente de oposição ao autoritarismo.

Na discussão intelectual sobre o país nos anos 50 e 60 do século passado, difundia-se a idéia de sobreposição de um Brasil moderno a outro atrasado. Esta “razão dualista”, como denominada por alguns, era disseminada pelos intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros -ISEB, pela Comissão Econômica para a América Latina -CEPAL e pelo Partido Comunista Brasileiro - PCB, para este último, existindo ainda uma estrutura econômica e social no campo com a presença de resquícios feudais ou semif feudais que deveriam ser removidos por uma revolução burguesa, nacional e democrática. Somente a partir desta, viria a revolução socialista. Este sentimento de uma superação necessária do atraso já vinha sendo forjado desde o período democrático iniciado em 1946 e especialmente reforçado no governo de João Goulart, que contava com o apoio de vários desses intelectuais em seus quadros. É importante destacar que a relação de muitos

pensadores brasileiros com o Estado foi além da dimensão intelectual, com a ocupação de postos no funcionalismo público, no Executivo ou no Parlamento.

A interseção do contexto social latino-americano com o pensamento crítico de diversas matrizes se constitui na plataforma para um exame denso do quadro teórico em que se inscrevem intelectuais de várias tendências. O movimento de acumulação de metodologias, reflexões e visões de mundo díspares constituiu um cenário fértil para o pensamento latino-americano até os anos 1960. Para Theotônio dos Santos, o golpe interrompeu o avanço nacional-democrático, colocando o país no caminho do desenvolvimento dependente, apoiado no capital internacional e em ajuste com o sistema de poder mundial. Ruy Mauro Marini demonstra que os agentes internos representantes de pesados interesses de classe (banqueiros, controladores dos meios de comunicação e empresários), associados às demandas do capital estrangeiro, possibilitaram a ascensão de uma nova elite no poder. Esta se caracterizou por uma postura marcada pela violência contra os pobres, rebaixando salários, provocando a recessão e o desemprego estrutural, tudo isto sob o invólucro de um motor de classe representado pelo moderno empresário schumpeteriano. O golpe de 64 acelerou a dependência, travou o desenvolvimento e desarticulou a sociedade civil numa proporção nunca antes vista na história do Brasil. O pensamento sobre o nosso país paralisou nas décadas seguintes. As vertentes críticas do modelo de desenvolvimento saíram politicamente derrotadas numa luta árdua pela autonomia do Brasil diante dos interesses internacionais. Os modelos de interpretação da CEPAL com Prebisch e Furtado, da teoria da dependência representada por Santos, Marini, Frank e Amin, assim como a tese de um desenvolvimento dependente e associado assinada por Faletto, Fernando Henrique e Weffort, assinalam um período em

que o Brasil representava um problema para a universidade. Havia, ainda que com limites, uma conexão entre os centros de pensamento e reflexão e a sociedade.

O momento é propício para a retomada dessa tradição esquecida, traída e interrompida pelo golpe militar que ceifou o governo constitucional do presidente João Goulart. O quadro político mais imediato parece esvaziado de sentido, com uma certa indiferença da população relativamente à política e ao processo de participação. Entre 1930 e 1964, o país enfrentou de forma descontínua uma intensa luta contra as oligarquias tradicionais, revelando o calcanhar de Aquiles dos defensores do liberalismo econômico, no caso, a presença da população nas ruas. O sindicalismo, a emergência dos movimentos sociais organizados e a manifestação de uma intelectualidade comprometida com a questão nacional caracterizam um tempo em que o presidente da República João Goulart apareceu como biombo para a criação político-cultural e o epicentro de uma transformação/crise que desencadearia no golpe. O carisma de Vargas e de Goulart abasteceu a população deserdada de expectativas. O repertório de medidas sociais, a idéia de uma nação soberana sob os auspícios dos anos 20/30 e a fundação de uma economia nacional soldaram uma liga poderosa representada pela aliança do carisma com as reformas ou transformações. O comício foi o elemento essencial da mobilização popular, pela capacidade que tem o poder carismático de transformar a palavra em força transformadora. Goulart, como Vargas, compreendeu que a oralidade tem um papel fundamental na política face ao poder de convencimento e persuasão.

O problema do desenvolvimento político e econômico do Brasil marcou a inteligência do país desde a década de trinta. A visão de que a história do Brasil estava voltada para fora, um sentido colonial como destino, foi o ponto de partida de Caio Prado Júnior e, posteriormente, ganhou contornos mais definidos com Celso Furtado. No

ministério de Jango, a perspectiva histórica sobrava nas falas de Almino Afonso, Evandro Lins e Silva, Darcy Ribeiro, San Tiago Dantas, Waldir Pires, o próprio Furtado, entre outros. Os homens do presidente fizeram da história uma plataforma para as reformas. O ministério do presidente Goulart, longe de ser um grupo de aventureiros ou irresponsáveis, caracterizou-se por um campo de burocratas/intelectuais públicos. O que significa isso? Aos intelectuais, no olhar dos ajustados ao sistema, cabe a função de produzir para os seus pares. Na medida em que se distanciam deste objetivo acadêmico, tornam-se visionários e fora da realidade. Se o problema era a nossa vinculação secular do Brasil com a metrópole, então que se fizessem reformas econômicas, sociais e políticas a partir da base, ou seja, do alicerce, quase começando novamente num marco zero do país, buscando-se assim romper com a condição de periferia. A Lei de Remessa de Lucros simboliza o momento desta ruptura com o passado colonial. Ou pelos menos, mais uma etapa na conquista da soberania nacional.

A possibilidade ou ameaça de reconstrução da esfera pública, tão distante nos dias que correm, face aos crescentes interesses privados, estimularam os golpistas e traidores que viviam na antecâmara do Palácio do Planalto. Gaúchos ou paulistas, banqueiros ou simples formadores de opinião privatizados, muitos acreditaram que o povo desorganizado seria um interessante objeto nas mãos das elites. A influência de uma mentalidade metropolitana limitou a concepção que temos de nós mesmos. A derrubada do presidente Goulart inscreve-se num raio maior de alvos. O espectro vai desde o cancelamento da capacidade crítica dos jovens que cresceram sob a marca do desenvolvimentismo até ao projeto da ditadura de acorrentar a democracia. O Brasil, ao longo do século XX, foi se refazendo de crise em crise, tendo como eixo de rotação o embate entre o liberalismo econômico e a tentativa de construção de um Estado forte e

intervencionista, que afinal impulsionou os ganhos sociais da sociedade brasileira na primeira metade do século.

Os anos 1930 a 1960 corresponderam a um período intenso de efervescência intelectual no Brasil, um país que se industrializava e se transformava, ampliando a participação de forças democráticas e incorporando as massas à sociedade moderna. As manifestações políticas do período que se estendeu nesses anos estavam associadas a uma movimentação na economia, na política e nas artes que eram o resultado de uma política de Estado. Autores como Gilberto Freyre - que publicou *Casa Grande e Senzala*, em 1933, modificando o enfoque da questão das raças formadoras do país e fazendo a defesa da colonização portuguesa, expressa na idéia da democracia racial -, Caio Prado Júnior - com *Evolução política do Brasil*, livro de orientação marxista que enfatizava a participação das camadas populares na história nacional -, e Sérgio Buarque de Holanda - que publicou *Raízes do Brasil* em 1936, contrapondo-se a Gilberto Freyre ao ressaltar a necessidade de o país superar as raízes culturais portuguesas como condição para entrar na modernidade -, travavam o debate intelectual e político sobre que matriz regional expressaria melhor a nacionalidade. Até a década de 1930, vigorava a tese de que o Brasil era um país sem povo. Estes trabalhos trouxeram uma mudança neste panorama, a partir de novos paradigmas como raça, modernização, tradição, patriarcalismo e revolução, que foram sendo assim incorporados ao vocabulário corrente dos círculos intelectuais e universitários brasileiros.

Muitas das vozes dessa intelectualidade brasileira eram portadoras de uma visão messiânica, comprometida com as lutas nacionais, que se acirraram, principalmente, nos anos do governo Goulart. Esta perspectiva salvacionista e missionária em relação ao Brasil esteve presente nos meios intelectuais brasileiros desde finais do século XIX,

mantendo sua permanência nos anos que se seguiram, ainda que seus traços variem com as conjunturas. A utopia da justiça social está profundamente enraizada no pensamento nacional, ainda presente, e em muito associado ao sebastianismo português. De um modo geral, os líderes nacionais que marcaram a história de nosso país, e permanecem na memória, foram aqueles que fizeram o povo sonhar. Getúlio Vargas, iniciando um processo intenso de aproximação com as aspirações de reconhecimento da classe trabalhadora como ator político, permanece até os dias de hoje como uma representação de um líder que podia concretizar os sonhos de justiça social, que vêm sendo desfeitos desde a década de 1990 com a retórica, e ação política, do fim da chamada Era Vargas. Em Juscelino Kubitschek, este simbolismo seria edificado na construção de Brasília e de estradas e na industrialização acelerada, que caracterizaria a entrada do país da modernidade. João Goulart, tido como herdeiro da obra política de Vargas, consubstanciaria os sonhos de uma massa mais consciente de seu papel social nos projetos de reforma de base e na superação dos laços da dependência colonial.

A resistência à interferência externa e interna representava a força desses líderes, preocupados com os destinos da nação. O povo via as grandes conquistas políticas, avanços sociais e obras públicas como a chegada de um novo tempo, ao mesmo tempo em que criava uma forte ligação afetiva com aqueles que simbolizavam a concretização da sua utopia da nação. Da mesma forma, a participação dos intelectuais na vida nacional respaldava-se na crença salvacionista de seu papel, pela sua sintonia com as novas tendências do mundo, tratando das questões sociais e do debate político-ideológico entre a direita e a esquerda que mobilizava o mundo, fazendo a crítica aos valores da sociedade patriarcal e oligárquica do passado.

As transformações na sociedade brasileira durante os períodos dos governos de Getúlio Vargas e o impacto da Segunda Guerra Mundial, principalmente a partir de 1947 e a divisão ideológica do mundo pela Guerra Fria, que levou a uma redefinição de grupos e correntes de pensamento, foram importantes para alterar a idéia de nação desejada, desenvolvendo-se um profundo debate sobre os valores e as origens da sociedade brasileira. O Estado que se instituiu após a Revolução de 1930, lançou as bases de uma política cultural que teve como marco inicial a criação do Ministério da Educação, desdobrando-se na formação de diversos outros órgãos com o mesmo pensamento norteador. Intelectuais das mais diversas formações e correntes de pensamento, como modernistas, positivistas, integralistas, católicos e socialistas foram chamados a participar desse entrelaçamento entre cultura e política que caracterizou aqueles anos, ocupando cargos importantes na burocracia do Estado, que deve ser visto não como cooptação por interesses imediatos, mas pela sua própria identificação como uma elite salvadora do país. Esses intelectuais reinterpretaram o passado, buscaram captar a realidade brasileira e construíram vários retratos do Brasil, uma discussão que vinha ocorrendo desde os anos a década anterior. A premissa era a da necessidade de participação ativa do intelectual no processo de mudança da sociedade.

A ideologia revolucionária formulada nos primeiros anos do governo de Getúlio Vargas tinha fortes pontos de contato com as propostas antiliberais desde então defendidas por intelectuais como Oliveira Viana, Francisco Campos e Azevedo Amaral. Para esses autores, os principais responsáveis pela crise brasileira eram as oligarquias rurais que se haviam apoderado do Estado graças às deficiências do modelo de governo liberal-federalista introduzido pela Constituição de 1891, incapaz de resolver os problemas nacionais. Essa experiência liberal esgotara-se em todo o mundo, não apenas

no Brasil, e com ela seus instrumentos clássicos de representação democrática, como os partidos políticos e o Congresso, cabendo agora ao governo central tomar o controle do poder e ditar as diretrizes do desenvolvimento nacional. Essas idéias eram compartilhadas pelas lideranças tenentistas, que no início do Governo Provisório ocupavam cargos estratégicos nos estados e na administração central. Vargas não se cercou apenas dos tenentes em seus quadros, mas incorporou intelectuais para postos de destaque, principalmente com a criação de diversos órgãos capazes de atraí-los para junto do governo.

Essa intelectualidade mostrou-se disposta a auxiliar o Estado na construção da sociedade em bases racionais. Para Milton Lahuerta, o Estado Novo ofereceu um caminho seguro para a realização de seus ideais e utopias, construindo a nação por meio do Estado a ela simbiótico. Os intelectuais daqueles anos tomaram para si a prerrogativa de influência no caminho da nação. Constituía-se, assim, um novo bloco de poder com uma perspectiva autoritária e modernizadora, realizando a fusão da modernidade e do projeto nacional. O problema crucial era a questão da identidade nacional e das instituições; buscava-se ao mesmo tempo recuperar suas raízes e romper com o subdesenvolvimento. Era preciso, segundo eles, organizar o espírito nacional, a “nação”, forjar a construção de um “povo”, escolarizando-o, criando uma cultura política que fosse capaz de assegurar a unidade e a integração nacionais. O Estado como ator privilegiado, único capaz de erradicar o atraso, o patrimonialismo e o privatismo do passado.

Nos anos 1950, passava a ser construída uma nova categoria para pensar o Brasil e a América Latina – o subdesenvolvimento, um conceito elaborado pelos intelectuais que participavam da Comissão Econômica para América Latina e Caribe - CEPAL, e que teve

Celso Furtado como um de seus principais formuladores. Esta nova matriz de pensamento afetaria outros campos do conhecimento, como a Sociologia e a História, voltando-se o debate para a pesquisa sobre a dicotomia entre o arcaico e o moderno e as resistências perenes à mudança. O projeto nacional-desenvolvimentista que se desenvolveu a partir destes questionamentos encontraria no Instituto Brasileiro de Estudos Sociais e Políticos - IBESP, criado em 1952, seu principal campo de formulação de uma perspectiva nacionalista entre os dois grandes blocos em que se dividia o mundo da Guerra Fria. O IBESP iria se desdobrar no ISEB, que, por sua vez, assumiria a mesma perspectiva da CEPAL. Acrescentando uma ideologia do desenvolvimento à explicação estrutural para os problemas brasileiros, sob a ótica da economia, propunha o papel do Estado como principal agente da modernização e da democratização. O projeto de desenvolvimento capitalista buscava a superação da estrutura colonial ou subdesenvolvida pela industrialização, capaz de conduzir à emancipação e à plena soberania do país.

A CEPAL influenciou os rumos dos debates políticos e econômicos na América Latina, fazendo uma reflexão sobre os problemas regionais a partir de uma crítica histórica às relações de colonialismo impostas pelo centro da economia capitalista, que ocorreria não apenas como um fenômeno externo, mas manifestando-se através de fatores diversos da estrutura interna de um país. Celso Furtado foi um dos mais importantes teóricos cepalino, junto com Raúl Prebisch, com uma reflexão crítica das questões locais latino-americanas. Em 1949, Furtado foi para Santiago do Chile para trabalhar na CEPAL, que havia sido criada no ano anterior, sendo nomeado por Raul Prebisch, em 1950, para o cargo de Diretor da Divisão de Desenvolvimento Econômico, onde permaneceu até 1957. Junto com outros intelectuais, como o próprio Prebisch e

Aníbal Pinto, teve grande responsabilidade na produção das principais idéias da escola do pensamento econômico da CEPAL, através do exame das estruturas sociais e ainda do uso de parâmetros não econômicos nas análises macroeconômicas. Sua atuação estendeu-se por diversos países da América Latina, como Argentina, México, Equador, Venezuela, Peru e Costa Rica, em conferências onde defendia a teoria do desenvolvimento do continente, que somente se daria através de transformações da estrutura econômica, como reforma agrária, e mudanças nas relações de comércio exterior. Esta experiência foi fundamental para consolidar sua condição como um dos principais teóricos do subdesenvolvimento e de grande pesquisador da História Econômica da América Latina e do Brasil, onde suas preocupações com estas questões o levaram a entender que o processo de desenvolvimento capitalista criou uma certa divisão internacional do trabalho com o objetivo de apropriar-se do excedente por ela gerado, causando uma apropriação interna de forma concentrada, anti-social e antidemocrática. O subdesenvolvimento não se constitui em uma “etapa” do capitalismo, mas é um processo originado da sua penetração em áreas atrasadas e pré-capitalistas.

No governo de Juscelino Kubitschek, foi presidente do Grupo de Estudos CEPAL/BNDE (1953-1955), formado por técnicos dos dois órgãos, que produziu subsídios para o famoso Plano de Metas de JK. Retomando suas atividades na sede da CEPAL, no Chile, Celso Furtado participou de uma série de conferências onde pôde expor suas idéias sobre as técnicas de preparação e análise de projetos de desenvolvimento levando em conta uma visão integrada dos problemas econômicos do país a longo prazo. Em 1958, Furtado desligou-se da CEPAL e foi nomeado para compor a diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE, cargo que ocupou até 1959, com a condição que pudesse propor uma política para o Nordeste.

Questionando a eficácia do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, GTDN, Furtado decidiu elaborar um estudo sobre a região, que realçava o enorme desnível entre esta e o Centro-Sul (Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste), sem informar aos integrantes do grupo, porém dando-lhe a autoria, que permitiu a criação do Projeto de Lei de criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Além de ter sido seu idealizador, foi também seu primeiro superintendente. Esta agência governamental foi pioneira para impulsionar o desenvolvimento econômico no atrasado nordeste brasileiro, que seria a alternativa para a solução dos problemas econômicos do Brasil. Implantando uma nova visão desenvolvimentista, suas ações colocavam os investimentos federais na região como objeto de planejamento plurianual – planos diretores de desenvolvimento econômico e social do Nordeste. Os órgãos federais regionais da região, assim como os programas socioeconômicos de interesse do Nordeste, passaram a ser coordenados pela SUDENE.

A renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart não mudaram a posição de Celso Furtado na superintendência da SUDENE, participando, ainda em 1962, do Acordo do Nordeste, firmado entre através do órgão com o governo norte-americano, através da United States Agency for International Development (USAID). Com a criação do posto de Ministro Extraordinário do Planejamento em 1962, Furtado foi nomeado para ocupá-lo, ficando até 1963. Nesse posto, foi incumbido de elaborar um plano de política econômica do governo presidente João Goulart, estabelecendo as diretrizes do Plano Trienal, que buscava integrar o esforço de estabilização imposto por uma inflação descontrolada, com os objetivos de longo prazo que incluíam a modernização econômica e a reforma agrária, já que a “estrutura agrária, cujos efeitos sobre o perfil da demanda (...) constitui uma segunda face deformada do sistema econômico deste país”. O Plano

Trienal tinha também como proposta a implementação das chamadas Reformas de Base, necessárias para o desenvolvimento econômico do país. Com o fracasso dos planos de estabilização e de crescimento baseados no Plano Trienal, João Goulart decidiu mudar seu ministério, saindo Celso Furtado de seu cargo de Ministro, retornando à superintendência da SUDENE.

Seu clássico Formação Econômica do Brasil, escrito em 1959, buscou descrever a evolução econômica do país a partir da inserção de suas regiões na dinâmica do comércio internacional, percebendo-se a especialização econômica como um fator de inserção na economia mundial. Outro aspecto abordado em sua obra trata da constatação de que o atraso brasileiro não era herdeiro de suas composições raciais, porém do instituto da escravidão e do papel que a nação desempenhou ao longo dos séculos. Suas reflexões históricas sobre nossa formação periférica analisam as três estruturas por ele definidas – agricultura tropical, agricultura temperada e mineração -, agrupando os países segundo sua produção mercantil e inserção externa, que estabelecia, cada uma delas, uma forma distinta de uso de recursos e origem do capital. O deslocamento das atividades econômicas primárias para produtos e serviços de mais alto valor agregado não ocorre naturalmente, mas fazem parte dos interesses dos países centrais para se desenvolverem. As propostas econômicas liberais de livre comércio aparecem como a ideologia vendida pelo centro do sistema mundo, em especial pela nação hegemônica. Da mesma forma, aparece em seu trabalho a temática da integração regional, a partir da identificação das possibilidades do espaço econômico regional na sua relação com os fatores da economia nacional.

O outro importante centro de reunião de intelectuais preocupados em discutir os caminhos do país, o Instituto de Estudos Brasileiros – ISEB foi criado em 1955, dentro da

própria estrutura do governo, no caso, o Ministério da Educação, e, portanto, com uma perspectiva de estruturação de um arcabouço intelectual voltado para a ação política. Para os intelectuais do ISEB, seu papel era o de intervenção direta no campo político, buscando o esclarecimento ideológico das forças progressistas do país, dentro de um movimento nacionalista que se expandia pelo país naqueles anos. Mas não se pode caracterizar uma unicidade em seus posicionamentos, ao contrário, a heterogeneidade do pensamento era uma característica da composição do Instituto. Cada um de seus intelectuais produziu leituras particulares dos dilemas de seu tempo, enfrentando o confronto entre o nacionalismo e o entreguismo sob ângulos próprios. Reunindo intelectuais de distintas orientações teóricas e ideológicas para debater e refletir sobre “os dilemas e os problemas cruciais da realidade brasileira”, o Instituto buscou ser um instrumento de intervenção eficaz no processo político brasileiro. Tendo as características de uma grande frente intelectual e política, foi a instituição que melhor simbolizou a noção do engajamento intelectual na vida pública de um país. Passando por diferentes fases, dois momentos foram significativos, o primeiro que corresponde ao da sua criação e da sua ação nos anos do governo de JK, com uma nítida sintonia entre seus intelectuais e o projeto industrializante do governo, e o último período, que acompanha os anos de João Goulart na presidência da República, correspondendo a fase em que se procedeu a uma revisão crítica das teses nacional-desenvolvimentistas.

No primeiro momento, conviviam no Instituto posições teóricas e políticas nacionalistas, socialistas e liberais progressistas, e ainda aqueles defensores do capital estrangeiro e antinacionalistas, como o economista Roberto Campos. A frente político-ideológica que convergia na defesa do nacional-desenvolvimentismo enfrentou uma crise decisiva na divisão que se processou no Instituto a partir da publicação da obra de Helio

Jaguaribe - O nacionalismo na atualidade brasileira, em 1958, onde o autor defendia a privatização de setores básicos da economia brasileira, como o setor petroquímico. As discussões se instalaram no Conselho Curador, onde o grupo ligado a Guerreiro Ramos questionou, abertamente, as proposições defendidas por Helio Jaguaribe, estabelecendo a cisão definitiva entre os grupos, gerando o afastamento de Guerreira Ramos do Conselho Curador e de Helio Jaguaribe do próprio ISEB.

Durante seus últimos anos, o ISEB esteve sob a direção política e intelectual do filósofo Álvaro Vieira Pinto e do historiador marxista Nelson Werneck Sodré, contando, ainda, com a colaboração de vários professores universitários ligados à esquerda política do país. Será uma fase de intensa politização e homogeneização ideológica do Instituto, bem como do país, que passará a privilegiar o debate das reformas sociais e econômicas - as reformas de base - defendidas pelo governo Goulart e pelo movimento nacionalista. Se num primeiro momento, o ISEB viria aproximar-se de outras elites modernizadoras, militares e tecnocratas, no seu período final, estaria próximo da esquerda, alinhando-se às organizações progressistas que lutavam pelas reformas de base.

Os intelectuais isebianos sintonizavam-se com a dinâmica das lutas sociais e políticas presentes na sociedade brasileira dos anos 1950 e 1960, não se limitando apenas às suas aulas e conferências, mas ampliando os debates sobre a relação do Brasil com o então chamado Terceiro Mundo. Aderiram à ação mobilizadora política, escreveram obras dirigidas aos setores populares, como os Cadernos do Povo Brasileiro, assinavam também artigos em jornais e revistas progressistas reivindicando a realização das reformas estruturais e, durante toda existência do Instituto, se posicionaram ativamente contra as constantes ameaças ao regime democrático brasileiro. Ainda que suas divergências caracterizem sua heterogeneidade de pensamento, o ISEB caracterizou-se

por uma nova forma de ver o Brasil, pregando uma inversão da tendência de alheamento do intelectual brasileiro, buscando pensar o país a partir de sua própria realidade.

Álvaro Vieira Pinto, Roland Corbisier e Nelson Werneck Sodré, entre outros, são importantes representantes da produção intelectual do ISEB. A obra de Nelson Werneck Sodré é fundamental para que se entendam as diversas interpretações do Brasil, sendo o livro *Formação Histórica do Brasil* (1962) a verdadeira matriz de todo o seu pensamento. Durante o segundo governo de Vargas, integrou o grupo de intelectuais e políticos próximos ao presidente, com o intuito de organizar uma instituição que tinha como objetivo principal pensar a realidade brasileira, começaria a se relacionar à distância com o grupo que, mais tarde, criaria o ISEB. Muitos intelectuais ligados às universidades, principalmente os uspianos, faziam pesadas críticas aos intelectuais do Instituto. A resposta isebiana, principalmente na voz de Werneck Sodré, vinha na crítica à neutralidade científica cultivada pelos intelectuais paulistas.

Aliando sua produção intelectual a uma ação política, Nelson Werneck tomou parte na campanha de Henrique Lott, candidato próximo das correntes nacionalistas, à presidência da república em 1960. Com a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, iria se esconder, tão logo soube da detenção do Marechal Lott junto com aqueles ligados à sua candidatura, favoráveis à posse do então vice-presidente João Goulart, saindo da clandestinidade quando esse assume o poder. No entanto, acaba sendo preso por 10 dias, acusado de participar de uma conspiração nacionalista. Esses seriam os anos de maior produção intelectual de Nelson Werneck, principalmente a partir de 1962, onde fez consistentes análises sobre sua compreensão a respeito da particularidade brasileira, em que afirma sua tese da existência de relações feudais no campo no processo histórico brasileiro, apresentada no seu estudo sobre a questão colonial do país no livro *Formação*

Histórica do Brasil. Ao lado de sua atuação intelectual, Nelson Werneck Sodré adotou uma posição ativa de luta por reformas, principalmente pela reforma agrária - somente esta permitiria a revolução antiimperialista, antifeudal, nacionalista e democrática. Já no prefácio, afirmava que era necessário estudar as raízes da história nacional para a compreensão do presente, já que a sombra do passado histórico projetava-se sobre o presente do país. Da mesma forma, a vivência dos problemas de sua época levaria ao aprofundamento da compreensão do passado, levando a uma revisão histórica da sociedade brasileira.

Roland Cavalcanti de Albuquerque Corbisier, paulista nascido em 9 de outubro de 1914, foi outro dos grandes intelectuais do ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, no ano de 1936. Quando ainda estudante, integrou-se ao grupo de intelectuais que se formou em torno do movimento integralista, chegando a comparecer ao I Congresso do movimento realizado com a finalidade de reunir os vários núcleos estaduais e integrar a Ação Integralista Brasileira (AIB) em nível nacional. Rompeu com o integralismo em 1945, por suas divergências com Plínio Sampaio.

Começou a participar do grupo de estudos que se reunia no Parque Nacional de Itatiaia, o "Grupo de Itatiaia" como ficou conhecido, em 1952, onde também participavam Helio Jaguaribe, Rômulo de Almeida, Cândido Mendes de Almeida, Ignácio Rangel e Evaldo Correia Lima, e à distância, Nelson Werneck Sodré. No ano seguinte, o Grupo de Itatiaia criou o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política - IBESP, que passou a editar a revista Cadernos do Nosso Tempo. Em 1955, os integrantes do IBESP decidiram criar um órgão para influir nas decisões oficiais relativas a orientação de política de desenvolvimento no país. Foi então que surgiu o ISEB -

Instituto Superior de Estudos Brasileiros, com autonomia administrativa e liberdade de pesquisa, de opinião e de cátedra, voltado para o ensino das ciências sociais e para a compreensão crítica da realidade brasileira. Roland Corbisier foi escolhido para assumir o cargo de diretor-executivo do instituto. Integrando os quadros do Ministério da Educação e Cultura, Rolando Corbisier transferiu-se para o então Distrito Federal em 1954. De abril a maio desse ano, colaborou no jornal Tribuna da Imprensa. No período de 1954/1955, foi nomeado pelo ministro da Educação de Café Filho, secretário da Assistência Técnica da Educação e Cultura do MEC.

Como político, ingressou nos quadros do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, elegendo-se deputado para a Assembléia Constituinte do recém-criado estado da Guanabara, quando então deixou a direção do ISEB, sendo substituído por Álvaro Vieira Pinto. Em fevereiro de 1961, assumiu seu mandato de deputado estadual, participando da comissão encarregada de elaborar o anteprojeto de Constituição do estado. Além disto, foi presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia. No ano seguinte, foi eleito suplente de deputado federal pela Guanabara pelo PTB, deixando a Assembléia carioca em janeiro de 1963. Em agosto, assumiu uma cadeira na Câmara, integrando a Comissão de Constituição e Justiça, onde apresentou projetos de lei relativos à legislação trabalhista. Ao mesmo tempo, fazia parte do grupo que apoiava a política nacionalista e as reformas de base propostas pelo presidente João Goulart.

Foi nesta situação que o golpe civil-militar de 1964 viria encontrar Roland Corbisier. O Ato Institucional número 1, de 9 de abril, entre outras coisas, permitiu a cassação de mandatos parlamentares, sendo Corbisier incluído logo na primeira lista dos cassados. Com a extinção do ISEB logo a seguir, foi arrolado no Inquérito Policial Militar instituído para apurar suas atividades. Acusado de ter negociado o apoio de comunistas

a Negrão de Lima nas eleições de 1965 para o antigo estado da Guanabara, Roland Corbisier ficou preso na sede do DOPS do Batalhão de Guarda da Polícia do Exército nos meses de novembro e dezembro daquele ano.

Álvaro Vieira Pinto, a exemplo de Guerreiro Ramos e Roland Corbisier, se incorporou à Ação Integralista Brasileira (AIB), em 1934. Com a formação de médico, converter-se-ia para a área de ciências humanas, passando a lecionar a cadeira de História da Filosofia na Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro, com a indicação de Alceu Amoroso Lima, um campo onde era uma autodidata, já que não fez nenhum curso. Em 1949, foi para Sorbonne, onde desenvolveu sua tese sobre a Cosmologia de Platão, com a qual foi aprovado e nomeado para a cátedra na Faculdade de Filosofia. Em 1951, foi nomeado professor catedrático na mesma faculdade.

Entraria para o ISEB a partir de um convite de Roland Corbisier, para lecionar no Departamento de Filosofia. Na chefia do Departamento de Filosofia do instituto, lançou a coleção "Textos de Filosofia Contemporânea do ISEB" e publicou *Consciência e realidade nacional*, considerada sua obra filosófica mais sólida. Em 1962, assumiu a direção executiva do ISEB, tendo de enfrentar uma difícil situação financeira e uma permanente campanha difamatória movida pela imprensa conservadora, tendo à frente o jornal *O Globo*. Lá ficaria até 13 de abril de 1964, quando a instituição foi extinta. Em 1963, integrou a Comissão do Ministério do Trabalho para a formulação das diretrizes do Serviço de Reabilitação da Previdência Social.

Com o fechamento do ISEB, em 1964, Álvaro Vieira Pinto, exilado pela ditadura militar que assumiu o poder, foi para a Iugoslávia, ficando durante um ano, indo depois para o Chile por sugestão de Paulo Freire, onde produziu muitos trabalhos, como *Ciência e existência*, de 1969, e *Sete lições sobre educação de jovens e adultos*, publicado no Brasil

em 1982. Ainda no Chile, em 1966, fazia uma série de conferências sobre a questão da Educação. Com o apoio do CELADE – Centro Latino-americano de Demografia, escreveu um livro sobre o pensamento crítico em demografia. Voltou ao Brasil no final de 1968.

Educação, trabalho e Terceiro Mundo foram os temas que possibilitaram ao Álvaro Vieira Pinto uma abordagem original sobre a cultura popular no Brasil. Em “Teoria da cultura”, inicia contextualizando a ciência como um aspecto particular da realidade geral da cultura, defendendo que a autenticidade da gênese da ciência e da metodologia da pesquisa científica se dá a partir de princípios presentes na alma da cultura geral. Ele compreende a cultura como uma criação do homem, como o resultado constante da sua atuação e tratamento da natureza.

Outro importante intelectual que teve uma profunda relação com a ação política na segunda metade do século XX, San Tiago Dantas, exerceu as profissões de jornalista, advogado, professor, assessor de Vargas durante o governo de 1951-1954 no projeto de criação da Petrobrás e da Rede Ferroviária Federal, deputado federal e também Ministro por duas vezes no governo João Goulart. Foi um dos precursores da PEI – Política Externa Independente. Sua proximidade com a questão da política externa já vinha de antes, representado do Brasil na Primeira Conferência de Ministros de Educação das Repúblicas Americanas, realizada em 1943 no Panamá. Foi também Conselheiro da Delegação Brasileira à IV Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, em 1951, e se tornou membro do Comitê Permanente de Arbitragem de Haia. No campo jornalístico, dedicou vários editoriais sobre os temas de política externa no Jornal do Comércio, onde era seu diretor. Em 1955, ingressou no Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, elegendose deputado federal por Minas Gerais no ano de 1958. A renúncia de Jânio Quadro impediu que tomasse posse como embaixador do Brasil na ONU, sendo, no

entanto, escolhido para o ministério das Relações Exteriores quando João Goulart assumiu a presidência, em 1961.

Sua passagem pelo ministério foi caracterizada por um posicionamento que colocava em prática o conceito de Política Externa Independente por ele mesmo criado, promovendo o reatamento das relações com a antiga União Soviética e discordando da expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos, em 1962. Nesse mesmo ano, chefiou a delegação que participou da Conferência de Desarmamento, realizada em Genebra, onde o Brasil definiu-se como “potência não-alinhada”. O conceito de PEI baseava-se na participação na Aliança Latino-Americana de Livre Comércio -ALALC e Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento - UNCTAD, com o objetivo de defender os preços dos produtos primários e participar no crescimento do comércio internacional, e principalmente no direito brasileiro de negociar com todos os países, respeitando as normas internacionais, porém de acordo com suas próprias conveniências.

San Tiago Dantas acabou por deixar o ministério para disputar um novo mandato legislativo. Porém, com a renúncia de Tancredo Neves, em 1962, João Goulart encaminharia seu nome para substituí-lo, apoiado pelos setores nacionalistas e de esquerda do Parlamento e pelos sindicatos, mas com a oposição das forças. No retorno do regime presidencialista pelo plebiscito popular, em 1963, San Tiago Dantas assumiria a pasta da Fazenda, comprometendo-se em implantar o programa de austeridade econômica baseada no Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social proposto pelo então ministro do Planejamento, Celso Furtado. Suas primeiras medidas voltaram-se para a estabilização da moeda e abolir os subsídios para as importações de trigo e petróleo, o que aliviaria a situação do balanço de pagamentos. Em março de 1963, buscou

a renegociação da dívida externa e a ajuda financeira norte-americana para o país. Com as dificuldades ocorridas na aplicação do Plano Trienal, deixaria o ministério junto com Furtado.

Ainda mantendo sua relação com o governo João Goulart, mantendo sua cadeira de deputado federal no Parlamento, começou a articular as correntes políticas próximas a fim de evitar a derrubada de Jango. Elaborou um programa mínimo voltado para a formação de um governo de frente única, incluindo desde o PSD até o PCB, que teve uma posição contrária do primeiro e da Frente de Mobilização Popular, liderada por Leonel Brizola, que acusava Goulart de conciliar com grupos contrários às reformas de base e só passou apoiar a formação da frente única quando o golpe militar era iminente.

Darcy Ribeiro nasceu em Minas Gerais, no ano de 1922. Formou-se em Antropologia em 1946 e dedicou seus primeiros anos de vida profissional ao estudo dos índios do Pantanal, do Brasil Central e da Amazônia. Fundou o Museu do Índio e estabeleceu os princípios ecológicos da criação do Parque Indígena do Xingu, além de escrever uma vasta obra etnográfica e de defesa da causa indígena. Elaborou para a UNESCO um estudo do impacto da civilização sobre os grupos indígenas brasileiros no século XX e colaborou com a Organização Internacional do Trabalho, em 1954, na preparação de um manual sobre os povos aborígenes de todo o mundo. Comunista desde 1940, integrou-se rapidamente ao grupo intelectual paulista, do qual faziam parte, entre outros, Caio Prado Júnior, Oswald de Andrade e Jorge Amado.

Nos anos seguintes, dedicou-se à educação primária e superior. Embora fosse inicialmente contrário à construção de Brasília, acabou aderindo ao projeto e foi encarregado, pelo presidente Juscelino Kubitschek, do planejamento da Universidade de Brasília, recebendo contribuições de Anísio Teixeira e de Oscar Niemeyer, bem como de

muitos cientistas ligados à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. A pedido do presidente Jânio Quadros, colaborou com Anísio Teixeira na elaboração de um Plano Nacional de Educação, em 1961, que veio a se tornar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1962, e no mesmo ano assumiu a Reitoria da Universidade de Brasília, empossado pelo presidente João Goulart.

Em 1962, tornou-se ministro da Educação e Cultura, e além de elaborar o documento de sanção presidencial da LDB, colocou em execução o primeiro Plano Nacional de Educação. Em 1963, foi nomeado chefe da Casa Civil do presidente João Goulart, exercendo o cargo até o golpe Militar de 31 de março de 1964, quando, então, exilou-se em Montevideú, sendo contratado como professor de Antropologia da Faculdade de Humanidades e Ciências da Universidade da República Oriental do Uruguai.

Em 1968, anulados pelo Supremo Tribunal Federal os diversos processos que lhe haviam sido impostos pela ditadura militar, em face do movimento de redemocratização que tinha lugar no Brasil, Darcy Ribeiro retornou ao país, mas a promulgação do Ato Institucional nº 5 levou-o à prisão preventiva durante nove meses. Em 1969, foi julgado por um tribunal militar e considerado pessoa de mais alta periculosidade, sendo absolvido por falta de provas. Em seguida, sentindo-se pressionado pelo Exército, exilou-se na Venezuela, onde trabalhou como professor da Universidad Central de la República. Viajou por diversos países, participando de seminários e grupos de estudos, fazendo palestras, dando cursos e desenvolvendo atividades afins. Dessa forma, esteve no Peru, na Colômbia, na Argentina, na Argélia e na França.

Em 1971, mudou-se para o Chile, a convite do presidente Salvador Allende, e assumiu o cargo de professor pesquisador do Instituto de Estudos Internacionais da

Universidade do Chile, em Santiago. Nos vários países da América Latina em que viveu, conduziu programas de reforma universitária, com base nas idéias que defendeu em *A Universidade Necessária*. Foi assessor do presidente Salvador Allende, no Chile, e de Velasco Alvarado, no Peru. Escreveu neste período os cinco volumes de seus *Estudos de Antropologia da Civilização* (*O Processo Civilizatório*, *As Américas e a Civilização*, *O Dilema da América Latina*, *Os Brasileiros: 1. Teoria do Brasil e Os Índios e a Civilização*), onde propõe uma teoria explicativa das causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos.

Retornando ao Brasil, em 1976, voltou a dedicar-se à educação e à política. Elegeu-se Vice-Governador do Estado do Rio de Janeiro, em 1982, e foi Secretário da Cultura e Coordenador do Programa Especial de Educação, com o encargo de implantar os Centros Integrados de Educação Pública – CIEP. Criou a Biblioteca Pública Estadual, a Casa França-Brasil, a Casa Laura Alvim, o Centro Infantil de Cultura de Ipanema e o Sambódromo. Em 1995 lançou *O Povo Brasileiro*, que encerra a coleção de seus *Estudos de Antropologia da Civilização*, além de uma compilação de seus discursos e ensaios intitulada: *O Brasil como Problema*.

Caio Prado Júnior começou a publicação de seus trabalhos em 1933 com *Evolução Política do Brasil* e prosseguiu com as publicações, entre outros, de *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), *História Econômica do Brasil* (1945) e *A Revolução Brasileira* (1966), livros que constituem a base da sua obra histórica. Nascido no seio da elite paulista, aproximou-se das causas populares. Formou-se Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, no ano de 1928. Como cientista social, foi um intelectual preocupado com os problemas do país, a partir de um quadro de pobreza e miséria que via em suas viagens pelo interior em contraste com a

prosperidade que via em outros centros na Europa e nos Estados Unidos. Foi um militante político, que participou, desde de muito jovem, de várias experiências políticas nacionais. Sua primeira participação foi o ingresso no Partido Democrático, onde apoiou a Aliança Liberal que trouxe Getúlio Vargas como candidato presidencial em 1930. Com a instalação do governo revolucionário, naquele mesmo ano, veio a decepção e a aproximação com o marxismo, com sua filiação ao Partido Comunista em 1931. No partido, sua atuação foi fortemente ligada à formação e organização das bases políticas junto ao proletariado.

Seguindo sua trajetória como intelectual, Caio Prado passou a freqüentar os cursos de História e Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas de São Paulo. Teve contato com os professores da missão francesa que deram cursos na faculdade, em especial, o geógrafo Pierre Deffontaines, que teria uma grande influência em seu trabalho. Intelectual e político, participou do levante comunista em 1935, sendo preso por dois anos, até que se exilou na França. Em 1936, com a violência da Guerra Civil Espanhola, Caio Prado Júnior passaria a ajudar o Partido Comunista Francês na fuga dos republicanos espanhóis pela fronteira. Com o risco cada vez mais presente da guerra no território europeu, retornou ao Brasil, mantendo sua militância comunista, ainda que o país estivesse sob a severa repressão do Estado Novo. Com a queda de Getúlio Vargas e a redemocratização formal instalada, a força do Partido Comunista seria demonstrada com a eleição de vários deputados e senadores. Caio Prado elegeu-se deputado federal por São Paulo, mas foi cassado no ano seguinte, quando foi instituída a ilegalidade do Partido. Foi preso várias vezes desde os primeiros anos de sua militância política, nunca assumindo cargos de importância dentro do Partido.

A área editorial foi outro importante instrumento utilizado por Caio Prado Junior na ampliação do debate sobre o país. Em 1943, fundou a Editora Brasiliense, junto com Monteiro Lobato, e a Gráfica Urupês. Através da editora, criou, em 1955, a Revista Brasiliense que, até ser suspensa pelo golpe civil-militar de 1964, buscou reunir “escritores e estudiosos de assuntos brasileiros interessados em examinar e debater os nossos problemas econômicos, sociais e políticos”. A revista foi um dos principais instrumentos de divulgação da obra de Caio Prado, publicando seus editoriais sobre política nacional e internacional, além das suas críticas sobre algumas das teses defendidas pelo PCB.

Sua primeira obra - *Evolução política do Brasil* - foi publicada dentro da efervescência do pensamento intelectual dos anos trinta, sendo também a primeira análise da história brasileira, em um curto ensaio de síntese da Colônia até o Império, a utilizar o materialismo histórico de forma consistente. Via o feudalismo na Colônia apenas como uma “figura de retórica”, ainda que o regime das capitanias tenha sido “em princípio caracteristicamente feudal”. O paralelismo entre a economia nacional e a da Europa medieval era inexistente, já que, desde o início da colonização, nossa estrutura econômica foi capitalista. Também nesta obra, pode-se destacar a análise sobre as rebeliões regenciais, vistas por ele como movimentos relativamente organizados e oriundos de uma fermentação popular, que tentaram romper a ordem colonial. Ele colocava o povo em um lugar de relevo na história do Brasil, o que não era tratado pela historiografia tradicional. Em *A Revolução Brasileira*, ele lembra que a tradição do pensamento de esquerda no Brasil tem invertido o processo metodológico adequado - em vez de partir da análise dos fatos, a fim de derivar daí os conceitos com que se estruturará a teoria, procede-se em sentido inverso, partindo da teoria e dos conceitos,

que se buscam em textos consagrados e clássicos, para em seguida procurar os fatos ajustáveis em tais conceitos e teoria. Caio Prado rediscute as idéias que são produzidas em outros contextos para se falar das questões do Brasil, a começar pelo próprio conceito de “revolução”, que para ele, não se relacionaria imediatamente ao caráter violento da conquista do poder, mas nas transformações estruturais que são realizadas após a própria conquista. A obra foi escrita em meio ao ambiente de derrota das forças progressistas e nacionalistas após o golpe civil-militar de 1964 e marcou, profundamente, o pensamento revolucionário do período que se seguiu, inclusive nas críticas feitas pela esquerda brasileira. Sua preocupação maior se voltava para a fragilidade da estrutura de poder que se constituiu a partir daí, onde as soluções reformistas não seriam suficientes para resolver a crise econômica e financeira e os desequilíbrios sociais. Caio Prado Júnior percebeu os limites históricos e teóricos da revolução brasileira, num país que preserva as marcas do seu passado mais remoto. A Revolução Brasileira apresentou-se como uma crítica às teses do feudalismo e do antiimperialismo marxista daqueles anos. Sua crítica voltava-se, principalmente, para àquelas idéias que propunham uma unicidade entre os países dependentes, coloniais e neocoloniais, que pressupunham que a revolução pudesse ser dirigida por uma única fórmula, a partir das diretrizes da Terceira Internacional e da União Soviética. Foi também um desafio à ditadura que se consolidava, sua referência era o Brasil daquele momento, inserido em um contexto autoritário e de auge da Guerra Fria.

O suicídio de Getúlio Vargas, com um tiro no peito, simbolizando o desprendimento máximo do homem em nome da política, como escreveu em sua carta-testamento, saindo da vida para entrar na História, representou a quebra do sonho, da expectativa de um povo que, em certa medida, passava a se integrar à cena política. João

Goulart, seu amigo e herdeiro de seu legado político, em cuja direção passaram a se orientar as principais forças do trabalhismo, recebeu de seu amigo e ex-chefe de gabinete no Ministério do Trabalho, Hugo de Faria, um envelope com a carta-testamento de Vargas, no dia seguinte ao trágico desfecho da crise que vinha se desenhando desde o início de seu governo. Dois dias depois, ele e Tancredo Neves, que também havia sido ministro de Vargas, dividiram as honras de discursar no enterro do ex-presidente, demonstração de uma relação política e pessoal incontestável. Contrariamente do que o esperado, a morte de Vargas, seu desaparecimento e o controle político do novo governo pela reação brasileira, acabaram por trazer um novo vigor para o antigo PTB, que passou a desfrutar do prestígio póstumo do Presidente traído e incorporou o conteúdo da Carta-Testamento ao seu programa, personalizado na figura de João Goulart. Esse sonho brasileiro da busca de um projeto de nação autônoma iria se apagar com os acontecimentos de março de 1964. A ditadura transformou a mobilização entusiasmada em uma construção massacrante, de normas impostas a partir de cima apenas para serem seguidas, associada à repressão ao idealismo e à criatividade.

O presidente-filósofo, que certa vez se atribuiu a condição de Rei-fraco, optou pela política, ou seja, pelo diálogo e não pela pistola como forma de comunicação. O verdadeiro estadista escuta, aprende e ordena também. João Goulart notabilizou-se por ser um fino articulador nos episódios que garantiram a posse após a renúncia e posteriormente a luta política interna pela garantia do presidencialismo. Naquele momento, era fundamental garantir o espaço do poder executivo no âmbito da queda de braço entre os poderes da República.

O comício das reformas do dia 13 de março se constituiu da soma das reflexões sobre a dimensão histórica da dependência brasileira. A agenda defendida pelo

presidente apresentou um conjunto de medidas que podem ser lidas hoje como atuais e, na época, desafiadoras para uma elite financeira e estrangeira que contou com a diáspora do povo para impor sua primazia quinze dias depois do golpe. Fica a pergunta: e as pessoas que compareceram ao comício, onde estavam no dia primeiro de abril? Estão aqui, hoje tendo acesso ao programa das reformas editado neste livro, e meditando sobre as suas opções e sobre os caminhos do Brasil contemporâneo.

CONCLUSÃO

A MORTE DO HERÓI

“É uma questão ver e compreender a prática humanista como um aspecto integrante e parte operante desse mundo, e não como um ornamento ou um exercício de retrospectiva nostálgica. O eurocentrismo bloqueia essa perspectiva porque, como diz Wallerstein, a sua historiografia desorientadoramente distorcida, o caráter paroquial de seu universalismo, as suas pressuposições não examinadas sobre a civilização ocidental, o seu orientalismo, suas tentativas de impor uma teoria do progresso uniformemente direcionada, tudo acaba por reduzir, em vez de expandir, a possibilidade de uma inclusividade universal, de uma perspectiva genuinamente cosmopolita ou internacionalista, de uma curiosidade intelectual.”

Edward Said. Humanismo e crítica democrática.

Em abril de 1967, João Goulart permanecia firme em seu propósito de afirmar a fé nacionalista, mas agora já com a maturidade do Príncipe derrotado. Como todo herói, este também morreu cedo. Numa importante entrevista, que pode passar para a história contemporânea como a Carta de Zagreb, Jango responde algumas perguntas da Casa Editora Republika de Gundliceva, dirigida ao seu redator chefe Emanuel Mickovic-Soko em 28 de abril de 1967.

O Sr. Mickovic-Soko indaga ao ex-presidente: 1- qual o papel fundamental de uma nação; 2- qual o momento mais dramático da sua vida; 3- o que pensa da moral, ética, política e a economia; 4- qual deveria ser o aspecto do mundo em que hoje vivemos; 5- como imagina o futuro e o desenvolvimento científico.

João Goulart faz uma saudação aos aspectos éticos e de grandeza política desta iniciativa, e oferece um verdadeiro testamento político aos seus contemporâneos. Resumir as possibilidades deste documento é um esforço que está para além deste trabalho. Retomo o início deste estudo ou ensaio para lembrar que nossa história tem o começo com o plano, depois o comício que afinal é posterior à formulação de Jango e da equipe do presidente, para afinal dizer que no exílio o agora ex-presidente não negociou o patrimônio político que herdou. Maquiavel não nos deixa esquecer que o maior patrimônio do político é a lealdade. Pode ser ao povo, às idéias, ao poder, mas sobretudo a capacidade de se manter vivo. Mesmo depois de morto.

Jango, estadista que foi, mesmo derrotado persistiu na batalha das idéias e em suas respostas mostrou enorme vitalidade, afirmando primeiro que não existe nação sem Estado soberano. Depois marca um grande momento da sua vida num encontro de dois tempos, sincrônico e diacrônico, como se fosse possível mudar o passado, através de uma noção plástica da realidade pretérita. O passado sombrio do suicídio de Vargas se imiscui a um só momento ao tempo da renúncia de Jânio e a volta da China. Passado, presente e futuro num só instante, diria Paul Ricoeur em seu livro Memória e Esquecimento.

Diz Jango: “Em 1964 perdemos uma batalha contra as forças que lucram com o atraso do Brasil. Mas ainda agora, no exílio, essas mesmas bandeiras é que me motivam para a luta.”

FONTES DOCUMENTAIS

Arquivo Privado / Instituto Presidente João Goulart – Distrito Federal

1) Hábeas Data do presidente João Goulart

- Ministério da Justiça e Negócios Interiores / Departamento Federal de Segurança Pública. Prontuário nº. 1305. 05/11/1965.
- Carta de Zagreb, Montevideu, 28/06/1965, 10 folhas. Maço 01.
- “Os novos tempos e as novas tarefas do povo brasileiro”. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Pasta 1305.
- Estado da Guanabara / Secretaria de Segurança Pública, Memorando nº446, 27/05/1965.
- Departamento Estadual de Segurança Pública / Divisão de Polícia Política e Social / Serviço de Investigações. Informe s/n, 24/10/1962.
- Serviço Federal de Informações e Contra-informação / Comissão de IPM. Informe nº. 1113/SFICI, 08/05/1964.
- Estado da Guanabara / Secretaria de Segurança Pública. Memorando nº. 182 T.C.A. Expediente manuscrito em anexo, 11/03/1965.
- Boletim da Secretaria de Segurança Pública / Superintendência Executiva / DOPS, 26/04/1965.
- Estado da Guanabara / Secretaria de Segurança Pública / DOPS. Mandado de busca e apreensão s/n, 19/05/1965.
- Ministério da Justiça e Negócios Interiores / Departamento Federal de Segurança Pública. Auto de apresentação e apreensão s/n, 20/05/1965.
- Departamento Estadual de Segurança Pública - São Paulo. Informe s/n, 05/04/1965.

- Estado da Guanabara / Secretaria de Segurança Pública / Departamento de Ordem Política e Social - Rio de Janeiro. Informe n.º. 383, 30/07/1965.
- Estado da Guanabara / Secretaria de Segurança Pública / Departamento de Ordem Política e Social - Rio de Janeiro. Informe s/n, 03/08/1965.
- Delegacia Especial de Ordem Social - São Paulo. Dependência, 08/09/1970.
- Ministério do Exército / Gabinete do Ministro / CIE - Rio de Janeiro. Informação n.º. 007 s/103.2-CIE, 07/08/1972.
- Ministério do Exército / I Exército. Informe n.º. 145/s-102-A6-CIE, 21/05/1975.
- Ministério da Viação e Obras Públicas. Correspondência apreendida na mala n.º1585, vinda direto de Moscou, 12/04/1964.
- Relatório IPM/SEIPM-Del. Pod. 118, 17/11/1964.
- Ministério da Justiça e Negócios Interiores / Departamento Federal de Segurança Pública. Prontuário n.º. 1305, 05/11/1965.
- Ministério da aeronáutica / Gabinete do Ministro/ NSISA - Rio de Janeiro. Informe n.º. 029/NSISA, 30/04/1969
- Departamento Estadual de Segurança Pública - Rio de Janeiro. Informe sobre a CGT, 24/10/1962.
- Ministério do Exército. Informe n.º. 145/s-102-A6-CIE, 21/05/1975.
- Estado da Guanabara / Secretaria de Segurança Pública. Memorando n.º. 287, 12/04/1966.
- Estado da Guanabara / Secretaria de Segurança Pública. Memorando n.º. 100, 13/09/1965.
- Serviço Federal de Informações e Contra-informação. Informe n.º.683/SFICI (SAPAS/103), 16/04/1964.

- Ministério da Educação e Cultura. Ofício nº. 99/65, 16/03/1965
- Ministério de Guerra / Comissão de Inquérito. Ofício nº. 315 - IPM, 29/09/1965.
- Estado da Guanabara / Secretaria de Segurança Pública / Departamento de Ordem Política e Social. Memorando nº24, Protocolo nº. 572/65-so, ofício nº.99-65, 21/036/1966.
- Ministério da Marinha / Centro de Informações da Marinha. Informação nº. 237, 15/03/1965.
- Serviço Federal de Informações e Contra-informação / Departamento de Ordem Política e Social. Informe nº. 1376/SFICI (SAS/257), 14/05/1964.
- Estado da Guanabara / Secretaria de Segurança Pública. Memorando nº. 446/T.C. A, Protocolo nº. 1807/64 S.O., Informe nº. 287/64, 27/05/1965.
- Ministério da Guerra / Gabinete do Ministro. Informe nº. 287/64, 13/08/1964.
- Presidência da república / Serviço Nacional de Informações. Informe nº. 3017, 12/09/1964.
- Estado da Guanabara / Secretaria de Segurança Pública / Departamento de Ordem Política e Social. Informe s/n, 29/06/1965.
- Departamento Estadual de Segurança Pública / Departamento de Ordem Política e Social - Rio de Janeiro. Ofício nº. 99/65, 12/11/1965.
- Estado da Guanabara / Secretaria de Segurança Pública. Protocolo nº. 1781 (65-sa), 24/05/1965.
- Estado da Guanabara / Secretaria de Segurança Pública. Informe s/n, 15/06/1964.
- Estado da Guanabara / Secretaria de Segurança Pública. Inquérito Administrativo nº. 104/64, 14/12/1964.

- Estado da Guanabara / Secretaria de Segurança Pública. Ofício nº. 1436, 29/06/1965.
- Estado da Guanabara / Secretaria de Segurança Pública. Informe S.O., 20/04/1965.
- Estado da Guanabara / Secretaria de Segurança Pública. Informe S.O., 27/04/1965.
- Estado da Guanabara / Secretaria de Segurança Pública / Departamento de Ordem Política e Social. Informação para protocolo nº. 1768, 15/02/1965.
- Ministério da Aeronáutica / Estado Maior da Aeronáutica. Informe nº. 170 EMAER, 14/05/1965
- Serviço Federal de Informações e Contra-informação. Informe nº. 1205 SAPAS/187, 11/05/1964.
- Serviço Nacional de Informação / Agência do Rio de Janeiro. Informe nº. 3006, 11/09/1964.
- Seção de Segurança Nacional - Rio de Janeiro. Informe nº. 140/66, 21/11/1966.
- Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Protocolo nº. 1357, 15/06/1965.
- Ministério da Educação e Cultura. Relatório do IPM/ISEB até 24/06/1965.
- Serviço Federal de Informações e Contra-informação. Informe nº706 (SCI/133), 10/04/1964.
- Estado da Guanabara / Secretaria de Segurança Pública. Ofício nº. 615-d2, 15/05/1964.
- Serviço Federal de Informações e Contra-informação. Informe nº690 (SAE/111), 17/04/1964.

- Ministério da Aeronáutica / Estado Maior da Aeronáutica. Informe nº. 500 EMAER, 03/09/1964.
- Estado da Guanabara / Secretaria de Segurança Pública. Memoranda nº. 372 T.P., 06/05/1964.
- Ministério do Trabalho e Previdência Social / Seção de Segurança nacional. Informe ssnt no 002/67, 12/01/1967.
- Ministério da Guerra / I Exército. Pedido de busca nº 368/64, 29/10/1964.
- Estado da Guanabara / Secretaria de Segurança Pública. Memorando nº. 106, 18/02/1965.
- Estado da Guanabara / Secretaria de Segurança Pública. Protocolo nº. 2778, 28/11/1964.
- Estado da Guanabara / Secretaria de Segurança Pública. Memorando nº. 293, 16/06/1964.
- Estado da Guanabara / Secretaria de Segurança Pública. Informe nº. 2252 /SFICI, 12/06/1964.
- Estado da Guanabara / Secretaria de Segurança Pública. Ofício nº. 12298, 24/05/1965.
- Superior Tribunal Militar / Ministério da Educação e Cultura IPM/ISEB Relatório.
- Diário de Petrópolis. Reportagem “Chagas e Estimás”, 04/09/1973.
- Estado do Rio de Janeiro / Secretária de Segurança Pública / Serviço de Cadastro e Informação. Informação nº. 815, 06/09/1973.
- Divisão de Polícia Política e Social. Boletim Reservado nº. 57, 03/04/1961.
- Ministério da justiça e Negócios Interiores / Departamento Federal de Segurança Pública. Informação nº. 23, 04/04/1955.

- Estado da Guanabara / Secretaria de Segurança Pública. Pedido de Busca n°. 08400, 10/04/1968.
- Ministério da Justiça e Negócios Interiores / Departamento Federal de Segurança Pública. Relação Nominal dos bancários que protestaram contra a intervenção no Sindicato dos bancários, 03/01/1951.
- Estado da Guanabara / Secretaria de Segurança Pública / Departamento de Ordem Política e Social. Informe n°. 8, 09/05/1969.
- Ministério do Exército / I Exército. Pedido de Busca n°. 469/76-d, 25/06/1976.
- Departamento de Ordem Política e Social / Divisão de Informações SD / SAF n°. 22421, 27/07/1973.
- Estado da Guanabara / Departamento Estadual de Segurança Pública. Memorando n°. 25/64, 12/06/1964.
- Estado da Guanabara / Secretaria de Segurança Pública. Continuação do memorando n°.100, 15/09/1965.
- Ministério da justiça e Negócios Interiores / Departamento Federal de Segurança Pública. Prontuário n°. 7253.
- Departamento de Ordem Política e Social / Divisão de Informações SD / SAF n°. 22421, 27/07/1973.
- Estado da Guanabara / Secretaria de Segurança Pública. S.I. - S.F.A. n°. 4105. Ofício n°. 99, 06/07/1965.
- Ministério da Marinha / CENIMAR. Pedido de busca n°. 116, 03/05/1967.
- Ministério do Exército / I Exército. Informe n°. 24/68, 15/03/1968.
- Departamento de Ordem Política e Social. Informação n°. 100, 14/03/1968.

- Ministério da Justiça e Negócios Interiores / Departamento Federal de Segurança Pública / Divisão de Polícia Política e Social. Protocolo nº. 9971/ DFSP, 08/11/1954.
- Ministério da Aeronáutica / Gabinete do Ministro. Pedido de busca nº. 142/65, 26/03/1965.
- Ministério da Aeronáutica. Informe nº. 543 EMAER, 21/09/1964.
- Ministério da Guerra / I Exército. Pedido de busca nº. 213/64, 11/08/1964.
- Ministério da Justiça / Relação das pessoas cujos direitos políticos foram suspensos por 10 anos de acordo com os Atos Institucionais nº. 1 de 09/04/1964; nº. 2 de 27/10/1965; nº. 5 de 13/12/1968.
- Estado da Guanabara / Secretaria de Segurança Pública / Departamento de Ordem Política e Social. Pedido de busca nº. 1367, 17/08/1964.
- Presidência da República / Serviço Nacional de Informações / Agência do Rio de Janeiro. Pedido de busca nº. 03, 22/01/1965.
- Ministério da Guerra / I Exército. Informe nº. 102/64, 04/06/1964.
- Presidência da república / Serviço Nacional de Informações / Agência do rio de Janeiro. Pedido de busca nº. 04, 30/12/1964.
- Ministério da Guerra / Estado Maior da guerra. Pedido de busca nº. 405 - M/64, 16/10/1964.
- Ministério da guerra / Estado Maior da Guerra. Pedido de busca nº. 39/65, 28/01/1965.
- Ministério da Guerra / Estado Maior da guerra. Pedido de busca nº. 414, 21/01/1965.

- Ministério da Guerra / Estado Maior da guerra. Pedido de busca nº.131/65, 19/08/1965.
- Ministério da Guerra / CENIMAR. Informação nº. 102 – IEX, 20/03/1967.
- Ministério da Justiça e Negócios Interiores / Departamento Federal de segurança Pública. Prontuário nº. 1376, 24/03/1965
- Estado da Guanabara / Secretaria de Segurança Pública / Departamento de Ordem Política e Social. Memorando nº954 – TG, 10/12/1964.
- Estado da Guanabara / Secretaria de Segurança Pública / Departamento de Ordem Política e Social. Protocolo nº. 09/400.052/64, 01/12/1964.
- Justiça do Trabalho / 4ª Junta de Conciliação e Julgamento. Ofício nº.4JCJ/468-64, 24/11/1964.
- Estado da Guanabara / Secretaria de Segurança Pública / Departamento de Polícia Política e social. Informe nº. 86/66, 25/02/1966.
- Estado da Guanabara / Secretaria de Segurança Pública / Departamento de Ordem Política e Social. Informe nº. 1345/SFICI, 14/05/1964.
- Estado do Rio de Janeiro / Secretaria de Segurança Pública / Departamento de Polícia Política e Social. Prontuário nº. 21864, s/d.
- Ministério da Guerra / I Exército. Pedido de Busca nº. 37/64, 10/11/1964.
- Ministério da Guerra / I Exército. Pedido de Busca nº. 58/66, 27/06/1966.
- Estado do Rio de Janeiro / Secretaria de Segurança Pública / Departamento de Polícia Política e Social. Informação nº. 14, 27/03/1967
- Serviço Nacional de Informações / Presidência da República. Informe nº. 246, 12/03/1965.

- Jornal “O Cruzeiro” Reportagem “Os exilados: Denise e João Vicente”, 08/08/1964.
- Departamento de Ordem Política e Social / Comissário Geral. Protocolo nº. 556, 26/08/1955.
- Estado da Guanabara / Secretaria de Segurança Pública / Departamento de Ordem Política e Social. Requisição de Serviço s/n, 31/08/1955.
- Estado da Guanabara / Secretaria de Segurança Pública / Departamento de Ordem Política e Social. Requisição de Serviço nº. 282, 06/10/1955.
- Jornal “O Globo” Artigo “Falcão diz que Goulart tentou Golpe com militares em 1960”, 22/11/1963.
- Estado do Rio de Janeiro / Secretaria de segurança Pública/ Departamento de Polícia Política e Social. Boletim Reservado nº. 48, 16/03/1961.
- Estado do Rio de Janeiro / Secretaria de Segurança Pública / Departamento de Polícia Política e Social. Termo de Declaração, 23/05/1964.
- Estado do Rio de Janeiro / Secretaria de Segurança Pública / Departamento de Polícia Política e Social. Protocolo nº. 2447, 14/12/1970.
- Estado da Guanabara / Secretaria de Segurança Pública / Departamento de Ordem Política e Social. Informe nº. 8, 09/05/1969.
- Departamento Estadual de segurança Pública / Departamento de Polícia Política e Social. Informe nº. 41, 04/03/1964.

2) Conselho de Segurança Nacional

- Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. Improbidade Administrativa no Rio Grande do Norte Referência: CSN-cx. 18 1964 s/data.
- Conselho de Segurança Nacional – Rio de Janeiro. Ofício nº. 283 – IPM/709, 25/07/1965.
- Serviço Nacional de informações. Ofício nº. 001ECJ001PG, 04/01/1965.
- Chefe do Gabinete da Secretaria do Conselho de Segurança Nacional. Relatório Secreto, 25/01/1964.
- Conselho de Segurança Nacional – Rio de Janeiro. Ofício nº. 036/GAB/01073/65, 07/04/1965.
- Conselho de Segurança Nacional – Brasília. Exposição de motivos nº. 196/99, 29/04/1969.
- Conselho de Segurança Nacional – Brasília. Exposição de Motivos GSI, 13/03/1969.
- Conselho de Segurança Nacional – Rio de Janeiro. Ofício nº.049, 14/08/1964.
- Conselho de Segurança Nacional – Mato Grosso. Relatório Reservado GSI cx. 01 envelope 02, 04/10/1964.
- Conselho de Segurança Nacional. Ofício nº. 1370d2 Ministério da Guerra, 03/09/1964.
- Conselho de Segurança Nacional – Rio de Janeiro. Ofício Secreto nº. 025-gab/3078/64, 25/05/1964.
- Conselho de Segurança Nacional / Ministério da Justiça. Exposição de motivos nº. 48/SG-1/69, 31/01/1969.

3) Serviço Nacional de Informações

- Serviço Nacional de Informações - Goiânia. Informação nº. 862/64, 20/06/1964.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Central Brasília. IPM SS/16, 27/11/1972.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Rio de Janeiro. Informe nº. 985/SNI/ARJ, 16/09/1965.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Rio de Janeiro. Informes nº. 87 - 88 - 89 ACE 3835/68, 01/03/1968.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Central Brasília. Encaminhamento nº. 719/SNI/AC/69 - ACEN nº. 20714/69, 05/09/1969.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Central Brasília. Encaminhamento nº. 1374/SNI/AC007999, 26/09/1969.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Rio de Janeiro. Informe SNI Agencia Central 019521, 05/08/1971.
- Serviço Nacional de Informações - Agência São Paulo. CIO nº. 04830, 08/07/1971.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Rio de Janeiro. Informação nº. 03319 Referência 607792, 17/04/1972.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Rio de Janeiro. Encaminhamento nº. 569 - Referência 001680, 30/07/1958.
- Serviço Nacional de Informações - Sem Local. Referência nº. 021559, 10/09/1972.

- Serviço Nacional de Informações - Agência Porto Alegre. Informe nº. 47/71/APA/SNI, 08/11/1972.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Porto Alegre. Informe nº. 412/72/APA/SNI, 08/11/1972.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Porto Alegre. Informe nº. 270/20/AC/SNI, 17/11/1972.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Belém. Termo de Inquirição ACE nº. 59400/73, 17/08/1964.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Central Brasília. Informação Confidencial nº. 1003/30/ABS/SNI/73, 31/07/1973.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Central Brasília. Ofício Reservado nº. 51 Seção Judiciária, 06/09/1973.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Central Brasília. Informação Confidencial PB/DSI/MRE/1826, 16/01/1974.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Central Brasília. Informação MM/SNI/AC, 21/04/1974.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Central Brasília. IPM nº. 1555/71. Recurso Criminal nº. 4654'71- STM, 05/09/1973.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Central Brasília. Informação Confidencial nº. 30124/SNI/AC, 11/09/1973.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Central Brasília. Informação Confidencial nº. 01/74-E2.2, 11/01/1974.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Central Brasília. Informação Confidencial PB/DEI/MRE/1826, 10/01/1974.

- Serviço Nacional de Informações - Agência Central Brasília. Informação Confidencial CSI/170, 16/01/1974.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Central Brasília. Informação Confidencia DSI/170/2, 16/01/1974.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Central Brasília. Relatório Reservado. Memorando nº. 097/SNI - GAB, 30/01/1974.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Central Brasília. Informação Secreta nº. 017/20/AC/74, 28/01/1974.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Central Brasília. Informação Confidencial nº. 719/S-102-S7-CIE, 03/07/1974.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Central Brasília. Informe Confidencial nº. 308/SC-3/75, 15/04/1975.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Central Brasília. Informação nº. 9255, 15/05/1975.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Central Brasília. Informe Confidencial nº. 195/S-102-A9-CIE, 10/07/1975.
- Serviço Nacional de Informações - Buenos Aires/Argentina. Informe Confidencial nº. 712, 10/07/1975.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Porto Alegre. Informação Confidencial nº. 128/60/APA/75, 25/07/1975.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Central Brasília. Memorando nº. 1821/SAI-GAB, 25/08/1975.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Central Brasília. Memorando nº. 1873/SI-GAB, 29/08/1975.

- Serviço Nacional de Informações - Agência Central Brasília. Informação Secreta nº. 236 AC/ARGE/FL.07, 21/08/1975.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Central Brasília. Informação Confidencial nº. 209/16/AC/75, 27/08/1975.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Central Brasília. Informe Confidencial s/n, 10/07/1975.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Central Brasília. Memorando °. 1972/s1-gab, 09/09/1972.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Central Brasília. Informação nº. 231/16/AC/75, 05/09/1975.
- Serviço Nacional de Informações - Uruguaiana/ Rio Grande do Sul. Informação nº. 094/75-SI/DPF/UG, 29/10/1975.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Central Brasília. Informação Secreta nº. 148/15/AC/75, 19/11/1975.
- CENIMAR - Brasília. Informe Secreto nº. 0091/CISA-RJ, 25/09/1975.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Rio de Janeiro, Informe Confidencial nº. 0091/CISA-RJ, 10/09/1975.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Central Brasília. Memorando nº. 2919/SI-GAB, 06/12/1975.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Central Brasília. Informação confidencial Urgente nº. 394/16/AC/75, 05/12/1975.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Central Brasília. Informe Confidencial nº. 178/SC-3/75, 12/03/1975.

- Serviço Nacional de Informações - Agência Central Brasília. Informação Confidencial DOC-Rel 1707-5, 04/06/1975.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Central Brasília / Tribunal Federal de Recursos. DELTA 54481, 03/10/1974.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Central Brasília. Informação Confidencial nº. 6656-75. Referência nº. 06209/75, 08/10/1975.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Central Brasília. Memorando nº. 2635-SI-GAB, 11/11/1975.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Porto Alegre. Informação Confidencial PB 069/10/10/AC/SNI, 26/02/1976.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Rio de Janeiro. Informação Confidencial PB nº. 004/15/AC/75, 26/05/1975.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Porto Alegre. Informe Confidencial nº. 169/119/116/PA/76, 23/07/1976.
- Ministério da Justiça / Brasília. Informação Confidencial nº. 662/76/DSI/MJ, 02/08/1976.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Central Brasília. Informação confidencial nº. 357/16/AC/76, 30/07/1976.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Porto Alegre. Informação Confidencial nº. 169/116/APA/76, 10/09/1975.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Central Brasília. Informe nº. 323/16AC/76, 17/09/1976.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Central Brasília. Informe Confidencial nº. 336/16/AC/76, 23/09/1976. Serviço Nacional de Informações

- Agência Central Brasília. Informe Confidencial nº. 343/16/AC/76, 24/09/1976.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Central Brasília. Informe Confidencial nº. 1364/S-102-A10/CIE, 23/09/1976./
- Serviço Nacional de Informações - Agência Central Brasília. Informação Confidencial nº. 289/17/AC/76, 08/10/1976.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Rio de Janeiro. Informação Confidencial nº. 037/116/ARJ/79, 26/03/1979.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Porto Alegre. Informação Confidencial nº. 11-045/79/SI/AS/SR/DPF/RS, 11/12/1979./
- Serviço Nacional de Informações - Agência Porto Alegre. Informe Confidencial nº. 040/116/APA/80, 13/05/1980.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Porto Alegre. Informe Confidencial nº. 1378/320/APA/77, 19/12/1977.
- Serviço Nacional de Informações - Agência São Paulo. Informação Confidencial nº. CIE-4ª ZA3-6º DN-SNI/ASP, 22/05/1980.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Central Brasília. Informe Confidencia nº. 006/16/AC/75, 31/01/1975.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Rio de Janeiro. Relatório Reservado / Encaminhamento nº.79/SNI/ARJ/1967, 13/09/1976.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Rio de Janeiro. Informe Confidencial nº. 029/119/ARJ/81, 31/03/1981.
- Serviço Nacional de Informações - Agência São Paulo. Informação confidencia nº. 357-B/78, 08/03/1978.

- Serviço Nacional de Informações - Agência São Paulo. Informação Confidencial nº. 376-OB, 26/05/1970.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Central Brasília. Informe nº. 004/SNI/ABSB/1970, 02/03/197.
- Serviço Nacional de Informações - Uruguai. Informe Confidencial s/n, 09/09/1970.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Curitiba. Informe Confidencial nº. 0019/116/ACT/80, 26/02/1980.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Rio de Janeiro. Informe nº. 262, 06/11/1977.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Central Brasília. Informe Confidencial nº. ACE 23324/82, 29/10/1970.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Central Brasília. Encaminhamento Confidencial nº. 2970-SNI/AC, 08/11/1970.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Central Brasília. Informe Secreto nº. 372, 04/11/1970.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Central Brasília. Informe Secreto nº. 103/01, 13/04/1970.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Central Brasília. Informe Secreto nº. 14/SNI/AC, 20/01/1971.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Belém. IPM. ACE nº. 3259/83,17/04/1965.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Central Brasília. Ofício nº. 30/DSI, 21/08/1968.

- Serviço Nacional de Informações - Agência Porto Alegre. Informação confidencial nº. 011/116/APA/77, 10/01/1977.
- Serviço Nacional de Informações - Agência porto Alegre. Informe Confidencial nº. 21-35/76/DCI/SSP/RS, 26/03/1976.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Porto Alegre. Informação confidencial nº. 1746M2G, 23/08/1976.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Porto Alegre. Informe secreto. ACE nº. 5587, 01/07/1966.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Rio de Janeiro. Informação Confidencial nº. 348/SNI/ARJ/1966, 09/11/1966.
- Serviço Nacional de Informações - Assunção / Paraguai. Informação Confidencial nº.2/71, 03/02/1970.
- Serviço Nacional de Informações - Agência São Paulo. Informação Secreta nº. 80/SNI/ASP/1971, 10/03/1971.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Central Brasília. Informe Confidencial nº. 110/DSI, 04/11/1970.
- Serviço Nacional de Informações - Uruguai. Encaminhamento Confidencial nº. 1262/1970/SNI/AC, 07/04/1970.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Porto Alegre. Informação Confidencial nº. 033/115/APA/76, 24/12/1976.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Porto Alegre. Informe Confidencial nº. 754-E2, 28/05/1969.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Porto Alegre. Informe nº. 047-15-APA-1.984, 15/10/1984.

- Serviço Nacional de Informações – Agência Central Brasília. Ficha Informativa nº. 6764/DL15/D508, 02/12/1970.
- Serviço Nacional de Informações – Agência Porto Alegre. Termo de Declaração DOPS nº. 10417, 20/02/1973.
- Serviço Nacional de Informações – Agência Curitiba. IPM ACE nº. 005679/85, 13/09/1964.
- Serviço Nacional de Informações – Agência Curitiba. Relatório da Quinta Região Militar e Quinta Divisão de Infantaria do Terceiro Exército / Quartel General, 22/09/1964.
- Serviço Nacional de Informações – Agência Porto Alegre. Informação Confidencial nº. 515/SSP/65, 22/11/1965.
- Serviço Nacional de Informações – Agência Porto Alegre. Informe Confidencial nº. 336/66, 21/10/1966.
- Serviço Nacional de Informações – Agência Porto Alegre. Informação Confidencial nº. 365/67, 27/07/1967.
- Serviço Nacional de Informações – Pelotas. Informe Confidencial nº. 416/67, 11/08/1967.
- Serviço Nacional de Informações – Agência Porto Alegre nº. 365, 27/07/1967.
- Serviço Nacional de Informações – Agência Porto Alegre. Informe confidencial nº. 468-SSP/65, 20/09/1965.
- Serviço Nacional de Informações – Agência Porto Alegre. IPM nº. 12487, 17/04/1966.
- Serviço Nacional de Informações – Agência Porto Alegre. Informação Confidencial nº. 558/66, 17/09/1966.

- Serviço Nacional de Informações - Agência Porto Alegre. IPM SS-623/B3A, 07/05/1965.
- Serviço Nacional de Informações - Agência Central Brasília. Informe Confidencial n.º 5826, 13/09/1976.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFFONSO, Almino. Raízes do golpe: da crise da legalidade ao parlamentarismo. São Paulo: Marco Zero, 1988.

ABREU, Alzira Alves de et alii. Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930 (5 vols.) 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

ARANTES, Paulo Eduardo. O sentimento da dialética - estudos sobre Antonio Candido e Roberto Schwarz. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.

ARRIGHI, Giovanni. O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro/São Paulo, Contraponto/UNESP, 1997.

BAETA NEVES, Abílio A., René Gertz (orgs.). A nova historiografia alemã. Porto Alegre, UFRGS/Instituto Gouthe, 1987.

BANDEIRA, Luiz Moniz. O governo João Goulart - As lutas sociais no Brasil (1961 - 1964). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 7ª ed. Revista e aumentada, 320 pp. 2001.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 4ª edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

_____ (org.). Cinquenta anos de Pensamento na CEPAL. Rio de Janeiro: Editora Record/Cofecon/CEPAL, 2000, 2v.

CANO, Wilson. Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil. Campinas: Editora UNICAMP/Inst. Economia-Fecamp, 2002.

CÔRTEZ, Norma. Esperança e democracia. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

COHN, Gabriel. Crítica e resignação - fundamentos da sociologia de Max Weber. São Paulo, TAQ, 1979.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. Um olhar à esquerda - A utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

D'INCAO, Maria Ângela (org.). História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Junior. São Paulo: Brasiliense/Editora da UNESP/Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

FALCON, Francisco José Calazans. "Historiografia portuguesa contemporânea". Estudos Históricos/FGV, n. 1, 1989, p 7-29.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Democracia ou reforma? Alternativas democráticas à crise política: 1961 – 1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FIORI, José Luis (org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis, Vozes, 1999.

FOUCAULT, Michel. A ORDEM DO DISCURSO. São Paulo, Loyola, 1996

FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. O tempo das ilusões. In: _____; CHAUÍ, Marilena. Ideologia e mobilização popular. Rio de Janeiro: Paz e Terra/ CEDEC, 1985. pp. 151-209.

FREITAS, Marcos Cezar de. Álvaro Vieira Pinto: a personagem histórica e sua trama. São Paulo: Cortez, 1998.

FREIXO, Adriano de e MUNTEAL FILHO, Oswaldo. A Ditadura em Debate: Estado e sociedade nos anos do autoritarismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

GERTZ, René (org.). Max Weber & Karl Marx. Campinas, Hucitec, 1994.

GOULART, João Belchior Marques. "Discurso do presidente, 13 de março de 1964". In Paulo Bonavides e Roberto Amaral (orgs.), Textos políticos da história do Brasil. Brasília, Senado Federal, 2000.

GREENFELD, Liah. Nacionalismo - cinco caminhos para a modernidade. Lisboa, Publicações Europa-América, 1998.

HINTZE, Otto. Féodalité, capitalisme et État moderne - essais d'histoire sociale comparée. Paris, Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1991.

IGLÉSIAS, Francisco (org.). Caio Prado Júnior. (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo, Ática. 1982.

IUMATI, Paulo Teixeira. Diários políticos de Caio Prado Júnior: 1945. São Paulo: Brasiliense, 1998.

JUREMA, Abelardo. Sexta-feira 13: os últimos dias do governo Goulart. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1966.

LAMOUNIER, Bolívar. O ISEB: notas à margem de um debate. Discurso. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, n.º. 9, nov./1978, p. 153-8.

LOPEZ, Luiz Roberto. João Goulart. Porto Alegre: IEL, 1990.

MAQUIAVEL, Niccoló. Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio. Brasília, UnB, 1979.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. Petrópolis, Vozes, 2000.

MARINHO, Luiz Carlos de O. O ISEB em seu momento histórico. Rio de Janeiro: UFRJ, 1986.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. O governo João Goulart - as lutas sociais no Brasil, 1961-1964. 6. Ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1983.

MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera B. (orgs.). Inteligência brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MOTA, Carlos Guilherme. Ideologia da cultura brasileira (1933-1974). 4. ed. São Paulo: Ática, 1980.

OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. Celso Furtado. (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo, Ática. 1983.

ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

OTERO, Jorge. João Goulart, lembranças no exílio. Rio de Janeiro: Casa Jorge Editora, 2001.

PÉCAUT, Daniel. Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PINHEIRO NETO, João. Jango: um depoimento pessoal. Rio de Janeiro: Record, 1993.

PRZEWORSKI, Adam. Capitalismo e social-democracia. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

RICUPERO, Bernardo. Caio Prado Jr. E a nacionalização do marxismo no Brasil. São Paulo, Editora 34, 2000.

RUCQUOI, Adeline. História medieval da Península Ibérica. Lisboa, Esampa, 1995.

RODRIGO, Lídia Maria. O nacionalismo no pensamento filosófico. Petrópolis: Vozes, 1988.

RODRIGUES, Octávio. Teoria do subdesenvolvimento da Cepal. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

ROUX, Jorge. Álvaro Vieira Pinto: nacionalismo e terceiro mundo. São Paulo: Cortez, 1990.

SADER, Emir; JINKINGS, Ivana; NOBILE, Rodrigo; MARTINS, Carlos Eduardo. Latino-americana. Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

SAID, Edward W. Cultura e imperialismo. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Raimundo, Caio Prado Júnior na cultura política brasileira. Rio de Janeiro, MAUAD, 2001.

SANTOS, Theotônio. Teoria da dependência: tendências e perspectivas. Rio de Janeiro, Record, 2003.

SCHMITT, Carl. O conceito do político. Petrópolis, Vozes, 1992.

SCHWARTZMAN, Simon. Bases do autoritarismo brasileiro. 3 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

SILVA, Marcos (org.). Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira. São Paulo: EDUSC/FAPESP, 2001.

SIMONSEN, Roberto. História econômica do Brasil. 8. ed. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1978.

SKINNER, Quentin. Razão e retórica na filosofia de Hobbes. São Paulo, Unesp, 1999.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: visões críticas do golpe: democracias e reformas no populismo. Campinas: UNICAMP, 1997.

_____. ISEB: fábrica de ideologias. 2. ed. São Paulo: Ática, 1982.

_____. O governo de Goulart e o golpe de 64. São Paulo: Brasiliense, 1993.

WEBER, Max. Ciência e política - duas vocações. São Paulo, Cultrix, s/d.

ANEXOS

Álvaro Vieira Pinto

IDEOLOGIA E DESENVOLVIMENTO NACIONAL ¹⁷

A comunidade brasileira alcança, nesta segunda metade do século, um momento do seu processo histórico que se caracteriza por peculiares e inéditas condições.

Jamais, como em nossos dias, se viveu de forma tão profunda e tão inquieta a realidade brasileira. Não que nos tenha faltado uma linhagem ilustre de homens cultos, perspicazes e devotados, capazes de sentir e estudar o nosso ser nacional, descrevendo-lhe o panorama, como historiadores e sociólogos, interpretando-o, como artistas, ou conduzindo-o, como políticos. É, ao contrário, numerosa a estirpe dos que, no passado, pensaram, cantaram e dirigiram o Brasil. E assim faziam, em qualquer dessas formas, porque se sentiam possuídos da necessidade de exprimir o que em suas consciências lhes parecia a realidade, grandiosa e trágica, desta nação. O que o Brasil sabia de si mesmo era, então, o que nesses espíritos se ia revelando. E, como entre os dados que se tornavam evidentes, incluía-se a constatação do total mutismo das grandes massas ignorantes e apáticas, acentuava-se cada vez mais nos pensadores do passado, a noção da sua responsabilidade pessoal, por se verem como intérpretes únicos, e, a bem dizer, predestinados, do nosso destino. Por motivo que não poderíamos agora examinar, faltou em nosso passado intelectual a presença da filosofia. Sem dúvida, essa privação é ela mesma efeito de condições anteriores de nossa formação, que cumpre investigar porque são perfeitamente compreensíveis. Não é o momento de apontá-las, mas quer-nos parecer

¹⁷ Extraído do livro *Ideologia e Desenvolvimentismo Nacional*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.

que, de modo geral, cifram-se na circunstância de dependência externa em que se processou todo um ciclo da nossa evolução social, que talvez somente agora se esteja encerrando, e que não permitiu possuíssemos as necessárias condições de infra-estrutura material e suficiente aspiração autóctone para que houvesse um surto de pensamento filosófico em nosso meio. Assim, embora efeito, a falta de uma concepção universalizadora em nossa incipiente consciência converteu-se, por sua vez, em um dos fatores de opacidade da nossa visão de nós mesmos, e, conseqüentemente também, de retardamento do progresso. E isso duplamente: por não estarmos então capacitados para perceber o fenômeno desenvolvimento em sua verdadeira realidade e significação, e por não podermos assistir-lhe e dar-lhe os benefícios de incentivo e intensificação que uma visão correta e objetiva dos fatos propiciaria. Nesses dois aspectos já se acha contido o essencial da tese que a seguir procuraremos apresentar.

Não tivemos filósofos que desempenhassem o que seria o seu papel natural, o de sugerir aos diferentes especialistas, críticos dos fatos, artistas e reformadores das instituições, a superação dos seus próprios campos de pensamento ou de ação, e a formulação dos problemas nacionais no âmbito de uma visão histórica de conjunto. E porque não tivemos filósofos que nos ensinassem a pensar em termos de universalidade, ficamos cantonados em uma compreensão de nós mesmos, a partir de ângulos parciais, embora às vezes amplos e ricos, como na obra alguns grandes sociólogos. Faltou, porém, ao Brasil, para entender-se a si mesmo, aquilo que Leibniz chamava o ponto de vista do infinito. Nosso ponto de vista sempre foi o do finito, ou porque o observador não se interessava senão por um aspecto parcial da nossa realidade, e nele esgotava a sua capacidade de análise e compreensão, ou porque, — e isto é mais grave — mesmo quando tentava abranger o conjunto da realidade brasileira no espaço mundial e no

tempo histórico, o fazia segundo a simples e elementar perspectiva das correlações geográficas e da história meramente descritiva. Faltou o instrumento conceitual indispensável, que só uma compreensão filosófica poderia ter proporcionado, permitindo transcender o plano em que se situavam e ultrapassar o finitismo de sua visão.

No entanto, nessa mesma época, os filósofos elaboravam algumas das grandes teorias que tornariam possível a uma comunidade nacional interpretar a sua realidade. Criavam os instrumentos teóricos, o conjunto de categorias fundamentais, por meio das quais se poderia abarcar, de um ponto de vista objetivo, o problema da existência de uma comunidade social determinada e o da significação do ser do homem nela situado. Privados desses recursos conceituais, nossos intérpretes desenharam uma imagem do Brasil que não ousaremos chamar de falsa, mas que consideramos imprecisa, por corresponder a uma visão desarmada. Ora, não foi de todo inócua essa ausência filosófica. Não devemos tomá-la como simples, embora lamentável, demonstração do nosso despreparo cultural, sem maiores conseqüências, no entanto. Ao contrário, a ela se deve atribuir um grave retardamento do processo brasileiro, justamente porque esse processo depende, para a sua aceleração, do grau de consciência a que atinge, em dado momento e circunstância, a comunidade nacional, e essa consciência só se revela a si mesma mediante um conjunto de conceitos lógicos e estruturas de idéias que apenas a teoria filosófica pode fornecer. Assim, sem possuí-las, uma Nação está como emudecida, sente dentro de si o tumulto das suas forças criadoras e presente a grandeza dos seus destinos, mas não tem palavras para exprimi-las, porque as palavras só têm sentido num contexto lógico, ou, em outros termos, os dados de uma situação espaço-temporal só têm sentido quando interpretados, quando passam do plano do empírico, do dado como dado, ao plano do expressivo, do significativo.

A falta de uma tomada de consciência objetiva da nossa realidade, por parte de nossos melhores homens, privava-os de visão histórica segura e global, desnorteando-os e dividindo-os em confusões elementares, o que contribuiu para o atraso do nosso processo de desenvolvimento, pois não há interpretação sem categorias prévias de interpretação.

Característica igualmente dessa fase inicial, ainda noturna, da nossa vida consciente, e da qual só agora começamos a despertar, foi a incompreensão do papel das grandes e obscuras massas humanas que constituem o corpo nacional. Como povo, somos formados por um contingente humano, cujo índice, de crescimento é excepcionalmente alto, e que está ocupando áreas cada vez mais amplas do nosso espaço. Esse fenômeno, de aumento da população brasileira, parece-nos o dado fundamental, porque nos coloca em face desta encruzilhada: ou tomamos o rumo do desenvolvimento, o que se dará na medida em que formos capazes de utilizar os dados da ciência e os instrumentos da técnica, a serviço de uma ideologia do progresso; ou, se o não fizermos, enveredaremos pela estrada do pauperismo, que nos conduziria à condição das grandes massas asiáticas. Partimos, pois, deste dado absolutamente primordial: que o Brasil é, antes de tudo, um corpo em crescimento. Tal crescimento motiva e determina toda uma série de condições, cada uma das quais, por sua vez, é fator de outros aspectos, em proporção tal, que o conjunto se apresenta com a complexidade desnorteante que é o traço distintivo da nossa fâcies. Contudo, esse fenômeno fundamental, por mais imperioso que seja, é muitas vezes mal percebido, e cede sua posição capital a outras condições menos originárias, quando os nossos pensadores procuram explicar certos traços de nossa superestrutura. Invocam para os fatos observados, razões derivadas, e permanecem na ignorância dos seus motivos primordiais. Isto se verifica principalmente a propósito da explicação de

questões particulares de ordem social ou econômica, de que não nos podemos ocupar. Mas, há um lado da problemática imposta pelo desenvolvimento material que devemos apreciar. A proliferação quantitativa determina uma pressão ascendente das massas, que se traduz pelo ingresso de um número cada vez maior de indivíduos no que poderíamos chamar de "área culturalmente iluminada" da sociedade. E, se cresce assim a quantidade dos que ingressam nessa área, ainda mais numerosa é a multidão dos que se vão colocando em torno dela, assediando-a, numa pressão crescente para nela penetrar. Ora, o alargamento» quantitativo da área de cultura é acompanhado por um movimento qualitativo de transformação de consciência. Esse fato é de importância decisiva. Não compreendê-lo, não aceitá-lo, não utilizá-lo, é revelar uma das mais nocivas formas de cegueira intelectual, a cegueira para a história. Devemos, portanto, esforçar-nos por entender o que representa e promete o movimento que resulta na progressiva autoconsciência das massas populares. Não traremos a esse respeito conclusões finais de uma meditação que pretenda ter esgotado o assunto, mas apenas desejamos mostrar que se trata exatamente de um problema a investigar, o grande assunto talvez de que se devam ocupar os sociólogos do presente, aos quais os filósofos poderão acaso secundar. Nenhum tema tanto quanto este merece e precisa ser discutido. O que a seguir diremos é apenas sugestão ou tentativa, que já nos permitiu chegar a um ou outro resultado. Deixaremos de lado o condicionamento infra-estrutural do movimento ascendente das massas, as suas determinantes econômicas em particular, para só atender à descrição do fato, isto é, fazer somente o estudo fenomenológico daquilo em que consiste a transformação de consciência, do que implica e acarreta como consequência.

Antes de mais nada, é indispensável alterar o ponto de vista em que se perdia a velha sociologia, que, considerando a consciência social sediada exclusivamente nas

chamadas elites, as separava radicalmente das massas, as quais apareciam assim como o puro inconsciente coletivo. Na verdade, porém, o caráter de incultas que se atribui às massas não coincide de modo algum com a ausência de consciência, nem tampouco a traduz. Têm elas uma consciência nascente, uma protoconsciência, que já se manifesta em numerosos e complicados fenômenos dos grupos sociais elementares. Em particular, é característico dessa protoconsciência o ímpeto interno a desenvolver-se, a iluminar-se a si mesma, pela produção ou recepção de idéias, e a passar a formas mais altas e mais claras, uma vez lhe sejam dadas as condições mínimas, em grande parte de ordem econômica, de que necessita para desdobrar a sua autopercepção. A rigor, não se tem o direito de chamar as massas de incultas, mas antes lhes conviria o epíteto de pré-cultas, no sentido de que são uma consciência potencial em expectativa. Quando o processo do desenvolvimento nacional, em todos os seus setores, dá a indivíduos existentes no seio da massa a sua oportunidade de superação, ocorre a súbita tomada de consciência da sua situação e, através dela, da realidade brasileira em geral. Esse indivíduo converte-se de ser meramente sensitivo, figurante mudo do drama social, no qual só tinha atuação mecânica, em ser expressivo, em centro de forças vivas, em exigência consciente. Fazendo o descobrimento da própria voz, o homem do povo vai utilizá-la naturalmente para exprimir a miséria da sua condição e reclamar contra ela. Não sabe porque vive assim, mas já agora protesta contra o seu estado, começa a dar forma lógica ao que antes era obscuro sentimento de desigualdade social e, embora não saiba como remediá-la, exige que se atenda às suas necessidades. Poderemos considerar como fase inicial, como dealbar da consciência, esse momento de protesto, quando tudo é ainda impreciso e a voz individual pouco mais sabe dizer do que seu sofrimento e sua inconformação. Mas o processo de crescimento consciente não pára nunca, e o que principia como manifestação

vegetativa, indeterminado clamor de justiça, logo depois começa a revestir-se das formas lógicas, a tomar delineamentos especulativos, e termina na plena cristalização de uma idéia. Quando isso se dá, o indivíduo atinge a maturidade do seu processo consciente. Daquilo de que antes só tinha o sentimento vivo, pungente, pessoal, tem agora uma representação conceitual. O que era instintivo clamor de revolta, transforma-se em iluminante compreensão. Antes sofria, agora sabe porque sofre. Essa é a função da idéia. Há aqui, porém, um profundo mistério que jamais se esgota na reflexão. À metamorfose da consciência sensitiva em consciência representativa, não é apenas um fato de ordem psicológica, mas também pode ser concebido como de ordem metafísica, e é seguramente um fato de decisiva significação histórica e social. Porque — e isto é o que desejaríamos acentuar — o homem que possui uma idéia é ao mesmo tempo um homem possuído por essa idéia. No momento em que se delineia claramente em seu espírito a representação de certo fato ou situação, com a consciência de suas determinantes e a perspectiva de suas conseqüências, passa ele necessariamente a agir em função de tal representação. Desse modo, a idéia deixa de ser tida como dado abstrato, para ser considerada como realidade eminentemente social.

É por esta oculta dinâmica que se pode conceber a significação objetiva dos processos lógicos; reciprocamente, é de admitir que a todo processo objetivo, ou pelo menos aos de natureza social, corresponda uma concatenação ideológica paralela. Explica-se, desse modo, que a existência das teorias não seja um dado inocente do panorama social, mas, ao contrário, constitua um dos fatores essenciais, por serem as idéias capazes de porem a seu serviço forças consideráveis, as forças com as quais somos obrigados a contar quando pretendemos compreender a realidade nacional ou concebemos qualquer projeto de modificá-la. Encaminhamo-nos, assim, para

compreender o que chamaremos de "ideologia do desenvolvimento nacional", cuja tese central, objeto desta exposição, dentro em pouco procuraremos enunciar e defender. Tornar-se-á patente, ao mesmo tempo, a contribuição do pensar filosófico à edificação de tal ideologia. Aproximamo-nos, desse modo, da compreensão das próprias raízes do processo histórico, pois no problema das idéias, enquanto ideologias, há que distinguir uma dupla face: por um lado, é o indivíduo que possui a idéia, e esse é o aspecto psicológico; mas, por outro, é a idéia que possui o indivíduo, e esse é o aspecto sociológico. Da inter-relação entre os dois aspectos, é que resulta o desenvolvimento histórico. Toda mutação de cena, todo avanço histórico, é necessariamente produto das idéias que a cada instante do tempo humano são possuídas por um grupo social, e por isso mesmo inspiram certo projeto futuro. O projeto é igualmente uma idéia, ainda não realizada, mas pensada em função das representações atuais, e só possível em razão delas. Não há liberdade de arbítrio na projeção do futuro, pois só tem significação, viabilidade e eficácia o projeto que decorre do que concebemos como sendo a realidade presente. Ora, se o presente só existe como realidade histórica enquanto representação e valoração do anteposto (Gegenstand) a nós, se o presente, no sentido temporal, é apenas a presença do Ser enquanto mundo presente, explica-se que a atitude mais sadiamente realista, aquela que deve caracterizar os homens objetivos e rigorosos, seja de fato a mais operante, a mais rica de conseqüências. A divagação doutrinária, a mística social, o onirismo político longe de permitirem uma prefiguração útil do futuro, opõem-se precisamente à consecução do progresso. O conhecimento objetivo da dado social, a exploração minuciosa, exata e lúcida do estado da nacionalidade são a condição para que se possa elaborar o melhor projeto possível do futuro, pela simples razão de que, quando obtemos uma idéia clara do presente, vemos o que nela se contém potencialmente,

permitindo-nos conceber o futuro como função imediata e contínua do presente, com o, que se elimina ao máximo o coeficiente de surpresa. Saber o que é o presente é simplesmente ter a idéia do presente, mas, em virtude da identificação do ser do homem à sua consciência, a representação clara do presente engendra em nós, a título de projeto, a representação de um futuro imediato, naturalmente possível, por ser a consequência lógica do presente.

Se admitirmos como legítimas estas considerações, talvez possamos esclarecer o significado do conceito de "desenvolvimento nacional". Por mais resumida que seja esta exposição, procuraremos fixar o conteúdo e as implicações desse conceito. Consideraremos, como é natural, apenas o caso brasileiro, embora a análise a seguir não deva limitar-se a qualquer caso específico, pois ao exame puramente lógico não importa o detalhe das condições concretas de um determinado instante histórico. O primeiro ponto que devemos desde logo estabelecer, premissa de tudo quanto se segue, é este: o desenvolvimento nacional é um processo. Esta afirmação é de importância capital. Que quer dizer? Significa que não podemos compreender o desenvolvimento nacional como um movimento histórico casual, indeterminado, imprevisto, ocorrendo desordenadamente, sem legalidade interna, mas, ao contrário, temos que interpretá-lo como processo. No seu conceito está incluído tudo aquilo que define a natureza do processo, isto é, — na expressão mais abstrata — a transiência inteligível. Processo é sucessão de aspectos, algo que admite sem dúvida uma descrição empírica em termos de justaposição cronológica, mas é sucessão que, em essência, (e por isso precisamente se distingue das sucessões temporais que não são processos) implica procedência segundo conexão. Para não deixar, por enquanto, o plano lógico em que nos situamos, não definiremos esta conexão como causalidade, ou outra forma qualquer de relação legal. O

que importa é perceber que o conceito de processo implica derivação de um estado de outro, de sorte que, se considerarmos como dado um momento do processo, a que chamaremos de presente, sua conceptibilidade estará condicionada ao conhecimento da realidade do momento imediatamente anterior, porque o momento atual nada mais é, no curso do processo, senão o que podia ser em vista do anterior. Logo, a realidade deste se conserva e se inclui, a título de causa e de suporte, no momento presente. Mas, o mesmo acontece em relação ao momento seguinte, que, quando for real, exprimirá de alguma forma o que o precedeu, isto é, o presente. Assim, a consideração do desenvolvimento nacional, como submetido à categoria de processo, obriga a que se tenha dele uma compreensão dinâmica, orgânica. Em consequência deste ponto de vista, temos que aplicar à noção de desenvolvimento nacional os demais aspectos da categoria de processo, especialmente os de finalidade, unidade, especificidade e o de idéia diretriz, que os resume a todos.

Devemos conceber o desenvolvimento como um processo que encontra a sua definição na finalidade a que se dirige. Não se trata de um conceito vago e impreciso de finalidade em geral, mas de uma finalidade rigorosamente fixada e lucidamente compreendida, pois, sem a clareza e a exatidão dos fins visados, o processo não se poderia constituir, e não teria sentido, então, falar propriamente em processo. Daqui se descortina a possibilidade da ideologia do desenvolvimento nacional ser não um esquema conceitual, abstrato e improdutivo, mas uma concepção geral (geral, não abstrata) de que decorrem linhas inteligíveis de ação prática rigorosa. Com efeito, sabendo que a natureza do processo implica referência a um fim, os homens de ação pública, os homens de governo e todos os que exercem, em forma manifesta, a

intervenção promotora na evolução da comunidade, perceberão que devem, previamente a qualquer iniciativa, fixar as metas futuras permissíveis pelo estado atual.

Ao mesmo tempo em que se procura conceber os termos finais imediatos do processo, descobre-se a relevância de outro dos aspectos a que nos referimos, o de unidade. Ambos estão intimamente relacionados. Porque o conceito de desenvolvimento enquanto processo obriga-nos a pensá-lo sob a espécie da unidade. Quer isto dizer que não nos é lícito permanecer na mera constatação empírica das fases sucessivas do crescimento, mas que só podemos interpretá-lo como processo se descobrirmos a unidade que nele se espelha, unidade dinâmica, ou seja, concatenação de fatos segundo uma idéia unificadora, multiplicidade de situações interiormente relacionadas. Como tal, o conhecimento deste dado tem valor normativo essencial em todo planejamento. Não é possível preparar uma ação construtiva sem subordiná-la a um estrito critério de unidade. Definida esta unidade como a forma que deve presidir ao conjunto de atos destinados a precipitar a finalidade intentada, ressalta o perigo que constitui a desconexão das ações motoras do desenvolvimento, o que naturalmente sempre pode ocorrer, quando se trata de agentes livres, como é o caso nas sociedades politicamente democráticas.

Surge, então, um problema de evidente gravidade, que aparece como irrecusável antinomia: de um lado, pertence ao poder público a faculdade de planejar o desenvolvimento, pois, como é claro, nenhuma outra entidade está melhor aparelhada para isso, por dispor dos meios de conseguir uma informação total, e da natural potestade de comando; mas, de outro lado, todo plano, para ser executado, inclui a operação de agentes voluntários, conta com a sua ação, e dá como suposto o seu consentimento, que, por isso mesmo que é livre, não pode, a rigor, ser previsto como

certo, mas precisa ser conquistado. «Tal antinomia define o processo de desenvolvimento numa democracia política. Como processo, supõe unidade, a qual, porém, incorporando fatores livres, só se pode realizar pela somação de decisões voluntárias convergentes. Por conseguinte, a unidade indispensável passa a depender de uma resolução individual, ou melhor, daquilo que influencia a decisão individual. Ora, o que determina a ação deliberada é a idéia presente na consciência de cada homem. Vemos, assim, que a possibilidade de superação da antinomia democrática, e, portanto, de promoção do desenvolvimento nesse regime político, depende da presença das idéias e do grau de claridade das consciências. A todo momento, cada indivíduo, dos que se encontram num grau mais claro de consciência, constrói em si uma representação do estado social presente. Conforme dissemos, essa representação implica necessariamente, pelo próprio dinamismo imanente à idéia, na representação de um estado seguinte, naturalmente melhor e mais desejável. O indivíduo passará pois a agir em função da idéia que o habita. Na medida, porém, em que essa idéia se opuser à idéia unificadora, segundo a qual é concebido um plano de desenvolvimento, ou dela simplesmente divergir, tornar-se-á um foco de resistência. Para que a resistência seja reduzida, e se converta livremente em concordância, que é necessário? É necessário que na consciência individual se instale, no lugar da anterior, uma nova representação, aquela que, por hipótese, contém a imagem justa da realidade nacional daquele instante, e portanto permite a concepção do plano de desenvolvimento que os grupos sociais dirigentes pretendem realizar. Como, porém, não há violência capaz de forçar a substituição de uma idéia por outra, só se chegará a conseguir essa substituição se a idéia que deve presidir aos processos de desenvolvimento for tal que, por si mesma, pêlos seus caracteres lógicos, pela sua clareza, exatidão e força sugestiva, uma vez apresentada à apreciação individual, penetre na

consciência de cada cidadão, dos que dirigem e dos que executam (todos afinal executam o processo histórico) e passe a comandar a sua ação. Em outras palavras, para que se torne possível, e depois real, a unidade imprescindível ao rendimento ótimo do processo nacional, é necessário que aquilo que em cada consciência privada é uma idéia, seja socialmente uma ideologia.

Todas essas considerações reduzem-se a uma só: a noção de desenvolvimento nacional, como processo social orgânico, postula uma idéia diretora, aquela à luz da qual é o processo compreendido e interpretado. Sem idéia, não vemos mais que uma sucessão empírica, privada de sentido e de inteligibilidade. Só quando subordinamos os fatos e o seu desenrolar a uma interpretação que, em última análise, decorre de um projeto, é que lhes damos consistência histórica. Só então é possível falar em desenvolvimento nacional. Sem essa consciência prévia que explicita a representação justa do dado social, segundo um critério legítimo, não é possível construir um plano de desenvolvimento. Ora, parecemos rigorosamente exato dizer que o fenômeno social que define a realidade brasileira em nossa época é o surgimento, em forma clara, segura e definitiva, dessa consciência. Somente agora começamos a tê-la, lúcida e completa. Não faltaram análises e estudos extensos e profundos feitos pelos historiadores e sociólogos do passado, procurando interpretar a nossa realidade. Mas a consciência que com eles adquiríamos de nós mesmos sofria do vício irremediável da inautenticidade. É por demais amplo esse aspecto do problema, e a ele serão dedicados longos debates e explanações pelos ilustres professores deste Curso. Por isso não nos compete aqui examiná-lo em detalhe. A inautenticidade consistia em que, por falta de uma consciência própria, utilizávamos o que era próprio de consciências alheias e pelo modo como essas nos pensavam é que igualmente nos compreendíamos. Estávamos assim entregues ao ponto de vista alheio,

regulávamos o juízo sobre nós mesmos pelo modo de pensar alheio, isto é, estávamos, no sentido rigorosamente etimológico da palavra, alienados. A alienação foi o traço peculiar à nossa sociedade até o presente. A consciência com que nos concebíamos sempre foi uma consciência alienada. Ora, este é um fenômeno típico, específico do "status" colonial. O próprio da colônia é não possuir consciência autêntica, é ser objeto do pensamento de outrem, é comportar-se como objeto. O representar-se a si próprio como objeto, sabendo que tem em outro o seu sujeito, é a essência mesma do ser colonial. Mas, quando numa comunidade nacional, até então conduzida por um espírito inautêntico, chega o momento histórico em que começa a ver-se como possível sujeito, e logo depois, como sujeito de fato, produz-se uma transformação qualitativa da consciência, de alienada em autêntica. É a aurora de uma nova fase histórica, a descoberta por um país do seu verdadeiro ser, a qual em muitos de nós se faz de modo fulminante, como uma revelação iluminadora, determinando em todos uma radical alteração nos comportamentos sociais e na apreciação dos valores. Quais sejam as causas dessa transmutação, temos de encontrá-las no processo social da fase colonial, que termina por criar um conjunto de condições materiais em que cada vez mais se vai impondo a configuração de sujeito nacional no lugar da de objeto colonial. Começando a sentir-se como sujeito, o país percebe que aquilo que até então compreendia de si não tem mais significação real, porque se aplicava a um ser que agora ele já não é mais.

Tal foi e ainda é o caso brasileiro. Quando perguntamos porque se apresenta tão freqüentemente na obra dos nossos grandes ensaístas sociais e na palavra dos líderes políticos essa expressão de espanto, assombro e atônita desorientação em face da complexidade da existência brasileira, que leva os bem intencionados a um esforço cada vez maior de coleta e exame dos dados objetivos, com o que aumentam ainda

mais a própria perplexidade, — temos a resposta na verificação de que esses sociólogos e homens de governo pretendiam compreender o Brasil munidos de um aparelhamento conceitual recebido de fora, usado pêlos que nos observavam como objeto, e, por isso, impróprio para ser utilizado pêlos que são não os objetos, mas os sujeitos desse processo. Eis aí talvez o segredo de uma situação histórica, que, uma vez descoberto, pode ter incalculáveis conseqüências. A consciência brasileira, em virtude do ponto a que chegou o processo do desenvolvimento material da nação, alcançou aquele grau de claridade que começa a permitir-nos uma visão exata do nosso ser. Ora, observar a transmutação da consciência inautêntica em autêntica, é dizer que ela consiste na substituição de um complexo categorial, aquele que caracteriza o estágio do semicolonialismo, por uma nova estrutura de idéias, de acordo com as quais se inicia uma reinterpretação do Brasil. O reconhecimento dessa metamorfose confirma a natureza de "processo" que atribuímos ao desenvolvimento nacional. Em ambos os casos, na imagem anterior como na visão atual, a realidade só existe quando interpretada. Não há dados puros, não há fatos *era si*. Todo dado e todo fato só é tal no contexto de um discurso interpretativo, que por sua vez só pode ser feito com caráter significativo, em função de conceitos superiores de apreciação, ou categorias. Estas são, em última análise, idéias, e na medida em que delas deflui a possibilidade de interpretação do curso dos fatos, o processo mesmo, como dissemos, ganha objetivamente nitidez e aceleração por força das idéias que o interpretam. As idéias categoriais, porém, não desempenham apenas essa função interpretativa, mas, pelas razões que assinalamos, assumem igualmente um importante papel normativo. Portanto, o projeto de desenvolvimento só pode receber uma execução coerente, quando submetido a idéias categoriais reguladoras. Cremos estar agora em condições,

à vista do exposto até aqui, de enunciar o que poderíamos chamar a tese central desta preleção, e que reduziríamos aos seguintes termos: Sem ideologia do desenvolvimento não há desenvolvimento nacional.

Todas as afirmações precedentes convergem para esse enunciado. Com efeito, desde o momento em que reconhecemos no crescimento nacional a existência de um processo histórico, a sua associação a um conteúdo ideológico é imediata. Mostramos que todo processo histórico supõe uma idéia segundo a qual é compreendido, e portanto exige uma consciência na qual essa idéia é idéia. Não há, pois, ato progressivo algum que não postule uma idéia ou, afinal de contas, uma teoria. Duas situações distintas, em alternativa, podem, no entanto, ocorrer na etapa em que se ache uma certa comunidade nacional: ou as idéias diretrizes não estão articuladas em uma concatenação sistemática, mas se projetam em forma independente, ao sabor das iniciativas particulares desvinculadas, e neste caso o desenvolvimento do conjunto assume um aspecto multiforme, caótico e imprevisível, com grave sacrifício do rendimento total em relação a uma mesma quantidade de esforço aplicado; ou a iniciativa criadora aceita um planejamento orgânico prévio, e se constitui em um conjunto regido por uma concepção diretriz. Somente neste último caso é possível falar-se de processo, pois, na outra hipótese, embora sempre haja uma representação associada a cada projeto propulsor isolado, por entrarem em conflito essas representações, ou por faltar a nítida consciência do significado social do gesto construtivo, o resultado é a queda ou, às vezes, a anulação do rendimento de progresso. Eis aí o que poderíamos chamar a dedução dos fundamentos teóricos da nossa afirmação central. Com efeito, só é possível conceber o desenvolvimento nacional como processo à luz de uma teoria interpretativa da realidade brasileira,

assim como só é possível projetar as etapas futuras do desenvolvimento se nos valermos dos conceitos gerais dessa interpretação. Fora disso, é deixarmo-nos ir ao sabor dos movimentos eventuais, das improvisações de curto alcance, e freqüentemente em retrocesso, das iniciativas isoladas e às vezes inoportunas, caminhando em marcha atáxica para fins imprevisíveis.

Por conseguinte, podemos considerar adquirido este ponto capital: é imprescindível uma ideologia do desenvolvimento nacional. Contudo, dissemos anteriormente que uma ideologia é apenas o aspecto social daquilo que, no indivíduo, é a consciência de uma idéia. Daqui se deduz uma segunda tese, que, embora conseqüência da primeira, não é menos importante do que esta: a ideologia do desenvolvimento tem necessariamente de ser fenômeno de massa. É de decisiva significação este enunciado, pois, se verdadeiro, deverá comandar todo um rumo de ação política, além das repercussões históricas que provoca. Essa tese oferece dois aspectos a considerar: de um lado, a afirmação positiva, por si mesma suficientemente clara, de que as idéias diretrizes do projeto de desenvolvimento têm que estar na consciência popular geral, na máxima extensão quantitativa possível. E, como corolário, depreende-se desde logo que aquele projeto será tão mais felizmente concluído quanto mais ampla for a sua propagação ideológica. Mas há outro aspecto, uma afirmação negativa, que importa compreender claramente: o processo do desenvolvimento, como totalidade, não depende da ação isolada de grandes individualidades, de audazes realizadores, que, por gestos mágicos, e operando contra um meio incapaz de compreendê-los, rebelde ou hostil, tiram do nada as grandes empresas e triunfam sobre a passividade e a descrença generalizadas. Tal concepção não tem apoio na compreensão orgânica do processo histórico; é apenas um devaneio

romântico, vagamente ilustrado pela biografia romanceada de alguns grandes pioneiros. O que a ciência da história comprova é a nossa afirmação inicial: uma ideologia do desenvolvimento nacional só revela plena eficácia quando o seu sustentáculo social reside na consciência das camadas populares. E aqui se coloca uma terceira afirmação, logicamente deduzida da anterior: o processo de desenvolvimento é função da consciência das massas. Possuir uma idéia é privilégio de uma consciência. À constituição de uma ideologia é, portanto, um acontecimento social que depende estritamente do número de indivíduos em cuja consciência se instale a idéia. O processo de desenvolvimento está pois em função direta do esclarecimento da consciência popular, ou seja, tem uma velocidade proporcional ao número de indivíduos nos quais se efetua a transmutação qualitativa que os conduz do estado de consciência privada ao de consciência pública .

Se é verdadeira essa conclusão, profundas serão as suas repercussões. Em primeiro lugar, porque estabelece as condições a priori de todo projeto de desenvolvimento: o caráter imprescindível do concurso popular, o aclaramento das massas quanto aos aspectos categoriais do projeto, como sejam, finalidade, unidade, idéia diretriz e exequibilidade do planejamento. Em segundo, porque se trata de conseguir não a informação superficial e meramente propagandística de propósitos governamentais, mas de criar um verdadeiro estado de consciência, um habitus individual, caracterizado por uma autêntica tomada de consciência, com a inclusão ativa da idéia no íntimo do ser, e não por uma adesão passiva, muda e inerte. É preciso que o projeto de desenvolvimento seja assimilado pelo povo e termine por identificar-se à consciência das massas. Dizemos identificar-se no sentido rigoroso da palavra, isto é, em vez de ser apenas um simples revestimento daquela consciência por

uma certa idéia, que seria nela uma realidade adjetiva ou um atributo acidental e transeunte, trata-se, ao contrário, de identificar realmente, isto é, de definir a consciência das massas pela ideologia de que estejam possuídas. A verdade destes juízos poderá servir-nos para entender o fato já apontado, de consenso geral, a visível transformação por que passa em nossa época a estrutura social brasileira. O fenômeno indiscutível do ingresso precipitado das massas no plano político explica-se pelo índice quantitativo a que chegou o processo nacional, e se expressa pelo aumento de claridade da consciência popular. Ora, pelo que acima ficou dito, esse acréscimo de clareza traduz-se numa exigência de desenvolvimento, de tal forma que a aceleração do progresso longe de ser uma intenção deliberada de grupos governamentais dirigentes, ou um plano interesseiro das classes econômicas dominantes, é na verdade um reclamo inevitável das massas. São estas que impõem a exigência de desenvolver-se o país. O conjunto de manifestações sociais que se denominam, de modo geral, reivindicações populares, — direitos, salários, condições de vida, etc., — apresenta-se fenomenalmente sob a forma de pressão exercida sobre as classes dirigentes, mas, em verdade, é apenas a expressão da exigência de desenvolvimento. Essas reivindicações exprimem a desconformidade entre a representação consciente que as massas fazem do seu estado vital e as condições econômicas e sociais do meio em que habitam. Se encobrem alguma oculta malícia ou desígnio psicológico no seu clamor e na sua oposição, fornecem com isso um indício evidente da imperiosidade de progredir. Por aqui podemos ver que preciosos auxílios para a justa compreensão dos fatos nos pode propiciar uma análise filosófica do processo de desenvolvimento. Como é capaz de transformar os pontos de vista tradicionais. e introduzir-nos em uma nova interpretação, de benefícios imediatos.

Pois bem, se a cadeia de argumentos que estamos desenvolvendo tem fundamentos de verdade, uma quarta e última tese impõe-se obrigatoriamente: a ideologia do desenvolvimento tem que proceder da consciência das massas. É um corolário evidente do que acima ficou dito. É na medida em que a consciência do povo se vai esclarecendo em número crescente de indivíduos, que se manifesta de forma nítida a realidade social. A verdade sobre a situação nacional não pode derivar de uma inspeção externa feita por um clínico social, um historiador, um sociólogo ou um político, mesmo supondo-se geniais esses homens. Essa verdade só pode ser dita pela própria massa, pois não existe fora do sentir do povo, como uma proposição abstrata, lógica, fria. Não é uma verdade enunciada sobre o povo, mas pelo povo. É função da consciência a que já atingiu, e da representação que faz dos seus problemas. O que compete aos sociólogos, na ordem teórica, e aos políticos, na ordem prática, é fazerem-se arautos dessa verdade, recolhê-la nas suas legítimas origens e interpretá-la com o auxílio do instrumento lógico-categorial que devem possuir, sem distorcê-la, sem violentá-la, sem mistificá-la. Assim, estarão construindo precisamente o projeto de desenvolvimento requerido pelo estado social do momento, o único viável na execução e autêntico na sua ideologia.

Comprendemos, então, como se equivocam os que julgam que a consciência do desenvolvimento, expressa numa ideologia, deva vir de cima, seja um artefato da especulação de uma elite intelectual que se pretende esclarecida, mesmo quando esta, com a melhor intenção e boa fé, imagina estar a serviço dos interesses populares. Ao contrário, a ideologia do desenvolvimento só é legítima quando exprime a consciência coletiva, e revela os seus anseios em um projeto que não é imposto, mesmo de bom grado, às massas, mas provém delas. Noutras palavras, isso quer dizer que a condição

para que surja a ideologia do progresso nacional é mais do que a simples justaposição das classes dirigentes e do povo, mesmo harmoniosa, pacífica e consentida; é a existência de quadros intelectuais capazes de pensarem um projeto de desenvolvimento sem fazê-lo à distância, mas consubstancialmente com as massas. Esse fato não deve ser visto como carregado de um sentido trágico, como pressagiando sangrentas revoluções sociais. Muito ao em vez, nele podemos achar um indício auspicioso de solução, no atual momento brasileiro, das divergências de classes, dos problemas nacionais em geral, visto que indica a forma de conceber um projeto autêntico de desenvolvimento que, por isso mesmo que é autêntico, convém e resolve, isto é, supera a situação mesma que gerava os descontentamentos.

Embora tenhamos delineado, nas proposições fundamentais anteriores, a exigência de ideologia e os caracteres que deve possuir para ser uma teoria capaz de acelerar o processo nacional, poderá alguém objetar-nos que tudo quanto dissemos até agora pouco significa uma vez que não apresenta aquilo que talvez mais importa conhecer: em que consiste essa ideologia, qual o seu conteúdo positivo de afirmações práticas, que diz ela diretamente sobre os problemas atuais da existência brasileira, que soluções aconselha, que socorro imediato traz, sob forma de regras de ação, aos homens de governo, aos empresários privados, aos que de fato executam o movimento de progresso? Além dessa interrogação, outra não menos grave se impõe: como se há de manifestar essa ideologia na consciência das massas, como poderá difundir-se na camada já consciente do povo, a ponto de identificar-se com ela e representar as suas reivindicações mais profundas? Examinaremos, rapidamente, uma e outra destas questões. A primeira diz respeito ao conteúdo material, objetivo e político da ideologia do desenvolvimento. É exato que as reflexões anteriores não

fizeram mais do que estabelecer a necessidade de uma teoria ideológica para a direção do processo nacional, e revelar alguns dos caracteres formais de que se reveste. Mas, de modo algum julgamos que nessas indicações gerais, por si mesmas já muito úteis, se esgote a análise teórica do processo histórico do crescimento nacional, e que o projeto de uma indispensável ideologia se limite a essas afirmações formais, como se não importasse considerar o conteúdo concreto de normas objetivas, referido à realidade brasileira da atual fase histórica. Ao contrário, só concebemos a ideologia do nosso desenvolvimento como uma estrutura de idéias formalmente constituída à luz das categorias gerais que a análise filosófica descobre, mas dependendo tudo das contribuições objetivas e concretas da ciência sociológica, da economia política e da geoantropologia, para materializar-se com referência à comunidade nacional. Compreendidos agora sob a égide de uma concepção filosófica, os dados dessas ciências, colhidos pela análise empírica imparcial, adquirem um segundo significado, que não tinham no contexto científico de que provêm, isto é, passam a ser considerados segundo a lógica de uma filosofia de processo histórico, deixando então de ser um elemento conclusivo num sistema de elementos do mesmo tipo, para assumir significado histórico, isto é, um sentido vetorial. Apresentam-se agora incluídos no tempo do desenvolvimento, como sendo não apenas aquilo que são, mas ainda apontando a algo a ser e se convertem assim de pedras neutras em alicerce: de um projeto. Um dado exato, como, por exemplo o número de habitantes de qualquer Estado brasileiro, encerra em si mesmo a sua verdade social, ao dizer-se que esse número é tal. Objetivamente nada mais diz. Inserido, porém, na perspectiva ideológica adquire um sentido novo, que supera e transforma o conceito aritmético, para oferecer-se como valor como número excessivo ou escasso, índice de condições de

vida humana, de estágio econômico, de riqueza cultural, etc. quer dizer não é mais dado bruto e neutro e sim problema. Ora, um problema só existe, só tem sentido em função de um projeto anterior em um contexto lógico que o interpreta como tal, ou seja, só é problema em um sistema de idéias, que suscita, que serve para reconhecê-lo e dar-lhe possível solução. Por conseguinte, aquele dado, inerte no campo demográfico, reclama toda uma ideologia para ser entendido em sua significação temporal e utilizado no movimento de progresso.

Fica, portanto, bem compreendido o que pode representar como concepção fecunda o plano geral de um estudo da realidade brasileira, realizado no particular por disciplinas diferentes, mas orientado por uma interpretação de ordem filosófica. A contribuição que a filosofia pode trazer, exprime-se inicialmente naquelas teses fundamentais que já enunciamos. À primeira vista podemos achar que digam pouca coisa, não parecendo que comportem conseqüências proveitosas. Mostramos, ao contrário, que a sua generalidade é a sua verdadeira riqueza. Essa generalidade resulta de que devem abranger a totalidade do processo nacional, o que lhes permite constituírem-se em critério de verdade e, portanto, em normas reguladoras para a elaboração de projetos específicos. Contudo, talvez transgredindo o plano estrito da análise fenomenológica do processo nacional, parece-nos possível avançar um pouco na descoberta de algumas indicações imediatas que se poderiam deduzir daquelas teses, particularizando-as ao caso brasileiro. Não temos, no que se segue, nenhuma preocupação sistemática, antes diríamos que nosso intuito é apenas o de exemplificar as possibilidades e a utilidade dos fundamentos teóricos no plano prático e desdobrar o campo de investigação que se oferece aos estudiosos, incitando-os a que o explorem.

A categoria de unidade que, conforme vimos, é uma das condições inerentes à noção lógica de processo, projeta-se no domínio da ação, como diretriz empírica determinando a seguinte regra na promoção dos planos de desenvolvimento: o processo nacional é um todo orgânico, o seu movimento é um só. Isto significa que, por mais especializados que sejam os setores em que se situam os problemas, estes não podem ter soluções a parte. Todos os problemas são na realidade um só, o problema do nosso desenvolvimento, e, deste ponto de vista, é preciso conceber cada solução particular em função de um projeto geral. Expressa em tais termos, a regra talvez pareça um truismo, mas a verdade que enuncia pode adquirir um colorido diferente e revelar uma inesperada profundidade quando imaginamos qual poderá ser o seu alcance, o seu rendimento operacional, se penetrar e dominar a consciência dos responsáveis pela ação de governo e a da massa esclarecida. Sé essa tese se converter em estado de espírito generalizado, ou seja, se a ideologia do desenvolvimento se expandir e tornar-se preponderante, o sentimento popular passará a reagir de forma nova e original, porque, ao invés de clamar pela solução de um problema isolado, por mais imediato, crucial e pessoal que seja, reclamará antes a resolução conjunta da contextura dramática em que o problema se apresenta. O povo compreenderá, então, o que significa uma verdadeira política de governo, que é ação per causas, e saberá distingui-la das atitudes improvisadas, das soluções puntiformes, que se contentam em remediar o insuportável, mas são incapazes de alterar a conjuntura. Problemas como os da situação inflacionária e da mortalidade infantil, por exemplo, só são distintos no conteúdo material dos seus termos; ideologicamente, identificam-se na sua procedência, pois são aspectos de um só problema, são duas facetas diferentes da

mesma realidade, do mesmo processo histórico e social considerado em determinada fase do desenvolvimento de sua infra-estrutura.

Uma segunda regra prática se associa estreitamente à primeira. Dissemos que a ideologia tem de ser um fenômeno de massas. Não pode ser o pensamento de uma elite distinta, mas é a própria consciência das condições de existência do povo, traduzida em forma conceitual e posta a serviço de um projeto de melhoramento. Uma elite — se quisermos admitir a sua existência — só poderá ser autêntica se constituída por aqueles que forem os primeiros a compreender a nova consciência nacional. Não é mais no sentido da cultura refinada, do falso humanismo de tipo classicista, do beletismo improdutivo, que poderemos falar de elites. Estas, de agora em diante, implicam uma vivência profunda do ser do Brasil, uma identificação perfeita com os sofrimentos do povo, uma consciência clara da distinção entre o que é sem importância e o que é sério, neste momento, entre o que é questão de superfície e o que fermenta nas profundezas, e só quando se tiverem suficientemente caracterizado em sua nova função social e começarem a surgir os frutos da sua atuação histórica é que serão reconhecidas como elites.

Do fato de que ideologia implica representação clara na consciência das massas, podemos tirar esta conclusão: só estarão credenciados para promover o desenvolvimento nacional aqueles que forem escolhidos pelas massas ou, noutras palavras, não pode haver solução política para os problemas brasileiros fora do voto popular. Esta afirmação, de importância fundamental, não deriva de um ponto de vista abstrato, não é um postulado doutrinário, nem reflete interesses de qualquer grupo partidário. É simplesmente uma decorrência da teoria do desenvolvimento, revelada pela análise objetiva. Significa que devem ser feitos todos os esforços para

que as divergências em relação aos problemas nacionais sejam canalizadas para as urnas e decididas pelo voto. Com efeito, a eleição é a oportunidade, e o voto é a forma em que se manifesta a consciência das massas. Inútil supor que haja outra consciência superposta à consciência das massas, a das pretensas elites, que julgue o comportamento do povo e examine o acerto e a conveniência dos seus veredictos. Porque, ou essas elites estão fora do povo, e o seu pronunciamento é suspeito de incompreensão ou de interesse, ou se esforçam sinceramente por coincidir com os anseios populares, e, nesse caso, a sua voz se inclui no conjunto de correntes em que se configura a consciência geral, è só o pronunciamento coletivo que pode revelar a resultante do sistema. A análise ideológica do processo de desenvolvimento elimina, por conseguinte, toda possibilidade de apelo a personalidades carismáticas, a salvadores iluminados por graças transcendentais ou paramentados por virtudes morais em grau heróico. Não é deles que virá a solução, nem o curso do desenvolvimento os atravessa. É da consciência coletiva que devem emergir os promotores do desenvolvimento. Podem aparecer como destituídos de qualidades salientes, sem nenhum sinal que os revele como unguídos de um poder messiânico; podem mesmo ser indivíduos que, por deficiências intelectuais ou morais, não pareçam os mais indicados para o papel que vão desempenhar. Mas na medida em que neles se personifica a consciência obscura ou pouco esclarecida do povo, são eles próprios um dado da realidade social e, como tal, exibem-se em espetáculo ao povo, que só assim terá oportunidade de reconhecer o grau a que atinge a sua consciência e superá-lo. Do contrário, sem a autenticidade da escolha inconveniente, não é possível a auto-correção da consciência pública. Se homens incompetentes são eventualmente eleitos para cargos que lhes permitam influir no processo do desenvolvimento, é perturbá-lo, esse fato mesmo é um

momento do processo, que só pode ser superado pela sua ocorrência efetiva e pela revelação da sua nocividade. A premissa filosófica que faz das massas a origem e o âmbito da ideologia do desenvolvimento nacional, acarreta, portanto, conseqüências, como as que acabamos de apontar, de evidente importância prática. Não fizemos mais do que exemplificar, e não pretendíamos senão mostrar que, na verdade, o estudo sociológico, implícito nesses postulados ideológicos, ainda está todo por fazer.

Contudo, é imprescindível dedicar algumas palavras ao menos à segunda questão a que há pouco nos referimos, a saber: como se poderá promover o progresso da ideologia na consciência nacional, de que modo se difunde, por que meios é possível favorecer essa difusão? Enunciar esta questão é simplesmente formular o problema da educação das massas. Tratando-se de uma questão de contornos por demais amplos, é evidente que não poderíamos abordá-la no pouco tempo de que dispomos. Nem temos a menor pretensão de fazê-lo. Julgamos, porém, que, reduzida a três ou quatro frases, é indispensável acolhê-la, para integrar o nosso tema. Do que precede, ressalta que a ideologia do desenvolvimento não é doação feita às classes populares, para que cada um absorva na medida da sua capacidade; ao contrário, é uma transmutação que se opera na intimidade do homem "em situação", e de que resulta uma clarificação conceitual do seu "status" social e da evolução histórica. É um processo imanente, mas admite um aceleração por influência exterior. Isto é que constitui a noção social de educação.

Neste momento em que a comunidade brasileira atinge o limiar de sua consciência nacional, caracterizada por uma inédita representação de sua realidade, e se dispõe a projetar e empreender o desenvolvimento dos seus recursos materiais, que a deve conduzir a outro estágio de sua existência, torna-se indispensável criar um

novo conceito de educação como parte essencial daquele projeto, e condição do seu completo êxito. Não estamos ainda preparados para dizer qual o plano educacional a realizar, porque se trata justamente de elaborá-lo desde os fundamentos. O que nos parece necessário, no entanto, é imprimir novo rumo à nossa educação a fim de orientá-la, sem compromisso com qualquer credo político, no sentido da ideologia do desenvolvimento econômico e social. Uma teoria da educação deverá surgir, cuja tarefa inicial será a de definir que tipo de homem se deseja formar para promover o desenvolvimento do país. Em função desse objetivo, deverão ser revistos os atuais esquemas educacionais, a fim de que, sem abandonar o que possa ser aconselhável manter da tradição, se concentrem os esforços pedagógicos na criação de uma nova mentalidade. Às gerações em crescimento deverão ser preparadas para uma compreensão nova do seu papel histórico, na transição de fase por que está passando o mundo brasileiro, capacitando-se das suas responsabilidades nesse processo. É uma tarefa imensa a programação deste setor da ideologia do desenvolvimento. Certamente a reforma a fazer terá de ser profunda. Consistirá, antes de tudo, em substituir os quadros educacionais inspirados por um humanismo hoje sem sentido, por outros que, ao contrário do que muitos pensam, não serão anti-humanistas, e muito menos anti-humanos, mas simplesmente representativos de uma nova concepção do humanismo. Deverá ser abandonada a preocupação de formar doutores e exegetas de coisas mortas, para que se possa constituir o humanismo do nosso tempo, que prezará fundamentalmente o conhecimento das ciências da cultura e da natureza, a posse das técnicas de exploração fecunda da realidade material e as artes que expressem o sentido original do homem brasileiro. Apresenta-se, assim, a

educação como um aspecto capital da teoria do desenvolvimento. Para o Brasil atual, a educação é a difusão dessa ideologia.

Uma observação final parece-nos imprescindível. Não há que confundir o conceito de ideologia do desenvolvimento, tal como o apresentamos, com quaisquer formas de partidarismo político. São coisas radicalmente diferentes. Não se trata aqui de defender nenhum interesse particular ou de grupo, mas de exprimir o interesse geral da sociedade brasileira, em suma, o interesse nacional. Essa atitude, se por um lado não implica em nenhum compromisso político-partidário, abre, por outro, a exigência de uma teoria que nos arme das categorias com que pensar o problema específico que temos em vista, e por isso implica na elaboração de uma filosofia do desenvolvimento, que chamamos de ideologia nacional. É conveniente, também, esclarecer que não pretendemos criar, à maneira de certos pensadores menores o que se chamaria de "filosofia brasileira", propósito cujo ridículo nos parece desnecessário salientar. Trata-se tão somente de analisar, por meio de disciplinas científicas, os dados do processo histórico de nosso país neste momento e de forjar uma teoria explicativa da sua realidade, para do conjunto extrair regras práticas que permitam uma intensificação útil do processo. Essa ideologia, no entanto, apenas começa a ser elaborada. O que acima ficou dito não passa de tentativa preliminar, de ensaio sem caráter dogmático, de convite aos nossos filósofos, historiadores, políticos, economistas e sociólogos. O que será realmente a ideologia do nosso desenvolvimento e, sobretudo, o que serão as proposições que venham a definir a sua aplicação prática aos problemas específicos da nossa realidade, é coisa que não podemos ainda dizer. É urgente construir essa ideologia. Contribuir para a sua elaboração, tal é a tarefa do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, que hoje inaugura seu primeiro ano letivo.

Nasce esta entidade com uma missão definida e um destino único. Compete-lhe centralizar uma ação intelectual que, se conduzida como julgamos e desejamos, poderá favorecer a rápida transformação da consciência nacional. Não será obra dos que nele vão ensinar, mesmo porque pouco sabem, e o que mais querem é aprender, mas daqueles que virão freqüentar suas aulas e associar-se aos debates que se travarão nos seminários realizados diariamente e aos trabalhos de investigação, em todos os setores da vida brasileira, a serem empreendidos pèlos grupos que procederão a exaustivo exame dos nossos problemas. Para isso foram convocados homens de todos os Estados do País, homens que, por mentalidade e posição, vivem na preocupação de fazer alguma coisa pelo Brasil. Entre os ramos do estudo que o Curso compreende está a Filosofia. Talvez esta preleção tenha logrado contribuir para mostrar que a inclusão do seu estudo não será vã. Dada a natureza do pensamento que configurou o Instituto e lhe deu um rumo a seguir e um resultado a alcançar, compreende-se a razão de ser do estudo da Filosofia no seu currículo, especialmente o das correntes filosóficas contemporâneas, ao lado dos setores mais centrais da Sociologia, da Economia e da Ciência Política.

Senhores, muito devemos esperar da Instituição cujas atividades hoje se iniciam. Se chegar realmente a unificar um pensamento definido e claro sobre o que eco que deve ser o Brasil, se, pela força persuasiva das diretrizes que aconselhar, puder mover a inteligência dos homens das classes dirigentes, políticos, empreendedores industriais e diretores técnicos, orientando-lhes a ação no rumo da iniciativa racional, se, pela verdade intrínseca da ideologia que ajudar a construir, vier a identificar-se aos anseios das massas, terá então contribuído para dar existência histórica a um Brasil que até agora não ousamos senão imaginar.

Agradeço a vossa generosa atenção.

Celso Furtado

GRAU DE INTEGRAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA¹⁸

O objetivo destas conferências é equacionar o problema do desenvolvimento da economia brasileira em sua etapa atual, analisar suas tendências fundamentais e, pela projeção dessas tendências, tentar a determinação dos principais fatores que poderão reduzir o ritmo desse desenvolvimento nos próximos anos.

Essa tentativa de diagnóstico desdobrar-se-á em duas fases. Na primeira procuraremos definir os termos gerais do problema. Quais são, no momento atual, as principais características do sistema econômico brasileiro se o observamos em conjunto? Qual a intensidade do crescimento desse sistema? Que elementos dinâmicos o impulsionam? Que fatores limitam o desenvolvimento no que se refere à disponibilidade de recursos? Que elementos freiam o crescimento quanto à estrutura social, à imobilidade de fatores, à falta de espírito de empresa, à ausência de ação governamental oportuna? Que representam como desgaste de recursos os profundos desequilíbrios que afetam o sistema econômico no momento atual?

Após a tentativa inicial, de determinação dos danos gerais do problema, tentaremos apreciá-lo em conjunto. Em outras palavras: tentaremos determinar, de modo aproximado, o que se deve entender por crescimento ótimo da economia brasileira. Essa apreciação permitir-nos-á reaproximar os diferentes fatores que influem no ritmo de crescimento e avaliar o grau de probabilidade com que cheguem a atuar concomitantemente, no futuro imediato. Poderemos, assim, inferir as

¹⁸ Extraído de Perspectivas da Economia Brasileira. Rio de Janeiro, Publicações ISEB, 1958.

perspectivas que se apresentam à economia brasileira, na hipótese de que seu desenvolvimento continue a realizar-se, mais ou menos espontaneamente.

Desse esboço de modelo de crescimento espontâneo partiremos para determinar os elementos de uma política sistemática de desenvolvimento. Política de tal natureza toma corpo num programa e pressupõe um conhecimento pormenorizado do sistema econômico, a identificação clara das tendências que se fazem sentir no momento presente, a decisão de atuar oportuna e eficazmente sobre essas tendências, a definição de objetivos claros a alcançar nos setores estratégicos da produção, a mobilização de meios adequados de defesa contra desequilíbrios internos e externos demasiadamente acentuados, e capacidade política e administrativa para alcançar ao mesmo tempo todos esses objetivos.

Vejamos, inicialmente, o que se entende por economia brasileira. Para o observador que o considere de uma perspectiva bastante ampla, o Brasil surge como imenso contínuo territorial, dotado de unidade política e cultural, mas descontínuo e heterogêneo do ponto de vista econômico. Aproximadamente duas terças partes do território nacional constituem imenso vazio demográfico e econômico. Em cerca de cinco e meio milhões de quilômetros quadrados residem pouco mais de sete milhões de habitantes. É possível que seja esse, além do Saara, o mais extenso vazio econômico existente na superfície ocupada do globo terrestre.

No terço restante do território brasileiro, há, pelo menos, dois sistemas econômicos autônomos. O sistema nordestino, que se estende da Bahia ao Ceará, com cerca de 18 milhões de habitantes, em um território de pouco mais ou menos 1,3 milhões de quilômetros quadrados. E o sistema sulino, de Minas Gerais ao Rio Grande do Sul, com

cerca de 35 milhões de habitantes, em um território de 1,5 milhões de quilômetros quadrados.

Se aproximarmos mais a objetiva, veremos que a região nordestina não apresenta o grau de integração necessário para constituir rigorosamente um sistema econômico. Seu produto bruto per capita, em 1955, foi de, aproximadamente, 110 dólares. Com esse nível de renda, torna-se difícil a uma economia alcançar o grau de integração necessário para formar um mercado mais ou menos unificado e para que os fatores de produção gozem de grau razoável de mobilidade. Uma economia com tal nível de renda pode ser descrita como uma série de "manchas" de atividade econômica sem muita articulação umas com as outras. Dessas manchas, muitas têm atividade sobretudo de subsistência e se articulam debilmente com o mundo exterior por meio de pequeno fluxo de renda monetária. Esse fluxo de renda monetária não pode ser facilmente aumentado de fora para dentro, pelo simples fato de que não é possível vender a essas comunidades mais do que pedem pagar. Assim, as correntes de comércio que atravessam essas regiões quase nunca conseguem penetrá-las. Além disso, para que o fluxo monetário aumentasse de dentro para fora seria necessário que ocorressem nessas comunidades transformações capazes de provocar um aumento de produtividade e, por esse meio, um excedente de produção destinado ao mercado. Esse tipo de transformação na prática só ocorre sob o impacto de fatores externos. A introdução de culturas de exportação por iniciativa do Governo ou de empresários de fora; a entrada de capital para explorar algum recurso natural ou para criar uma atividade manufatureira, são exemplos desse impacto.

A economia nordestina ainda se encontra em uma etapa na qual, sem a ação estimulante de fatores externos, dificilmente poderia alcançar uma taxa de crescimento

que possa ser considerada satisfatória. Uma economia com esse nível de renda média não está em condições de gerar espontaneamente a poupança que necessitaria para acelerar seu ritmo de crescimento. Ao contrário: sob o impacto do rápido aumento da população que se observa no momento presente, é de temer um retrocesso no nível de renda per capita. Não se deduza dessa afirmação que não existem no Nordeste possibilidades de intensificar o desenvolvimento. O que não existem são estímulos para que esse desenvolvimento se acelere espontaneamente. A classe capitalista, em economias desse tipo, está basicamente constituída de comerciantes. O aumento da atividade comercial pressupõe o crescimento da produção de bens, e este, o estímulo de uma procura em expansão. Assim, quase sempre é necessário que se crie o estímulo da procura externa em novo setor ou que se expanda a procura já existente, para que o sistema comece a crescer. Na ausência desses estímulos, o mais provável é que a classe comerciante aplique seus lucros em edifícios ou residências de luxo ou exporte capital para outras regiões de nível de desenvolvimento mais elevado.

Encontramos, por último, na região sul do país um sistema econômico relativamente integrado, com renda média por habitante de cerca de 340 dólares. Se o observarmos atentamente, veremos que nesse sistema ainda subsistem importantes faixas de atividade econômica não vinculadas ao mercado, e que a economia monetária penetrou com intensidade desigual em seu extenso território. Parte da população que vive nos campos, dispersa ou em pequenas comunidades rurais, dedica-se principalmente à atividade de subsistência. Seu nível de produtividade é tão baixo que não lhe permite criar senão modesto excedente de produção para vincular-se ao mercado. Contudo, o nível médio de produtividade desse sistema já é bastante elevado para que apresente relativa integração. Algumas zonas importantes

já revelam certa homogeneidade. Mesmo ali onde é manifesta a descontinuidade, já existem interligações e interdependências importantes.

Esse sistema econômico em processo relativamente avançado de integração, que encontramos no sul do Brasil, recebe seu dinamismo de dois núcleos de atividade. O primeiro é o setor ligado ao comércio internacional. O segundo é o setor industrial.

A economia de exportação do sul do Brasil, basicamente constituída pelo café, é de alta produtividade, pois o café, ocupando apenas dez por cento da superfície cultivada no Brasil, gera mais de vinte e cinco por cento da renda dos agricultores brasileiros. O impulso dinâmico dado à economia do sul do Brasil, no último decênio, pelo setor exportador alcançou grandes proporções. O valor em dólares das exportações de café mais que triplicou, durante esse período, sem que a área de colheita se houvesse sensivelmente modificado. Esse enorme incremento de renda real se distribuiu entre vários setores de atividade, e se concretizou sobretudo em maiores lucros. O aumento dos preços do café vem representando para o Brasil, nos anos recentes, ao menos 500 milhões de dólares anuais. Se levarmos em conta que a poupança líquida do setor privado tem variado, no último quinquênio, entre 1.200 e 1.500 milhões de dólares, depreende-se a magnitude do estímulo dado à economia pelo setor exportador. Em realidade, a poupança privada total - em termos reais - foi, em 1953-54, cerca de cem por cento maior do que em 1947-48, período este anterior à elevação dos preços do café.

Ao lado desse núcleo, que desempenhou no último quinquênio papel altamente dinâmico, às atividades industriais coube ação não menos positiva. O impulso de crescimento vindo de fora, ao invés de filtrar-se para o exterior - como ocorreria numa

economia de menor grau de integração como é o caso da economia do Nordeste - encontrou nas atividades industriais meio de expandir-se.

A articulação dessas duas forças dinâmicas se deve a aceleração do ritmo do crescimento da economia do sul do Brasil, nos anos que se seguem a 1948.

A produtividade média e as dimensões absolutas do mercado do sistema econômico do sul do Brasil já alcançaram nível suficientemente elevado para que esse sistema esteja em condições de gerar seu próprio impulso de crescimento. Não significa isso que tal economia possa prescindir dos meios externos de pagamento para crescer. A estrutura de seu sistema produtivo ainda é bastante rudimentar para que grande parte dos investimentos requeiram uma contrapartida de cambiais. Mas o fato de que a procura externa deixe de crescer já não significa que essa economia deva entrar numa etapa de estagnação.

A partir do momento em que as atividades industriais chegam a ocupar posição significativa e a produção de bens de capital, dentro das atividades industriais, alcança importância relativa, o sistema econômico passa a crescer por conta própria. Isto resulta do fato de observação geral de que o sistema industrial, operando em condições normais, gera importante massa de lucros, que anualmente alcança dez, vinte ou mais por cento do total do capital aplicado nas indústrias. O grau de concentração desses lucros, além de outros fatores, faz que grande parte deles tenha que ser reinvestida. Ora, essa reinversão cria automaticamente procura para as indústrias de bens de capital, as quais tendem a expandir-se e a ampliar o mercado das outras indústrias.

Na etapa de desenvolvimento em que se encontra a economia do sul do Brasil - dando os primeiros passos de crescimento autônomo - tendem a agravar-se as

tendências aos desequilíbrios internos e externos. A falta de experiência, de capacidade técnica e financeira, ou o simples temor à concorrência de poderosas organizações, entorpecem os investimentos em importantes setores, que continuam a ser atendidos com importações. Retardam-se, em conseqüência, as modificações no sistema produtivo que deveriam possibilitar a substituição de importações requerida pela relação entre o ritmo de desenvolvimento e a taxa de aumento da capacidade para importar. O resultado prático de tal desequilíbrio é a criação de capacidade ociosa em alguns setores, e o excesso de procura de determinados bens importados em outros. Esse tipo de desajustamento não ocorre quando o crescimento se realiza sob impulso exclusivamente externo.

Os problemas de desequilíbrio com que se defronta a economia brasileira são, portanto, específicos da etapa atual de seu desenvolvimento. Se não os equacionarmos de forma precisa, correremos o risco de administrar receitas que, sem eliminar as verdadeiras causas do desequilíbrio, poderão ser de conseqüências danosas para o próprio crescimento.

OS DESEQUILIBRIOS FUNDAMENTAIS

Vimos que as forças que impulsionam o desenvolvimento da economia brasileira partem de dois focos principais: o setor exportador e o industrial. Mostramos como o impulso criado pelo primeiro desses focos se expande e multiplica por meio do segundo. Também observamos que essa expansão, quando se realiza espontaneamente, tende a provocar pressão cada vez maior sobre a capacidade para importar. Não é por outro motivo que a tendência ao desequilíbrio, externo e

interno, é inerente à etapa atual de desenvolvimento da economia brasileira. Dessa tendência resulta que o sistema dificilmente poderia manter ótimo ritmo de crescimento, durante prolongado período, na ausência de uma ação orientadora de seus investimentos e corretora da estrutura de sua procura.

Examinemos, corri mais vagar, o problema. O crescimento de uma economia depende principalmente da expansão de sua capacidade produtiva e da eficiência com que se utiliza essa capacidade. A expansão da capacidade produtiva consiste, basicamente, em retirar uma parcela da renda corrente e transformá-la em capital reproduzível. Tem-se aí a medida do esforço que realiza a economia para crescer. A eficiência na utilização da capacidade produtiva é problema complexo, pois depende de uma série de fatores. Conforme seja essa eficiência, com a mesma capacidade produtiva se obtém um produto cinco, dez ou mesmo vinte por cento maior ou menor. Essa eficiência na utilização dos recursos pode ser medida, de maneira aproximada, relacionando o produto de um ano dado com o total do capital reproduzível existente, esse ano, no território nacional.

Os dados disponíveis, referentes ao decênio de após-guerra, indicam que a taxa de poupança líquida no Brasil variou entre 8 e 13 por cento. Essa taxa é a melhor medida do esforço de crescimento que realiza a economia. Por outro lado, essa mesma informação estatística nos diz que, durante esse mesmo decênio, o coeficiente de produtividade média do capital variou entre 0,50 e 0,57.

Um investimento líquido de 8 por cento e um coeficiente de produtividade média do capital de 0,50 proporcionam uma taxa de crescimento do produto da ordem de 4 por cento. Além disso, um investimento líquido de 13 por cento e um coeficiente de produtividade média de 0,57 dão lugar a uma taxa de crescimento de 7,4 por cento. A

diferença entre os dois ritmos de crescimento é de quase cem por cento. Mais ainda: como o crescimento é, a rigor, aumento da renda por habitante, admitindo um aumento da população de 2,4 por cento, temos para o primeiro caso uma taxa de 1,6 e, para o segundo, de 5 por cento. O crescimento no segundo caso é, portanto, três vezes mais rápido que no primeiro.

No período compreendido entre 1945 e 1954 a produção real cresceu no Brasil a uma taxa média anual de 6,2 por cento. Por habitante esse crescimento não excedeu 3,8 por cento. Se compararmos tal crescimento com a taxa de 5 por cento a que fizemos referência, depreende-se claramente o atraso que representou para o país a descontinuidade no esforço de poupança e a perda resultante de baixas periódicas no coeficiente de produtividade do capital.

A experiência indica que a economia brasileira pode alcançar espontaneamente uma taxa de crescimento anual, de sua produção física, de 7 a 5 por cento. Mas também revela essa mesma experiência que taxa de tal magnitude não pode ser mantida por vários anos, em condições de desenvolvimento espontâneo. O objetivo central da programação, na forma como a entendemos, consiste em criar as condições para que a economia mantenha um ritmo de desenvolvimento estável pelo menos tão intenso quanto o que é capaz de alcançar espontaneamente quando se beneficia de condições muito favoráveis.

A incapacidade de certas economias, como a brasileira, de manter espontaneamente uma taxa ótima de crescimento se explica pelo fato de que o próprio crescimento cria toda uma série de desequilíbrios. A defeituosa orientação dos investimentos, característica da etapa de desenvolvimento em que se encontra o Brasil, provoca permanente desgaste de recursos. Já nos referimos ao fato de que os

investimentos, inadequadamente orientados, criam excesso de capacidade em alguns setores e insuficiência em outros. Quando esses desequilíbrios são compensados pela liquidação de reservas de câmbio e métodos semelhantes, o sistema opera com plena capacidade, a taxa de lucros é elevada e a taxa de poupança alcança níveis altos. Essas fases de euforia são quase sempre seguidas de períodos de contração das importações, seja mediante a elevação da taxa de câmbio, seja por meio de controles diretos. Como reflexo dessa situação, alguns ramos da produção reduzem seu ritmo de atividade por escassez de matérias-primas ou de outros produtos importados. Em conseqüência, contraem-se os lucros e a taxa de poupança. Dessa forma, o próprio desenvolvimento cria desequilíbrios. Compreende-se assim que, mesmo em condições muito favoráveis, como as que prevaleceram no último decênio, a taxa de crescimento espontâneo só ocasionalmente alcance seu nível ótimo.

Consideremos agora o problema do ponto de vista da eficiência na utilização da capacidade produtiva. Já vimos que a pressão sobre a balança de pagamentos tende a resolver-se em súbita contração de importações, da qual resulta subutilização da capacidade produtiva. Essa subutilização também se traduz em declínio do coeficiente de produtividade média do capital. Mas não é somente isso. O grau de intensidade na utilização da capacidade produtiva depende diretamente do nível da procura global. Quando a procura global cresce bruscamente, de um ano para outro, aumenta a intensidade de utilização da capacidade produtiva. Em condições de desenvolvimento espontâneo, a procura global oscila de ano para ano ao sabor de flutuações da procura externa, e essas flutuações se traduzem em variações da relação produto-capital. Na ausência de uma política tendente a compensar ocasionais contrações da procura externa – nas próprias regiões ou setores em que se concentra o

efeito dessas contrações – é comum reduzir-se a utilização da capacidade produtiva. Essa desocupação de fatores pode coexistir com uma expansão da procura global e com fortes pressões inflacionárias.

Além dos referidos, há outros fatores que atuam no sentido de reduzir a taxa de crescimento, mesmo naquelas etapas em que os elementos dinâmicos estão criando o máximo de estímulos. Entre esses fatores cabe destacar a inelasticidade da oferta de alimentos. Vejamos esse problema de mais perto.

Em um país como o Brasil, desenvolvimento significa basicamente a transferência de população de setores onde prevalecem atividades de subsistência para zonas urbanas onde predomina o trabalho nas indústrias e nos serviços. Essa população que se transfere, porque emigra de regiões de baixo nível de produtividade, não deixa atrás dela nenhum excedente de produção de alimentos que possa ser enviado às regiões urbanas. Não se trata de deslocamento de população provocado pela introdução de técnicas avançadas na agricultura. Trata-se principalmente de gente que alcança a idade de trabalhar e, não encontrando ocupação permanente, emigra para tentar melhor sorte.

Ao crescer a população urbana ocupada nas indústrias e serviços afins, cresce a procura de alimentos mais que proporcionalmente, pois essa gente está armada de um poder de compra muito maior do que aquele de que dispunha quando se encontrava no campo. Ora, essa procura crescente de alimentos se depara com uma oferta muito inelástica, pois em grande parte da agricultura ligada ao mercado interno ainda prevalecem formas de organização pré-capitalistas.

A inexistência de uma agricultura moderna, de base capitalista, ligada ao mercado interno, é em grande parte responsável pela tendência permanente ao desequilíbrio

interno que se observa no país. A agricultura de exportação, pelo fato mesmo de que é negócio altamente lucrativo, interessou aos bancos, a grandes empresas estrangeiras, e logrou organizar-se em bases até certo ponto racionais. A agricultura ligada ao mercado interno, com exceção de poucas regiões do país, permaneceu em formas arcaicas de organização que caracterizam as regiões pré-capitalistas.

A incapacidade da agricultura para responder à procura crescente de alimentos nas zonas urbanas constitui verdadeiro entrave ao desenvolvimento industrial. Com o aumento do número de assalariados urbanos, os preços dos alimentos tendem a subir. A inelasticidade da oferta de alimentos cria ambiente propício à especulação comercial. As margens de lucros comerciais aumentam, o que ainda agrava mais a situação. Os assalariados que vêem crescerem os preços dos gêneros de primeira necessidade lutam por aumentos de salários. As empresas apelam para o sistema bancário e, assim, a economia passa a viver em permanente desequilíbrio. Lutar contra essa forma de desequilíbrio pela simples suspensão do crédito é eliminar a possibilidade de que a economia continue a crescer. Mesmo que se elimine todo crédito especulativo permanece a causa fundamental do desequilíbrio, a inércia de um setor que desempenha papel estratégico no processo de crescimento. Quanto maior for o impulso de crescimento criado pela procura externa e pelo setor industrial maior será a tendência ao desequilíbrio. Como o desequilíbrio tende a resolver-se em inflação aberta – tal é o caso do Brasil – a solução do problema se torna ainda mais difícil, pois a inflação induz a ampliar os lucros comerciais, a descapitalizar e desorganizar os serviços públicos de transporte, e a impossibilitar a criação de estímulos adequados capazes de fomentar a produção de alimentos.

Como o desequilíbrio permanente impede alcançar um grau elevado de eficiência na utilização dos recursos, depreende-se que o ritmo de crescimento que a economia brasileira tem logrado espontaneamente no passado recente é inferior àquele que lhe seria permitido atingir em condições de relativa estabilidade, sempre que o impulso da procura não se debilitasse.

Das considerações anteriores depreende-se que a existência de poderosos elementos dinâmicos não basta para assegurar à economia brasileira elevada taxa de crescimento. Em condições espontâneas, esse crescimento tende a ser irregular e a acarretar fortes desequilíbrios.

Quando pensamos em programação, temos em vista eliminar os fatores perturbadores do crescimento. Em outras palavras: pretendemos criar as condições para que o crescimento alcance e mantenha um ritmo ótimo.

Se partirmos do princípio de que as exportações são um dos focos dinâmicos da economia, deveremos indagar, inicialmente, que possibilidades existem de tirar o máximo proveito do crescimento do comércio internacional. Em uma economia como a do Brasil, com base de recursos tão variada, o primeiro elemento de qualquer programa deveria ser um plano de aproveitamento máximo de sua capacidade de exportação. Contudo, é bem sabido que o comércio internacional, particularmente o de matérias-primas, encontra sérios obstáculos a firme e ampla expansão. Se o Brasil precisasse depender de exportações sempre crescentes para se desenvolver, suas perspectivas não seriam muito brilhantes. Já observamos, no entanto, que mesmo com capacidade para importar estacionária ou crescendo lentamente, a economia brasileira pode desenvolver-se, desde que siga uma política adequada de orientação dos

investimentos. A razão disso é que o núcleo industrial - e dentro dele a produção de bens de capital - já alcançou importância relativamente grande neste país.

Partindo de uma taxa de crescimento admitida como equivalente à utilização razoável da capacidade produtiva e ao esforço também razoável de poupança, e aceitas algumas hipóteses com respeito ao desenvolvimento da capacidade para importar, a primeira tarefa da programação deverá ser a de definir uma política de orientação dos investimentos no setor industrial e nos serviços básicos. O objetivo dessa política seria evitar que surjam aqueles desequilíbrios que tendem a fazer pressão sobre a capacidade para importar, a criar capacidade ociosa e a reduzir a produtividade média do capital. Conhecido o crescimento provável da atividade industrial e dos serviços conexos, já seria possível deduzir o acréscimo da procura de alimentos nas zonas urbanas. O segundo objetivo da programação deveria ser, portanto, orientar recursos e assistência técnica para o campo a fim de estimular a oferta de alimentos e matérias-primas agrícolas. Evitar-se-ia, assim, que surgisse o outro desequilíbrio fundamental que engendra o desenvolvimento: a inelasticidade da oferta de alimentos.

Celso Furtado

PLANO TRIENAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL 1963 -1965

(Síntese)

Dezembro de 1962

I - OBJETIVOS GERAIS DO PLANO

I - OBJETIVOS BÁSICOS

A política de desenvolvimento planejada para o próximo triênio visa aos seguintes objetivos básicos:

1. Assegurar uma taxa de crescimento da renda nacional compatível com as expectativas de melhoria de condições de vida que motivam, na época presente, o povo brasileiro. Essa taxa foi estimada em 7 por cento anual, correspondente a 3,9 por cento de crescimento per capita.

2. Reduzir progressivamente a pressão inflacionária, para que o sistema econômico recupere uma adequada estabilidade de nível de preços, cujo incremento não deverá ser superior, em 1963, à metade do observado no ano corrente. Em 1965 esse incremento deverá aproximar-se de 10 por cento.

3. Criar condições para que os frutos do desenvolvimento se distribuam de maneira cada vez mais ampla pela população, cujos salários reais deverão crescer com taxa pelo menos idêntica à do aumento da produtividade do conjunto da economia, demais dos ajustamentos decorrentes da elevação do custo de vida.

4. Intensificar substancialmente a ação do Governo no campo educacional, da pesquisa científica e tecnológica, e da saúde pública, a fim de assegurar uma rápida melhoria do homem como fator de desenvolvimento e de permitir o acesso de uma parte crescente da população aos frutos do progresso cultural.

5. Orientar adequadamente o levantamento dos recursos naturais e a localização da atividade econômica, visando a desenvolver as distintas áreas do país e a reduzir as disparidades regionais de níveis de vida, sem com isso aumentar o custo social do desenvolvimento.

6. Eliminar progressivamente os entraves de ordem institucional, responsáveis pelo desgaste de fatores de produção e pela lenta assimilação de novas técnicas, em determinados setores produtivos. Dentre esses obstáculos de ordem institucional, destaca-se a atual estrutura agrária brasileira, cuja transformação deverá ser promovida com eficiência e rapidez.

7. Encaminhar soluções visando a refinanciar adequadamente a dívida externa, acumulada principalmente no último decênio, a qual, não sendo propriamente grande, pesa desmesurada mente no balanço de pagamentos por ser quase toda a curto e médio prazos. Também se tratará de evitar agravação na posição de endividamento do país no exterior, durante o próximo triênio.

8. Assegurar ao Governo uma crescente unidade de comando dentro de sua própria esfera de ação, submetendo as distintas agências que o compõem às diretrizes de um plano que vise à consecução simultânea dos objetivos anteriormente indicados.

A ação do Governo se exercerá através de um conjunto de medidas, mutuamente compatíveis, orientadas para dois objetivos:

a) assegurar que se realize o montante de investimentos requeridos para que seja alcançada a taxa de crescimento prevista, e

b) orientar esses investimentos para que a estrutura da produção se ajuste, com mínimo desperdício de recursos, à evolução da demanda e, em particular, às necessidades de substituição de importações determinadas pelas limitações da capacidade para importar.

II - RESUMO DO PLANO

Os investimentos planejados para o conjunto da economia, durante o próximo triênio, situam-se em torno de 3,5 trilhões de cruzeiros, aos preços de 1962, devendo permitir que o Produto cresça à taxa anual de 7 por cento, com elevação da renda per capita de 323 dólares, em 1962, para 363, em 1965. Durante esse período, a produção agrícola deverá aumentar em mais de 18 por cento, o que permitirá um crescimento anual per capita da oferta de alimentos de 2,6 por cento, correspondente a uma elasticidade renda de 0,66. O crescimento da produção industrial previsto é de algo mais de 37 por cento, ou seja, cerca de 11 por cento anuais. As modificações estruturais dentro do setor industrial continuarão com intensidade, aumentando a participação dos bens intermediários e, principalmente, dos equipamentos. Ao término do período, a indústria do país estará contribuindo com mais de 70 por cento dos bens de capital de que necessita a economia nacional para manter sua elevada taxa de crescimento. A produção de aço em lingotes aumentará de cerca de 2,7 milhões de toneladas em 1962, para 4,3 milhões em 1965. A de tratores subirá de 8 mil para 18 mil unidades. A de automóveis e caminhões de 190 mil para 270 mil. A

capacidade instalada geradora de energia elétrica crescerá de 4.751.000 kw, em 1961, para 7.432.000 kw, em 1965.

III - POLITICA FISCAL, MONETÁRIA E CAMBIAL

As medidas de natureza fiscal, monetária e cambial, visando a assegurar um adequado esquema de financiamento para os investimentos planejados, definem as condições requeridas para que se alcance a estabilidade do sistema econômico. Como o principal fator de desequilíbrio, gerador de pressão inflacionária, se tem localizado no setor público, no presente Plano, dá-se particular atenção ao financiamento dos dispêndios do Governo Federal. O dispêndio potencial do Tesouro Nacional, decorrente de autorizações de gastos existentes e de compromissos previsíveis, foi estimado em 1,5 trilhões de cruzeiros para 1963. Pretendesse o Governo Federal realizar efetivamente esse nível de gastos e a pressão inflacionária aumentaria em cerca de 100% com respeito à observada no ano corrente, levando o país inexoravelmente, à hiperinflação, com risco de paralisação de toda a atividade econômica. Após minucioso estudo das atividades do Governo Federal programadas para 1963 e, em particular, das necessidades de investimentos a serem financiados pelo Tesouro, admitiu-se que o teto dos dispêndios por conta deste poderia ser fixado em torno de um trilhão de cruzeiros. O déficit de caixa do Tesouro, correspondente a esse nível de dispêndio, será da ordem de Cr\$ 300 bilhões. Em face da possibilidade de absorção de recursos suplementares através de colocação de letras junto aos importadores, esse déficit é compatível com um nível de emissão de papel moeda que

permitirá reduzir a pressão inflacionária, de forma a que o incremento do nível de preços não supere a metade do observado no ano corrente.

O crédito do setor privado deverá crescer em montante correspondente à elevação do nível de preços adicionado ao aumento do produto real. Os tetos fixados para as distintas carteiras do Banco do Brasil correspondem a essa expansão. A política de redesconto e de recolhimento de depósitos por conta da SUMOC deverá assegurar idêntico comportamento aos bancos comerciais privados.

A política de cambio estará orientada no sentido de assegurar ao setor exportador um nível de renda real capaz de estimulá-lo a manter um adequado esforço de vendas no exterior e de evitar que as importações sobrepassem a efetiva capacidade para importar. A disciplina das importações, que deverão ser cuidadosamente supervisionadas, constitui parte essencial da política de estabilização.

As exportações estimadas com base nas possibilidades da oferta e nas perspectivas da demanda externa e as importações previstas como essenciais à manutenção da taxa de desenvolvimento permitem projetar o déficit da balança de pagamentos em conta corrente, tidos em conta os serviços financeiros. Com base nessa projeção e em cuidadosa prospecção da conta de capital, chegou-se à conclusão de que é possível estabilizar a posição de endividamento externo do país sem prejuízo da política de desenvolvimento. Para tanto, todavia, é necessário que as entradas de capital, sob a forma de empréstimos ou financiamentos - autônomos e compensatórios - alcancem no próximo triênio o montante de US\$ 1,5 bilhões, quantia inferior ao débito de capitais nesse período, o qual monta a US\$ 1.662 milhões, sendo US\$ 1.285 milhões de amortizações e US\$ 377 milhões de pagamento de juros. Caso não fora

possível manter a posição de endividamento externo, o país teria que reduzir o nível de suas importações e sair para uma política de exportações ainda mais agressiva. Contudo, dificilmente poder-se-ia conciliar esse esforço adicional com a elevada taxa de desenvolvimento programada.

IV - A EXECUÇÃO

A execução de um Plano, da natureza do presente, exige estreita unidade de direção das autoridades fiscais e monetárias, bem como orientação e controle dos investimentos, particularmente no setor público. Com vistas a lograr esses objetivos internos, pretende-se alcançar, imediatamente, maior articulação das autoridades monetárias e constituir um órgão permanente de planejamento ao mais alto nível, como medidas preparatórias às reformas bancária e administrativa a serem apreciadas pelo Congresso Nacional.

Darcy Ribeiro

NOSSA HERANÇA POLÍTICA

GETULIO VARGAS

Getúlio Vargas foi o maior dos estadistas brasileiros. Foi também o mais amado pelo povo e o mais detestado pelas elites. Tinha que ser assim, Getúlio obrigou nosso atrasado empresariado urbano de descendentes de senhores de escravos a reconhecer os direitos dos trabalhadores, até então espezinhados e massacrados; ainda que também o tenha apoiado como nenhum outro governo. Os políticos tradicionais, coniventes, senão autores da velha ordem, banidos por ele do cenário político, nunca o perdoaram. Os intelectuais esquerdistas e os comunistas, não se consolam de terem perdido para Getúlio a admiração e o apoio da classe operária. O estamento gerencial das multinacionais - setor predominante da classe dominante brasileira - o via como o próprio demônio.

Getúlio foi o líder inconteste da Revolução de 1930, que bem poderia ter sido comandada por Prestes, se ele não recusasse, ou por Siqueira Campos, se não morresse na véspera. Tendo exercido antes importantes cargos, Getúlio pôde se pôr à frente do punhado de jovens gaúchos que, aliados a jovens oficiais do Exército - os tenentistas -, desencadearam a Revolução de Trinta. A única que tivemos digna deste nome, pela profunda transformação social modernizadora que operou sobre o Brasil.

No plano político, a Revolução de 30, proscreeu do poder os coronéis-fazendeiros com seus currais eleitorais e destituiu os cartolas do pacto café-com-leite - quase todos formados pela Faculdade de Direito de São Paulo - que faziam da República uma coisa deles. Institucionalizou e profissionalizou o Exército, afastando-o das rebeliões e encerrando-o nos quartéis. No plano social, legalizou a luta de classes, vista até então

como um caso de polícia. Organizou os trabalhadores urbanos em sindicatos estáveis, pró-governamentais, mas antipatronais. No plano cultural, renovou a educação e dinamizou a cultura brasileira. Getúlio governou o Brasil durante quinze anos sob a legitimação revolucionária, foi deposto, retornou, pelo voto popular para cinco anos mais de governo. Enfrentou os poderosos testas-de-ferro das empresas estrangeiras, que se opunham à criação da Petrobrás e da Eletrobrás, e os venceu pelo suicídio, deixando uma carta-testamento que é o mais alto e o mais nobre documento político da história do Brasil.

Vejamos por partes, os feitos de Getúlio. Logo após a vitória, estruturou o Governo Federal com seus companheiros de luta, como Oswaldo Aranha e Lindolpho Collor, aos quais se juntaram mais tarde Francisco Campos, Gustavo Capanema, Pedro Ernesto e outros. Colocou no governo, também, seus aliados militares - Juarez Távora, João Alberto Estilac Leal, Juracy Magalhães -, entregando a eles, na qualidade de interventores, o governo de vários estados e importantes funções civis. Só faltaram dois heróis do tenentismo: Luís Carlos Prestes, porque havia aderido, meses antes, ao marxismo soviético, e Siqueira Campos, que morreu num acidente durante a conspiração.

O Governo Revolucionário criou o Ministério da Educação e da Saúde, entregue a Chico Campos, fundou a Universidade do Brasil e regulamentou o ensino médio, em bases que duraram décadas. Criou, simultaneamente, o Ministério do Trabalho, entregue a Lindolpho Collor, que promulga, nos anos seguintes, a legislação trabalhista de base, unificada depois na CLT, até hoje vigente. O direito de sindicalizar-se e de fazer greve, o sindicato único e o imposto sindical que o manteria. As férias pagas. O salário mínimo. A indenização por tempo de serviço e a estabilidade no emprego. O sábado livre. A jornada de 8 horas. Igualdade de salário para ambos os sexos etc. etc. etc.

Inspirou-se, para tanto, no positivismo de Comte, que já orientava a política trabalhista dos gaúchos, do Uruguai e da Argentina, como demonstra Alfredo Bosi.

Oswaldo Aranha, à frente do Ministério da Fazenda, reorganizou as finanças, revalorizou a moeda nacional e negociou a velha e onerosa dívida externa para com os ingleses, em bases favoráveis ao Brasil.

Dois anos depois da revolução vitoriosa, Getúlio enfrentou e venceu a contra-revolução cartola, que estourou em São Paulo, defendendo a restauração da velha ordem em nome da democracia. Em 1934, convocou e instalou uma Assembléia Constituinte que aprovou uma nova Constituição, inspirada na de Weimar. Com base nela, foi eleito Presidente Constitucional do Brasil. Getúlio teve que enfrentar, desde então, a projeção sobre o Brasil das ideologias que se degladiavam no mundo, preparando-se para se enfrentarem numa guerra total. De um lado, os fascistas de Mussolini, que se apoderaram da Itália, e os nazistas de Hitler, que reativaram a Alemanha, preparando-se para se espriarem sobre o mundo. Do lado oposto, os comunistas, comandados desde a União Soviética, com iguais ambições.

A direita se organizou aqui com o Partido Integralista, que cresceu e ganhou força nas classes médias, principalmente na jovem oficialidade das forças armadas. Os comunistas começaram a atuar nos sindicatos, estendendo sua influência aos quartéis. Ampliaram rapidamente sua ação, através da Aliança Nacional Libertadora, que atraiu toda a esquerda democrática e antifascista. Os comunistas conseguiram de Moscou, que apoiava uma política de aliança com todos os antifascistas do mundo, que abrisse uma exceção para o Brasil, na crença de que aqui seria fácil conquistar o poder, em razão do imenso prestígio popular de Prestes. Desencadearam a Intentona, em 1935, que foi um desastre. Não só desarticulou e destroçou o Partido Comunista, mas também provocou imensa

onda de repressão sobre todos os democratas, com prisões, torturas, exílios e assassinatos.

O resultado principal da quartelada foi fortalecer enormemente os integralistas, abrindo-lhes amplas áreas de apoio em muitas camadas da população, o que lhes permitiu realizar grandes manifestações públicas, marchas de camisas verdes, apelando para toda sorte de propaganda, a fim de eleger Plínio Salgado Presidente da República. Getúlio, que parecia não só tolerar, mas estimular essa expansão integralista, terminou por dissolver o Partido Integralista, assumindo, ele próprio, o papel de Chefe de um Estado Novo, de ideologia claramente fascista. Implantou a censura mais severa à imprensa, apropriando-se dos principais jornais e montando toda uma máquina de propaganda, pelo rádio e pela publicidade, devotada ao culto à personalidade de Getúlio. Quebrou o separatismo isolacionista dos estados, centralizando o poder e ensejando o sentido de brasilidade.

Em 1939 estalou a guerra. Todos supunham que a propensão de Getúlio era de apoio às potências do Eixo, porque seus generais eram cruamente fascistas. Surpreendentemente, Getúlio começou a aproximar-se da democracia, através de Oswaldo Aranha, que fez ver aos Aliados democráticas, o Brigadeiro Eduardo Gomes e, na vertente oposta, o General Gaspar Dutra. GANHOU Dutra, graças ao apoio de Getúlio, que vivia desterrado em sua fazenda de Itu, no Rio Grande do Sul. Simultaneamente, Getúlio se elegeu Senador por São Paulo e pelo Rio Grande do Sul, e Deputado Federal pelo Distrito Federal, pelo Rio de Janeiro, por Minas Gerais, Bahia e Paraná.

Nas eleições de 1950, Getúlio se candidatou à Presidência da República, enfrentando Eduardo Gomes. GANHOU, mas encontrou um Estado destroçado e falido por Dutra, que, eleito por ele, governara com a direita udenista. Getúlio, logo depois de empossado,

formulou nosso primeiro projeto de desenvolvimento nacional autônomo, através do capitalismo de estado, e um programa de ampliação dos direitos dos trabalhadores. Começou a lançar os olhos para a massa rural, que antes não o comovera. A característica distintiva do seu governo foi, porém, o enfrentamento do capital estrangeiro, que ele acusava de espoliar o Brasil fazendo com que recursos, aqui levantados em cruzeiros, produzissem dólares para o exterior, em remessas escandalosas de lucros.

Toda a direita, associada a essas empresas estrangeiras e por ela financiada, entrou na conspiração, subsidiando a imprensa para criar um ambiente de animosidade contra Getúlio, cujo governo era apresentado como um "mar de lama". Neste ambiente, o assassinato de um major da aeronáutica, que era guarda-costas de Carlos Lacerda, por um membro da guarda pessoal de Getúlio no Palácio do Catete, provocou uma onda de revolta, assumida passionalmente pela Aeronáutica na forma de uma comissão de inquérito, cujo objetivo era depor Getúlio. A crise se instalou e progrediu até a última reunião ministerial, em que Getúlio constatou que todos os seus Ministros, exceto Tancredo Neves, viam como solução a sua renúncia. Ele havia recebido, através de Leonel Brizola, a informação de que podia contar com as forças militares do sul do país. Mas, para tanto, seria preciso desencadear uma guerra civil. A solução de Getúlio foi seu suicídio. Antes, entregou a João Goulart a Carta-Testamento, que passou a ser o documento essencial da história brasileira contemporânea.

O efeito do suicídio de Getúlio foi uma revirada completa. A opinião pública, antes anestesiada pela campanha da imprensa, percebeu, de abrupto, que se tratava de um golpe contra os interesses nacionais e populares, que era a direita que estava assumindo o poder e que Getúlio fora vítima de uma vasta conspiração. Os testas-de-ferro das empresas estrangeiras e o partido direitista, que esperavam apossar-se do poder,

entraram em pavor e refluíram. As forças armadas redefiniram sua posição, o que ensejou condições para a eleição de Juscelino Kubitschek.

O traslado do corpo de Getúlio, do Palácio do Catete até o Aeroporto Santos Dumont, foi a maior, a mais chorosa e mais dramática manifestação pública que se viu no Brasil.

Posso avaliar bem o pasmo e a revolta do povo brasileiro ante esta série de acontecimentos trágicos, que induziram seu líder maior ao suicídio como forma extrema de reverter a seqüência política que daria fatalmente o poder à direita. Eu mesmo era, até então, um jovem intelectual comunista, alimentando-me de ilusões, quando o suicídio de Getúlio me lavou os olhos para a realidade brasileira. Que fazia eu à espera de revoluções milagreiras, quando na política, como a arte de fazer acontecer aqui e agora, Getúlio era acossado e derrubado pelas empresas estrangeiras, na defesa de seus interesses antinacionais? Foi aí que me aproximei dos trabalhistas, de Jango e depois de Brizola, passando a integrar as forças nacionalistas e trabalhistas que eles lideravam.

JOÃO GOULART

Quando Jango assumiu a Presidência da República, a conjuntura mundial era polarizada por duas fortes presenças: John Kennedy, no Governo dos Estados Unidos, aparentemente disposto a apoiar alternativas democráticas à revolução cubana, e João XXIII mobilizando a Igreja Católica para a responsabilidade social e para a opção pelos pobres.

Mudaram-se os tempos e as vontades. João XXIII morre. Kennedy é assassinado. Já nos funerais do Papa, Jango percebeu que Kennedy não se sentia animado a apoiar reformas na América Latina, com medo de sua própria direita. Foi nesta conjuntura cambiante que se definiu e se combateu pelas reformas de base, principalmente a

Reforma Agrária, atrasada por um século, e a de controle do capital estrangeiro, notoriamente incapaz, se deixado solto, de gerar aqui uma prosperidade generalizável aos brasileiros.

No primeiro período de governo, Jango se ocupou, sobretudo, de livrar-se dos freios do falso parlamentarismo que lhe fora imposto pelo Congresso. Temiam que ele fizesse um governo trabalhista sensível às reivindicações populares, como de fato ocorreu. Recorde-se que Jango surgiu no quadro político como o Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas que propôs dobrar o salário mínimo, provocando a revolta dos coronéis liderados por Golbery e Mamede. Revolta tão raivosa que Getúlio teve que demiti-lo. Só meses depois, reuniu forças para decretar o novo salário mínimo. Medida indispensável, porque estivera congelado durante todo o governo de Dutra.

A imagem política de Jango se fixou, a partir daí, como a do novo líder do trabalhismo, tão firme na defesa dos assalariados e flexível nas articulações políticas quanto predisposto a modernizar a institucionalidade brasileira. Jango se aproximara de Getúlio quando este estava isolado em Itu, depois de deposto em 1945. Era um jovem fazendeiro vizinho, formado em Direito, que nunca advogara. Era dono, então, de milhares de hectares de terras e engordava vinte mil cabeças de gado por ano. Convivendo com Getúlio, Jango foi ganho ideologicamente para a militância trabalhista, que introduziria nas lutas político-partidárias brasileiras um componente novo, tão distanciado do reacionarismo dos políticos profissionais, como da militância sindical comunista.

Com estas marcas distintivas, Jango se fez eleger Vice-Presidente de Juscelino Kubitschek e, depois, de Jânio Quadros. Em ambos os casos, em chapa eleitoral autônoma, como candidato do PTB. Encarnou a corrente política oriunda da Revolução

de 30, que modernizara o Brasil, reformulando as relações de trabalho em bases positivistas e fundando a postura nacionalista de defesa de nossas riquezas e interesses. Jango foi adiante, assumindo os direitos dos trabalhadores rurais até tornar-se, surpreendentemente, o principal defensor da sindicalização rural e da Reforma Agrária. Sua figura de líder nacionalista, trabalhista e reformista, num país de políticos atrasados e retrógrados, atraía apoio popular cada vez maior. Mas, também, repulsa cada vez mais profunda das elites.

Vencido o plebiscito de 1962, que proscreeu o parlamentarismo por 9 a 1 milhões de votos, Jango iniciou um esforço ingente para estabelecer uma aliança com o PSD, que lhe desse suporte parlamentar para as reformas de base. Conseguiu, assim, o apoio necessário para aprovar a Lei de Remessa de Lucros, através da qual as empresas estrangeiras teriam direito de remeterem, para fora, dividendos de até 10% do capital que introduzissem no Brasil. Mas eram forçadas a deixar aqui os capitais ganhos no país, que viveriam o destino dos capitais nacionais. Não se desapropriava, nem se estatizava nada; tão-somente definia-se como estrangeiro o que era estrangeiro e como nacional o que era nativo. Como a proporção era de 1 para 20, os defensores do capital estrangeiro se alvoroçaram.

Paralelamente, Jango articulava a aprovação pelo Parlamento de sua fórmula da Reforma Agrária, proposta na Mensagem Presidencial de 15 de março de 1964. Esta consistia em introduzir na Constituição o princípio de que a ninguém é lícito manter a terra improdutiva por força do direito de propriedade. Princípio do qual decorria a norma de uso lícito da terra, que seria o equivalente a quatro vezes a área efetivamente utilizada.

Essa reforma devolveria ao controle do Estado centenas de milhões de hectares de terra, sobretudo no Brasil Central e na Amazônia, apropriados abusivamente através de chicanas e grilagens por grandes latifundiários, com objetivo especulativo. Por essa via legal é que o Presidente pretendia dar terras, em pequenos lotes, a dez milhões de famílias, da mesma forma que a lei americana fizera, em 1860, distribuindo aos pioneiros o seu Oeste e criando o mercado interno, que foi o fundamento da prosperidade daquela nação. Jango sempre dizia que, com milhões de proprietários, mais famílias iriam comer, viver e progredir, mais gente se fixaria no campo, a propriedade estaria mais defendida e o capitalismo consolidado. Nada mais oposto, como se vê, ao comunismo.

Como era de esperar, essas duas reformas estruturais - que estavam não só formuladas criteriosamente mas em marcha para a concretização - uniram carnalmente toda a direita contra o governo, dissolvendo suas distensões internas. Inclusive a oposição recíproca dos dois maiores partidos patronais: a UDN e o PSD, que viviam no desespero de verem o PTB crescer a cada eleição, de forma que sua vitória, na futura eleição presidencial, era não só previsível mas inevitável.

Dois Brasis se defrontavam ali. Numa vertente, estava o Brasil das Reformas de Base, empenhado em abrir perspectiva para uma nova era, fundada numa prosperidade oriunda da ativação da economia rural e da mobilização da economia urbana, ampliada através das outras reformas em marcha: a urbana, a fiscal, a educacional e a administrativa. Na vertente oposta, estava o Brasil da reação, em união sagrada para a conspiração e o golpe, sem qualquer escrúpulo, a fim de manter a velha ordem.

O Brasil vinha se construindo, confiante como nunca em sua capacidade de transformar-se para superar o atraso e acabar com a pobreza, quando sobreveio o golpe militar de abril de 1964. O que queríamos era alargar os quadros sociais, para que mais

brasileiros tivessem empregos em que progredissem por seu esforço, para que todos comessem todos os dias, para que cada criança tivesse oportunidade de completar seu curso primário. Vale dizer, aquilo que é progresso e modernidade para nações civilizadas. Tudo dentro da democracia e da lei.

O golpe militar de 1964 foi uma irrupção abrupta do fluxo histórico brasileiro, que reverteu seu sentido natural, com efeitos indeléveis sobre a soberania e sobre a economia nacional e também sobre a cidadania, sobre a sociedade e a cultura brasileiras. Vínhamos, há décadas, construindo a duras penas uma nação autônoma, moderna, socialmente responsável e respeitosa da ordem civil, quando sobreveio o golpe e a reversão.

O Brasil atual é fruto e produto da ditadura militar, que armou-se de todos os poderes para conformar a realidade brasileira segundo diretrizes opostas às até então vigentes.

O golpe militar teve como finalidade, basicamente, impedir aquelas reformas. Para isso é que mobilizou os latifundiários, em razão dos seus interesses; e os políticos da UDN e do PSD, que vinham minguando ano a ano. Apesar de poderosas, estas forças nativas não podiam, por si mesmas, derrubar o governo. Apelaram, então, para o capital estrangeiro e seu defensor no mundo, que é o governo norte-americano, entregue à estratégia da guerra fria. Os conspiradores de 1964 não só aceitaram, mas solicitaram a intervenção estrangeira no Brasil, rompendo nossa tradição histórica de defesa ciosa da autonomia e de repulsa a qualquer ingerência em nossa autodeterminação.

Assim é que se pôs em marcha a operação de desmonte do governo constitucional brasileiro através de um golpe urdido na embaixada norte-americana, orientada pelo Departamento de Estado e coordenada pelo adido militar, que atou as ações golpistas dos governadores de Minas, do Rio e de São Paulo e as articulou com a conspiração

subversiva dos oficiais udenistas das Forças Armadas, que maquinavam desde 1945 contra a democracia brasileira.

As ações operativas de criação de um ambiente propício ao golpe foram entregues à CIA, que recebeu para isso dezenas de milhões de dólares, competentemente utilizados na mobilização de toda a mídia para uma campanha sistemática de incompatibilização da opinião pública com o governo - definido como perigosamente comunista -, seguida da promoção de grande marchas pseudo-religiosas de defesa da democracia e das liberdades. Ambas tiveram profunda repercussão nas classes médias, sempre suscetíveis de manipulação, mas não afetaram o apoio popular ao governo reformista.

Simultaneamente, organizaram instituições especificamente destinadas a subornar parlamentares: o IPES e o IBAD, que chegaram a aliciar centenas de deputados e de senadores para o golpismo. Ao mesmo tempo, infiltraram agentes provocadores nas forças armadas, como o cabo Anselmo, treinados para atos de insubordinação, destinados a sensibilizar a oficialidade, como se fossem atentados do governo à hierarquia militar. Criou-se, assim, o ambiente propício à eclosão do golpe militar.

O inconveniente maior de conspirar com os norte-americanos é que, passados vinte anos, eles abrem seus arquivos e contam tudo. Assim sucedeu com a documentação referente à intervenção do governo de Lindon Johnson. Uma vez divulgada, ela permitiu ver como o golpe foi urdido na embaixada norte-americana por seu adido militar, orientado para isto desde Washington. Foi desencadeado com forte contingente armado, postado no Porto de Vitória, com instruções de marchar sobre Belo Horizonte.

Conforme se vê, a direita brasileira e seus aliados externos estavam dispostos a desencadear uma guerra civil sangrenta, com risco de dividir o Brasil como sucedeu na Coreia e no Vietnã, para evitar que algumas reformas estruturais, indispensáveis desde

sempre, fossem executadas legalmente pela vontade dos brasileiros. João Goulart é que, negando-se a dar uma ordem que importasse em derramamento de sangue, impediu essa guerra civil, que a seus olhos podia ter custado a vida de milhões de brasileiros e, provavelmente, dividido o Brasil em dois.

Registrando esses fatos, agora, reavalio minha própria posição, que era contrária à do Presidente. Fiz o quanto me foi possível para que o governo respondesse à sublevação golpista com ações concretas. Era perfeitamente possível usar os aviões do Brigadeiro Teixeira para devolver aos quartéis a tropa de recrutas de Mourão, o general que se autodesignara como vaca fardada, porque deu o golpe e não aproveitou. Os fuzileiros do Almirante Aragão podiam também ter prendido Lacerda e Castello Branco. A essas ações se seguiria, previsivelmente, a adesão dos grandes exércitos a um governo que se revelara capaz de defender-se. Esta não foi a visão do Presidente, informado por outros conselheiros de que uma armada norte-americana estava vindo intervir nas nossas lutas internas, o que converteria o golpe, se revidado, numa guerra civil.

O golpe foi todo um êxito, proclamado como a maior vitória do Ocidente contra o comunismo, maior que o desarmamento nuclear de Cuba, maior que a crise do muro de Berlim, disse orgulhoso o idiota embaixador Gordon.

Jango não caiu por ocasionais defeitos de seu governo. Foi derrubado em razão de suas altas qualidades, como o responsável pelo maior esforço que se fez entre nós para passar o Brasil a limpo, criando aqui uma sociedade mais livre e mais justa.

A DITADURA MILITAR

Passados trinta anos, podemos avaliar historicamente o que representou para o Brasil o golpe militar e os governos ditatoriais que ele implantou.

No plano da soberania, desde a Independência o Brasil agia como nação orgulhosa de sua autonomia e ciumenta de sua autodeterminação, repelindo qualquer interferência política estrangeira. No plano econômico, ao longo de todo um século, nossa economia crescera ao ritmo anual de 4,4% do PIB. Fato extraordinário, a nível mundial, que nos situava entre os países que mais prosperavam. No plano político, conhecendo embora regimes arbitrários, nunca tivéramos uma ditadura militar de estilo hispano-americano. No plano social, o povo, suas lideranças e uma parte das elites participavam ativamente da vida política e da mobilização para as reformas de base, otimistas quanto ao futuro do Brasil.

Vinte anos de exercício arbitrário do poder por governos compostos de generais ingênuos, manipulados por tecnocratas sabidíssimos e por políticos reacionários, interromperam nosso processo de auto-edificação. Isso ocorreu justamente quando nos capacitávamos para conduzi-lo racionalmente e de forma planejada, no sentido de abrir ao Brasil uma era de desenvolvimento sustentado. Isso é o que faria o governo deposto, dentro de uma democracia participativa, através de uma reforma agrária que incorporaria milhões de famílias à economia e à cidadania, e da execução de uma lei, já promulgada, que obrigaria o capital estrangeiro aqui invertido a atuar de forma solidária com o capital nacional.

O objetivo real, implícito mas demonstrável, do golpe militar - aliás, plenamente alcançado - foi afastar essas ameaças para preservar os interesses do latifúndio e das empresas multinacionais, a fim de perpetuar uma ordem social retrógrada e uma economia dependente e socialmente irresponsável de que nos esforçávamos, há décadas, para escapar.

A economia brasileira, entregue à gestão de ministros neoliberais, submissos aos interesses patronais, especialmente os estrangeiros, foi orientada para um privatismo exacerbado. Seu primeiro efeito foi o enriquecimento mais escandaloso dos ricos e o empobrecimento mais perverso dos pobres. Isso se demonstra pela distribuição da renda nacional, em que a participação dos 20% de brasileiros mais pobres viu-se comprimida, passando de 3,5% para 3,2% de 1960 a 1980, enquanto que, na mesma quadra, os 10% mais ricos elevaram de 39,7% para 49,7% sua participação na renda. Igualmente expressiva da irresponsabilidade social da ditadura foi a redução pela metade da participação do trabalho na renda nacional, enquanto se dobrou a participação do capital.

Em consequência desse privatismo, o Estado brasileiro empobreceu a ponto de tornar-se impotente para manter seus precários serviços públicos essenciais de saúde, de educação e de previdência. Debilitou-se tanto que se tornou incapaz até mesmo de sustentar o pobre padrão de vida de seus servidores mais imediatos. De fato, os militares, os funcionários, os profissionais liberais e o professorado tiveram seus ganhos mensais reduzidos a uma terça parte, proletarizando-se todos. O salário mínimo foi reduzido à metade. A dívida externa, que era de três bilhões de dólares, em 1963, ultrapassou a centena de bilhões, e seus juros escorchantes passaram a pesar sobre a economia de forma desastrosa, nos tornando insolventes dentro do sistema de intercâmbio internacional a ponto de afetar nossa soberania. Desencadeou-se uma inflação desenfreada em que a moeda nacional se deteriorou, obrigando ao corte de doze zeros, submetendo nossa economia a uma dolarização desastrosa, que acaba de ser oficializada. A invenção aloucada da correção monetária orientou para a especulação financeira quase toda a capacidade nacional de poupança, que, retirada das inversões produtivas, tornou

a economia incapaz de crescer, levando-a a uma recessão com índices negativos que nunca conhecêramos. O efeito mais perverso da política econômica da ditadura foi lançar milhões de trabalhadores no desemprego, como mão-de-obra descartável porque excedente das necessidades das empresas, condenando uma quinta parte da população brasileira à indigência, à fome e suas sequelas: a violência, o abandono de menores e a prostituição infantil.

Os dois feitos, de inspiração militar, proclamados pela ditadura como suas façanhas maiores: a Hidrelétrica de Itaipu e a Rodovia Transamazônica, foram escandalosos engodos publicitários. A onerosíssima rodovia de-lugar-nenhum-a-lugar-nenhum, invadida pela floresta, virou mato depois de enriquecer prodigiosamente as empreiteiras. Itaipu - contratada, por idiotas razões geopolíticas, como empresa binacional com o Paraguai, mas totalmente paga pelos brasileiros - substituiu um projeto cuidadosamente planejado, que edificaria aquela hidrelétrica em território exclusivamente nacional, a custo muitíssimo menor e sem incidir no crime ecológico de apagar toda a beleza de Sete Quedas. Outros projetos bilionários da ditadura foram tão desastrosos que nem os saudosistas dela os defendem, como a Ferrovia do Aço e as usinas nucleares de produção da bomba atômica.

Simultaneamente com esses feitos e malfeitos, a ditadura desmontou a política social do trabalhismo, pondo o Estado a serviço do patronato, anulando o direito de greve, acabando com a estabilidade no emprego e submetendo os sindicatos operários à intervenção policial. Abandonou a orientação nacionalista de defesa de nossos interesses, passando a privilegiar os estrangeiros. Uma de suas primeiras medidas foi derrogar a lei de controle do capital estrangeiro. Em lugar da reforma agrária, programada por Goulart para assentar 10 milhões de famílias em pequenos lotes, a ditadura expandiu o latifúndio

improdutivo. Loteou o Brasil Central e a Amazônia em glebas de dez mil, de cem mil e até de um milhão de hectares, dadas de favor a especuladores. Generalizou-se a corrupção e o suborno na máquina do Estado, que consentiu nas maiores roubalheiras da história, todas impunes.

No plano da cultura, vimos decair a criatividade brasileira, que atravessava sua quadra mais brilhante quando a ditadura se instalou. Na educação, o ensino primário piorou tanto que nossas escolas primárias produzem mais analfabetos que alfabetizados, uma vez que só uma minoria alcança a quarta série. O ensino de nível médio, reduzido a três anos, nominalmente profissionalizante, deteriorou tanto a formação de mão-de-obra qualificada como a preparação para os cursos superiores. Nestes, o que cresceu foi o ensino particular pago e ruim, em que os professores simulam ensinar e os alunos fazem de conta que aprendem.

Para cometer tamanhas barbaridades, a serviço de interesses estrangeiros e de uma elite reacionária descendente de senhores de escravos, os golpistas de 64 degradaram toda a institucionalidade brasileira, afundando o país num despotismo crescente. Começaram rasgando a Constituição vigente, prosseguiram liquidando a vida partidária, anulando o Congresso, decapitando o STF, impondo a censura mais estrita à imprensa, liquidando com nossas manifestações culturais e artísticas, cassando os direitos políticos, demitindo, prendendo e exilando milhares de cidadãos.

Acabaram por derrogar os direitos civis e submeter a cidadania ao terror, provocando a contestação armada como forma desesperada de ação política. Implantou-se, assim, o terrorismo de Estado através da repressão mais crua, das caçadas humanas, dos assassinatos políticos e da tortura mais desumana. Por fim, os oficiais, vexados diante da cidadania, até deixaram de usar seus uniformes nas ruas. Assim foi, até que, frente à

repulsa da Nação indignada, as próprias Forças Armadas, reconhecendo o triste papel que representavam a serviço da reação, se retiraram do quadro político, pondo fim ao papel que encarnavam de capatazes de uma ditadura regressiva e repressiva. Extinguiu-se, deixando de rescaldo a crise em que ainda estamos afundados.

O valor mais alto que perdemos debaixo da ditadura foi o sentimento co-participado de que o Brasil é um país especial, com destino próprio e singular, a ser alcançado por nosso esforço. Com efeito, a ditadura quebrou em muitos brasileiros o próprio orgulho de patriotas, confiantes e otimistas quanto ao futuro do Brasil. Acanalhou o sentido de honra e de respeito aos bens públicos, generalizando a corrupção até nas cúpulas dos órgãos supremos do poder. Temo, mesmo, que ela tenha quebrado na juventude de classe média, o nervo ético e o sentimento cívico, levando enorme parcela dela ao desbunde e à apatia, dissuadida de qualquer participação política. Perderam-se, assim, para a vida cívica, aqueles que, aqui, ontem, se queimavam pela construção, no Brasil, de uma civilização mais bela e de uma sociedade mais justa.

Uma geração de estadistas, identificados com o povo brasileiro, deixou de ser formada, abrindo espaço para os negociastas. Tamanhos foram os danos da ditadura, que só nos resta a esperança de uma reversão radical, que devolva aos brasileiros a ousadia de tudo repensar para reinventar o Brasil que queremos.

Estamos ainda sob os efeitos nefastos desta ditadura, cuja erradicação é a principal tarefa política dos brasileiros. Tarefa enormemente dificultada pela conivência dos políticos e dos negociastas, solidários com a ordem privatista instituída pela ditadura, dispostos a jogar todo o seu poderio econômico no suborno do eleitorado das eleições de outubro próximo, com o objetivo de perpetuar seus privilégios.

LEONEL BRIZOLA

Brizola, estudante de engenharia, ingressou no recém-fundado Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, em agosto de 1945, para apoiar a política social de Getúlio Vargas. Era um universitário atípico, uma vez que a maioria de seus colegas era comunista ou udenista. Provavelmente porque ele vinha de uma dura vida - infância pobre, trabalhando para estudar - que o identificava com a classe trabalhadora. Atípico, também, porque, já alcançando êxito naquela idade, não aderiu aos ideais das elites e até se orgulhava de sua origem popular.

Ainda estudante, Brizola foi eleito Deputado Estadual e se fez uma das principais vozes da classe trabalhadora na Assembléia Constituinte do Estado do Rio Grande do Sul. Seu casamento, em 1950, com Dona Neuza, irmã de Jango, o aproximou de Getúlio, que aliás foi o padrinho da cerimônia. Assim é que, quando Getúlio saiu na sua memorável campanha eleitoral pelo Brasil adentro, levou consigo, como assessores, a Jango, Brochado da Rocha, e a Brizola, que eram chamados o "Jardim-de-Infância" do Presidente.

Getúlio foi eleito e trouxe Jango para o Rio como seu Ministro do Trabalho. Brizola, reeleito Deputado Estadual, tornou-se, logo depois, Secretário de Obras, tendo aí seu primeiro cargo de governo. Manteve-se, porém, sempre em contato com Jango e com Getúlio. Participou ativamente nessa época da campanha "O Petróleo é Nosso". É de recordar-se aqui que foi Brizola quem levou a Getúlio Vargas a mensagem de apoio do 3º Exército, quando alastrou-se o movimento sedicioso que resultou no seu suicídio.

Em 1955, Brizola se elegeu Prefeito de Porto Alegre, cidade em que fora jardineiro. Inaugurou aí a primeira administração voltada para o atendimento prioritário aos bairros operários, a melhoria do transporte público, o saneamento e a criação de escolas municipais. Suas qualidades de administrador e sua identificação com interesses

populares começavam a configurar então seu perfil de um político de novo tipo, com enorme talento de comunicador, pela rádio e pela imprensa, através do linguajar expressivo dos trabalhadores gaúchos.

Essas características singulares permitiram a Brizola, aos 33 anos, disputar e ganhar o governo do Rio Grande do Sul por maioria absoluta de votos. Como Governador, Brizola encarnou o nacionalismo e o trabalhismo de Vargas, bem como um vivo interesse pelo desenvolvimento industrial do Rio Grande do Sul, marginalizado, como o Nordeste, pela política de JK, que privilegiava escandalosamente a São Paulo. Travou, então, a batalha de enorme repercussão nacional pela encampação de poderosíssimas empresas norte-americanas que, monopolizando a produção e distribuição de energia elétrica e o serviço de telefones, condenavam o estado ao atraso, por seu caráter espoliativo e por sua incapacidade de crescer e modernizar-se.

Brizola inovou então o trabalhismo, solidarizando-se com o movimento dos camponeses gaúchos sem terra e pregando a necessidade de uma reforma agrária que democratizasse o acesso à propriedade da terra, monopolizada pelos latifundiários. Começou a ganhar, assim, um prestígio nacional que cresceria assinaladamente nos anos seguintes. Foi nessa quadra que conheci Brizola e passei a observar e admirar sua clareza de visão sobre os problemas brasileiros e sua ousadia para enfrentá-los, sem paralelo entre os políticos brasileiros.

Em 1961, Brizola, ainda no governo do Rio Grande do Sul, liderou dois movimentos de enorme repercussão nacional. Primeiro, o apoio ao Presidente Jânio Quadros, para reassumir o governo de que renunciara, pressionado, segundo dizia, "por forças ocultas". Depois, para uma campanha nacional de apoio à posse do Vice-Presidente eleito, João Goulart, na Presidência da República, vetada pêlos ministros militares, com apoio dos

políticas da direita. O veto só foi derrubado quando Brizola deixou claro que iria à luta armada para fazer respeitar a Constituição. Só consentiram na posse de João Goulart, impondo-lhe freios, quando o Congresso decretou irregularmente a implantação do regime parlamentarista. Jango aceitou a restrição, contando derrubá-la depois, através de um plebiscito, tal como sucedeu. Brizola se opôs, deixando claro que, a seu juízo, Jango devia apelar para as armas na defesa de seus direitos constitucionais.

No curso dessas lutas, Brizola cresceu e se afirmou como principal líder brasileiro de esquerda. Como tal, convocou as forças progressistas a se unirem a ele, numa Frente Nacional de Libertação, para as lutas anti-imperialistas de combate à espoliação estrangeira e ao latifúndio improdutivo. Tal era então seu prestígio que, mantendo-se no governo do Rio Grande do Sul, se candidatou a Deputado Federal pelo Rio de Janeiro, alcançando a maior votação registrada na história brasileira.

No Parlamento, Brizola se tornou o líder das esquerdas e o principal coordenador do grupo de pressão sobre Jango na consecução das reformas de base, principalmente a reforma agrária, que a seu ver devia ser feita "na lei ou na marra". Articulou a Frente de Mobilização Popular, integrada pela Frente Parlamentar Nacionalista, pela UNE e pela CGT, e apoiada pelas principais lideranças de esquerda, inclusive por Prestes, Arraes e Julião. Surgiu, assim, o que Santiago Dantas chamou de "esquerda negativa", para contrastar a combatividade das forças lideradas por Brizola, com o caráter persuasório do movimento que apoiava o Presidente João Goulart na sua política de reformas.

Desde então, as forças progressistas se bipartiram. De um lado, o governo lutava pelas reformas fundamentais que considerava possíveis, e que eram vistas pela direita como tão avançadas que a unificavam e lançavam no golpismo contra-revolucionário. Do outro lado, Brizola utilizava intensa e vivamente o rádio e percorria todo o Brasil em

pregações, mobilizando o povo para forçar as reformas estruturais. Simultaneamente, organizava seus seguidores em Grupos de Onze, semelhantes às células comunistas, estruturando-os em seus locais de moradia e de trabalho para o ativismo político radical.

Nesse ambiente é que se desencadeou o golpe militar de 1964. Jango o enfrentou pelo diálogo, negociando com os chefes militares, mas negando-se a dar ordem de combate contra as forças sublevadas. Brizola articulou no Rio Grande do Sul um movimento de resistência armada, ao lado do general Ladario, Comandante do 3º Exército. Jango desembarcou em Porto Alegre a 2 de abril, desautorizando a resistência armada. Optou pelo exílio no Uruguai, onde Brizola, eu e muitíssimos companheiros fomos compelidos a nos exilar, também.

No exílio, Brizola prosseguiu no esforço de organizar a luta armada contra a ditadura militar. Acreditava ele, como muitos mais, naqueles anos de entusiasmo pela figura de Che Guevara, que era possível repetir a façanha cubana. Mas a ditadura se consolidou, tornando cada vez mais inviável aquela estratégia de lutas. Acabamos confinados, por pressão da ditadura brasileira sobre o governo uruguaio. Eu, em Montevideú, lecionando na universidade, mas proibido de sair do país. Brizola, enclausurado numa praia inóspita. Daí saíria para residir numa pequena fazenda que comprou no interior do país, onde viveria vários anos.

Mesmo isolado na campana uruguaia, tão grande era seu prestígio político e tão decisiva continuava sua influência sobre as eleições do Rio Grande do Sul que, em setembro de 1977, a ditadura militar obrigou os governantes uruguaio a decretarem a expulsão de Brizola, dando-lhe o prazo de cinco dias para sair do país. Era seu segundo exílio e todos esperávamos que ele fosse viver na Venezuela ou em Portugal. Surpreendentemente, Brizola, que era tido como principal adversário político norte-

americano na América do Sul, procurou a embaixada dos Estados Unidos, solicitou e alcançou o apoio do Presidente Cárter -enquanto defensor dos direitos humanos - na qualidade de dissidente político perseguido pelo militarismo brasileiro.

A partir desse novo pouso, Brizola voltou a crescer. Agora, como um dos principais líderes latino-americanos. É nessa condição que se trasladou para Lisboa, aproximou-se da Internacional Socialista através do patrocínio de Mário Soares, sendo recebido na qualidade de eminente estadista por diversos governantes europeus, tais como Mitterand, Olav Palm e Willy Brandt.

Em julho de 1978, Brizola realizou em Lisboa um encontro de trabalhistas e socialistas brasileiros com o propósito de fazer renascer o PTB, com uma plataforma socialista-democrática. Um ano depois, reuniu-se em Lisboa um grande número de trabalhistas do Brasil e do exílio para concretizar aquele projeto. Foi aprovada, então, a Carta de Lisboa, com os princípios programáticos que deveriam reger o novo PTB, assentados na representação popular, no pluripartidarismo, no nacionalismo getuliano, no sindicalismo moderno e no desenvolvimento capitalista, orientado pelo Estado.

Promulgada a anistia, Brizola retornou ao Brasil em setembro de 1979. Dedicou-se à reorganização do PTB, no que foi obstado por Golbery, o ideólogo da ditadura, que fez entregar a sigla a um grupo de aventureiros, em cujas mãos ela se converteu em legenda de aluguel, patronal, submissa ao governo e controlada por banqueiros. Recuperando-se rapidamente desse novo golpe do regime militar, Brizola criou o Partido Democrático Trabalhista - PDT. Em sua liderança retomou a militância política, cercado pelos velhos companheiros do trabalhismo e do nacionalismo de Vargas, do reformismo de Jango, que, sob sua condução, transcende para o socialismo democrático, integrado já na Internacional Socialista, da qual Brizola foi eleito Vice-Presidente.

No mês de novembro daquele ano, sentado a seu lado no jantar final de congratulação dos participantes do Congresso da Internacional Socialista, realizado em Madri, vi Brizola ser saudado como um futuro chefe de estado. Constatei ali, uma vez mais, o imenso poderio do carisma de Brizola, que vira exercer-se tantas vezes no Brasil. Carisma é a qualidade daquele líder distinguível entre todos, como se tivesse uma estrela na testa. Os gregos antigos o definiam como aquele que ao entrar no templo enche o templo.

Na luta política brasileira, Brizola destacou-se como o principal adversário do governo militar em declínio, com tão grande apoio popular que foi eleito Governador do Rio de Janeiro. É o único caso em nossa história em que um político, já tendo sido governador, consegue eleger-se por um outro estado. Anos depois, vi Brizola escolher se queria reeleger-se pelo Rio Grande do Sul ou pelo Rio de Janeiro, tão evidente era o desejo do eleitorado dos dois estados de reconduzi-lo ao seu governo.

Estive ao lado de Brizola nos dois governos que ele exerceu no Rio de Janeiro. No primeiro, como Vice-Governador, no segundo, como Senador. Em ambos, como coordenador de seu programa educacional. Fizemos juntos muitas coisas recordáveis. A mais importante delas foi reinventar a escola primária brasileira na forma dos Centros Integrados de Educação Pública - CIEP's. Admiráveis por sua arquitetura, devida a Oscar Niemeyer, e muito mais pela revolução educacional que representam, como escola de tempo integral para professores e alunos; como centros de capacitação de seu próprio magistério, através de cursos, de estudos e de treinamento em serviço nas artes de educar; como centro produtor de variado material didático de excelente qualidade e ainda como oficina de elaboração de cursos audiovisuais, através de vídeos e de programas de informática educativa. Aos CIEP's acrescentamos outra inovação, que é o

Ginásio Público, onde os alunos egressados dos CIEP's prosseguem os estudos de 6ª a 8ª séries primárias e de todo o curso de nível médio, recebendo educação da mais alta qualidade. Nossa invenção mais desafiante, porém, é a Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF, estruturada nas bases do MIT, como uma universidade-laboratório destinada a integrar o Brasil na civilização do 3ª Milênio.

Todos esses feitos, de que me orgulho muito, não são criações minhas, mesmo porque eles apenas concretizam ideais antigos dos principais educadores brasileiros, encabeçados por Anísio Teixeira. O que os tornou viáveis foi o fato de eu poder contar, para concretizá-los, com o primeiro estadista da educação que o Brasil conheceu: Leonel Brizola. Como Prefeito de Porto Alegre e como Governador do Rio Grande do Sul, Brizola já revelara uma paixão pela educação, que, aprofundada nos seus longos anos de vivência no exílio, pôde florescer no Rio de Janeiro. Com efeito, Brizola é o primeiro governante brasileiro a compreender em toda a sua profundidade a inextinguível importância do problema educacional, cuja solução é requisito indispensável para que o Brasil progrida.

Concluindo essas apreciações, devo assinalar que nós, militantes do PDT, somos os herdeiros da ideologia e da experiência de ação governamental dos três estadistas mais lúcidos, destemidos e fecundos que o Brasil conheceu: Getúlio Vargas, João Goulart e Leonel Brizola. Como se vê, nós viemos de longe, trazendo nos braços gloriosas bandeiras de luta, grandes vitórias e terríveis frustrações.

Fomos nós que fizemos a Revolução de 1930 para modernizar o Brasil. Legalizando as lutas trabalhistas, através de sindicatos e da promulgação das principais leis, ainda vigentes, de garantia dos direitos dos assalariados. Criando o Ministério da Educação e da Saúde e a primeira universidade brasileira. Assentando as bases da industrialização

do Brasil, com a criação da Companhia Vale do Rio Doce, da Companhia Siderúrgica Nacional, da Petrobrás, da Eletrobrás e de numerosas outras empresas estatais. Tudo isso provocou tanta raiva nos reacionários, que nos custou o suicídio do nosso líder maior, Getúlio Vargas.

Fomos nós que assumimos de forma mais funda a responsabilidade de superar o atraso e a pobreza da população brasileira, espoliada desde sempre por uma classe dominante, infecunda e estéril. O fizemos através da Reforma Agrária e da lei de controle da espoliação estrangeira, propugnadas pelo Presidente João Goulart. Também elas provocaram tamanha reação na velha classe de descendentes de senhores de escravos e de vassalos servis do capital estrangeiro, que seu governo foi derrubado e o Presidente e seus associados sofreram atrozes perseguições e amargaram anos de exílio, em que muitos morreram.

Somos nós que encarnamos, hoje, essa luta, sob a liderança de Leonel Brizola. Ele ressurgiu, depois de 15 anos de exílio e 40 anos de difamação, como o líder que vem passar nossa institucionalidade a limpo, a fim de que o Brasil floresça, afinal, como a pátria livre de um povo civilizado, próspero e feliz.

Deus salve o Brasil!

Ignácio Rangel

A DINÂMICA DA DUALIDADE BRASILEIRA¹⁹

(1962)

A economia e a sociedade brasileiras são ininteligíveis se não as estudamos como as dualidades que são. Trata-se de um modo de ser próprio do Brasil, que não se pode resolver senão pela progressiva aproximação dos pólos da dualidade – o que somente terá lugar quando o país houver liquidado seu atraso relativo, alcançando a vanguarda socioeconômica da humanidade.

A descoberta do Brasil colocou em presença uma formação social pré-histórica – a comunidade primitiva dos índios – e o capitalismo mercantil europeu que, na época, representava a estrutura mais avançada, não apenas da economia européia, como de todo o mundo. A estrutura resultante não representou, nem o desaparecimento de uma das estruturas matrizes – a exemplo do que aconteceu, por exemplo, nos Estados Unidos – nem uma simples mistura delas, mas uma formação dual, interiormente arcaica e exteriormente moderna. O “regime” resultante era, pois, uma união dialética de contrários, cuja luta responde pelo que há de típico e característico na história do Brasil.

A evolução de tal estrutura pode ser analisada como resultado de um duplo esforço: do pólo externo, para se colocar ao nível da formação mais avançada e dinâmica contemporânea do mundo, e do pólo interno, por liquidar o seu atraso relativo para com o pólo externo. Contrariamente a outras estruturas subdesenvolvidas do mundo, a dualidade brasileira tem o tropismo do desenvolvimento, não tem outra nostalgia senão a do futuro e do progresso. Instintivamente, o Brasil tende a associar-se aos países mais

¹⁹ Publicado na *Revista Brasileira de Ciências Sociais* da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais, v. II, n. 2, julho de 1962.

avançados, trocando de hegemonia, quando o país para o qual se vinha orientando se deixa retardar da vanguarda. Trata-se assim de uma estrutura dependente, sem dúvida, mas que se permite escolher o centro de decisão do qual é dependente.

A temporariedade da dualidade brasileira pode ser demonstrada empiricamente pela observada aproximação histórica dos seus pólos. Com efeito, ao constituir-se, ela associava uma forma, ainda que embrionária, de capitalismo – o capitalismo mercantil – com uma estrutura tão primitiva que, em termos de cronologia da história clássica, distava da primeira dezenas de milhares de anos. Ora, antes mesmo da revolução industrial, o lado interno da dualidade brasileira já estava constituído por uma escravidão desenvolvida, de estilo greco-romano, o que queria dizer que a distância entre os dois pólos já se media, não mais em milênios, mas em menos de duas dezenas de séculos. A revolução industrial europeia induziria, no Brasil, a passagem a formas cada vez mais tipicamente feudais de organização interna da produção – uma distância de apenas alguns séculos. Hodiernamente, a distância histórica entre o pólo interno e o externo da economia e da sociedade brasileiras não chega sequer a um século, visto como, tanto no campo, como na cidade, o capitalismo emerge como a forma dominante de organização da atividade social, enquanto as relações econômicas externas mal ensaiam alguns passos no sentido do socialismo.

Pode-se prever, assim, para um período historicamente curto – algumas dezenas de anos – a liquidação da dualidade básica da economia brasileira. Isto, entretanto, não tira importância ao estudo do assunto, porque, se quisermos guiar o movimento da sociedade brasileira e, por isso mesmo, acelerar a liquidação da dualidade, teremos que tomar em consideração sua estrutura real, cujo caráter mais típico é precisamente essa

dualidade. Toda estratégia e tática econômica, social e política que a ignore não poderá senão conduzir a equívocos e frustrações.

O esquema do Estado brasileiro

O Estado brasileiro não pode senão refletir a dualidade básica da economia e da sociedade. Sua ação se faz sentir pela presença de um duplo direito, que em vão o pensamento jurídico tem procurado fundir numa só peça, uma vez que a unidade das instituições é uma unidade de contrários, e se determina no conflito entre os dois pólos. Assim é que o Brasil foi um Estado nacional, em suas relações com o resto do mundo, muito antes de ser internamente tal Estado, quando não passava de uma união frouxa entre regiões quase sem intercâmbio entre si. E agora, quando, para enquadrar o mercado capitalista já criado, o Brasil emerge internamente como um Estado nacional, no interior do qual a liberdade de intercâmbio emerge como a primeira lei, externamente tende a comportar-se como uma estrutura pára-socialista, que nega essa mesma liberdade de intercâmbio e tende a subordinar toda a atividade a um plano centralizado, construído a partir do balanço de pagamentos - ou melhor, de tantos balanços de pagamentos quantas sejam as áreas de inconvertibilidade monetária do mundo contemporâneo.

O poder político, em tal Estado, não é nunca exercido por uma só classe dirigente, mas por uma frente única de duas classes dirigentes, solidárias, mas, ao mesmo tempo, em conflito. Noutros países, coligações desse tipo surgem em certos momentos críticos, para se dissolverem, tão prontamente quanto cessa a emergência. Não no Brasil, onde a exclusão do proscênio político de uma das classes representativas da dualidade não tem

lugar senão para suscitar o aparecimento de outra coligação, representativa da nova dualidade.

Nessas condições, a transição de um regime para outro não envolve - ou não envolveu, até nossos dias - a conquista do poder por classes não componentes da coalizão dominante, com a conseqüente derrubada desta. A transição se faz por cooptação, isto é, pela exclusão, pelo próprio grupo dirigente, dos elementos mais arcaicos, e sua substituição por outros, representativos das novas forças sociais em ascensão. As classes sociais situadas fora da área do poder intervêm, por certo, nesse processo, mas por via indireta, isto é, pelo apoio a este ou aquele subgrupo da coalizão dominante.

Esta está continuamente sob a pressão das forças sociais retrógradas e avançadas, candidatas a participar da cena política propriamente dita: buscando as primeiras voltar ao poder e as segundas ter assento nele. E, visto como o desenvolvimento das forças produtivas fortalece continuamente as classes e correntes avançadas e debilita as retrógradas, há um processo de contínua renovação do grupo dirigente, ao invés da clássica renovação descontínua, revolucionária. As revoluções brasileiras têm o típico caráter de atos homologatórios de transformações já acumuladas na economia, na sociedade civil e no próprio Estado, durante um período mais ou menos prolongado.

Mudança no pólo interno da dualidade

As classes que compõem essa coalizão constituem, por sua vez, em si mesmas, outras tantas dualidades. Assim, os senhores de escravos que, com os comerciantes exportadores, compunham a coalizão representativa da dualidade simbolizada no Império do Brasil, eram, por sua vez, comerciantes e, como tais, empresários capitalistas,

que geriam suas fazendas, não no espírito dos senhores greco-romanos, mas como capitalistas, que, embora de forma embrionária, aplicavam àquela a contabilidade mercantil e estavam predispostos para a inovação, quando as condições aconselhavam a mudança de sua função de produção.

Foi assim que, a certa altura, com o mesmo espírito com que um empresário capitalista muda sua técnica de produção, os senhores de escravos decidiram substituir a escravidão pela parceria feudal, no interior da fazenda, mais ajustável às exigências do mercado e mais capaz de interessar o trabalhador em sua tarefa. Noutros termos, a passagem ao novo regime se fez basicamente por efeito de uma decisão empresarial da antiga classe dominante, interessada em reduzir os pesados encargos fixos da velha função de produção, para se ajustar às bruscas oscilações do mercado e para associar o trabalhador ao esforço produtivo.

Não obstante, feita a decisão, sem perder sua unidade formal, a velha classe dominante desdobrou-se, de fato, em duas, ou melhor em dois grupos, um dos quais mantinha-se fiel à antiga função de produção, enquanto o outro, o mais avançado, ia substituindo paulatinamente a escravidão pela parceria feudal, típica do latifúndio que chegou aos nossos dias. Nas regiões de pecuária, essa transição foi precoce (Rio Grande do Sul, Vale do São Francisco, Sertão nordestino), porque a condição para a parceria feudal – a ausência de terra livre ou sem dono – costuma cumprir-se antes na pecuária, que exige o domínio de amplas extensões de terra. Assim, os elementos representativos dessas regiões na classe dirigente constituíam uma oposição abolicionista e progressista que, com o tempo, quando, também, nas principais regiões agrícolas (São Paulo, Minas Gerais, faixa úmida do Nordeste) surgiu a parceria agrícola, passou de minoritária a majoritária.

A mudança formal de regime podia ocorrer, portanto, a qualquer momento, dependendo das condições gerais, expressas politicamente pelas pressões das camadas sociais não componentes da coalizão dominante. A essência dessa mudança estava na exclusão do poder político daqueles grupos de antigos membros da coalizão dominante que não haviam sido capazes de passar à parceria feudal e, portanto, não podiam abandonar o modo escravista de produção, sem se arruinarem. A Abolição foi o ato formal dessa exclusão que mudava a estrutura de uma das classes que compunham a coalizão dominante, mudando implicitamente o regime, levando à ruína os elementos mais retrógrados da antiga classe dominante, a exemplo do que aconteceu com os senhores de escravos maranhenses, onde a proximidade da terra pública tornava impraticável a passagem à parceria.

O que se seguiu, inclusive a República de 1889, já estava implícito nessa decisão. A unidade administrativa, que correspondia perfeitamente às exigências da economia escravista, era incompatível com a nova estrutura feudal, sendo imperativa sua substituição pelo regime federativo, e o império não podia sobreviver a essa transformação.

Mudança no pólo externo da dualidade

Toda essa transformação deixou virtualmente intacta a outra classe componente da coalizão dominante: o comércio exportador. Se alguma coisa mudou foi para fortalecer esse pólo da antiga dualidade, porque a nova estrutura da produção agrícola era mais vigorosa e conducente à expansão do comércio exterior, enquanto houvesse condições externas para isso. A revolução social era, assim, uma revolução pela metade, que envolvia a mudança de apenas um dos pólos da velha dualidade. Este tem sido um traço

característico de todas as revoluções brasileiras: a mudança de apenas um dos pólos da dualidade, que transforma o regime, ora por suas relações externas, ora, como no exemplo citado, por suas relações internas.

Entretanto, a classe dos comerciantes, imensamente fortalecida pela mudança das relações internas, estava fadada a passar por um processo de diferenciação idêntico ao descrito para a antiga classe de senhores de escravos. A nova estrutura agrária assente na parceria possibilitava uma enérgica expansão das forças produtivas, o aumento da produtividade do trabalho, de modo que, ao cabo de algum tempo, a economia passou a ser freada, não porque não pudesse fisicamente expandir sua produção, mas porque o mercado externo para seus produtos não se expandia à medida de suas próprias forças produtivas, dando origem à formação de considerável potencial produtivo ocioso.

A resposta que a economia deu a esse problema foi a aludida diferenciação da classe dos comerciantes, parte dos quais entrou paulatinamente a dedicar-se às atividades de transformação, a princípio financiando a produção artesanal e depois empreendendo diretamente a transformação em unidades manufatureiras e industriais. Segue-se que, no interior da classe dos comerciantes surgiu um grupo, a princípio minoritário, de industriais, não mais voltados para o comércio exterior e sim para a produção para o mercado interno, para a indústria substitutiva de importações. Por muito tempo, essa nova formação econômico-social atuou como uma oposição progressista, no interior da classe dos comerciantes, sem se diferenciar formalmente dela, organizando-se com ela nas Associações Comerciais.

Não obstante, à medida que a estagnação do comércio exterior, relativamente às forças produtivas internas, se caracterizava, exprimindo-se por crescente queda dos termos de intercâmbio e pela formação de estoques invendáveis de produtos orientados

para a exportação, criavam-se condições cada vez mais favoráveis para a indústria substitutiva de importações e aumentavam o número, a riqueza e o poder daquele grupo especial de comerciantes, o qual passou a aspirar à liderança de sua própria corporação e a negociar em seu nome um novo pacto de poder. A Revolução de 1930 foi o ato homologatório desse novo pacto de poder.

Basicamente, esse novo pacto de poder era uma aliança entre a indústria de transformação, orientada para a substituição de importações, e a classe dos latifundiários feudais, já então liberta de todos os resquícios da escravidão, de cujo seio nascera, quarenta anos antes. A nova indústria, ao induzir a expansão dos centros urbanos, não apenas absorvia parte dos excedentes de mão-de-obra que se vinham formando no setor agrícola, por efeito do aumento da produtividade do trabalho possibilitada pelo regime de parceria, como expandia o mercado para o qual trabalhava aquele latifúndio.

As transformações que se seguiram já estavam implícitas nessa mudança fundamental. Essa indústria aspirava à unificação do mercado interno e, conseqüentemente, subverteu o antigo pacto federativo, fortalecendo a União, inclusive militarmente, pelo desarmamento das unidades federadas. Exigiu nova política econômica externa, criou todo um novo direito civil e comercial, suscitou o aparecimento de ramos novos de direito e, o que é mais importante, fez nascer uma numerosa classe de operários urbanos que hoje pugna pela participação, mesmo que discreta, no poder.

O estado atual da dualidade

A estrutura sociopolítica criada pela Revolução de 1930 não esgotou ainda sua problemática. Embora na condição de sócio menor, a classe dos empresários industriais brasileiros – imensamente fortalecida nos últimos anos pelo interesse que tomou o

grande capital internacional pela industrialização do Brasil nas condições da reserva de mercado que é o cerne das mudanças institucionais subseqüentes ao movimento de 1930 - tolera a presença dos setores mais arcaicos da classe dos comerciantes da qual emergiu como grupo especial.

Com efeito, se bem que com crescente impaciência ela suporta a hegemonia ideológica desse grupo arcaico, deixa que os seus ideólogos ocupem posições de comando no aparelho do Estado, num estranho contrato social em que o processo de industrialização é conduzido por homens que professam sua descrença na indústria nacional e que, muitas vezes, sustentam ser ela um erro e um crime.

Não obstante, sob a pressão dos fatos, o processo de industrialização avança, em parte graças à incapacidade dos ideólogos do setor arcaico sobrevivente da velha classe dos comerciantes de compreender as leis que governam aquele processo. Através dos seus sucessivos equívocos, a vida impõe os seus direitos e vão surgindo, ainda que desordenadamente, as novas instituições, correspondentes à nova problemática.

Foi assim que se criou um direito trabalhista de fundo corporativista, sem o qual teria sido impossível criar um proletariado industrial, num país em que a esmagadora maioria da população vivia e trabalhava em condições feudais; foi assim que se instituiu a reserva de mercado, primeiro para bens de consumo e depois para bens de produção, indispensável para o surgimento, sucessivamente, da indústria leve e da indústria pesada.

Chegamos, assim, a criar um parque industrial razoavelmente diversificado e desenvolvido para o nível atual da renda e das forças produtivas, capaz, inclusive, de expansão ulterior essencialmente à base dos meios que já comanda. Depois do parque de bens de consumo, tivemos, especialmente no último lustro, a expansão do parque de

bens de produção e, paralelamente, o desenvolvimento do sistema bancário, que confere à moeda brasileira uma base moderna, sobre a qual ela pode agora ser reconstruída, libertando-se do seu status medieval, cuja crise se revela pela violenta inflação.

Nestas condições, a organização do mercado de capitais e de um capital financeiro vigoroso, que associa o capital bancário e o capital industrial, emerge como problema decisivo. Trata-se, essencialmente, de assegurar pleno emprego ao parque industrial já criado, o que só pode ser feito através da reconstrução e expansão dos grandes serviços de utilidade pública, o último setor retardatário da economia. Com isso - tarefa para o período imediato - esgotar-se-á a problemática do pacto de poder homologado em 1930. Feito isso, o Brasil passará a contar, no seu interior, com todos os elementos constitutivos de uma economia capitalista moderna, a saber, uma vigorosa agricultura, já em pleno processo de transição para o modo capitalista de produção, uma vigorosa indústria leve e uma indústria pesada capaz de assegurar o crescimento com os meios nacionais a toda a economia, e modernos serviços de utilidade pública.

A contradição fundamental do presente pacto de poder

O aparecimento do moderno parque de bens de produção, no próprio momento em que o setor exportador (agricultura) passa a sentir o influxo do descongelamento do comércio internacional, graças ao aparecimento de vigorosos novos mercados, no mundo socialista e na antiga periferia do mundo capitalista, onde estão surgindo dezenas de nações independentes, em processo de industrialização, põe em cheque todo o edifício sociopolítico construído sobre o pacto de poder de 1930. Com efeito, no próprio momento em que o recém-criado setor de bens de produção se apresta para conquistar o mercado interno, deslocando a produção competitiva das grandes potências capitalistas,

o setor agrícola se lança à conquista dos novos mercados, com o resultado de suscitar uma oferta estrangeira adicional dos mesmos bens de produção.

Ora, nenhum setor está expandindo sua própria demanda de bens de produção em medida compatível com tão grande expansão da oferta dos mesmos bens, de modo que os dois setores que historicamente respondem pela oferta global de bens de produção – a indústria e o setor exportador – entram em conflito. Momentaneamente, esse conflito é agravado pelo aparecimento de uma terceira fonte de bens de produção ao sistema, a saber, as vendas a crédito das grandes potências capitalistas. No presente momento, a luta se trava pela exclusão desse terceiro competidor pelo limitado mercado nacional, com a conseqüente recusa dos créditos que nos estão sendo oferecidos em condições e volume inauditos.

A conciliação desses interesses contraditórios supõe expansão do mercado. Esta, por sua vez, depende da elevação da taxa de inversão, para o que se abrem duas alternativas:

(a) a reforma agrária, com a conseqüente ruptura do pacto de poder de 1930, visto como o setor exportador está ainda basicamente organizado nos quadros do latifúndio semifeudal, não obstante a diferenciação já começada no interior desse stratum social, graças ao aparecimento de uma vigorosa agricultura capitalista;

(b) a expansão dos grandes serviços de utilidade pública, o que pressupõe a organização do mercado nacional de capitais, visto como a fiscalidade teria que tornar-se expropriativa para que o setor público contasse com o volume necessário de recursos.

Esta última alternativa permitiria conservar o pacto de poder de 1930, mas implicaria exclusão do crédito que está sendo aberto pelas grandes potências capitalistas e, internamente, do capital comercial exportador, aliado tradicional do capital

estrangeiro. Trata-se, conseqüentemente, de saber se será excluído do presente pacto de poder o latifúndio semifeudal, em processo de conversão em empresa capitalista, responsável pela produção exportável, ou o capital comercial, outrora intimamente ligado com ele. É inconcebível a exclusão do poder da indústria, porque esta é uma força ascendente e responsável, a esta altura, por cerca de metade do dividendo nacional.

O desfecho provável do conflito

Em países mais débeis – como a Venezuela – é possível que o conflito se pudesse resolver pela exclusão do latifúndio. São países virtualmente coloniais, sem indústria de base, onde não se toleram interesses hostis ao imperialismo metropolitano. Mas este não é o caso do Brasil, cioso de sua independência, e estruturalmente equipado para ela. Entre a exclusão de um setor decadente, embora ligado politicamente ao capital estrangeiro, como é o caso do velho capital comercial, de cujo seio saiu o moderno capital industrial e está nascendo o moderno capital financeiro, e a exclusão de um setor vigoroso como o latifúndio Brasileiro, em processo de passagem aos métodos capitalistas de produção, deve haver pouca dúvida quanto ao desfecho final. Parece fora de dúvida que a luta pela partilha do mercado brasileiro conduzirá ao fortalecimento da aliança entre o capital industrial nacional e a grande monocultura exportadora, semifeudal e semicomercial, com a exclusão do capital financeiro internacional e de seus aliados internos, ordenados em torno do arcaico comércio exportador-importador.

Entre os altos e baixos desse conflito, está abrindo caminho o capital financeiro, apoiado na taxa negativa de juros vigente no mercado interno. Graças a isso, ele pode competir vitoriosamente com o capital financeiro internacional, que não pode senão exigir taxas positivas de juros. Resultante da fusão do capital industrial e do capital

bancário, o capital financeiro nacional resolve o problema da conservação da reserva de mercado para o produtor nacional e possibilita a expansão desse mesmo mercado, na medida em que se resolvam os problemas relacionados com a reorganização dos grandes serviços de utilidade pública, com a inevitável exclusão dos concessionários estrangeiros, à medida que se firme a preferência pelos bens de capital.

A emergência do capital financeiro nacional, um dos fenômenos mais marcantes da vida econômica brasileira dos últimos anos, implica levar a estrutura capitalista, fora do setor agrícola, a suas últimas conseqüências. As premissas para isso estão sendo supridas pela estruturação da grande indústria de bens de capital, pois é inadmissível que um país que pode suprir os bens de capital de que carece não passe à etapa seguinte, que é a de criar seu próprio capital, no sentido financeiro do termo, tanto mais quanto falta, para que seu arcabouço econômico se complete, todo um setor, a saber, os grandes serviços de utilidade pública. Noutros termos, quem dispõe de um campo virtualmente virgem onde suscitar imensas oportunidades de inversão e pode suprir os bens materiais nos quais ditas inversões se devem traduzir, não pode parar, só porque o mecanismo de captação dos recursos financeiros é ainda embrionário. Esse problema será resolvido, melhor dito, já está sendo resolvido.

A taxa negativa de juros reais

Nas duas primeiras etapas da industrialização do Brasil – criação do setor de bens de consumo e criação do setor de bens de produção – os problemas financeiros relacionados com a formação de capital eram relativamente simples. Os lucros do setor em expansão, naturalmente elevados, eram orientados para a expansão das instalações diretamente pela empresa que os auferia. Na primeira etapa, quando se estava criando o parque

industrial de bens de consumo, as empresas empregavam internamente os seus lucros, em obras de expansão contabilizadas como se despesas correntes de exploração fossem, ou correndo ao mercado cambial para o pagamento de bens de produção importados, mas, basicamente, para a expansão das mesmas empresas onde se geravam os lucros.

A segunda etapa levantou problemas mais sérios, visto como exigia que os lucros obtidos na indústria leve e no setor agrícola fossem aplicados em novas empresas. Esses problemas foram, entretanto, resolvidos pela intervenção do Poder Público, pelo gradual desenvolvimento do sistema bancário, pela entrada de algum capital externo e pela criação de condições favoráveis para uma elevada taxa de lucro no próprio setor e, muitas vezes, nas próprias empresas em expansão. A política cambial e a política fiscal desempenharam papel importantíssimo nesse processo, a tal ponto que, contrariamente ao que havia ocorrido no período anterior, pode-se afirmar que o regime da segunda etapa evoluiu gradualmente do capitalismo privado para o capitalismo de Estado, fato que terá decisiva importância no futuro imediato, quando tal tendência se acentuará.

No presente momento, no setor de bens de consumo, a taxa de inversão tende a manter-se baixa, em vista da superabundância de mão-de-obra – aquela da crise agrária – e da carestia dos bens de capital, o que limita a eficácia marginal nesse setor, pelo menos enquanto persiste a presente capacidade ociosa. No setor de bens de produção, até o momento de emergência de capacidade ociosa, a carestia dos bens de equipamento, comparativamente à mão-de-obra, não teve efeito limitativo sobre a eficácia marginal do capital e, portanto, sobre a taxa de inversão, mas, uma vez criada aquela capacidade ociosa, a eficácia marginal do capital tende a cair bruscamente, fato este que é o cerne da crise que o país atravessa atualmente, com todas as suas decorrências sociais e políticas. Noutros termos, escasseiam as oportunidades de investimento, tanto na indústria leve

como na pesada, limitando a demanda de capital e criando uma imensa oferta potencial de recursos.

A emergência de uma taxa negativa de juros – de uma taxa de juros mais baixa do que a taxa de elevação do índice geral de preços – é apenas a expressão financeira da capacidade ociosa já criada, não somente no setor agrícola, onde ela precedeu e condicionou a industrialização, mas também em todo o parque industrial. No presente momento, a taxa negativa de juros não é mais, como no passado, forma particular de subsídio estatal aos setores e atividades prioritárias, mas uma forma pela qual, no interior do próprio setor privado, as unidades produtivas sem oportunidade de inversão se prontificam a financiar e subsidiar as unidades que acaso disponham de tais oportunidades.

Não há, portanto, uma escassez absoluta de recursos no sistema econômico como um todo, mas sim escassez localizada nos pontos do sistema onde estão criadas algumas das condições para a emergência de oportunidades de investimento. Trata-se, portanto, de um problema a resolver pela criação do aparelho incumbido de canalizar a poupança nacional dos pontos onde ela se está gerando para os pontos onde deve metamorfosear-se em investimento, isto é de organizar o mercado interno de capitais, e de preparar as atividades onde existem, em estado latente, as oportunidades de inversão, para tornar efetivas essas oportunidades.

A economia dos serviços de utilidade pública

Originariamente a cargo do capital estrangeiro, os grandes serviços de utilidade pública, por efeito da crise no comércio exterior, foram-se paulatinamente transferindo para a responsabilidade do Estado. A este cabe suprir os recursos necessários à expansão dos

serviços, o que significa que deve, nas presentes circunstâncias, captar recursos através de sua fiscalidade. Não se trata, pois, como nos casos da indústria leve e da indústria pesada, de transferir recursos de um setor privado para outro setor igualmente privado, mas de captá-los para o seu próprio uso. Politicamente isso significa que o Estado deveria confrontar-se com uma coalizão formada por todas as forças representativas da empresa privada - na agricultura, na indústria leve e na indústria pesada.

Ora, uma tal oposição entre o Estado e as classes dominantes que o compõem suscita problemas politicamente só suscetíveis de solução pela mudança revolucionária das classes dominantes. Noutros termos, só a implantação de um regime socialista poderia resolver diretamente o problema, nos termos em que ele está posto, tanto mais quanto não se trata de promover transferências não compensadas de renda relativamente pequenas, como até agora, mas de reunir imensos recursos, responsáveis pelos investimentos decisivos do sistema, nos próximos anos.

Não admira, pois, que estejamos buscando terceiras saídas para o problema, a começar pelas aparentemente mais simples, como o recebimento de vultosas ajudas externas. Esta solução, na qual o Estado brasileiro está atualmente depositando as suas esperanças, é, entretanto, absurda, porque não resolve o problema da criação de procura para a capacidade ociosa já acumulada na agricultura, na indústria leve e na indústria pesada, isto é, não resolve precisamente o problema a resolver. É óbvio que só internamente podem ser mobilizados os recursos financeiros necessários à compra dos produtos a resultarem da utilização da capacidade ociosa existente. Esta confronta-nos com um problema de insuficiência de demanda e os recursos financeiros externos não criam demanda, e sim oferta.

Será mister, portanto, abandonar essa solução ilusória, mas isso provavelmente não acontecerá antes que, por sua própria experiência, o sistema tenha comprovado sua inviabilidade, nem antes que, no curso mesmo do esforço em marcha, se tenham cumprido algumas das precondições que ainda faltam.

A primeira precondição

A primeira precondição é a organização do mercado interno de capitais. Por muitos anos, o Estado insistiu em impedir que a taxa de câmbio refletisse a elevação do índice geral dos preços. Isso correspondia aos interesses, primeiro, da indústria leve e, depois, da indústria pesada. Era a maneira de tornar relativamente baratos os bens de capital necessários à expansão do parque, comparativamente aos outros fatores, terra e mão-de-obra, suscitando assim uma elevada eficácia marginal do capital. Entretanto, a medida que se desenvolve a indústria pesada, supridora de bens de capital, o sistema cambial entrou a evoluir no sentido geral da chamada “verdade cambial”, isto é, da definição do tipo de câmbio como função do índice geral de preços internos.

Antes disso, a comparação entre as taxas de juros dos financiamentos externos e dos financiamentos internos fazia-se em termos nominais, isto é, o capital estrangeiro, do ponto de vista do beneficiário do crédito comportava-se como se fosse mais barato que o nacional. Por muito que a taxa interna de juros se distanciasse da taxa de elevação do índice interno de preços, a taxa externa era menor e o mercado interno de capitais permanecia embrionário. A “verdade cambial” fez com que a comparação passasse a ser feita em termos reais, se bem que por sua expressão nominal, gerando a preferência pelo capital nacional.

No presente momento, a economia brasileira ajusta-se gradualmente a esse estado de coisas e o mercado financeiro, para papéis públicos e privados, paulatinamente se amplia e se estrutura. Todo um complexo sistema de interesse e forças políticas se define e se alinha em torno dessa nova realidade, assentando as premissas políticas de sua irreversibilidade. Noutros termos, o pólo externo da dualidade passa a ser representado pelo capital financeiro – aliança do capital industrial e do capital bancário – com o conseqüente afastamento do capital comercial arcaico e drástica redução da influência do capital financeiro externo, pelo menos daquela que nos chegava por essa via, colonial e arcaizante. Por certo, assim como, afinal, o capital financeiro externo acabou por participar do esforço de industrialização, depois de a ele se haver oposto porfiadamente, é de se esperar que desempenhe papel importante na estruturação do capital financeiro interno.

Não obstante, este não se pode impor senão em luta porfiada contra o seu congênere internacional, até porque seu aparecimento é uma forma especial de luta pela reserva de mercado, que velou o berço e assistiu a todas as etapas do desenvolvimento do parque industrial brasileiro. A indústria nacional, inclusive aquela que se implantou, ou depois caiu, sob o que Soares Pereira chama de “comando externo”, por uma questão de sobrevivência, deve contribuir para a estruturação do capital financeiro nacional, do que são prova, aliás, as companhias de investimento estruturadas nos últimos anos, sob sua influência.

No presente momento, a existência de uma oferta muito elástica de capital e taxas negativas de juros é fato comprovado. O problema imediato está em que, por enquanto, a taxa sobe fortemente em função dos prazos, devido à instabilidade do mercado. Nessas condições, não é possível pensar no emprego prioritário dessa fonte de recursos para o

financiamento dos grandes serviços de utilidade pública, que, por sua natureza, exigem imobilizações a prazos muito longos. Esse problema, por sua vez, não se pode resolver sem uma enérgica intervenção do Estado. Não obstante, o passo inicial e decisivo está dado, de modo que é tempo de preparar o passo imediato, que é a reestruturação dos próprios serviços de utilidade pública, a fim de que eles possam tornar efetiva sua própria demanda potencial de capitais.

A segunda condição

A operação dos serviços de utilidade pública em condições deficitárias foi uma das formas pelas quais o Estado subsidiou, até aqui, a expansão do parque industrial brasileiro. Por esse meio, não apenas fatores essenciais à operação do parque industrial moderno eram supridos abaixo do custo, como o empresário privado beneficiava-se pela redução do seu próprio esforço de formação de capital. Em certos casos, os serviços públicos reduziam também a escala mínima do projeto industrial, a exemplo dos serviços de energia elétrica, que, dispensando as instalações próprias de força, não somente reduziram o custo desse fator, como deprimiram a razão investimento: valor acrescido dos novos projetos e permitiram o aparecimento de unidades produtivas relativamente pequenas sem maior sacrifício do nível tecnológico e da produtividade. Tudo isso facilitava o esforço de formação de capital.

Uma vez constituído o parque, entretanto, esse subsídio pode ser retirado, pois não passa de uma forma especial de transferência. Nas presentes condições, muitos dos serviços de utilidade pública não cobrem sequer os próprios custos correntes de operação, nada deixando para os fins de depreciação e pagamento do lucro legal. Ora, é óbvio que, enquanto esse estado de coisas perdurar, ditos serviços não podem ser

considerados como oportunidade de investimento, senão graças à expectativa de crescentes subsídios estatais, cujo montante atual ultrapassa de muito as forças da fiscalidade governamental.

Dada a elevada razão capital / produto característica desses serviços, o lucro legal emerge como o item decisivo de custo, sendo esse lucro uma função da taxa de juros. O uso do capital estrangeiro, conseqüentemente, sobrecarrega excessivamente os custos, em vista da elevada taxa de juros exigida por aquele capital, de modo que o passo decisivo para a reorganização de tais serviços está na gradual passagem ao uso de equipamento nacional, financiado com recursos em moeda nacional, captados no mercado interno, à vigente taxa negativa de juros.

No caso paradigmático da eletricidade, a lei permite, desde já o lançamento à tarifa da diferença cambial da amortização e juros dos empréstimos estrangeiros, o que significa que o capital se torna proibitivamente caro, a partir do momento em que o tipo de câmbio passa a determinar-se como função do nível interno dos preços (Instrução 204 da Sumoc). Esse efeito foi mascarado por muito tempo pelo subsídio cambial, que tendia a congelar o tipo de câmbio para operações de certas categorias, tornando-se, entretanto, evidente desde que foi retirada essa forma de subsídio. Não obstante, temos ainda o paradoxo de uma legislação que, permitindo a cobrança do lucro legal devido ao capital estrangeiro de empréstimo, não permite a cobrança do custo, muito menor, do capital captado no próprio mercado nacional.

O passo imediato consiste, assim, na inclusão na tarifa – ou em sua cobertura pelo Estado – do custo efetivo do capital no mercado interno. Trata-se de suprimir uma injusta e abusiva discriminação contra o capital interno .

A tendência do pólo externo da dualidade

O resultado líquido de todas essas mudanças em curso assim pode ser resumido:

(a) deslocamento do centro de gravidade do mesmo, em virtude da decadência do velho capital comercial e do fortalecimento do capital financeiro, que associa o capital industrial e o capital bancário;

(b) paralela conversão do capitalismo privado em capitalismo de Estado, que é o germe da futura dualidade – estatal nas relações econômicas externas e capitalista privada nas internas.

Entretanto, o pólo interno entra em processo de diferenciação, com o surgimento do latifúndio capitalista na agricultura, prenunciando uma mudança também no pólo interno, ao fim da qual teremos o capitalismo privado como força dominante no pólo interno e o capitalismo de Estado como força dominante no pólo externo. Cumpre notar, entretanto, que a evolução do pólo interno apenas começou e, para concluir-se, exige a prévia reforma do pólo externo, imprescindível para a expansão do mercado nacional e, concomitantemente, do comércio exterior.

Conclusão

Ao se constituir como nação independente, o Brasil foi estruturado como uma dualidade escravista-comercial. Subseqüentemente, o pólo interno (escravista) diferenciou-se, dando origem ao aparecimento de um subsetor de tipo feudal, primeiro na pecuária e depois na própria agricultura.

O fortalecimento desse subsetor levou-nos à subversão do pólo interno, com a liquidação dos restos do arcaico escravismo e a implantação, como forma dominante, do latifúndio feudal, que passou a enquadrar o desenvolvimento das forças produtivas.

Como parte da crise geral do pólo interno, o pólo externo (comerciante) passou por um processo frusto de diferenciação, com o aparecimento de alguns elementos de indústria de transformação capitalista, cujo impulso se esgotou no curso do processo de mudança do pólo interno (Mauá).

A nova dualidade, feudal comerciante, depois de enquadrar um vigoroso desenvolvimento da economia e da sociedade, estava fadada a mudar, desta vez pelo pólo externo, num processo que se aproxima da conclusão. A classe dos comerciantes diferenciou-se, suscitando o aparecimento de uma classe de industriais, que assumiu pouco a pouco a liderança e está, pela fusão com o capital bancário, dando origem ao capital financeiro nacional, cujo aparecimento marca a crise final das velhas relações econômicas com o exterior. O aparecimento do setor interno de bens de produção é o ponto de partida para o surgimento do capital financeiro.

No pólo interno, tomam forma os elementos de capitalismo agropecuário, ainda nos quadros do velho latifúndio semifeudal. Não obstante, a expansão desse capitalismo exige o crescimento do mercado, cujas condições estão surgindo sob a forma da preparação da economia para a reestruturação dos serviços de utilidade pública, à base de recursos supridos pela própria economia nacional – isto é, pela indústria nacional de bens de produção e pelas importações pagas com o fruto do incremento das exportações, especialmente agrícolas – e reunidos pelo nascente mercado interno de capitais.

Aproxima-se, assim, o fim da era pré-capitalista do pólo interno da economia. Não obstante, a dualidade manter-se-á, visto como, no pólo externo passam a vigorar formas peculiares de capitalismo de Estado, tipicamente transientes para o socialismo. Com efeito, o comércio exterior tornado imperativo por essa evolução do capitalismo externo não pode ser senão um comércio planificado de Estado e, internamente, à medida que os

serviços de utilidade pública emergem como o setor dinâmico do sistema, o Estado emergirá como o grande inversionista, de cuja atividade passa a depender toda a saúde do sistema, inclusive do setor de capitalismo privado.

Em sua forma atual, embrionária, o capitalismo de Estado brasileiro opera essencialmente em proveito do capital privado. Não obstante, a influência das massas assalariadas cresce incessantemente, de modo que não está longe o dia em que, a princípio em posição ancilar e depois em posição dominante, elas participarão do pacto de poder da República. Com a conclusão desse processo, chegará ao fim, também, a DUALIDADE BÁSICA DA ECONOMIA BRASILEIRA.

João Goulart

DISCURSO DE 13 DE MARÇO²⁰

Brasileiros! Valoroso povo do Estado da Guanabara!

Devo agradecer em primeiro lugar às organizações sindicais, promotoras desta grande manifestação; agradecer ao povo por esta demonstração extraordinária e também aos sindicatos que de todos os estados mobilizaram seus associados para esta ocasião. Dirijo-me a todos os brasileiros, não apenas aos que conseguiram adquirir instrução na escola, mas a todos os irmãos que passam miséria e privações, pelo direito de ser brasileiro, trabalhando de sol a sol.

Como Presidente de 80 milhões de brasileiros, quero que minhas palavras sejam entendidas. Vou falar a linguagem franca, que pode ser rude, mas é sincera, é de esperança no futuro, mas de quem tem coração para enfrentar a dura realidade brasileira.

Proclamar que esta concentração seria um ato atentatório do Governo ao regime democrático é como se no Brasil ainda fosse possível governar sem o povo. Desgraçada a democracia se tiver que ser defendida por esses democratas. Para eles, trabalhadores, a democracia não é regime de liberdade de reunião com o povo, mas a de um povo emudecido e abafado nas suas reivindicações.

A democracia, trabalhadores, que eles desejam impingir-nos, é a democracia de antipovo, da anti-reforma, do anti-sindicato, aquela que favorece os interesses dos grupos que representam. A democracia que eles pretendem é a dos privilégios, da intolerância, do ódio, para liquidar com a Petrobrás. A democracia dos monopólios nacionais e internacionais, a democracia que levou Getúlio Vargas ao extremo sacrifício.

²⁰ *Publicado no Jornal do Brasil de 14 de março de 1964.*

Ainda ontem, trabalhadores, eu afirmava no arsenal de marinha, envolvido pelo calor dos trabalhadores, que a democracia jamais poderia ser arrebatada dos trabalhadores quando eles vêm à rua, à praça, que é do povo.

Democracia, trabalhadores brasileiros, é o que o meu governo vem procurando realizar, como é do meu dever interpretar os anseios populares pelo caminho da paz. Não há ameaça mais séria à democracia do que tentar estrangular a voz do Povo, fazendo calar as justas reivindicações desta Nação e destes reclamos que, de Norte a Sul, de Leste a Oeste, levantam seu clamor pelas reformas de base, sobretudo pela Reforma Agrária, que será o complemento da abolição do cativeiro de milhões de brasileiros que vegetam no interior, em condições miseráveis.

A ameaça à democracia não é vir ao encontro do povo na rua, é enganar o povo brasileiro, é explorar seus sentimentos cristãos na mistificação de anti-comunismos, insurgindo o povo até contra as mais expressivas figuras do quadro nacional, dos grandes pronunciamentos do Santo Papa. O inolvidável Papa João XXIII disse que a dignidade da pessoa humana exige normalmente, como fundamental, o direito do uso da terra, e a obrigação de conceder propriedades para todos.

É dentro dessa autêntica doutrina que o governo brasileiro vem procurando fixar sua política social, particularmente quanto à realidade agrária. O cristianismo nunca foi um estudo dos privilégios condenados pelos Santos Padres. Nem também, brasileiros, podem ser levantados os rosários contra a vontade do povo. Não podem ser levantados os rosários da fé contra o povo que reclama uma justiça social. Perdem o seu tempo os que imaginam que o Governo seria capaz de abafar a voz do povo, que o Governo possa empreender ação política contra ele, contra seus direitos ou reivindicações.

Ação repressiva é a que o Governo está praticando e vai ampliar na Guanabara e outros estados contra aqueles que especulam com as dificuldades do povo, sonégam gêneros alimentícios. Ainda ontem, dentro de associações de cúpula das classes conservadoras, ibadiarios protestavam contra o Presidente porque ele defende o povo contra aqueles que o exploram na rua, através da especulação e da ganância. Não me tiram o sono as manifestações de protestos dos gananciosos, mascarados em frases patrióticas, mas que traduzem a realidade de seus propósitos anti-sociais e antipopulares.

Não receio ser chamado de subversivo por proclamar a necessidade da revisão da atual Constituição da República, que não mais atende aos anseios de nosso povo. É antiquada porque legaliza uma estrutura econômica já superada, injusta e desumana. O povo tem que sentir a democracia que ponha fim aos privilégios de uma minoria proprietária de terras. Quer participar da vida política do País através do voto, poder votar e ser votado. É preciso que nos pleitos eleitorais sejam representadas todas as correntes políticas sem discriminação ideológica. Todos têm o direito à liberdade de opinião e a manifestar o seu pensamento. Este é um princípio fundamental dos direitos do homem, contido na própria carta das Nações Unidas. Está nisso o sentido profundo dessa grande multidão que presta manifestações ao presidente, o qual lhe presta conta de seus problemas, atitudes e posições, na luta que vem enfrentando contra forças poderosas, mas confiante da unidade do povo e da classe trabalhadora, que há de encurtar o caminho de nossa emancipação.

É de se lamentar que parcelas ainda ponderáveis que tiveram acesso a funções superiores continuem insensíveis à realidade nacional. São os piores surdos e cegos os que poderão com tanta surdez e cegueira ser, amanhã, responsáveis, perante a história,

pelo sangue brasileiro que possa ser derramado pela emancipação do País. De minha parte, à frente do Executivo, tudo farei para que o processo democrático siga o caminho pacífico para derrubar obstáculos que impedem a liberdade do povo brasileiro. Juntos, governo e povo, operários, camponeses, militares, estudantes, intelectuais e patrões brasileiros que colocam os interesses da Pátria acima de seus interesses, seguiremos a caminhada da emancipação econômica e social do País. O nosso lema, trabalhadores, é progresso com justiça e desenvolvimento com igualdade. A maioria dos brasileiros não se conforma com a ordem social imperfeita, injusta, desumana e impacienta-se com a demora em receber os dividendos de um progresso construído com o esforço dos trabalhadores e o patriotismo dos humildes.

Vamos continuar lutando na construção de novas usinas, na abertura de estradas, na implantação de fábricas, hospitais, escolas para o povo sofredor. Nada disso terá sentido profundo, porém, se não for assegurado o sagrado direito ao trabalho e uma justa participação do povo no desenvolvimento nacional. Sabemos muito bem que de nada vale ordenar a miséria do País com aquela aparência bem comportada com que alguns pretendem iludir o povo. É a hora das reformas. A hora das reformas de estruturação, de métodos de estilo de trabalho e de objetivo, para o povo brasileiro. Já sabemos que não é mais possível progredir sem reformas. Que não é possível acomodar-se e admitir que esta estrutura ultrapassada possa realizar o milagre da salvação nacional. Para milhares de brasileiros, o caminho das reformas é o do progresso e da paz social. Reforma, trabalhadores, é solucionar pacificamente contradições de uma ordem jurídica superada pela realidade em que vivemos.

Acabei de assinar o Decreto da Supra. Assinei, meus patrícios, com o pensamento voltado para a tragédia do irmão brasileiro que sofre no interior da Pátria. É necessário

que se diga que não é ainda a Reforma Agrária pela qual lutamos. Representa, como afirmou há pouco o Governador pernambucano, um passo à frente no caminho das grandes reformas de estrutura. Não representa ainda a carta de alforria do camponês abandonado, mas é, repito, o primeiro passo à frente das portas que se abrem na solução definitiva do problema agrário brasileiro.

O decreto considera de interesse social, para efeito de desapropriação, as terras que ladeiam os eixos rodoviários, os açudes públicos federais e terras que podem tornar produtivas áreas inexploradas, ainda submetidas a um comércio intolerável e odioso. Não é justo, trabalhador brasileiro, que o benefício de uma estrada construída com dinheiro do povo venha a beneficiar apenas as minorias privilegiadas do País.

Não se compreende que uma estrada como a Rio-Bahia, com 800 Km asfaltados, que custou 60 bilhões de cruzeiros ao povo brasileiro, venha beneficiar latifundiários, que têm o valor de suas terras duplicado.

Mas, trabalhadores. Reforma Agrária com pagamento prévio em dinheiro não é Reforma Agrária; como consagra a Constituição, é negócio agrário que interessa apenas ao latifundiário. Sem reforma constitucional não poderá haver Reforma Agrária autêntica, que atenda aos reclamos do povo brasileiro. Sem emendar a Constituição, que tem acima dela o povo, como esta multidão que aqui está em praça pública, poderemos votar leis agrárias, mas nenhuma delas será capaz de modificar estruturas em benefício do País. Camponeses brasileiros, graças ao convênio e à colaboração patriótica das Forças Armadas, o convênio entre elas e a Supra, espero que dentro de menos de 60 dias se dividam os latifúndios à beira de estradas, ao lado das ferrovias, dos açudes e ao lado das obras de saneamento.

E, feito isso, o trabalhador do campo já poderá ver, concretizada em parte, a sua mais sentida e justa reivindicação: um pedaço de terra própria para que ele trabalhe, para que cultive. Aí então o trabalhador e sua família trabalharão para eles. Porque não se diga que há meios de fazer a reforma sem mexer a fundo na nossa Constituição.

Em todos os países civilizados foi suprimido da Constituição o pagamento prévio em dinheiro. No Japão, há mais de 20 anos que já se fez a Reforma Agrária, pagando-se em títulos, com prazos de 20 anos e juros de 2%. Quem promoveu a Reforma Agrária não podia ser chamado de agitador, não podia ser chamado de comunista. Foi o General MacArthur, general americano, que não podia ser acusado de estar a serviço de interesses internacionais. Na Itália, na Calábria, há mais de 15 anos que a reforma foi realizada. A produção multiplicou-se e os camponeses passaram a ter seus pedaços de terra própria.

O México há 12 anos vem concretizando a sua Reforma Agrária, empregando mais de 30 milhões de hectares de terra trabalhada, entregando-a aos camponeses mexicanos, realizando pagamentos de 25 anos, com juros nunca superiores a cinco por cento. Na própria Índia já se fez a Reforma Agrária de mais da metade da área cultivável daquele país. Não existe argumento capaz de afirmar que no Brasil, uma Nação jovem e que se projeta para o futuro, o povo não possa fazer a reforma constitucional que lhe permita uma Reforma Agrária autêntica.

A Reforma Agrária não é capricho de um governo, não é capricho de uma pessoa, de um programa de partido. É produto de inadiável, necessidade que no Brasil constitui as esperanças do povo Brasileiro. A Reforma Agrária é imposição do próprio Congresso Nacional para ampliar e melhorar o seu mercado interno, que necessita maior produção para sobreviver. Nas fábricas e indústrias há tecidos e sapatos sobrando. Enquanto isso, o

povo brasileiro vive nu no interior da Pátria. Suas crianças sem calçado, porque não tem poder aquisitivo para comprar esses produtos.

A Reforma Agrária é indispensável para melhorar o nível de vida. possibilitar a melhor remuneração do povo urbano. Intelectuais, estudantes, industriais que se interessam e querem o desenvolvimento do País, sabem que a Reforma é necessária e indispensável para que a vida social e econômica possam progredir.

Como garantir a propriedade privada quando de 15 milhões de brasileiros que trabalham na terra, apenas dois e meio milhões são proprietários? O que pretendemos fazer no Brasil não é diferente do que já se fez em países subdesenvolvidos do mundo. É etapa do progresso que devemos conquistar e haveremos de conquistar. E esta manifestação deslumbrante, que presenciamos, é o testemunho mais vivo de que a Reforma Agrária será conquistada pelo povo brasileiro.

O próprio custo dos gêneros alimentícios, que está diretamente subordinado à relação do homem com a terra, num país onde se paga aluguel da terra por mais de 50% do valor da produção obtida, não pode haver gêneros alimentícios baratos. No meu estado, por exemplo, o estado do Deputado Leonel Brizola, 75% da produção de arroz são realizados em terras alugáveis e o arrendamento destas terras é 75% do valor da produção paga em cada "ano.

Esse é o inquilinato rural, medieval, que torna cada vez mais necessária a Reforma Agrária. O povo sabe que ela só prejudica a uma pequena minoria insensível e o seu desejo de manter escravos, com a Nação submetida a miserável processo de vida. É claro que a Reforma Agrária só pode ser iniciada em terras economicamente aproveitáveis. Não poderíamos começar a Reforma Agrária no Amazonas ou no Pará. A Reforma Agrária deve ser iniciada em terras colonizáveis, ao lado dos grandes centros. Governo

nenhum, por maior que seja seu esforço e até seu sacrifício, poderá enfrentar o monstro inflacionário que devora salários e que inquieta o povo, se não forem realizadas as reformas de estrutura exigidas pelo povo e reclamadas pela Nação.

Tenho autoridade para lutar para a reforma da Constituição, porque essa reforma, indispensável, tem o único objetivo de abrir caminho para a solução harmônica dos problemas. Não me animam, e é bom que a Nação me ouça, quaisquer propósitos de ordem pessoal. Os grandes beneficiados serão, acima de tudo, o povo e os governos que vierem, a quem desejamos entregar esta Nação emancipada e enriquecida, resolvidos democrática e pacificamente os seus graves problemas. Dentro de 48 horas vou entregar à consideração do Congresso Nacional a Mensagem Presidencial deste ano. Nessa mensagem, estão bem claras e expressas as intenções e objetivos do Governo. Espero que os senhores congressistas, e seu patriotismo, compreendam o sentido social e a ação governamental, cuja finalidade é acelerar o progresso do País e assegurar melhores condições de vida, pelo caminho da reforma democrática.

Mas estaria faltando ao meu dever se não transmitisse, em nome do povo brasileiro, em nome de 150 mil ou 200 mil pessoas que aqui estão, o nosso caloroso apoio ao Congresso Nacional, para que venha ao encontro das reivindicações populares. Para que seu patriotismo atenda aos anseios da Nação, que quer dias mais pacíficos. Quero também referir-me, antes de finalizar, a um outro decreto, que também assinei, interpretando sentimento nacional. Acabei de assinar o decreto de encampação de todas as refinarias particulares. A partir desta data, trabalhadores brasileiros, a Ipiranga, a Capuava e outras pertencem ao povo, porque pertencem ao Governo.

Procurei, depois de estudos cuidadosos elaborados por técnicos e guiado pelo espírito que criou a Lei nº 2.004. lei que surgiu e foi inspirada pelos mais altos ideais patrióticos e

imortais do brasileiro que continua imortal na alma do povo brasileiro - ao decretar a encampação das refinarias particulares, prestar ao povo brasileiro uma homenagem de respeito e solidariedade àquele que sempre teve respeito e foi solidário com os sentimentos do nosso povo, ao grande Presidente Getúlio Vargas.

Ele, o imortal, o grande patriota Vargas, morreu, mas o povo continua a sua caminhada e eu vivo, hoje, momento de profunda emoção ao poder dizer que soube interpretar o sentimento do povo brasileiro. Ao lado dessas medidas, da maior significação para o desenvolvimento do nosso país, e para a participação do povo brasileiro nas suas riquezas, especialmente nessa luta pelo petróleo e o monopólio nacional, eu sinto que para essas medidas nacionalistas, de tal significado, o povo estará sempre presente nas ruas e praças públicas para prestigiar o Governo, que pratica atos como estes para demonstrar às forças reacionárias que o povo há de continuar a sua caminhada.

Nesta mensagem que enviei para a consideração do Congresso Nacional, deixei bem consignadas outras reformas que o povo exige para o desenvolvimento do País: a reforma eleitoral, reforma ampla que permita que todos os brasileiros acima de 18 anos, que lutam pelo engrandecimento do País, possam participar do destino glorioso do Brasil. Nessa reforma, propugnamos principalmente, democraticamente, fundamentalmente, que todo o alistável deva ser elegível e, portanto, tratado como tal.

Também está consignada a reforma universitária, proclamada pelo povo brasileiro e difundida pelo estudante universitário, que sempre tem estado na vanguarda dos movimentos populares e nacionalistas. Ao lado dessas medidas o governo continua examinando outras medidas e providências fundamentais em defesa do povo e das classes populares. Dentro de poucas horas, devo assinar outro decreto que

regulamentará o preço extorsivo e abominável dos apartamentos residenciais que estão desocupados, de todos que hoje afrontam e ferem o povo, exigindo pagamento em dólares por um apartamento brasileiro. O pagamento deve ser feito em cruzeiros, o dinheiro do povo, que é o dinheiro do País.

Estejam tranqüilos que dentro em breve esse decreto será realidade e realidade também será a rigorosa e implacável fiscalização para que seja cumprido o decreto de aluguéis, assim como também o Governo, apesar dos ataques e dos insultos sofridos, não recuará na fiscalização que vem exercendo contra a exploração do povo. Faço aqui apelo ao povo carioca, para que ajude o governo na fiscalização da vergonhosa exploração que está sofrendo. Para aqueles que desrespeitarem a lei, não nos interessa o tamanho de sua fortuna, ou de seu poder, estejam eles em Olaria, ou na rua do Acre, podem estar certos que deverão sofrer perante a lei as sanções pela responsabilidade dos seus crimes. Aos servidores públicos desta Nação, aos médicos, engenheiros, servidores públicos que também não me têm faltado em seu apoio e solidariedade, posso afirmar que suas justas reivindicações estão sendo objeto de estudo final, e em breve as verão atendidas, porque o Governo deseja cumprir seu dever com aqueles que cumprem o dever para com o seu País.

Ao encerrar, quero dizer que me sinto reconfortado e recuperado para enfrentar a luta, que tanto maior será contra nós quanto mais perto estivermos do cumprimento do dever. Na medida em que a luta apertar, sentir-me-ei confortado, porque o povo também lutará contra aqueles que não reconhecem sua vontade e exploram a Nação.

Eu sei, trabalhadores brasileiros, das reações que nos esperam, mas estou tranqüilo, porque cumpro com o dever e, acima de tudo, porque sei que o povo brasileiro já está

amadurecido, já tem consciência de sua autoridade, e que não faltará com seu apoio às medidas nacionalistas de sentido social.

Quero, trabalhadores brasileiros, agradecer, mais uma vez, a extraordinária manifestação aqui registrada, especialmente ao bravo povo carioca, que soube dialogar com os líderes nacionalistas a respeito dos problemas que afligem a Nação. A todos os patrícios quero dizer também, ao finalizar, que nenhuma força será capaz de impedir que o governo continue assegurando absoluta liberdade ao povo brasileiro, que nenhuma força impedirá que o povo se manifeste, livre e democraticamente, e para isso podemos dizer, com orgulho, que contamos com o patriotismo das bravas e gloriosas Forças Armadas desta Nação. Hoje, com o alto testemunho da Nação reunida na praça que ao povo pertence, o Governo, que é também do povo e ao povo pertence, reafirma seus propósitos inabaláveis de lutar com todas as suas forças pela reformas tributária, eleitoral, pelo voto do analfabeto, pela elegibilidade de todos os brasileiros, pela pureza da vida democrática, pela emancipação econômica, pela justiça social e, ao lado do povo, pelo Progresso do Brasil.

A Reforma Agrária²¹

João Goulart

No reiterado esforço pelo cumprimento da missão que me impus de presidir a luta pela renovação da sociedade brasileira, com o propósito de conduzi-la, mediante a

²¹ *Trechos da Mensagem Presidencial encaminhada ao Congresso Nacional em 15 de março de 1964.*

convocação e o conagraçamento de todas as forças políticas progressistas, permito-me encarecer, mais uma vez, ao Congresso Nacional, a necessidade imperiosa de atendermos aos anseios e reclamos da Nação pelas Reformas de Base. (...)

No cumprimento desta missão de paz é que coloco diante dos nobres representantes do povo, para a sua alta apreciação, o corpo de princípios que se me afiguram como o caminho brasileiro do desenvolvimento pacífico e da maturidade da nossa democracia. Faço-o com inteira consciência de minhas responsabilidades e para que jamais se diga que o Presidente da República não definiu com suficiente clareza o seu pensamento e a sua interpretação dos anseios nacionais, deixando de contribuir, por sua omissão, para o equacionamento e a solução do grande problema nacional do nosso tempo.(...)

No quadro das reformas básicas que o Brasil de hoje impõe, a de maior alcance social e econômico, porque corrige um descompasso histórico, a mais justa e humana, porque irá beneficiar direta e imediatamente milhões de camponeses brasileiros é, sem dúvida, a Reforma Agrária.

O Brasil de nossos dias não mais admite que se prolongue o doloroso processo de espoliação que, durante mais de quatro séculos, reduziu e condenou milhões de brasileiros a condições subumanas de existência. Esses milhões de patrícios nossos, que até um passado recente, por força das próprias condições de atraso a que estavam submetidos, guardavam resignação diante da ignorância e da penúria em que viviam, despertam agora, debatem seus próprios problemas, organizam-se e rebelam-se, reclamando nova posição no quadro nacional. Exigem, em compensação, pelo que sempre deram e continuam dando à Nação - como principal contingente que são da força nacional de trabalho - que se lhes assegure mais justa participação na riqueza nacional,

melhores condições de vida e perspectivas mais concretas de se beneficiarem com as conquistas sociais alcançadas pelos trabalhadores urbanos.

Para atender a velhas e justas aspirações populares, ora em maré montante que ameaça conduzir o país a uma convulsão talvez sangrenta, sinto-me no grave dever de propor ao exame do Congresso Nacional um conjunto de providências a meu ver indispensáveis e já agora inadiáveis, para serem, afinal, satisfeitas as reivindicações de 40 milhões de brasileiros.

Assim é que submeto à apreciação de Vossas Excelências, a quem cabe privativamente a reformulação da Constituição da República, a sugestão dos seguintes princípios básicos para consecução da Reforma Agrária:

- a ninguém é lícito manter a terra improdutiva por força do direito de propriedade;
- poderão ser desapropriadas, mediante pagamento em títulos públicos de valor reajustável, na forma que a lei determinar:
 - a) todas as propriedades não-exploradas;
 - b) as parcelas não-exploradas de propriedades parcialmente aproveitadas, quando excederem a metade da área total;
- nos casos de desapropriação, por interesse social, será sempre ressalvado ao proprietário o direito de escolher e demarcar, como de sua propriedade de uso lícito, área contígua com dimensão igual à explorada;
- o Poder Executivo, mediante programas de colonização, promoverá a desapropriação de áreas agrícolas nas condições das alíneas "a" e "b" por meio do depósito em dinheiro de 50% da média dos valores tomados por base para lançamento do imposto territorial nos últimos cinco anos, sem prejuízo de ulterior indenização em títulos mediante processo judicial.

- a produção de gêneros alimentícios para o mercado interno tem prioridade sobre qualquer outro emprego da terra e é obrigatória em todas as propriedades agrícolas ou pastoris, diretamente pelo proprietário ou mediante arrendamento.

I) o Poder Executivo fixará a proporção mínima da área de cultivo agrícola de produtos alimentícios para cada tipo de exploração agropecuária nas diferentes regiões do país.

II) todas as áreas destinadas a cultivo sofrerão rodízio e a quarta cultura será obrigatoriamente de gêneros alimentícios para o mercado interno, de acordo com as normas fixadas pelo Poder Executivo.

- o preço da terra para arrendamento, aforamento, parceria ou qualquer outra forma de locação agrícola jamais excederá o dízimo do valor das colheitas comerciais obtidas.
- são prorrogados os contratos expressos ou tácitos de arrendamento e parceria agropecuários, cujos prazos e condições serão regidos por lei especial.

Para concretização da Reforma Agrária é também imprescindível reformar o parágrafo 16 do Artigo 141 e o Artigo 147 da Constituição Federal. Só por esse meio será possível empreender a reorganização democrática da economia brasileira, de modo a que efetue a justa distribuição da propriedade, segundo o interesse de todos e com o duplo propósito de alargar as bases da Nação, estendendo-se os benefícios da propriedade a todos os seus filhos, e multiplicar o número de proprietários, com o que será melhor defendido o instituto da propriedade.

Para alcançar esses altos objetivos, seria recomendável, a meu ver, incorporarem-se à nossa Carta Magna os seguintes preceitos:

- ficam supressas, no texto do parágrafo 16 do Artigo 141 a palavra "prévia" e a expressão "em dinheiro".

- o Artigo 147 da Constituição Federal passa a ter a seguinte redação:
- o uso da propriedade é condicionado ao bem-estar social.
- a União promoverá a justa distribuição da propriedade e o seu melhor aproveitamento, mediante desapropriação por interesse social, segundo os critérios que a lei estabelecer.

RAÍZES HISTÓRICAS DO NACIONALISMO BRASILEIRO²²

Em obediência a uma praxe estabelecida no ISEB, cabe-me pronunciar a aula inaugural, iniciando o contato com os estagiários neste novo ano de atividades regulares. Decidiu a Congregação, e me parece que acertadamente, versasse esta palestra matéria pertinente ao curso que me cabe desenvolver e atendesse ao interesse generalizado que o Nacionalismo vem despertando entre nós. Qualquer que seja a posição face a esse fenômeno central da vida política brasileira, nos dias que correm, não há dúvida que representa um fato de importância indiscutível, configurando um quadro em que essa posição deixa de ser indiferente para ser militante. Só os fenômenos cuja grandeza se traduz por semelhante generalidade e profundidade podem tornar-se divisores de águas. O Nacionalismo, no Brasil, atingiu tal magnitude. Cumpre, pois, analisar as suas raízes, uma vez que, na vida das coletividades, nada acontece por acaso, tudo tem o seu momento próprio e decorre de condições concretas. A tarefa que me cabe, pois, resume-se em demonstrar, pela análise histórica, que o Nacionalismo não só tem raízes profundas entre nós, como ainda, o que é fundamental, só poderia ter ocorrido agora, e não antes, e não poderia deixar de apresentar-se, nesta fase, com a força que não lhe podem negar, mesmo os seus mais ferrenhos adversários. Entre estes cumpre, desde logo, situar, como esmagadora maioria, os equivocados – aos quais se aplica a frase já bastante conhecida que os define como os que "perderam o fio da história".

Em todos os momentos, na vida individual como na vida coletiva, há, realmente, uma contradição entre o que está morrendo e o que está nascendo, entre o que pertence

²² Extraído do livro *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1959.

ao passado e o que pertence ao futuro. Quando o que nasce adquiriu a força necessária para vencer a resistência do que morre, diz-se que "perderam o fio da história" aqueles que se apegam ao que morre. Os últimos desaparecem com o próprio passado. Vivem agarrados ao que se dissolve a cada dia, defendendo-se por vezes bravamente, e outras vezes valendo-se apenas de teorias confusas, formulações abstratas e doutrinações subjetivas, em que, não raro, existe o brilho aparente do virtuosismo e uma esmerada técnica no tratamento dos assuntos. Essa desumanização dos especialistas é, certamente, um dos espetáculos mais tristes da luta entre o que está morrendo e o que está nascendo, no Brasil de hoje, e não espanta nem surpreende que o insulamento em determinado campo específico se assemelhe tanto à defesa de baluartes largamente protegidos por obras artificiais, o fosso, a levadiça, a seteira, de que foi pródiga a crônica medieval.

Humanizar o especialista é, assim, uma das tarefas a que a renovação dos estudos brasileiros se vem propondo, obrigando-o a olhar o que se passa em redor, a sentir a realidade, a compreender aquilo que não está nas suas fórmulas, a responder adequadamente ao concreto, fora de cujo campo tudo definha e se corrompe. O novo corresponde, por isso mesmo, a uma visão de conjunto, em que as partes se compõem na sua relatividade, e denuncia todas as idéias como historicamente condicionadas, isto é, peculiares a determinado tempo e a determinado meio, e jamais eternas e absolutas, receitas universais diante das quais todos se deveriam curvar sem análise. Quando determinada formulação, como encantatória, polariza as atenções, ganha o pensamento da generalidade e aprofunda os seus efeitos, negá-la é mais do que uma infantilidade, porque é um erro. Os que, ante o Nacionalismo, que agora empolga nosso País, se

colocam na atitude irônica, cética ou negativista, denunciam o rompimento com a realidade, o desprezo pelo concreto, a aversão ao objetivo - “perderam o fio da história”.

Seria difícil fazer a análise desse fenômeno político acompanhando a sua lenta e laboriosa gestação, quase sempre inconsciente. Na impossibilidade de apresentar, na seqüência ininterrupta, a que o cinema nos habituou, o desenvolvimento daquela gestação, até a sua passagem do domínio inconsciente para o domínio consciente, quando se incorpora à realidade e afeta todas as suas manifestações, preferimos a técnica dos cortes. No largo, agitado e aparentemente confuso evoluir da vida brasileira, selecionamos três cortes apropriados, em três fases características de transformação institucional: a da Independência, a da República, a da Revolução Brasileira. Pela simples comparação dos quadros, verificaremos o que era novo em cada momento, e o que era velho, e como, inevitavelmente, o velho cedeu lugar ao novo—e que o novo de determinada etapa passa a ser o velho da futura, e assim se desenvolve a história, e por isso mesmo é que é história.

Uma estimativa de 1823 admite a existência de quatro milhões de habitantes, no Brasil, e esclarece que, no total, cerca de um milhão e duzentos mil são escravos. Para fins de raciocínio, admitamos que a população tenha sido esta, numa faixa de tempo que vai da segunda metade do século XVIII aos dois primeiros decênios do século XIX — a faixa em que se processa a autonomia. Ela não acontece por acaso: assim como a descoberta e o povoamento foram conseqüência da Revolução Comercial, a Independência está vinculada à Revolução Industrial. É a Revolução Industrial que exige a ruptura do regime de monopólio de comércio, que era a própria razão de ser da dependência, naquela fase, em relação à metrópole. Que é a colônia, na segunda metade do século XVIII? Tínhamos atingido, geograficamente, a desmedida expansão territorial

que hoje é uma das bases de nossa força. Os limites estabelecidos pelo Tratado de Madrid são, mais ou menos, os limites do Brasil atual. O povoamento, entretanto, é ganglionar e, nessa imensidade territorial, apenas algumas áreas têm vida econômica ativa. No extremo norte, há uma atividade meramente coletora, propiciada pelo quadro das especiarias amazônicas e que será substituída pelo primado do algodão maranhense. No Nordeste, prevalece o regime escravista, com a produção açucareira atravessando uma crise que provém da concorrência, que a metrópole agrava com as taxas, e da valorização do escravo, acarretada pela mineração. No Centro, a atividade mineradora inicia o seu declínio, depois de ter aberto as perspectivas de um mercado interno que impulsiona inclusive a circulação terrestre, com os tropeiros, os registros e o sistema fiscal extorsivo imposto pela Coroa. No Extremo Sul, com o advento da charqueada, a carne apresenta-se agora como bem econômico; em vez de lutar apenas pelo gado, o gaúcho terá de lutar também pelas pastagens; os campos começam a sofrer a apropriação, surgem os aramados e o espaço livre fica reduzido aos "corredores". Toda a produção colonial se destina aos mercados externos, salvo o charque. Nela avulta, pelo seu caráter específico, o ouro. É a mineração, realmente, que inaugura uma etapa diferente na vida brasileira do século XVIII.

O sistema colonial fundamentara-se, desde o início, no binômio terra-escravo — mas é inegável que o escravo era mais importante do que a terra, era mesmo a mercadoria por excelência. O desenvolvimento açucareiro articulava-se numa divisão de atividades e de lucros: ao senhor territorial pertencia a produção, à metrópole pertencia a circulação. Enquanto essa divisão funcionou de modo a proporcionar vantagens a cada uma das partes, a classe dos senhores de terras e de escravos, que era a classe dominante, funcionou na colônia como mandatária da metrópole, era a sua

procuradora natural, a sua representante, uma vez que os interesses eram comuns. Ora, tal divisão não ocorreu na área mineradora: a metrópole operou a fundo uma total invasão do domínio do explorador direto, fazendo-se dona do que era produzido e da transformação do que era produzido em valor. Não existiu, assim, na área mineradora, a mesma comunhão de interesses entre a classe dominante e a Coroa. Os motins sucessivos assinalam essa contradição. Ao aproximar-se o fim de século, a Inconfidência Mineira revela o clima que ali se criara.

Do ponto de vista social, a população se repartia em senhores de terras e de escravos, que constituíam a classe dominante, e pessoas livres, que não viviam da exploração do trabalho de outrem, constituindo uma camada social instável, sem função na estrutura vigente e sem qualquer poder político. O aumento numérico dessa camada intermediária — uma vez que depois dela vinha o escravo, sem nenhum direito, objeto de troca e instrumento de trabalho — constitui o fenômeno importante da segunda metade do século XVIII. Tal camada constitui o mercado interno que aparece no centro-sul. Uma parte gera a insipiente vida urbana que então começa a marcar o quadro colonial; outra parte vai operar a transição do regime escravista para o regime feudal e semifeudal, que o substitui em vastas áreas, particularmente no interior. O elemento livre, insuscetível de escravização, transforma-se em servo. A parte que vive nas vilas e cidades, e que forma o grosso dos quadros administrativos, representa a fração instável, que alimenta as conspirações e os motins. No quadro minerador, ela tem importância — como no sul pastoril — porque preenche determinadas funções, a militar, a religiosa, a judiciária: a Inconfidência Mineira será uma conspiração de padres, letrados e militares.

Tal cenário não apresenta sintomas de alteração até o momento em que a conjugação entre o interesse da classe dominante e o interesse da metrópole não sofre perturbações. A crise açucareira traz a primeira perturbação; a espoliação mineradora agrava o problema. A idéia de libertação, de rompimento dos laços de dependência, surge primeiro na camada intermediária, porque é a mais profundamente interessada em alterar a estrutura vigente. O Brasil está, no entanto, suficientemente fragmentado para que a metrópole trate cada um dos focos de per si, reduzindo-os brutalmente, e bastante submisso, porque a classe dominante receia lançar-se à empresa da luta contra a taxaço. Qualquer movimento, nas condições da época, que não contasse com o apoio da classe de senhores territoriais e de escravos estava condenado ao malogro. Qualquer movimento que não superasse a fragmentação geográfica, por outro lado, estava sob a poderosa ameaça de um tratamento isolado.

Ora, a Revolução Industrial, no quadro externo, vem proporcionar justamente as condições que faltavam aqui. O aumento vertical, produzido pela máquina, no volume e na variedade das mercadorias, impunha a abertura de novos mercados e a ampliação dos existentes. Quando Napoleão invade a península ibérica, derrocando as cortes metropolitanas, cria a circunstância favorável à reforma que se impõe nas áreas coloniais americanas. À Inglaterra, que comanda a transformação econômica, interessa rasgar a clausura, romper o regime de monopólio comercial, eliminar as metrópoles intermediárias, estabelecer a troca direta. Isto interessa também à classe dominante colonial, que, eliminando o monopólio que a metrópole mantém sobre a circulação, vai realizar os valores do que produz em seu próprio benefício. Deixa de associar-se à metrópole para associar-se à burguesia européia. À Inglaterra interessa, ainda, a transformação do regime de trabalho: a ampliação de mercados só é possível onde o

trabalhador vive de salário. Daí a sua pressão contra o tráfico negreiro e o trabalho escravo. Mas nesse ponto não encontra apoio na classe dominante colonial, interessada no comércio livre, mas não no trabalho livre. Os acontecimentos mostram o acordo que se estabelece entre as forças em presença: a abertura dos portos, a montagem de um aparelhamento administrativo próprio, a Independência, o reconhecimento da Independência e a prolongada luta inglesa contra o tráfico. Essa luta corresponde, no Brasil, a uma resistência da classe dominante, que se prolonga praticamente da Independência à República. Essa classe tinha condições para durar na resistência porque se valia do crescimento vegetativo da massa escrava. Os elementos diretamente ligados ao tráfico negreiro, investimento importantíssimo na época, não tinham, porém, a mesma capacidade de resistência, e há, desde então, uma progressiva transferência de capitais daquela atividade para outras, inclusive as que aparecem na segunda metade do século XIX, após a lei Eusébio de Queirós, atividades de transporte, atividades industriais, serviços públicos etc.

O cenário em que se processou a Independência apresenta-nos alguns aspectos interessantes. Convém destacar aqueles que mostram a solução das contradições então existentes. Em primeiro lugar, é fácil perceber que o Brasil não tinha povo e, assim, a sua sorte seria decidida quando a classe dominante, de senhores de terras e de escravos, esposasse o ideal da emancipação. Em segundo lugar, é ainda fácil perceber que a emancipação seria limitada àquilo que interessasse à classe dominante, única a deter poderes suficientes para lutar. Por último, é ainda interessante acentuar que, apesar de tudo, quando a referida classe aceita a participação numa empresa como a da autonomia e pretende configurá-la à sua imagem e semelhança, está lançando a semente de transformação futura, quando não será a única a decidir de uma

transformação. Pode, na segunda década do século XIX, negar a abolição do trabalho escravo; na penúltima, estará interessada na abolição. Cada fase traz em germe, assim, a transformação posterior.

Vejamos, agora, da mesma forma sumária e com as deficiências peculiares ao inevitável esquematismo, como se apresenta o quadro em que o Brasil abandona as instituições monárquicas e adota o regime republicano. O quadro físico é constante e não há que referir os seus aspectos. A população cresceu, entretanto, o cálculo, agora, apresenta quatorze milhões de brasileiros. Isto, por si só, seria importante. Mais importante, porém, é a composição demográfica: os escravos, no momento da abolição, mal somam setecentos mil, e há províncias que se livraram desse regime de trabalho sem grandes tropeços, antes mesmo da lei de 1888. Dos quatorze milhões, calcula-se em trezentos mil os que são proprietários de terras, compreendidos os parentes e aderentes. Há, então, maioria esmagadora de não proprietários, e já não há escravos. São todos trabalhadores livres, repartidos em classes: é possível mencionar agora a existência de uma classe média e naturalmente uma classe média peculiar a um povo de formação colonial. É possível falar em trabalhadores, embora seja ainda prematuro falar em operários. Há operários, porque há indústrias—indústrias de bens de consumo, naturalmente, que explicam o crescimento do mercado interno e a transferência de capitais de determinadas áreas de aplicação para outras —, mas tais operários, recrutados nas sobras do campo, já nesse tempo, ou nas correntes imigratórias, carecem de significação política. Há muitas atividades novas, além das industriais: cresceu desmedidamente o aparelho do Estado, aparecendo o malsinado, mas bem pouco analisado, empreguismo; desenvolveu-se muito a atividade mercantil, tanto no setor interno como no setor externo. Em determinadas faixas, particularmente as litorâneas,

há um mercado consumidor apreciável. As oscilações da política econômica e financeira refletirão esse novo quadro. Nele há, evidentemente, contradições, que, em todo o decorrer da segunda metade do século XIX, não cessam de crescer. Começa a ruir muito depressa a velha estrutura colonial. Em grandes áreas, há sinais visíveis de uma existência que busca assemelhar-se à européia.

Na última parte do século XIX, realmente, operaram-se, no Brasil, transformações de importância. Algumas são ostensivas, não escapam à observação de qualquer viajante: há, agora, um quadro urbano específico, em que a divisão do trabalho apresenta a sua variedade: há serviços públicos que oferecem um mínimo de conforto às populações citadinas, particularmente para a locomoção e a iluminação; há meios de transmissão do pensamento, como o telégrafo e, depois, o cabo submarino; há meios de transmissão de idéias, como a imprensa e o livro. As profissões ditas liberais—e assim chamadas porque peculiares aos homens livres—ampliam os seus horizontes. O comércio cresce e já movimenta importante volume de mercadorias. O aparelhamento administrativo está sempre a exigir novos quadros e nele começa a se destacar o setor financeiro. A embrionária rede bancária das primeiras décadas do século foi substituída por uma estrutura de crédito que mostra a sua importância logo depois da República, quando surge a questão da pluralidade nas emissões.

Como estamos ainda na fase em que tem cabimento o lugar-comum de que somos um país "essencialmente agrícola" é fácil verificar que todas essas transformações e todas essas inovações se originam no campo. O que aí se passou, realmente, altera bastante o panorama brasileiro. O açúcar, que detinha posição ainda importante, quando da Independência, estava agora praticamente alijado dos mercados externos, e os elementos ligados à sua produção dependiam de medidas protetoras do Governo.

Surgira o fenômeno da borracha, trazendo muitas e desmedidas ilusões. Cacau, tabaco, madeira, couros, figuravam na exportação. Mas, nela, aparecia, com índice ascensional e força extraordinária, o café. Partindo do Município Neutro e ganhando as terras fluminenses para, depois, passar ao Vale do Paraíba, o café fizera a grandeza do Império, alicerçara o primado do centro-sul, fundamentara a tarefa unificadora e centralizadora empreendida pela monarquia e, principalmente, dera à balança do comércio externo os saldos que permitiram no Brasil realizar as transformações ostensivas já mencionadas. É do café, realmente, que surgem os recursos para o aparelhamento material do País, a manutenção do aparelho político e administrativo, a construção dos portos e ferrovias. Dele originaram-se, ainda, e com função destacada, os capitais que, em circunstâncias favoráveis, foram investidos em atividades industriais. Quando o século se aproximava do fim, a lavoura do café não só se libertara do regime escravista como aceitara transformações outras que a estrutura ainda colonial da produção açucareira tornava impossíveis. Há, no Brasil, no fim do século, uma área agrícola estacionária. Nesta, aparece um mercado interno cuja capacidade de consumir vai em ascensão contínua; nesta, a capacidade aquisitiva apresenta aquela paralisia que hoje nos alarma. O monopólio prático dos mercados proporciona ao ritmo ascensional da expansão cafeeira uma espécie de euforia. Nos fins do século, e principalmente nos primeiros anos do século seguinte, começam a aparecer os primeiros sinais de que a euforia não tinha sólidas bases.

O cenário da sociedade é também muito diverso daquele que a Independência apresentava. A classe dominante continua a ser a dos senhores de terras. Já não são senhores de escravos, porém—e a transformação fundamental está na passagem do

regime escravista para um regime latifundiário e feudal, em que o pequeno produtor sem posses está vinculado ao senhor de terras por laços não institucionais.

Há, por outro lado, uma cisão, que tende a se aprofundar, entre os que ancoraram nas lavouras velhas, seja de açúcar, seja de café, numa atividade predatória a que só por eufemismo se pode chamar de agricultura, e os que exploram a terra sob o regime de trabalho a salário, embora esse regime sofra os gravames próprios de um meio em que o trabalho livre ainda sofria as mazelas do longo domínio do trabalho servil. De qualquer modo, os interesses do senhor do engenho não são, face a alguns problemas importantes, os mesmos do fazendeiro de café, os deste divergem dos que se especializaram na criação pastoril, e o seringalista se apresenta com uma face também diferente. A classe dominante diverge, em algumas faixas importantes, entre as quais passa a destacar-se a do câmbio e a do regime de trabalho.

Aquela camada média que, desde a mineração, surgira em algumas áreas, e particularmente no centro-sul, crescera em número e encontrara acomodação social com a multiplicação das atividades. Embora estivesse comprometida em suas atitudes pela origem de grande número de seus componentes, recebera também consideráveis reforços de outra origem e, entre estes, avultaria o dos militares de terra. O desenvolvimento das atividades comerciais lhe fornecera parcela ponderável. A decomposição familiar da classe dominante já apresentava o espetáculo dos detentores de nomes tradicionais que se resignavam em modestos cargos públicos. Quando da passagem do século, os cursos jurídicos que, na sua fundação, se destinavam a prover, com elementos classificados—numa época em que o diploma e o anel de grau classificavam—, os quadros do Estado, particularmente os políticos, começavam a mostrar razoável contribuição de elementos qualificados.

Vinha, por último, a classe que fornecia o trabalho manual, a que a tradição servil duplamente onerara, com o estigma e o baixo nível de remuneração, repartida desigualmente entre o campo e a cidade, naquele reduzida a condições de vida próxima da servidão ou especificamente de servidão, e nesta limitada a determinados setores que a estreiteza do artesanato permitia e o número reduzido de estabelecimentos fabris e comerciais proporcionava. Que era povo, na fase a que nos referimos? Povo era tudo aquilo que não vivia do trabalho de outrem e compreendia, portanto, a maioria esmagadora da população. Nesse total bruto, no entanto, é fácil verificar um líquido, reduzido numericamente, de elementos que estavam interessados na vida política, entendida em toda a sua amplitude. A estes, a estrutura do regime monárquico não conferira papel algum, e a própria escolha eleitoral, ainda depois da reforma da lei primitiva, discriminava profundamente. Nos últimos anos do Império, era ainda possível fazer um senador vitalício com duas centenas de votos.

A monarquia estivera, desde a Independência, na posição de mandatária da classe dominante, dos senhores territoriais, que enobreceu com títulos. Representara, naquela fase de transição, a saída mais fácil, a ânsia em manter tudo o que era colonial, não sendo colônia. Na medida que o Brasil se transforma, e se transforma relativamente depressa na segunda metade do século XIX, o regime se incompatibiliza com os seus suportes naturais. Caminhava para a situação em que decaiu, de uma aposentadoria por inútil. Desde os fins da guerra com o Paraguai, novas idéias atraíram os elementos novos na sociedade. A força do que era velho, porém, ainda era muito grande, e o malogro da experiência pioneira de Mauá demonstra, com clareza exemplar, a falta de ressonância econômica para os empreendimentos de; sentido progressista. Que era o velho, nos fins do século? Era o trabalho servil, o regime monárquico emperrado, a

centralização, a política financeira ortodoxa, a falácia da solução dos contínuos empréstimos externos, a franquia total aos investimentos sob garantias as mais amplas, como aquela que permite a uma ferrovia a exploração monopolista, por noventa anos, do transporte entre o maior centro distribuidor e o maior centro exportador do País.

Na época da Independência, qualquer transformação dependia do apoio da classe dominante de senhores de terras e de escravos. A composição social e os interesses em jogo agora eram outros—mas a classe dominante permanecia a mesma. Qualquer transformação dependia ainda de seu apoio, embora já não mais de um apoio unilateral. A República decorre justamente da composição de forças entre uma classe média que disputava a participação no poder e de uma fração da classe dominante cindida, aquela que se emancipara do que o Império era a representação característica, a lavoura nova do café. Quando a circunstância favorável surge, essa composição de forças não tem mais do que alijar o trono. A partir daí, no entanto, assiste-se a um movimento inverso: a luta da classe territorial para expulsar do poder os elementos de classe média, que eram os militares, recompondo-se, para isso, a unidade dos velhos tempos. A referida luta é que provoca os incidentes do governo de Deodoro e, principalmente, os que pontilham o período em que Floriano detém as rédeas do poder. Um cronista apressado, de quem se repete informação inidônea, afirmou que a queda do Império fora assistida com indiferença pelo povo. A falsidade da informação fica demonstrada no largo movimento de opinião que permite a Floriano resistir às correntes que contra ele se montam, movimento apaixonado, vibrante, trazido para a rua e, mais do que isso, desembocando na arregimentação de força que é a defesa do Rio contra a esquadra rebelada. Floriano representa, tipicamente, a classe média, que começa então a disputar um papel político. E a própria difusão do positivismo nessa classe revela a solução fácil

que permitia a defesa de posições progressistas sem rompimento com valores éticos tradicionais.

A composição entre a classe média e a facção economicamente mais poderosa da classe territorial seria rompida com os episódios que se seguem à proclamação do novo regime. E terminaria, com os presidentes paulistas, isto é, os representantes da lavoura cafeeira, por conduzir a um total alijamento da classe média. Esse alijamento se completa quando Campos Sales chega ao poder. Define-se, em seu governo, pela reforma dos empréstimos externos, com o serviço das dívidas previsto no funding, pela orientação financeira, que pretende paralisar o assustador desenvolvimento, para a época, de novas empresas—de que o episódio do encilhamento fora uma singular caricatura—, e, particularmente, pela chamada "política dos governadores", que consistia em entregar os Estados às oligarquias, para que os explorassem como fazenda particular. Dentro dessa repartição de poderes—em que o governo central, para realizar a sua política financeira, buscava a paz por meio da transformação política do País em feudos federados'—os pleitos eleitorais eram resolvidos sumariamente pelas combinações de cúpula, no revezamento entre representantes dos grandes Estados, e pela execução resumida nas atas falsas e nos "reconhecimentos" adrede preparados. Reinava a paz em Varsóvia. Tudo isto significava, na verdade, que a classe dos senhores territoriais, de proprietária natural e indisputada da coisa pública, que fora no Império, necessitava agora articular todo um complicado sistema de compressão para defender o seu predomínio. E a República, por isso mesmo, vai assistir a uma sucessão de tumultos, de motins, de perturbações, de que as mais características são as campanhas de Rui Barbosa, particularmente a segunda, as "salvações" empreendidas pelo Governo Hermes, a revolta da esquadra com João Cândido para, em pleno século XX, abolir a

chibata e, finalmente, o movimento tenentista que reflete, com a força crescente da classe média, as inquietações represadas.

Resta-nos o terceiro corte, que ocorre com a Revolução Brasileira, isto é, praticamente em nossos dias. O seu processo tem início com a Revolução de 1930. Pouco estudado, até agora, esse episódio característico, que constitui um divisor de períodos históricos, marca, outra vez, a composição entre uma facção da classe dominante de senhores territoriais—representada, no caso, pelo governo de três Estados da Federação, e a classe média, representada particularmente pela contribuição tenentista. Da parte da classe trabalhadora há uma expectativa simpática. A nova composição, a que se sucederá, outra vez, a luta interna pelo poder e o rompimento conseqüente, opera-se agora, porém, em condições muito diversas: a classe dominante é menos poderosa, a classe média é mais forte, a classe trabalhadora começa a participar da vida política. Essa composição traduzia as alterações ocorridas no campo econômico, entre a República e a Revolução.

A mais grave, pelas suas implicações imediatas, foi a que afetou o regime da monocultura. O café passara de predominante a absoluto, na balança de comércio externo, tornando-se o eixo da vida nacional. Tudo o que produzíamos era consumido no interior, menos o café, que fornecia os recursos com que nos aparelhávamos. Enquanto dominamos os mercados, tudo correu mais ou menos normalmente, traduzindo-se na euforia a que nos referimos. Nos fins do século XIX e particularmente no início do século XX, o cenário já não era o mesmo, e sucessivas crises surgiram no mercado externo. Tais crises, com o domínio político da classe territorial, correspondiam, sucessivamente, a uma concentração dos lucros e uma distribuição magnânima dos prejuízos—tratava-se, em suma, de socializar as perdas. Essa

socialização singularíssima vai provocar a contradição entre a classe territorial e as demais classes.

Mas existe ainda a contradição entre os senhores de terras que produzem café e dependem da exportação e de toda a política econômica, particularmente da tarifa e do câmbio, que regula a exportação, e os que produzem o que se destina ao mercado interno. Esse mercado interno corresponde agora a uma população da ordem de cinquenta milhões, caminhando para setenta milhões em nossos dias, não sendo demais admitir que, no total, o mercado seja representado por vinte a trinta milhões. Trata-se, é bem de ver, de um mercado de importância. E tanto é importante que vem merecendo tratamento especial da parte das forças econômicas externas, que o disputam, e quase sempre o conquistam, em condições também quase sempre onerosas para as forças econômicas internas, cujo crescimento é acelerado.

A pressão externa, que não cessa de avultar, sofre, porém, três pausas pouco intervaladas; a guerra mundial de 1914-1918, a crise de 1929 e a guerra mundial de 1939-1945. Essas três pausas permitem à estrutura nacional de produção dar três saltos e, mais do que isso, alterar fundamentalmente a fisionomia econômica do País. Seria impossível analisar em detalhe os efeitos dessas pausas, aqui. Cumpre mencionar, no entanto, que permitiram à capitalização nacional o transitório desafogo em que se fortaleceu para enfrentar as pressões inexoráveis que se sucederam a cada uma. Essa capitalização operou-se particularmente pela possibilidade de montar um parque industrial de substituição de importações, com todos os reflexos que tal industrialização espontaneamente acarreta, e pela possibilidade de transferir recursos de um campo para outro, do campo agrícola para o industrial, do campo do café para o do algodão etc. A pausa nas importações, por outro lado, permitia, também espontaneamente, que

se acumulassem recursos no exterior. A dilapidação impressionante desses recursos, particularmente depois da Segunda Guerra Mundial, corresponde a um dos erros mais clamorosos já cometidos contra o País—e mostra como a classe dominante não atendia aos interesses do conjunto, mas apenas aos seus próprios interesses.

Se a transformação na economia fora profunda, na fase que decorre entre os antecedentes da Revolução de 1930 e os nossos dias, a transformação social lhe refletira os efeitos com celeridade surpreendente. A classe dominante continuaria a ser representada pelos senhores territoriais, mas já sem condições para manter-se sozinha no poder e, progressivamente, sem condições para orientar a vida nacional segundo os seus exclusivos interesses. O crescimento numérico e o amadurecimento político da classe média foi um fenômeno de importância inequívoca, cujos reflexos logo se fizeram sentir na seriação dos acontecimentos, seguindo as oscilações próprias dessa classe. O fator mais importante, porém, seria o advento de uma classe trabalhadora em que o operário definia nitidamente o seu campo e entrava a participar da vida política com uma força inédita no Brasil. A pressão das forças econômicas externas encontrava resistências ou apoios diferentes e contraditórios nessa estrutura social que traduzia as transformações ocorridas na estrutura econômica interna. A velha associação entre a classe territorial e a metrópole, sucedida pela associação entre a classe territorial e a burguesia européia que liderava a Revolução Industrial, seria substituída pela associação entre aquela classe e as forças econômicas externas que lutavam pelo domínio do mercado nacional. Havia perfeita consonância de interesses entre umas e outras. A referida classe declinara em poder, efetivamente. Mas, na mesma medida que perdia sua própria força, recebia uma ajuda importante do setor da burguesia vinculado ao comércio exterior. Pela função que o comércio exterior exerce, quem o controla

adquire o controle do País. Assim, as contradições tornaram-se flagrantes na disputa pelo mecanismo que regula as trocas externas, não apenas naquilo que se refere a mercadorias mas também, e principalmente, no que se refere ao movimento de capitais.

Este movimento, por sua vez, trazia a contradição para o mercado interno, disputado pelo investidor nacional, enfrentando todas as dificuldades, e pelo investidor estrangeiro, coberto de todas as proteções. A progressiva e inexorável expulsão dos capitais nacionais das áreas de alta rentabilidade agravou profundamente o choque de interesses. De outra parte, a velha regra de socializar os prejuízos encontrava, cada vez mais, resistências tenazes e politicamente organizadas quer na classe média, quer na classe trabalhadora, a que se atirava, de preferência, o ônus de uma continuada espoliação. É curioso que se tenha levantado, nesta fase, o problema da não intervenção do Estado na vida econômica, cobrindo-se algumas de suas intervenções, não combatidas, sob o eufemismo de "ação supletiva". Qualquer estudante de curso secundário sabe que a intervenção na vida econômica existe desde que o Estado existe. Não provocou debates e controvérsias enquanto a posse unilateral do poder ocultava o problema, uma vez que o Estado funcionava, na totalidade de suas manifestações, como instrumento de uma só classe. O que traz a controvérsia a primeiro plano, encoberta, aliás, quase sempre, por abstrações doutrinárias, e não clarificada pela situação concreta, é o fato, novo na vida brasileira, de agora termos no poder, não apenas a classe territorial, mas esta e representações ponderáveis da classe média, daquilo que se convencionou chamar de burguesia nacional. Uma vez que o Estado ora atendia aos interesses antigos, ora aos novos, tornava-se necessário levantar o problema de um Estado neutro, abstrato, subjetivo, que realizasse o milagre de não existir, porque

proibido de atuar, todas as vezes em que sua intervenção tende a favorecer ou simplesmente a tolerar as forças novas, agora presentes e mobilizadas em nosso País.

Todas essas contradições deveriam provocar reflexo na vida política, agitando-a, sob os mais diversos pretextos. O amadurecimento proporcionado pelo novo cenário em que vivemos, quando as classes definem precisamente os seus campos e mobilizam-se para a defesa dos seus interesses, intervindo na escolha eleitoral e na composição das forças e na constituição do poder, configura o espetáculo de tomada de consciência a que vamos assistindo. É nesse espetáculo que aparece, como uma singularidade para os desatentos, com profundas razões para os pesquisadores, o problema do Nacionalismo.

Por que Nacionalismo? Porque, agora, são as forças econômicas externas o mais poderoso obstáculo ao nosso desenvolvimento, e os seus aliados internos declinam em resistência, já não tutelam o País. Realizar-se nacionalmente, para um país de passado colonial, com estrutura econômica subordinada a interesses externos, corresponde a uma tarefa em muitos pontos idêntica à que os países europeus realizaram, no alvorecer da Idade Moderna, com a derrota dos remanescentes feudais e o avanço da capitalização. O que, para eles, eram as relações feudais, antepondo-se ao desenvolvimento, é, para nós, tudo o que reflete ainda o passado colonial. O Nacionalismo apresenta-se, assim, como libertação. De seu conteúdo libertador provém o teor apaixonado de que se reveste e que leva os seus opositores a considerá-lo mais como paixão do que como política. Conviria acentuar, no caso, que não existe paixão pelo abstrato, e que o Nacionalismo traduz uma verdade—a verdade do quadro histórico, e a verdade é concreta.

Aos que sentem dificuldade em situar o Nacionalismo no campo econômico, julgando falsas as afirmativas de que se apresenta como um escudo ante formas

variadas de verdadeira agressão externa, é talvez mais claro o quadro político cujas linhas estão precisamente definidas. Nesse cenário, o Nacionalismo representa o ideal democrático, só esposado pelas classes em ascensão, que necessitam da liberdade como o organismo humano de oxigênio, que vivem do esclarecimento da opinião, que precisam discutir e colocar de público. Precisam, mais do que tudo, do apoio popular, e só isso revela o caráter democrático, essencial, da posição nacionalista. As forças opostas, muito ao contrário, perderam as condições para a vida ostensiva e exercem variadas e repetidas tentativas de limitação de franquias, de restrições às opiniões, de redução do jogo político às velhas fórmulas da combinação de poucos, das decisões clandestinas, das articulações de cúpula, com um horror característico ao que é popular.

O Nacionalismo aparece, pois, num cenário histórico em que é a saída para uma situação real difícil, cujos sintomas ocorrem na existência cotidiana. Corresponde a um quadro real, a necessidades concretas – não foi inventado, não surge da imaginação de uns poucos, não vive da teoria mas da prática. É uma solução espontânea, e esta aparece como das suas limitações e traduz a dificuldade em assumir formas organizadas de luta política. Organizado, é invencível. O teor de paixão que o acompanha, sinal positivo de sua força e não sintoma de fraqueza, assinala a generalidade e a profundidade de seus efeitos: revela que o Nacionalismo é popular, o que não pode surpreender a ninguém uma vez que só é nacional o que é popular.

Não procedem as comparações, solertemente apresentadas, como acusatórias, de que o Nacionalismo é historicamente inatual – o colonialismo também o é – e que pode levar ao que levou em outros países, em particular na Alemanha e na Itália, recentemente. Está claro que o Nacionalismo pode levar a tudo, mas não há qualquer parentesco entre a situação apresentada por um país como o Brasil, de estrutura

econômica ainda fortemente eivada de colonialismo, e as nações, como as apontadas, em que a ordem capitalista estava plenamente instalada. E seria simples, aliás, estabelecer as distinções pela comparação fácil: as forças econômicas que ajudaram o nazismo e o fascismo são as mesmas que se opõem, aqui, ao surto nacionalista.

O Nacionalismo surge da necessidade de compor um novo quadro conjugando interesses de classe, reduzindo-os a um denominador comum mínimo, para a luta em defesa do que é nacional em nós. É o imperativo de superar a contradição entre a burguesia nacional e a classe trabalhadora que adota o Nacionalismo como expressão oportuna de uma política. É a compreensão de que só passando a segundo plano, sem negá-la ou obscurecê-la, a contradição entre a classe que fornece o trabalho, e que ganha em consciência cada dia que passa, e a classe que necessita realizar-se pela capitalização com os recursos nacionais e seu adequado aproveitamento, poderemos subsistir como nação que apresenta o Nacionalismo como solução natural e lhe dá essa força, essa penetração e esse poder catalisador que a simples observação registra.

Criar todos os obstáculos à composição de um quadro em que se harmonizem as forças interessadas no desenvolvimento nacional, torna-se, assim, a tarefa essencial dos que lutam contra o Nacionalismo, dos que nele vêem a ameaça direta ao que representam, dos que verificam a existência de uma possibilidade para o Brasil superar o que nele existe de colonial, realizando-se como nação. O processo mais simples para dividir as forças cuja tendência natural é a articulação, consiste em estabelecer como fundamental a contradição que as separa, agravando as condições de vida, para levar ao desespero os que trabalham e à angústia os que compõem a gama variada da classe média. Daí os perigos de uma política econômica e financeira que gera as condições de incerteza e propicia as de subversão, e as anomalias de exportar capitais um país

faminto de capitais, de criar dificuldades ao aparelhamento das empresas que operam com capitais nacionais, de sistematizar a desesperança dos que têm o direito de esperar tratamento igual, quando não preferencial, pelo simples fato de aqui viverem, investirem e trabalharem.

Ora, que é velho e que é novo, nesta fase? É velho, sem dúvida, o quadro do campo, em que relações semifeudais impedem a ampliação do mercado interno; é velha a política de socializar os prejuízos, reduzindo o poder aquisitivo da massa demográfica ascendente; é velha a orientação de relegar o Estado à inércia; é velho o mercantilismo que se traduz numa curva ascensional em volume e decrescente em valor; é velha uma norma que nos aprisiona nos moldes de fazenda tropical produtora de matérias-primas para industrialização externa; é velho o que nos subordina a razões externas, por legítimas que sejam no exterior; é velha, particularmente, a idéia de que o Brasil só se pode desenvolver com ajuda alheia e, principalmente, com capitais estrangeiros.

E que é novo? Nova é a composição social que inclui uma burguesia capaz de realizar-se como classe e começa a compreender que a sua oportunidade é agora ou nunca, e que apresenta a classe média atenta e ideologicamente receptiva, pela maior parte de seus elementos, ao clamor que se levanta do fundo da história no sentido de que nos organizemos para a tarefa que nos cabe realizar, e uma classe trabalhadora que adquiriu consciência política e se mobiliza, a fim de partilhar do empreendimento nacional, vendo nele a abertura de perspectivas ao seu papel histórico. Novo é, pois, o povo. Nada ocorrerá mais sem a sua participação. Nova é a indústria nacional, superada a etapa de bens de consumo e iniciada a de bens de produção, limitada embora pelo atraso na capacidade aquisitiva do mercado interno e onerada por uma política de obstáculos e de dúvidas. Volta Redonda é o novo que altera a paisagem

brasileira e a Petrobrás é o novo que afirma a nossa capacidade de realização sem interferências. Novo, em suma, é o Nacionalismo, que corresponde ao que nos impulsiona para a frente e rompe com o que nos entrava e entorpece.

Entre o novo e o velho, a escolha não é difícil. Entre o passado e o futuro, a dúvida não existe. Nós escolhemos o futuro. Não pretendemos "perder o fio da história".

LÓGICA E CRONOLOGIA DAS REFORMAS²³

POR QUE se tornaram, nos anos de 62 e 63, as chamadas reformas de base ou de estrutura, o tema dominante da política brasileira? Quais eram essas reformas e em que ordem de prioridade deveriam ser realizadas? Por que o Congresso não as votou e que forças e interesses resistiram à sua efetivação?

As reformas de estrutura, que se convencionou chamar de reformas de base, tornaram-se o tema dominante da política brasileira, nos dois últimos anos do governo João Goulart, não porque se tivessem convertido no assunto principal dos comícios públicos, da pregação da esquerda, dos editoriais de imprensa ou dos discursos parlamentares, mas por serem exigências ou necessidades objetivas do processo de desenvolvimento deflagrado no País. Que quer isso dizer?

Já observamos, nos capítulos anteriores, que dois fatos têm contribuído para modificar a estrutura tradicional da sociedade brasileira: a industrialização e o advento da consciência nacional e popular. Observamos também, que o desenvolvimento, tal como vinha sendo realizado, procurando privilegiar a iniciativa particular e o capital estrangeiro, agravou todos os desequilíbrios internos, intensificando as contradições entre o processo eleitoral, corrompido pelo poder econômico, e as expectativas e reivindicações das massas populares; entre as instituições políticas e administrativas e as metas do desenvolvimento; entre a necessidade de aumentar a arrecadação, a fim de dotar o Poder Público dos recursos necessários à realização das próprias reformas, e as

²³ Extraído do livro *Reforma ou Revolução?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1968.

limitações de um sistema tributário discriminatório e injusto; entre regiões do País e setores da economia, uns em pleno desenvolvimento, como a Região Centro-Sul, e outros, como a Região Nordeste e o setor agrícola, estagnados no arcaísmo de suas estruturas feudais e escravocratas; entre o crescimento das populações urbanas e a escassez e a carestia dos imóveis residenciais; entre a necessidade de estimular a produção, pela democratização e a nacionalização do crédito, e a limitação dos favores bancários aos grupos privilegiados e às regiões que menos precisam desses favores; entre a necessidade de poupar cambiais, para aplicá-las nas metas prioritárias do desenvolvimento, e o esbanjamento, a dilapidação das moedas fortes na importação do luxuoso e o do supérfluo: entre as exigências do processo de industrialização e um ensino aristocrático e livresco, que não proporciona aos educandos o conhecimento dos problemas nacionais, nem os habilita ao trabalho e à solução desses problemas.

Agravando essas contradições, o desenvolvimento passou a exigir, sob pena de entrar em colapso, transformações na estrutura econômica e social do País, mudanças essas que correspondem ao que se convencionou chamar de Reformas de Base. É, portanto, o agravamento das contradições internas, provocado pelo desenvolvimento, que tornou as Reformas de Base necessárias e inadiáveis.

Perguntamos, no começo deste tópico, quais eram essas reformas, em que consistiam e em que ordem de prioridade deveriam ser realizadas. Frequentemente as reformas eram apresentadas de maneira arbitrária, sem lógica, como se não houvesse, entre umas e outras, relações de dependência, e como se a realização de umas não implicasse a realização prévia de outras. Ora, além de uma lógica, há uma cronologia das reformas, as quais correspondem às diversas contradições acima apontadas. Isto

quer dizer que não as podemos conceber nem formular a não ser relacionadas entre si, e que só as poderemos realizar umas em função das outras.

Assim, por exemplo, a reforma administrativa é, de certo modo, condição para que se possam realizar as reformas agrárias e urbana, e a reforma eleitoral, que permitiria modificar a composição do Congresso, também é, por sua vez, condição para que se possa fazer a reforma administrativa.

O que nos parece importante compreender é que as diferentes reformas visam modificar a mesma estrutura econômica, social e política, e que todas, a rigor, contrariam os mesmos interesses que a estrutura vigente reflete e procura consolidar.

Vejam, agora, quais são essas reformas, em que consistem e qual a ordem em que deveriam ser propostas.

Reforma Eleitoral

A rigor, a reforma prioritária, que deveria anteceder todas as outras, é a Reforma Eleitoral. Dizíamos que o Congresso não votava as reformas porque era composto, na sua maioria, de representantes das classes dominantes, cujos interesses as reformas, por definição, contrariavam. Se a Reforma Agrária visa liquidar o latifúndio, como poderiam votá-la os grandes proprietários rurais, os latifundiários? Se a Reforma Urbana visa limitar a propriedade urbana, a fim de tornar o imóvel residencial acessível a todos os que residem e trabalham nas grandes cidades, como poderão ser favoráveis a essa reforma aqueles que são proprietários de dezenas de terrenos, casas e apartamentos? E

como seriam a favor da Reforma Bancária os grandes banqueiros? Ora, se o Legislativo Federal é constituído, em sua maioria, por latifundiários, grandes industriais, comerciantes e banqueiros, ou por seus representantes, como pretender possa votar as reformas que contrariam os interesses dessa maioria conservadora e reacionária?

Para que o Congresso pudesse votar as reformas, seria indispensável, antes de mais nada, modificar a sua composição. Ora, para modificar a sua composição seria necessário reformar o processo eleitoral, o processo de constituição do poder.

Até os primórdios da industrialização, que acelerou vertiginosamente o crescimento das cidades, o grosso do eleitorado se achava no interior, nas fazendas ou nas pequenas cidades, tributárias das grandes propriedades rurais e dos senhores das terras. Semi-analfabeto e inconsciente, esse eleitorado votava "de cabresto", de acordo com os interesses e as determinações dos "coronéis". Com o crescimento dos grandes centros urbanos, surge um novo eleitorado, constituído, em sua maior parte, pela classe operária e pela classe média. Alfabetizado e menos dependente que o do interior, o eleitorado urbano está sujeito, no entanto, à propaganda, ao jornal, ao rádio e à televisão. Não vota mais de acordo com as imposições do "coronel", vota, porém, de acordo com a propaganda à qual se acha entregue sem defesa.

Ora, propaganda quer dizer dinheiro, poder econômico. Espaço nos jornais, tempo no rádio e na televisão, cartazes e faixas, folhetos, meios de transporte, serviços, tudo aquilo que constitui a propaganda custa dinheiro e representa investimento de capital. Não levando em conta o aspecto ideológico do problema, as idéias que se veiculam pela propaganda, as possibilidades que um candidato tem de eleger-se são, em tese, proporcionais ao volume de propaganda que puder fazer. Porque o eleitorado não pode

votar nos desconhecidos, e só pode conhecer os candidatos que fazem propaganda, quer dizer, que têm dinheiro para fazê-la.

Se o processo eleitoral é fraudado e corrompido pelo poder econômico, se os candidatos não têm as mesmas oportunidades de acesso aos meios de propaganda, se alguns são privilegiados porque têm dinheiro ou se acham a serviço do poder econômico, se o processo eleitoral não é democrático, como poderá ser democrático o poder que dele resulta? Se o Congresso é reacionário, é porque o processo de sua formação favorece os representantes da classe dominante e prejudica os candidatos populares.

Dir-se-ia que o problema é menos de propaganda que de esclarecimento. Mesmo nessa hipótese, o esclarecimento supõe o controle dos meios de publicidade, pois não é possível, falando a dezenas de pessoas apenas, nos comícios de rua, neutralizar a influência do jornal, do rádio e da televisão, que atingem, de uma só vez, não dezenas, mas milhares e mesmo milhões de pessoas. A prazo curto, o esclarecimento do eleitorado implica o controle dos meios de publicidade o qual, por sua vez, supõe o controle do poder econômico.

Visando a democratização do processo de constituição do poder, a Reforma Eleitoral, tal como a entendemos, pretende anular ou reduzir ao mínimo a influência do poder econômico nas eleições, a fim de que o poder político seja expressão legítima dos interesses populares e não da minoria dominante. A proibição da propaganda individual, nas eleições proporcionais, seria, a título de exemplo, uma providência que poderia reduzir consideravelmente a influência do dinheiro nas eleições.

Com uma população de cerca de 80 milhões de habitantes, o Brasil tem apenas cerca de 15 milhões de eleitores, quer dizer, pouco mais de 20% da população. A imensa

maioria, quase 80%, não vota, está excluída do processo eleitoral, não participa da constituição do poder. Ora, que democracia é essa em que pequena minoria de alfabetizados detém o privilégio de votar e constituir o poder político da Nação? Os analfabetos não trabalham, não contribuem para a criação da riqueza nacional, não pagam impostos, não pegam em armas quando convocados? Então, por que não podem ser eleitores? Porque a Constituição proíbe e os deputados e senadores consideram a Constituição sagrada e intocável. Os sargentos não podem ser eleitos porque a Constituição também não permite. Voto para os analfabetos, portanto, e elegibilidade dos sargentos, com reforma da Carta Magna, eis duas reivindicações fundamentais da Reforma Eleitoral, tal como a preconizamos.

À reforma eleitoral, entendida como democratização do processo de constituição do poder, todavia, não basta. É necessário, também, democratizar os partidos políticos, fazendo-os funcionar de baixo para cima, das bases para as cúpulas, ao contrário do que sempre aconteceu, pois, além de não terem sentido ideológico, organização e vida permanente, existindo apenas para efeitos eleitorais, na época das eleições, são dominados pelas cúpulas que os manipulam arbitrariamente, ao sabor de seus interesses e conveniências.

Não admitindo a lei candidaturas individuais, ninguém pode eleger-se sem ser candidato de partido, e ninguém pode ser candidato de partido sem a concordância dos "chefes" que controlam as "comissões executivas", as quais, por sua vez, controlam os diretórios partidários. Longe de serem expressões de democracia, os partidos políticos são formas de oligarquia política, em que pequenos grupos, às vezes famílias, se eternizam no poder, dominando-os despoticamente.

Uma Lei Orgânica dos Partidos viria completar a Reforma Eleitoral, democratizando o funcionamento das agremiações políticas e permitindo que a maioria do eleitorado participasse da vida partidária, não apenas no dia das eleições, mas a título permanente, defendendo conscientemente determinada posição ideológica e determinado programa político partidário.

Reforma Administrativa

A segunda contradição a que fizemos referência, é a contradição entre os objetivos do desenvolvimento e a estrutura política e administrativa, arcaica, obsoleta, que herdamos do passado colonial.

Do nosso ponto de vista, as principais tarefas do desenvolvimento e da emancipação econômica da Nação, deverão ser realizadas pelo Estado, pelo Poder Público e não pela iniciativa privada, porque só o Estado tem condições e recursos para fazer o levantamento dos problemas do País, elaborar e executar os planos nacionais de desenvolvimento.

Ora, o Estado que herdamos de nossa história colonial é uma estrutura política e administrativa modelada de acordo com a estrutura econômica e social de um país pobre, atrasado e subdesenvolvido. Esse Estado já foi chamado, por economistas e sociólogos, de Estado Cartorial, porque se destina menos a prestar serviços à sociedade que a dar emprego à classe média até então excluída do processo produtivo.

No país semicolonial e subdesenvolvido, as classes dominantes se constituem dos senhores da terra, os grandes latifundiários, e os comerciantes que exportam as matérias-

primas e importam as manufaturas estrangeiras. Além dos trabalhadores rurais, dos camponeses, em estado de escravidão ou de escravidão disfarçada, encontramos ainda, na sociedade semicolonial, as classes médias que, não podendo participar do processo produtivo, e não encontrando oportunidade de emprego na empresa privada, encaminham-se, naturalmente, para o serviço público. A política de clientela, que consiste em trocar o voto pelo emprego público ou pelo favor, está na raiz do Estado Cartorial, superlotado de funcionários desnecessários e ociosos, parentes, amigos, correligionários e eleitores dos políticos cuja principal preocupação é empregar o maior número possível de clientes, para assegurar a sua reeleição.

O Estado Cartorial não "funciona", porque sua razão de ser é apenas a conservação do status quo, ou, com outras palavras, a defesa e a promoção dos interesses da classe dominante. Em um País sem indústria, de economia primária, semicolonial e dependente, o Estado tinha um mínimo de tarefas ou encargos, pois não se propunha desenvolver a Nação, mas, ao contrário, conservar, indefinidamente, a estrutura de que eram beneficiárias as classes dominantes.

Ora, um dos meios de conservar essa estrutura era associar a classe média à classe dominante, tornando-a pensionista do Estado, Os profissionais liberais, os professores, nada tinham que fazer nas fazendas de café ou nos engenhos de açúcar, cujos proprietários às vezes mal sabiam escrever os próprios nomes. Poucas oportunidades também encontravam nas firmas exportadoras e importadoras ou nas concessionárias estrangeiras de serviços públicos. A função burocrática lhes assegurava estabilidade, pouco trabalho e o mínimo indispensável à sobrevivência. Empregando a classe média, os políticos que representavam os interesses da classe dominante, multiplicavam as clientelas eleitorais, assegurando sua permanência no poder.

Destinado a manter a estrutura econômica e social vigentes, empregando a classe média excluída do processo produtivo, o Estado Cartorial não era o instrumento adequado à promoção do desenvolvimento, da industrialização e do progresso do País.

Dois exemplos tornarão mais claro o que queremos dizer. A criação, no antigo Distrito Federal, hoje Estado da Guanabara, da Superintendência de Urbanização e Saneamento, SURSAN, implica o reconhecimento de que os órgãos da administração então existentes. Secretaria de Viação e Obras Públicas, Secretaria da Saúde, e outros, eram incapazes de elaborar e executar esse plano de obras. Para realizar as obras indispensáveis à solução dos problemas da cidade, rede de esgotos, túneis, aterros, avenidas perimetrais, viadutos, etc. foi indispensável criar um órgão especial, com pessoal altamente qualificado, um plano minucioso, verba correspondente a 10% da arrecadação do Estado, prestação de contas após a realização das despesas, e uma flexibilidade que os órgãos tradicionais do Estado Cartorial não têm. Tudo o que se tem feito no Estado da Guanabara, em matéria de obras públicas, não passa de realização do plano decenal da SURSAN, criada no quinquênio 56-60.

No plano federal, a criação da Superintendência da Reforma Agrária, SUPRA, vem mostrar que os órgãos tradicionais da administração federal, tais como os Ministérios da Agricultura, da Saúde, da Viação e Obras Públicas, do Trabalho e da Previdência Social, não têm condições para realizar essa reforma, que se apresenta como das mais importantes e urgentes.

Tais exemplos, aos quais muitos outros poderiam ser acrescentados, como os da SUDENE e da SPVEA, provam que, para realizar as metas do desenvolvimento e as reformas que o País está exigindo, ou o Governo cria novos órgãos ou modifica aqueles que existem, para torná-los capazes de realizar essas metas e reformas.

Se a finalidade da estrutura político-administrativa deixa de ser conservar a situação vigente e empregar a classe média, e passa a ser a realização dos planos de desenvolvimento e das Reformas de Base, torna-se então indispensável modificar totalmente a máquina administrativa, simplificando e racionalizando a sua organização, em função dos novos objetivos a atingir, dotando-a de pessoal qualificado, de planos e recursos que a convertam no instrumento propulsor do progresso e da emancipação econômica do País.

Reforma Tributária

Ao enumerar as contradições internas agravadas pelo desenvolvimento, mencionamos a que consiste na desproporção entre a necessidade de aumentar a arrecadação, a fim de dotar o Poder Público dos recursos indispensáveis à promoção do desenvolvimento e à realização das reformas, e um sistema tributário discriminatório e injusto, que sobrecarrega principalmente as classes populares.

Tornando-se o principal agente, o promotor do desenvolvimento, responsável também pela execução das reformas de estrutura, o Estado assume novos encargos e novas responsabilidades, que acarretam um aumento proporcional das despesas públicas. Para fazer face a essas despesas, com que recursos conta o Estado? Sua principal fonte de renda, não contando os empréstimos internos ou externos, ou o lucro eventual das empresas estatais, são os tributos e, entre estes, os mais importantes são os impostos, que podem ser diretos ou indiretos. Diretos são os que incidem diretamente sobre a renda, o lucro, o vencimento, e salário, e, indiretos, os que incidem sobre as mercadorias, bens de consumo, serviços, etc. Os primeiros, quer dizer, os impostos

diretos, devem ser proporcionais à renda do contribuinte, ao passo que os segundos, isto é, os indiretos, são pagos igualmente por todos os consumidores. O imposto de renda, por exemplo, é um imposto direto e progressivo que, por isso mesmo, grava os rendimentos proporcionalmente ao seu montante. Em certos países, como a Inglaterra, esse imposto chega a 90% sobre a renda, o que permite compreender o alcance da Reforma Tributária. O imposto de consumo, ao contrário, é um imposto indireto, pago igualmente pelos ricos e pelos pobres, pelos que ganham muito e pelos que ganham pouco. Tanto o milionário, que ganha milhões de cruzeiros por mês, quanto o operário, que recebe salário mínimo, pagam os mesmos impostos de consumo, sobre gêneros de primeira necessidade, utilidades e serviços. Se levarmos em conta que aqueles que ganham mais deveriam pagar mais impostos e os que ganham menos deveriam pagar menos, tornar-se-á evidente a injustiça desse imposto indireto, que beneficia os ricos e onera terrivelmente os pobres.

Em consequência da sonegação que, em nosso País, atinge índices alarmantes, o imposto de renda que, onerando a classe rica, deveria ser a principal fonte de arrecadação do Governo, tem aumentado, proporcionalmente, muito menos que o imposto de consumo, pago indiscriminadamente por toda a população. O principal ônus tributário recai, assim, sobre a massa trabalhadora que, além de ser espoliada pelos salários de fome e pela inflação, é também espoliada pelos impostos indiretos, como o imposto de consumo.

A distribuição dos impostos entre a União, os Estados e os Municípios também deve ser reexaminada pois, em função da Reforma Agrária, por exemplo, nada justifica que o imposto territorial seja cobrado pelos Municípios, sendo indispensável, ao contrário,

devolvê-lo à competência da União, pois, permitindo tributar pesadamente as áreas agrícolas improdutivas, representa importante instrumento na realização dessa reforma.

Os critérios que devem orientar a Reforma Tributária decorrem, portanto, das exigências do desenvolvimento e das Reformas de Base. Pela correção do aparelho arrecadador e fiscal, aumentar as rendas do Estado, sobrecarregando as classes ricas e aliviando as classes pobres, a fim de que, com maiores recursos, possa o Poder Público desincumbir-se das novas tarefas e dos novos encargos de que está investido, como principal agente do desenvolvimento, da emancipação econômica do País e da promoção da Justiça Social.

Reforma Agrária

Entre os desequilíbrios que o desenvolvimento intensificou, um dos mais graves é, sem dúvida, o que se verifica entre o setor industrial da nossa economia e o setor agrícola.

Quando um país pobre, atrasado e subdesenvolvido, com as características do nosso, inicia seu processo de desenvolvimento, quer dizer, de industrialização, não tem condições de competir no mercado internacional com os países altamente desenvolvidos, que se acham na vanguarda do progresso científico, industrial e tecnológico.

Impedido de exportar suas manufaturas, o país que se encontra nos primórdios da industrialização só pode vender seus produtos no próprio mercado interno, no mercado nacional. Ora, esse mercado não se constitui apenas nem principalmente das classes

ricas, dotadas de alta capacidade aquisitiva, mas se constitui, sobretudo, da massa dos trabalhadores assalariados, não só da classe operária mas também da classe média,

A expansão do parque fabril exige, portanto, a expansão do mercado interno ou, com outras palavras, o aumento do número de consumidores dotados de maior poder de compra. A produção, em larga escala, característica do moderno capitalismo, não se destina apenas ao pequeno número daqueles que constituem a classe dominante, mas, ao contrário, por isso mesmo que é uma produção em massa, mecanizada ou automatizada, destina-se ao maior número possível de consumidores .

Condicionada à expansão do mercado interno, a industrialização exige a incorporação, a esse mercado, dos milhões de camponeses que trabalham no campo, mantidos, em sua imensa maioria, na condição de escravos e de semi-escravos, sem nenhum poder de compra, desconhecendo, quase sempre, o uso do dinheiro. Independentemente de motivos ideológicos ou razões humanitárias, interessa ao capitalismo nacional a Reforma Agrária, a fim de aumentar a população consumidora.

Em conseqüência da industrialização, têm crescido vertiginosamente as nossas principais cidades, o que implica em exigências cada vez maiores no que se refere ao abastecimento. Ora, como é sabido, latifúndio é sinônimo de monocultura . Nas grandes fazendas de café, de gado ou de cacau, assim como nos engenhos de açúcar, além das imensas áreas não aproveitadas e improdutivas, o que se faz é monocultura extensiva destinada à exportação. No latifúndio não se produz arroz, feijão, batata, verduras etc., não se faz a policultura, destinada a abastecer os centros urbanos. A crise do abastecimento, caracterizada pela escassez e carestia dos gêneros de primeira necessidade, explica-se portanto pelo fato de não ter sido ainda realizada a Reforma Agrária.

Se consultarmos estatísticas e dados oficiais, verificaremos que a distribuição da terra no Brasil é a mais iníqua, pois a quase totalidade das propriedades agrícolas está nas mãos de reduzidíssimo número de proprietários, e, na sua maioria, essas propriedades, muitas delas latifúndios, não são cultivadas nem exploradas economicamente. Permanecem inúteis e inproveitadas, à margem das estradas de ferro, das rodovias e dos açudes, à espera de valorização.

Desnecessário é descrever a situação miserável em que vive a imensa maioria dos trabalhadores do campo. Residindo em casas de pau-a-pique, subnutridos, doentes, analfabetos, recebendo salários de fome, não conhecem quase sempre, o uso do dinheiro, recebendo, como pagamento de seu trabalho, os "vales", trocados na "venda" do patrão, por farinha, carne-seca, banha, querosene e roupas de brim. Desassistidos e abandonados, além de espoliados em seu penoso trabalho, vivem como parias, privados daquilo que para nós constitui o mínimo indispensável à existência humana. À mercê dos "coronéis" onipotentes, estão sempre sujeitos ao despejo, a serem expulsos das terras em que moram com suas famílias, as terras que fecundam e fazem produzir com seu suor, seu esforço e seu sofrimento. Sobre a desolação e a miséria em que vivem milhões de camponeses, alguns dos maiores escritores brasileiros como Jorge Amado em Seara Vermelha e Graciliano Ramos em Vidas Secas, já nos ofereceram imagens terríveis que nos atormentam como pesadelos .

Do nosso ponto de vista, a Reforma Agrária deve ser feita, e deve ser feita urgentemente, não apenas porque constitui uma exigência do capitalismo brasileiro, interessado na expansão do mercado interno, nem tampouco porque é preciso diversificar a cultura, para atender às necessidades de abastecimento dos grandes centros urbanos, mas porque não é tolerável, que milhões de seres humanos, continuem a viver

como párias, na miséria, na ignorância, na doença, na fome, privados de tudo o que consideramos indispensável à nossa própria vida.

Tal como a entendemos, a Reforma Agrária não consiste apenas na revisão do estatuto jurídico da terra, mas consiste fundamentalmente na revisão desse estatuto. Antes de tratar dos problemas da produção e da produtividade, é indispensável liquidar o monopólio da terra, quer dizer o latifúndio. Tornar a propriedade da terra acessível a todos aqueles que nela trabalham e a fazem produzir com seu esforço, é a primeira providência de uma reforma que realmente pretenda modificar a estrutura agrária do País. Nada justifica que os que fazem a terra produzir com seu trabalho, não participem de sua propriedade nem dos lucros da produção, enquanto os donos da terra, sem trabalhar, detenham o seu monopólio e confisquem, em seu exclusivo benefício, o que representa o fruto do trabalho dos outros.

Além da distribuição da terra aos camponeses, pela desapropriação prévia do latifúndio, a Reforma Agrária inclui uma série de providências que consistem, antes de mais nada, em proporcionar ao homem do campo, assistência sanitária, higiene da habitação, ensino primário e assistência tecnológica. A fim de que possa produzir mais e melhor, com menos dispêndio de energia física, é indispensável restaurar a saúde do trabalhador rural, propiciando-lhe, em seguida, o conhecimento da ciência e da moderna tecnologia agrícola, ensinando-o a preparar a terra, a utilizar adubos, fertilizantes, inseticidas, bem como a manejar tratores, etc. Pois aumentar a produtividade do trabalho no campo é incorporar ao trabalho agrícola os processos da moderna tecnologia, que permitem ao homem, com menos consumo de energia muscular, produzir não só em maior quantidade, mas também melhorar a qualidade da produção.

Seria inútil, porém, produzir mais, e melhor, se não se pudesse conservar a produção nas entressafras e se não houvesse meios de transportá-la para os centros de consumo. Construção de armazéns, silos, estradas de ferro e de rodagem, também se incluem no repertório das providências que constituem a Reforma Agrária.

Finalmente, para completar esse repertório, deveríamos mencionar o crédito fácil e barato e a garantia de preços mínimos para os produtos agrícolas. Esse conjunto de providências, supõe, como já afirmamos, a liquidação prévia do latifúndio, do monopólio da terra, ponto de partida e condição fundamental de qualquer Reforma Agrária autêntica.

Reforma Urbana

No conjunto das contradições agravadas pelo desenvolvimento, apontamos também o desequilíbrio entre o crescimento das populações urbanas e a escassez e a carestia dos imóveis residenciais.

O crescimento das grandes cidades brasileiras, especialmente das capitais, resulta de vários fatores, entre os quais os de maior relevância nos parecem ser os seguintes: em primeiro lugar a industrialização. São Paulo, a cidade brasileira que apresenta maiores índices de crescimento demográfico é, ao mesmo tempo, a maior concentração industrial da América Latina. Em segundo, o crescimento vegetativo, pois, o Brasil, como revelam as estatísticas, é o País que apresenta maiores índices de crescimento demográfico do mundo. Em terceiro, a imigração estrangeira, que se verifica, em particular, nos grandes centros urbanos, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, etc. Em quarto e

último, as migrações internas, aquilo que se tem chamado de êxodo rural, quer dizer, a fuga das populações do campo para as cidades, êxodo esse que se explica, em grande parte, por não ter sido ainda realizada a Reforma Agrária.

Crescendo desordenadamente, sem plano nem disciplina, as nossas cidades estão sendo construídas pelo capitalismo urbano que, preocupado exclusivamente com o lucro, e desatento aos interesses e às necessidades da população, tem contribuído para agravar terrivelmente o problema habitacional.

Em nossas principais cidades a indústria da construção civil está sendo monopolizada por algumas grandes firmas, quase sempre controladas por estrangeiros. É o que essas firmas constroem não são habitações baratas, de tipo popular, mas, nos bairros onde o terreno é mais caro, prédios destinados exclusivamente à especulação imobiliária.

Mercadoria sujeita à lei da oferta e da procura, ao leilão dos preços no mercado, o imóvel residencial, está alcançando, tanto para a venda quanto para o aluguel, preços extorsivos, que convertem a residência em luxo, acessível apenas à classe dominante.

Longe de resolver o problema habitacional, a iniciativa privada só tem feito agravá-lo, jogando na inflação e na alta contínua dos preços. Sabe-se que na cidade do Rio de Janeiro, há cerca de 40.000 imóveis residenciais desocupados, à espera da liberação dos aluguéis ou aguardando a valorização imobiliária. O direito de propriedade, no entanto, tal como o entende e consagra a legislação vigente, não permite que o Poder Público obrigue esses proprietários a vender ou alugar seus imóveis. E, enquanto famílias inteiras se comprimem em cubículos, permanecem vazios, por capricho ou ganância dos proprietários, milhares de casas e de apartamentos que, alugados ou vendidos, poderiam abrigar centenas de milhares de pessoas.

À semelhança do que acontece no campo, também na cidade ocorre o monopólio da propriedade imobiliária, pois, nos grandes centros urbanos o contraste entre aqueles que possuem centenas de terrenos, casas, prédios e apartamentos, e aqueles que nada têm a não ser a sua capacidade de trabalho a ser vendida à classe dominante, esse contraste é comparável ao que se verifica no campo, entre os latifundiários e os camponeses sem terras.

Enquanto a classe dominante reside em palácios, em apartamentos de centenas de metros quadrados, que dariam para abrigar dezenas de famílias, a quarta parte da população carioca, cerca de um milhão de seres humanos, reside na miséria, na imundície, no inferno das favelas.

Em toda parte do mundo, as despesas com a habitação correspondem a menos de 30% dos vencimentos e salários. No Brasil, em consequência da inflação e da especulação imobiliária, os gastos com aluguel subiram a 80% e 90% dos ordenados e salários das classes trabalhadoras, o que representa um percentual intolerável, para essas classes sacrificadas pela alta contínua do custo de vida.

A fim de atender às exigências de habitação, das populações das cidades em constante crescimento, a Reforma Urbana tornará a propriedade do imóvel residencial acessível a todos, liquidando o monopólio de que até agora tem sido objeto. Iniciativa do Poder Público, do Estado, consiste essa reforma, nas seguintes medidas principais. Primeiro, limitação do número de imóveis urbanos de propriedade particular e desapropriação do excedente; desapropriação compulsória, por interesse social, dos imóveis residenciais desocupados além de determinado prazo; venda, a prazo longo e juros módicos, pelos organismos oficiais de crédito, às classes assalariadas, dos imóveis desapropriados por interesse social; construção, pelo Estado, de grandes conjuntos

residenciais, a serem vendidos à classe trabalhadora sem objetivo de lucro mas visando apenas contribuir para a solução desse problema social.

À Reforma Urbana implica, sem dúvida, solução de outros problemas, tais como transportes, serviços públicos, etc. mas, à semelhança da Reforma Agrária, exige fundamentalmente, a liquidação do monopólio da propriedade urbana, e o acesso, a essa propriedade, de todos aqueles que residem e trabalham nas cidades.

Reforma Bancária

Correspondendo à mencionada contradição entre a necessidade de estimular a produção e financiar o desenvolvimento, pela nacionalização e democratização do crédito, especialmente nos setores agrícolas e industrial, e a limitação dos favores bancários aos grupos privilegiados e às regiões que já se acham em desenvolvimento, a Reforma Bancária, longe de ser assunto puramente técnico, acessível apenas aos especialistas, é, ao contrário, tal como a entendemos, uma das Reformas de Base, indispensável ao desenvolvimento e à emancipação econômica do País.

Antes de indicar, embora em linhas gerais, em que consiste a Reforma Bancária, preconizada pelas forças populares e progressistas, examinemos a estrutura e o funcionamento da rede bancária do País.

Em primeiro lugar, encontramos os bancos e as organizações de crédito oficial, que incluem, além dos bancos federais como o Banco do Brasil e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, e as Caixas Econômicas Federais, outros órgãos regionais, como o Banco do Nordeste Brasileiro, o Banco de Crédito da Amazônia, os organismos

estaduais, como o Banco da Guanabara, etc. Em segundo lugar, encontramos os bancos particulares, nacionais e estrangeiros.

Com exceção de alguns bancos oficiais, que não recebem depósitos de particulares, todos os organismos de crédito recolhem a poupança popular, e mesmo os bancos oficiais que trabalham com recursos do Governo, também recolhem indiretamente a contribuição popular, mediante diferentes formas de tributo. A fonte dos recursos, excluindo os empréstimos externos, é sempre a mesma: ou a poupança popular, depositada espontaneamente, ou a contribuição compulsória, gravando os salários e vencimentos, na forma dos tributos diretos ou indiretos.

Ora, como são aplicados esses recursos pêlos bancos particulares? Ao contrário do que acontece nos demais países do mundo, os bancos estrangeiros recebem, no Brasil, depósitos de particulares, de brasileiros. Essas poupanças são manipuladas no interesse desses bancos, de firmas e empresas estrangeiras, produzindo lucros que não são investidos no País, mas remetidos para as matrizes de além-mar. Muitos desses bancos estrangeiros operam com depósitos exclusivamente nacionais, representando, assim, poderosas bombas de sucção, que remetem para fora o fruto do esforço e do trabalho do povo brasileiro.

E os bancos particulares nacionais, como funcionam? Os recursos com os quais operam, como já vimos, são recursos sociais, oriundos da poupança popular. Não é a fortuna particular dos banqueiros que se empresta a juros altos aos depositantes, mas essa poupança, a soma de milhares de pequenas, de modestas economias. A prazo fixo, de seis meses, os bancos pagam, pêlos depósitos, no máximo 6% ao ano.

Em conta de movimento não pagam mais de 3 ou 4%. E quando precisamos de dinheiro e recorremos ao banco, que acontece? Primeiro as garantias, os endossos;

segundo, os juros; terceiro as taxas e as comissões. Por pouco dinheiro, a ser pago em pouco tempo, pagamos juros altos, três ou quatro vezes superiores àqueles que recebemos do banco, pelos nossos depósitos. E isso acontece quando conseguimos o dinheiro, porque o modesto depositante, em suas dificuldades, nem chega a ser recebido pelo gerente ou diretor do estabelecimento de crédito. E se precisarmos saldar dívidas urgentes, pagar colégio ou hospital para nossos filhos, ou comprar uma casa para nossa família, o banco nos emprestará dinheiro? De modo algum. Então para que e a quem serve o banco? Se é apenas um depósito de dinheiro, uma caixa forte, que ganham os depositantes, além dos juros irrisórios, em recolher a esses depósitos as suas magras economias? Os bancos não servem ao povo, mas aos grandes acionistas, aos grandes depositantes, aos sócios, e aos grupos econômicos ligados aos próprios bancos.

Os vultosíssimos depósitos, resultantes das poupanças populares, não são utilizados no financiamento da agricultura, no estímulo à indústria, e no atendimento das necessidades populares, mas em especulações que só proporcionam lucros aos grupos que controlam esses organismos de crédito.

Quanto aos Bancos oficiais, embora nem todos manipulem poupanças populares, mas recursos do Governo, oriundos da tributação, também são controlados por representantes da classe dominante, da mesma classe que controla os bancos particulares. Tendem, por isso mesmo, a funcionar, também, em benefício de grupos e regiões privilegiados, pois aqueles que os dirigem pertencem a esses grupos e a essas regiões.

Com tal estrutura e funcionando como acabamos de ver, a rede bancária longe de atender às exigências do desenvolvimento, às necessidades do povo e da nacionalização da economia brasileira, representa, ao contrário, um obstáculo a essas exigências, pois

contribui, apenas, para o enriquecimento de grupos privados, muitos deles estrangeiros, de regiões e de setores privilegiados da economia do País.

À Reforma Bancária visa, entre outros, os seguintes objetivos principais: primeiro, nacionalização total dos bancos estrangeiros de depósitos. Nada justifica que as poupanças populares sejam manipuladas em benefício de grupos estrangeiros que, há muito tempo, deixaram de trazer recursos de fora e só movimentam os nossos próprios recursos. Àqueles que atacam essa reivindicação, fingem esquecer que, em países capitalistas, como os Estados Unidos e outros, os bancos estrangeiros são proibidos de receber depósitos de nacionais.

Segundo, democratização e seletividade do crédito. Os bancos devem funcionar como órgão impulsionadores do desenvolvimento e do progresso social, e não como casas de negócios e de agiotagem, que capturam as poupanças do povo para utilizá-las na especulação. O crédito deve ser distribuído de acordo com as necessidades do desenvolvimento, segundo uma escala de prioridades que leve em conta as exigências das regiões, dos setores da economia, das empresas e dos particulares. A rede bancária particular deverá subordinar-se ao sistema oficial de crédito, passando a desempenhar função meramente supletiva. O Banco do Brasil deverá centralizar a execução da política monetária e creditícia do País, exercendo funções de Banco Central, controlando os depósitos públicos e particulares, o redesconto, a fiscalização bancária, a emissão monetária e de títulos, concessão do crédito, colocação de empréstimos internos ou externos e exercendo o monopólio do câmbio.

Em terceiro lugar, nenhuma Reforma Bancária será possível sem a participação de representantes dos trabalhadores na direção dos estabelecimentos de crédito, sejam oficiais, sejam particulares. Já observamos que esses estabelecimentos funcionam em

benefício de regiões, setores da economia e grupos econômicos aos quais pertencem aqueles que os controlam. Para quebrar o monopólio do crédito, é fundamental, é indispensável, modificar a estrutura dos bancos, de cuja direção deverão fazer parte os que representam não os interesses da minoria dominante mas, ao contrário, os interesses do povo e da nação. Só essa participação poderá garantir a execução de uma nova política monetária e creditícia que, atendendo às exigências do desenvolvimento e da emancipação da economia nacional, atenda também às necessidades quotidianas das classes que, por não terem recursos, precisam recorrer ao crédito oficial ou particular

Reforma Cambial

Ao enumerar as contradições agravadas pela industrialização, aludimos à necessidade de poupar cambiais, a serem aplicadas nas metas prioritárias do desenvolvimento, e o esbanjamento, a dilapidação das moedas fortes na importação do luxuoso e do supérfluo, mencionando, assim, o desequilíbrio a cuja correção deve corresponder o que chamamos de Reforma Cambial.

Para compreender o que significa essa reforma, devemos descrever, embora em linhas gerais, a estrutura do nosso comércio exterior.

Em suas relações comerciais com as outras Nações, o País exporta e importa, quer dizer, vende e compra. Desse ponto de vista, o que caracteriza os países pobres, atrasados e subdesenvolvidos, em confronto com os países desenvolvidos, é o fato de exportarem matérias-primas, gêneros alimentícios e produtos tropicais, e importarem manufaturas, ao passo que os países desenvolvidos, ao contrário, importam matérias-primas e exportam manufaturas, produtos acabados. O grau de desenvolvimento de uma economia nacional pode, portanto, ser aferido pela estrutura ou composição de seu

comércio exterior, sendo um país tanto menos desenvolvido quanto mais exporta matérias-primas e importa manufaturas, e tanto mais desenvolvido quanto mais importa matérias-primas e exporta manufaturas, produtos acabados.

Até os primórdios da industrialização, o Brasil era um país tipicamente subdesenvolvido, cuja economia assentava na exportação de matérias-primas e na importação de todas as manufaturas que consumia. Com o desenvolvimento, a estrutura do comércio exterior tende a alterar-se qualitativamente, embora, na primeira fase do processo, de implantação da indústria nacional, como já temos observado, o país não tenha condições de competir, no mercado internacional, com as nações altamente desenvolvidas que dominam esse mercado. Encontrando-nos, ainda, nessa primeira fase, continuamos a depender, no que se refere à obtenção de cambiais, de moedas fortes, da exportação de nossos produtos primários, tais como café, cacau, algodão, açúcar, óleos vegetais, fibras, frutas tropicais, minérios etc.

É como o fruto ou o resultado dessas exportações que obtemos as cambiais, a receita em moeda forte, que nos permite importar os produtos acabados, as máquinas de que ainda precisamos para o nosso desenvolvimento. Porque as exportações não se fazem diretamente, entre o vendedor brasileiro e o comprador norte-americano, por exemplo; o Estado interfere na operação, como intermediário, entre o exportador nacional e o importador estrangeiro, ganhando, na operação, a diferença entre o preço pelo qual o produto é vendido dentro do País, e o preço pelo qual chega às mãos do consumidor estrangeiro. Essa comissão ou percentagem, que também se chama de ágio, é a margem de lucro do Governo, ao funcionar como intermediário, no comércio exterior.

Ao tratar do processo espoliativo, em tópico anterior, mostramos que uma das causas principais do empobrecimento do País, é a deterioração dos termos de troca, ou

de intercâmbio, observando que, nos últimos anos, temos exportado mais e recebido menos, enquanto pagamos preços muito mais caros pelas manufaturas estrangeiras que importamos. Se nosso café vale menos e as máquinas norte-americanas valem mais, ou, com outras palavras, se descem os preços de nossos produtos de exportação e sobem os preços das manufaturas que precisamos comprar dos Estados Unidos, isso quer dizer que o cruzeiro se desvaloriza e o dólar se valoriza, aumenta de preço.

No comércio internacional, a forma de espoliação que mais gravemente afeta os países subdesenvolvidos, é precisamente a deterioração dos termos de intercâmbio, quer dizer, a desvalorização crescente de seus produtos de base e a valorização, cada vez maior, das manufaturas importadas. Esse processo é tão grave e tem efeitos tão profundos nas débeis economias dos países dependentes, que pode não apenas dificultar mas impedir totalmente o desenvolvimento e a emancipação econômica dessas regiões.

Economistas e sociólogos já mostraram que, entregues a si mesmas, as forças do mercado, no plano internacional, só tendem a agravar esse processo, pois são as poderosas economias consumidoras dos países desenvolvidos que determinam o volume das importações e ditam os preços dos produtos primários que compram dos países pobres e dependentes.

Para corrigir o déficit no balanço de pagamentos, oriundo, principalmente, da deterioração dos termos de troca, recorreremos a empréstimos externos, em condições cada vez mais onerosas, em um processo de endividamento sem fim, que nos mantém submissos ao centro dominante do Continente.

Ocorre, além disso, que essas escassas receitas em moedas fortes podem ser empregadas desta ou daquela maneira, na importação de perfumes, jóias, fazendas de seda, bebidas, ou, ao contrário, na compra de fábricas, de máquinas, de patentes de

invenção, no contrato de técnicos e especialistas, etc. Na primeira hipótese ocorre a dilapidação de cambiais, pela importação do luxuoso e do supérfluo. Na segunda, o aproveitamento adequado das moedas fortes, pela compra do que é necessário e útil ao desenvolvimento.

Verifica-se, assim, que a Reforma Cambial implica o problema do comércio exterior, e que o País só poderá ter uma política exterior a partir do momento em que adotar um plano nacional de desenvolvimento econômico. Os países dependentes não têm política externa precisamente porque são objeto da política externa dos países dominantes. A adoção de um plano nacional de desenvolvimento torna possível uma política externa independente, que passa a ser um dos principais instrumentos da realização desse plano.

Defesa dos preços dos produtos de base, conquista de novos mercados, relações comerciais com todos os países do mundo, diversificação das exportações, facilidades na importação de máquinas e produtos acabados, tais são as linhas gerais a serem seguidas pelo nosso comércio exterior.

O monopólio do câmbio será uma consequência do monopólio do comércio exterior. Defendendo o valor da moeda nacional e controlando o orçamento cambial, o Estado poderá impedir a importação do luxuoso e do supérfluo, e aplicar o saldo de moedas fortes na importação do que é necessário à realização das metas prioritárias do desenvolvimento e da emancipação econômica do País.

Correspondendo à última das contradições mencionadas, na introdução deste capítulo, pretende a Reforma Universitária adaptar o ensino superior do País às novas exigências criadas pelo desenvolvimento e a industrialização da economia nacional.

Para compreendermos em que consiste essa reforma e porque deve ser incluída entre as Reformas de Base, é indispensável analisar a organização da sociedade no país subdesenvolvido e semi-colonial, porque é essa organização que determina a forma e o conteúdo da educação.

Já nos referimos, diversas vezes, a essa estrutura social, observando que corresponde à estrutura econômica do País. Constituindo as classes dominantes, encontramos a burguesia latifundiária e a burguesia mercantil, às quais se acrescentam a classe média e os trabalhadores do campo, escravos ou semi-escravos. Se o País não tem indústria, e produz apenas matérias-primas e gêneros alimentícios, os proprietários dos meios de produção são os proprietários da terra, pois tudo o que o País produz, minérios, gado, açúcar, café, algodão, frutas, tudo é produzido na terra. Ora, para produzir essas matérias-primas e gêneros alimentícios, era necessário apenas um mínimo de conhecimentos bem como uma tecnologia primitiva, rudimentar. O fazendeiro de café ou de gado, o senhor de engenho, podia ser analfabeto ou semi-analfabeto, e, mesmo assim, produzir muito café e muito açúcar, criar rebanhos numerosos e fazer fortuna. O funcionamento dessa estrutura econômica primitiva, caracterizada pela exportação de matérias-primas e pela importação de manufaturas, dispensava o conhecimento das ciências naturais e o domínio das formas superiores da moderna tecnologia.

O mesmo poderíamos dizer da burguesia mercadora ou comerciante, isto é, da classe que vivia da exportação dos produtos primários e da importação das manufaturas estrangeiras. Também essa classe pouco ou quase nada precisava saber para

desempenhar satisfatoriamente sua função nessa estrutura econômica dependente e semicolonial. Os exportadores de café e importadores de máquinas estrangeiras também não precisavam possuir qualquer formação científica e tecnológica de grau superior, e poderiam importar as máquinas mais complexas e enriquecer vendendo-as no mercado interno, sem nada saber a respeito de seu funcionamento e, muito menos, do seu processo de fabricação. Ora, uma coisa é importar um trator ou um linotipo, por exemplo, trazê-lo pronto de fora e vendê-lo pronto aos consumidores nacionais, outra coisa é ser capaz de fabricar o trator ou o linotipo. Para realizar a primeira operação quase nada era preciso saber, ao passo que para efetuar a segunda era necessário saber exatamente tudo aquilo que não sabíamos porque não precisávamos saber.

A classe que em seguida encontramos, a classe média, constituída de profissionais liberais, funcionários públicos, pequenos artesãos e pequenos comerciantes, gente de escritórios, também não precisava saber muita coisa. Que precisavam saber e que podiam fazer os engenheiros, por exemplo, em um país sem indústria? As estradas de ferro eram construídas pelas empresas estrangeiras, concessionárias da exploração do subsolo ou dos serviços públicos. As estradas de rodagem, muito poucas, eram estradas de terra, construídas pelos processos mais primitivos. Que faziam, então, os engenheiros? Pontes e calçadas, como dizem os franceses. Quanto aos médicos, embora tivessem muito que fazer, em um País cujo interior vive devastado pelas doenças, eram tributários da ciência e da tecnologia médica estrangeira, e não só as idéias, mas os processos, aparelhos e instrumentos que manipulavam eram todos trazidos de fora. O País não oferecia condições para a criação de uma ciência e de uma arte médica nacional, que ampliasse as oportunidades de emprego e estimulasse a pesquisa nesse setor da atividade científica e profissional.

Quanto aos advogados, estes sim, floresceram e multiplicaram-se como cogumelos, sendo característico dos países subdesenvolvidos a superprodução de bacharéis e de causídicos. Pau para toda obra, burocrata, delegado, promotor, juiz, vereador, deputado, senador, jornalista, desembargador, ministro, conselheiro, jurisconsulto, o bacharel curinga, como já o chamou um sociólogo brasileiro, era o homem que, conhecendo as leis e sabendo falar e escrever, representava o instrumento ideal a ser manipulado pela classe dominante, na defesa e na promoção dos seus interesses. Temos tido muito poucos homens de ciência, mas temos tido grandes juristas, cuja ciência, no entanto, era toda importada e consistia na tradução e no comentário da ciência jurídica produzida no exterior. O advogado tinha o que fazer porque sua atividade não dependia de máquinas nem de laboratórios, mas de alguns livros e de suas qualidades pessoais, de habilidade e inteligência. Bastava defender as propriedades, os interesses e os privilégios das classes dominantes para estar sempre ocupado e enriquecer.

Quanto ao povo, mantido no analfabetismo e na ignorância, era totalmente excluído da educação e da cultura, pois essa exclusão era uma das condições de conservação da estrutura aristocrática e feudal da sociedade brasileira. Nessa sociedade, semicolonial, patriarcal e escravocrata, a educação também era um privilégio das classes dominantes, do qual o povo jamais poderia participar.

No país em que os índices de analfabetismo atingiam a 70 e 80% da população, o ensino secundário, ministrado principalmente por estabelecimentos particulares, dirigidos por ordens religiosas, só era acessível aos filhos-família, o mesmo acontecendo, e pelas mesmas razões, com as poucas escolas superiores existentes.

Além de ser um privilégio das classes dominantes, o ensino, tanto secundário quanto superior, tinha um sentido puramente teórico e livresco, reduzindo-se, quase sempre, à

transmissão mecânica de conhecimentos importados. Não se destinava, esse ensino, nem a iniciar os alunos e educandos no conhecimento da realidade e dos problemas nacionais, nem tampouco a dar-lhes formação técnica e profissional, habilitando-os a trabalhar, exercer uma profissão e contribuir para a solução desses problemas.

Com o advento da industrialização, no entanto, transforma-se não apenas a estrutura econômica, mas também a estrutura social do País, que passa a apresentar novas exigências em matéria de educação.

O processo de desenvolvimento consistindo na transformação de uma economia primária e semicolonial em uma economia moderna, industrializada e independente, exige, antes de mais nada, o conhecimento científico da realidade que se quer transformar pelo desenvolvimento, e dos problemas que se quer resolver pelas reformas. Ora, para conhecer essa realidade e esses problemas, já não nos bastam o Direito Romano, as Ordenações do Reino e o Código Civil. Se o problema, por exemplo, fosse manter e eternizar o latifúndio, essas disciplinas poderiam ser ainda úteis, mas ocorre que, agora, trata-se de petróleo, de minerais, de ferro e aço, de cimento, de indústria pesada, de indústria eletrônica e químico-farmacêutica, etc. A montagem do parque industrial exige não apenas o conhecimento da realidade do País, mas a formação de mão de obra e de pessoal técnico altamente qualificado, em condições de fazer funcionar o parque fabril. A primeira exigência, portanto, é o conhecimento científico da realidade nacional, pois não se pode transformar o desconhecido. Para desenvolver qualquer região, é indispensável conhecê-la previamente. A estrutura do solo, sua distribuição e seu aproveitamento, recursos naturais, minérios, potencial hidroelétrico, flora, fauna, clima, estrutura da população, distribuição da mão-de-obra ou da população ativa entre os setores da produção, renda por habitante, índices da produtividade do trabalho, de

alfabetização, de formação profissional, etc. Para que esse conhecimento seja possível, no entanto, é indispensável o domínio prévio das ciências que nos tornam capazes de conhecer a natureza, tais como a biologia, a física, a química, a geografia, a geologia, a geodesia, etc. e, em seguida, o daquelas que nos permitem compreender a formação, a estrutura e o funcionamento das sociedades humanas, tais como a economia, a sociologia, a política, a história e a filosofia.

Além desse conhecimento, da realidade natural e humana do País, o desenvolvimento implica a elaboração prévia de um plano, de acordo com o qual nos propomos transformar a realidade nacional. E a elaboração do plano implica, por sua vez, uma tomada de posição ideológica em relação ao modelo ou tipo de desenvolvimento que pretendemos realizar, se dependente ou independente, por exemplo, com ou sem a participação do capital estrangeiro, apoiado na iniciativa privada ou na iniciativa do Estado, em benefício das regiões mais pobres e da classe trabalhadora ou em benefício das classes dominantes e das regiões prósperas e já desenvolvidas, etc. Essa a razão pela qual não há desenvolvimento sem ideologia do desenvolvimento nacional.

Tais são em linhas gerais, as principais exigências de uma educação para o desenvolvimento. Esclarecimento ideológico, formação científica e tecnológica, cultura popular e alfabetização das massas.

Admitindo-se que a realização do desenvolvimento independente implica a luta contra o processo espoliativo, e que essa luta só poderá ser travada pelo povo alfabetizado e esclarecido, devemos reconhecer, também, que a alfabetização em massa não é apenas uma exigência da Reforma Eleitoral, mas da própria Reforma Universitária, de que nos estamos ocupando. Para que o povo possa aspirar à formação de nível

superior, para que essa formação não seja o privilégio, o monopólio das classes dominantes, é indispensável alfabetizar em massa, e o mais rapidamente possível, o povo brasileiro. Difusão da cultura junto ao povo, finalmente, levando-se à praça pública o livro, a conferência, o teatro, o cinema educativo.

Participação dos estudantes na direção das escolas, faculdades e institutos, a fim de que o comando dos órgãos do ensino superior não seja monopolizado pelo corpo docente, freqüentemente reacionário e acumpliciado com os interesses das classes dominantes. Só essa participação da mocidade estudantil, hoje esclarecida e identificada com as aspirações populares e nacionais, tornará possível a transformação da Universidade em instrumento promotor do desenvolvimento, da emancipação econômica do progresso social.

Tais são as linhas gerais de uma Reforma Universitária que, democratizando e nacionalizando a formação científica de nível superior, permitiria ao País formar as novas gerações de que precisa para realizar-se como nação moderna, próspera e independente.

Conclusão

Indagamos, no início deste capítulo, por que se tornaram, as Reformas de Base, o tema dominante da atualidade política brasileira, quais eram essas reformas e em que ordem de prioridade deveriam ser realizadas. Perguntamos, também, por que não foram votadas pelo Congresso, e que forças e interesses resistiram à sua efetivação. As primeiras perguntas já foram respondidas, resta dar resposta às duas últimas.

Antes, porém, devemos esclarecer que a ordem lógica com a qual apresentamos as diferentes reformas, mostram do a sua correspondência com as contradições agravadas pelo desenvolvimento, não será, necessariamente, a ordem de acordo com a qual devam ser realizadas. A rigor, e, em tese, mantido o quadro da legalidade, as reformas que poderíamos chamar de processuais, tais como a eleitoral, a administrativa e a tributária, processuais porque deveriam criar as condições e os meios para a execução das outras, deveriam anteceder, por isso mesmo, as reformas de conteúdo, tais como a agrária e a urbana, por exemplo.

Contrariando a ordem lógica, embora a realização prévia de umas devesse ser a condição para a realização de outras, e atendendo à urgência dos problemas vitais, as reformas de conteúdo deveriam, realizar-se antes, precipitando a efetivação das outras que, em tese, dependeriam da Reforma Eleitoral.

Antecedentes históricos justificam essa precipitação. O mesmo Congresso que instaurou no País o sistema parlamentar de governo, restabeleceu, um ano depois, o sistema presidencial. Ora, o sistema parlamentar é aquele no qual todo o poder se concentra no Legislativo, tornando-se o Executivo mera delegação do Congresso. Como explicar que os mesmos senadores e deputados, que se tornaram todo-poderosos com a instauração do parlamentarismo, tenham renunciado a esses poderes, restabelecendo o presidencialismo, que restituiu ao Executivo a plenitude de suas atribuições e competências?

A experiência parlamentarista, sem dúvida, foi mal sucedida, mas não foi esse malogro que determinou o retorno ao sistema presidencial de governo. A campanha do plebiscito foi uma campanha eminentemente popular, que empolgou a opinião pública do País, exercendo sobre o Congresso uma pressão irresistível.

Outros antecedentes históricos, menos próximos, também poderiam justificar a tese, e bastaria lembrar o episódio da Abolição que, comovendo fundamentalmente os alicerces do regime imperial, precipitou a proclamação da República.

Em ordem lógica, portanto, e se a história pudesse ser feita no papel, como um desenho geométrico, a Reforma Eleitoral deveria anteceder todas as outras, porque seria a condição para que se pudesse modificar a composição do Congresso, isto é, a estrutura do Poder do qual depende a aprovação das demais Reformas. Ora, a aprovação de um projeto de Reforma Eleitoral, que realmente democratizasse o processo de constituição do poder, depende do Congresso conservador e reacionário na maioria dos seus membros. Se a modificação do Congresso depende da Reforma Eleitoral e se o Legislativo não pode aprová-la porque é conservador e reacionário, estamos em um círculo vicioso que só poderá ser rompido pela pressão das forças populares.

Por que não foram as reformas votadas pelo Congresso, embora representassem a solução de problemas graves e urgentes do povo brasileiro? A resposta só pode ser uma: porque contrariavam os interesses representados pela maioria dos deputados e senadores. A experiência tem demonstrado que os projetos que atendem a esses interesses, tramitam velozmente, em regime de urgência e são aprovados em poucos dias. Se os projetos das reformas se arrastam pelas comissões técnicas e se eternizam nas discussões intermináveis do plenário, é porque os representantes não têm empenho e interesse em que tais projetos se convertam em lei e sejam postos em execução.

Se a Reforma Agrária visa liquidar o latifúndio, como poderiam votá-la os latifundiários ou os seus testas-de-ferro? Se a Reforma Urbana visa liquidar o monopólio da propriedade imobiliária nas cidades, como poderiam votá-la os grandes proprietários

urbanos? Se a Reforma Bancária visa democratizar e nacionalizar o crédito, como poderiam votá-la os grandes banqueiros, ligados, não raro, aos bancos estrangeiros?

Salientamos, no começo deste capítulo, que nos parecia importante compreender que as diferentes reformas visam modificar a mesma estrutura econômica, social e política, contrariando todas os mesmos interesses, que a estrutura vigente reflete e procura consolidar. Ora, o Poder Legislativo reflete essa estrutura, sendo uma expressão da classe dominante. Não há operários no Congresso, nem camponeses, nem estudantes, nem soldados, e muito poucos intelectuais progressistas. As forças que se acham na vanguarda do processo de renovação da sociedade brasileira estão ausentes do Congresso Nacional. Meia dúzia de deputados e senadores nacionalistas travam uma luta inglória, em favor de projetos que muito difícil e muito raramente conseguem transformar em lei.

Correspondendo aos anseios e às necessidades da imensa maioria do povo brasileiro, e às exigências do desenvolvimento nacional e de nossa emancipação econômica, as reformas não serão uma outorga, uma dádiva das classes dominantes, ou dos seus delegados no Poder Legislativo. As reformas serão conquistadas pela luta do povo consciente, organizado e unido.

Devemos compreender que não nos interessa apenas defender a legalidade vigente, mas estendê-la e aprofundá-la, e que essa ampliação e esse aprofundamento só poderá ser o resultado da luta de todos aqueles que, como se fossem párias, ainda estão excluídos da Lei e da Justiça.

Não depende de nós modificar imediatamente a constituição do Congresso, mas de nós depende esclarecer o povo, ajudá-lo a tomar consciência das injustiças de que é vítima e a lutar pela conquista de seus direitos. No dia em que milhões de brasileiros,

esclarecidos e conscientes, se organizarem e se dispuserem a lutar, pela sua libertação e pela libertação do País, nada poderá deter essa força, que se precipitará no leito da história como torrente irresistível.

Tal é nossa responsabilidade e nossa tarefa em relação ao povo brasileiro. Ajudando-o a esclarecer-se e a organizar-se estaremos contribuindo para criar essa força que, pela pressão sobre a legalidade vigente, ou a criação de uma nova ordem legal, deverá realizar a missão histórica da nossa geração, tornando o Brasil um País realmente livre e soberano.

San Tiago Dantas

POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE²⁴

PREFÁCIO

A política exterior independente, que encontrei iniciada no Itamarati e procurei desenvolver e sistematizar, não foi concebida como doutrina ou projetada como plano antes de ser vertida para a realidade. Os fatos precederam as idéias. As atitudes, depois de assumidas em face de situações concretas que se depararam à Chancelaria, patentearam uma coerência interna, que permitiu a sua unificação em torno de um pensamento central de governo.

Não quer isso dizer que a sua elaboração tenha sido empírica ou casual. Na origem de cada atitude, na fixação de cada linha de conduta, estava presente uma constante: a consideração exclusiva do interesse do Brasil, visto como um país que aspira (I) ao desenvolvimento e à emancipação econômica e (II) à conciliação histórica entre o regime democrático representativo e uma reforma social capaz de suprimir a opressão da classe trabalhadora pela classe proprietária.

Esse foi, desde o primeiro instante, o princípio gerador da política externa e a razão determinante de sua unidade. Passados alguns meses, em que episódios dramáticos puseram à prova a coerência e a resistência da Chancelaria, o povo brasileiro se deu conta, e todos os países compreenderam, que o Brasil havia fixado uma posição internacional, e que essa posição não era arbitrária nem provisória, mas correspondia a interesses e aspirações permanentes da nacionalidade.

²⁴ *Extraído do livro Política Externa Independente. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S. A. 1962, 1ª edição, pp. 5-26.*

Era natural que se levantassem contra essa posição política a incompreensão de alguns, os interesses contrariados de muitos, e o zelo exagerado daqueles que temem, nessas circunstâncias, desgostar amigos poderosos, em geral mais compreensivos do que eles diante das posições brasileiras. A essas três atitudes se reduzem as críticas formuladas, entre nós, à política exterior independente. O povo a aplaudiu, entretanto, e rapidamente a assimilou, incorporando-a ao seu ideário político, nela se apoiando para formular, na área da política interna, reivindicações paralelas ou complementares.

Disse há pouco que na política exterior independente devemos distinguir dois momentos lógicos: o do critério geral, pré-formulado, que inspirou, em face dos fatos, a tomada de atitudes e decisões; e o do sistema formado pela concatenação de todas estas, e pela sua redução a posteriori a uma unidade inteligível.

Creio que esse sistema — ainda hoje em pleno crescimento e em vias de enriquecer-se com novas experiências, que lhe serão acrescentadas na gestão do meu ilustre sucessor — ordenou-se em torno dos seguintes pontos:

- A) contribuição à preservação da paz, através da prática da coexistência e do apoio ao desarmamento geral e progressivo;
- B) reafirmação e fortalecimento dos princípios de não-intervenção e autodeterminação dos povos;
- C) ampliação do mercado externo brasileiro mediante o desarmamento tarifário da América Latina e a intensificação das relações comerciais com todos os países, inclusive os socialistas;
- D) apoio à emancipação dos territórios não autônomos, seja qual for a forma jurídica utilizada para sua sujeição à metrópole .

Acredito que a esses quatro pontos se deva acrescentar um quinto, que não chegou a alcançar expressão plena nos meses de minha gestão, mas que se materializou no convênio assinado

com os Estados Unidos para auxílio econômico ao desenvolvimento do nordeste brasileiro. Refiro-me à política de auto-formulação dos planos de desenvolvimento econômico e de prestação e aceitação de ajuda internacional.

(A) A política de preservação da paz e da coexistência exprimiu-se, em primeiro lugar, no reatamento de relações diplomáticas com a União Soviética²⁵; em seguida, na atitude do Brasil contrária ao isolamento de Cuba no hemisfério, e à sua expulsão da OEA²⁶; e finalmente em iniciativas na Conferência do Desarmamento em Genebra²⁷ a que comparecemos como nação não-alinhada, por definição das próprias potências responsáveis pela escolha dos membros da Comissão especial.

Para o reatamento de relações com a URSS tinha o Brasil razões de ordem econômica e política. As primeiras se relacionavam com a política de ampliação dos nossos mercados, e a elas voltarei mais adiante. As segundas decorriam da opção feita em favor da coexistência como único comportamento condizente com a preservação da paz mundial.

À coexistência se contrapõe o isolamento. O Brasil se mantinha isolado da URSS, por motivos mais de ordem interna que externa, e não sentia os inconvenientes dessa atitude por não aspirar a uma participação mais ativa nas responsabilidades da vida internacional.

O isolamento entre os dois campos ideológicos do mundo contemporâneo só se harmoniza com uma política, que vise, consciente ou inconscientemente, à eliminação de um deles, através de uma decisão militar. Essa podia ser uma convicção existente em 1947 e nos anos imediatos, quando o

²⁵ V. discurso na Câmara dos Deputados, em 23 de novembro de 1961, à pág. 45.

²⁶ V. especialmente discurso pronunciado na Comissão Geral na Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores dos Estados Americanos, em Punta del Este, a 24 de janeiro de 1962, pág. 116.

²⁷ V. todo o capítulo "O Brasil e o Desarmamento", pág. 203 e segs.

Ocidente detinha o monopólio das armas atômicas e a guerra fria podia parecer o prelúdio de um conflito real.

Nos dias de hoje, em que o Ocidente e o Oriente rivalizam na tecnologia e na capacidade de produção, armazenagem e lançamento de armas nucleares e termonucleares, e em que as perspectivas entreabertas pela retaliação atômica são de destruição maciça, não apenas dos vencidos, mas também dos vencedores, já não é possível supor, e sobretudo esperar, um desenlace bélico para as tensões tornadas crônicas, entre os Estados Unidos e a URSS. Como não se cogita, nem seria admissível cogitar-se, de uma partilha do mundo em duas áreas estanques de influência, cada uma sob o controle de uma das grandes potências atômicas, o que resta como solução única é a aceitação da coexistência, com o deliberado empenho de reduzir as tensões através do intercâmbio e do entendimento.

Essa coexistência não significa para a área democrática, ou para a socialista, nenhuma abdicação ideológica, nenhuma perda de confiança na superioridade de sua própria filosofia de vida ou tipo de organização. Ela é uma coexistência essencialmente competitiva, isto é, que põe os dois campos políticos, não apenas em contacto, mas também em competição, expondo cada um deles à influência inevitável dos modelos, das realizações e das experiências processadas no outro.

Foi o mundo socialista, e não o ocidental, que pretendeu evitar esse contacto competitivo através da instituição do isolamento sistemático, ou seja, da "cortina de ferro". A política de aproximação com o Ocidente, hoje aceita e encorajada pelos dirigentes soviéticos, vem ao encontro de uma atitude que o mundo democrático nunca repeliu. A convicção dominante no Ocidente tem sido a de que o conhecimento recíproco da sociedade democrática e da socialista favorece a influência da primeira sobre a segunda,

graças aos níveis mais elevados de liberdade individual, que aquela está em condições de assegurar.

As vantagens da coexistência podem ser encaradas, ainda, sob outro aspecto, não menos relevante. O contacto entre o mundo socialista e o democrático é benéfico a democracias, como a brasileira, onde o regime de liberdades políticas, característico do Estado de direito, se acha superposto a uma estrutura social baseada na dominação econômica de uma classe por outra, e, portanto, na denegação efetiva da própria liberdade. Daí resulta um permanente incentivo à reforma social, com a criação, no seio da sociedade, de pressões crescentes, que podem ser captadas para modificação progressiva de sua estrutura, sem quebra da continuidade do regime democrático.

Há, assim, razões de ordem política internacional e razões de ordem político-social, que amparam a tese da coexistência. Nela é que se fundou o reatamento de relações entre o Brasil e a União Soviética, iniciado, no terreno comercial, durante a gestão do Sr. Horácio Láfer, e no terreno político, durante a primeira gestão do Sr. Afonso Arinos. Coube-me convertê-lo em realidade, vencendo a resistência obstinada de alguns setores conservadores apegados à atitude isolacionista.

O segundo episódio, em que a tese da coexistência foi posta à prova, foi o caso da expulsão de Cuba da OEA. O que se visava com essa medida era aplicar ao Governo de um país americano, pelo fato de se declarar marxista-leninista, medidas que importassem no seu isolamento, em relação aos demais povos do hemisfério. O Brasil recusou-se a ver no caso de Cuba algo de diverso do que se tem passado com outros povos, em áreas geográficas mais distantes, e sustentou a conveniência de uma política de coexistência e não de isolamento. Cheguei a apresentar aos chefes de missão

americanos, acreditados no Brasil, e por intermédio deles às Chancelarias respectivas²⁸, uma sugestão brasileira para que se negociasse com o governo de Cuba um estatuto consensual, cujas finalidades eram, de um lado, evitar a integração daquele país no chamado bloco político-militar soviético e garantir o seu desarmamento até níveis compatíveis com as necessidades defensivas regionais, e, de outro lado, colocar os cubanos a salvo do risco da invasão militar.

Essa tese, que mereceu aplausos de alguns eminentes estudiosos das questões internacionais, permitiria, se vingasse, que a revolução cubana cumprisse o seu ciclo interno, não sob a influência de um único centro de atração — o soviético, mas sob a ação competitiva de dois pólos — o socialista e o ocidental.

A coexistência está igualmente na raiz das atitudes do Brasil na Conferência do Desarmamento, em Genebra. A posição em que ali nos colocamos, desde os meus primeiros pronunciamentos²⁹, a que se seguiram os do Embaixador Afonso Arinos e os do Embaixador Araújo Castro, foi de cooperação ativa, para que as grandes potências nucleares se movimentassem no sentido do desarmamento progressivo e geral. Em vez de tomarmos, nos debates, mera posição de apoio às teses enunciadas por uma delas, procuramos sempre antecipar o rumo em que se delineavam possibilidades de evolução.

Desse modo assumimos um papel inequívoco na política do desarmamento, passando a contribuir para que se abrevie a distância que nos separa de uma coexistência sem risco militar.

²⁸ V. Exposição aos Chefes de Missão dos Estados Americanos, no Itamarati, em 12 de janeiro de 1962, pág. 105.

²⁹ V. discurso na Conferência do Comité das Nações Unidas sobre o Desarmamento, em 16 de março de 1962, pág. 20.V

(B) Os princípios de não-intervenção de um Estado nos negócios internos de outro, e de autodeterminação dos povos, estão incorporados, como é sabido, ao direito internacional público codificado americano.

É sabido que eles representam uma conquista, a cuja sombra foi possível criar um sistema de relações internacionais inspiradas pela confiança mútua. A OEA se tornou, no quadro desse sistema, o instrumento por excelência da não-intervenção.

Creio não exagerar dizendo, entretanto, que a VIII Consulta de Ministros das Relações Exteriores foi o "test-case" do princípio, que dela saiu melhor delineado e certamente fortalecido.

O primeiro ponto a salientar é que o princípio não tira o seu valor excepcional para as nações, especialmente americanas, unicamente de sua racionalidade jurídica. Na verdade, ele protege alguma coisa de vital, que é a autenticidade do processo ao longo do qual se ópera a transformação dos povos e se dá o pleno amadurecimento de suas independências.

Nenhuma transformação política é válida, se é imposta à sociedade, que a executa, pela consciência de um outro povo ou pelo poder de dominação de outro Estado, ou força, que substitui a sua vontade. Daí a necessidade de nos conformarmos com as vicissitudes da história nacional de um povo, e de esperarmos que ele amadureça sua própria experiência, em vez de submeter-se a um esquema imposto do exterior.

Essa compreensão exala dos fins a que responde o princípio de não-intervenção e autodeterminação supera e exclui as objeções algo primárias que lhe são feitas, freqüentemente, pelos que supõem que não se possa falar na sua aplicação senão quando o governo deriva de eleições livres.

Pelo contrário, o princípio tudo protege, por isso mesmo que, através dele, o que se garante é o cumprimento do processo histórico nacional, sem coerção externa que o desvirtue.

O Brasil desempenhou um papel construtivo na Consulta de Punta del Este ao contribuir para que não chegassem sequer a ser votadas as proposições que importavam em intervenção nos negócios internos de Cuba, sob o fundamento que nos pareceu evidentemente inadequado da aplicação do Tratado do Rio de Janeiro. Foi este, aliás, um dos pontos mais valiosos do debate ali havido: a distinção específica entre a sanção e a intervenção, essencial à execução correta das normas de segurança coletiva.

(C) A rápida ampliação do mercado externo de nossos produtos tornou-se um imperativo do desenvolvimento do país. Com uma taxa de expansão demográfica que em 1970 situará a população na ordem de 100.000.000, o Brasil necessita elevar a taxa de crescimento do produto nacional bruto a um nível, que os estudos econométricos realizados no Itamarati, situam em 7,5% ao ano. Para isso é indispensável uma ampliação da capacidade de importar, que só se conseguirá se as vendas brasileiras para o exterior crescerem, de ano para ano, na próxima década, a um ritmo superior a 10%. Dai dever ser a conquista de mercados a tônica de nossa política econômica exterior³⁰.

É certo que a simples expansão de exportações de produtos primários não representa a solução total de um problema sobre o qual atua permanentemente o fato negativo da deterioração dos termos de comércio, ou seja, a desvalorização contínua dos produtos primários em relação às manufaturas. Mas o crescimento quantitativo é indispensável, e para isso não podemos contar apenas com a capacidade potencial de absorção dos mercados que já freqüentamos.

³⁰ V. discurso sobre Reatamento de Relações diplomáticas com a União Soviética, pág. 45.

Nossa política voltou-se para a América Latina, em primeiro lugar, e, em seguida, para os países socialistas, sem desprezo das possibilidades de incremento do comércio com os Estados Unidos e com a Europa Ocidental.

O comércio dos países latino-americanos entre si representava, em 1960, cerca de 9% do comércio global do hemisfério. A diversificação crescente das economias mais desenvolvidas (Brasil, México, Argentina) vem permitir que se aumente esse intercâmbio, sobretudo se as barreiras alfandegárias forem reduzidas preferencialmente e se forem encontrados meios eficazes de financiar competitivamente as exportações.

O Brasil deu à Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), nascida do Tratado de Montevideu, apoio irrestrito, e graças também ao que lhe deram outros países, pôde desenvolver-se em 1962 a Zona de Livre Comércio, em que vemos o germe do futuro Mercado Comum Latino-Americano.

Com relação aos países socialistas, o Ministério das Relações Exteriores fez tudo que se achava ao seu alcance para criar uma linha de intercâmbio, que deve adaptar-se, para lograr pleno êxito, ao tipo de transações característico dos sistemas de economia centralmente planejada. Nenhuma possibilidade de crescimento existe nessa área se o Brasil desejar esquivar-se às normas do comércio bilateral, planejando com as autoridades dos países socialistas, ao mesmo tempo, a compra e a venda de seus respectivos produtos. Haverá, porém, um horizonte promissor se nos decidirmos a tais transações, pois o comércio dos países socialistas é, juntamente com o do Mercado Comum Europeu, o que apresenta, nos dias de hoje, taxa de expansão mais elevada.

Com relação ao Mercado Comum Europeu, o Ministério desenvolveu ação múltipla para eliminar a situação desvantajosa, a que nos conduz a aplicação das normas do Tratado de Roma, de favorecimento aduaneiro dos chamados "países e territórios

associados". Os resultados estão sendo colhidos, ainda incompletos, mas já inequívocos, em algumas decisões que indicam a transitoriedade da discriminação.

D) A posição anticolonialista sempre esteve implícita na conduta internacional do Brasil, por motivos éticos e econômicos. Os primeiros resultam da autenticidade de nossa política de emancipação econômica e autodeterminação dos povos; os segundos da necessidade de que os países competidores do nosso em produtos tropicais produzam em regime de trabalho verdadeiramente livre e com os mesmos propósitos de assegurar às suas populações níveis mais elevados de bem-estar.

Na linha anticolonialista do Brasil houve pequenos desvios de atitude apenas pelo desejo de dar a nações tradicionalmente limitadas do nosso país oportunidades para que definissem, por movimento próprio, uma posição evolutiva em relação a territórios não-autônomos confiados à sua administração. Esses desvios foram, porém, superados e retificados na XVI Assembléia Geral da Nações Unidas, em que a delegação brasileira firmou, pela voz do Embaixador Afonso Arinos, o ponto de vista do Brasil.³¹

Cumprir notar que no caso de Angola jamais o Brasil olvidou os laços de solidariedade histórica que o unem a Portugal. Pelo contrário, o que tememos, ainda hoje, é que uma posição política demasiado rígida comprometa o papel que a cultura portuguesa pode representar na África a longo prazo, e tornar difícil, senão impossível, a transformação dos vínculos atuais em outros, de caráter comunitário, cuja preservação seria útil a todos os povos de língua portuguesa e manteria Angola e Moçambique no quadro cultural e político do Ocidente.

(E) Aludi à cooperação internacional para o desenvolvimento econômico com o propósito de dizer, a esse respeito, algo sobre a Aliança para o Progresso. Acredito,

³¹ V. discurso do Embaixador Afonso Arinos. na ONU, em 15 de janeiro de 1962. pág. 195.

porém, que este livro contém sobre o assunto tão pouco, que será melhor reservar o tema para outra publicação com esse objetivo.

Limito-me, pois, a acentuar que a política externa independente viu na Aliança uma forma avançada e construtiva de americanismo, desde que a prestação de auxílio técnico e econômico vá ao encontro – como, aliás, recomenda a Carta de Punta del Este – de planos formulados pelos próprios países e aplicados por seus órgãos nacionais.

O risco dos planos de cooperação internacional é o de modificarem o sentido que os povos desejam imprimir ao seu próprio desenvolvimento. Esse risco foi evitado na formulação do Convênio sobre Auxílio ao Desenvolvimento do Nordeste, o único de escala nacional assinado no correr da minha administração.

Não seria possível deixar de concluir este prefácio com uma referência à obra de aproximação e entendimento entre os Estados Unidos e o Brasil, realizada pelo Presidente João Goulart em sua visita aos Estados Unidos, obra que se completou, em relação à América Latina, na visita feita ao México³².

Os povos se conheceram melhor, e se entenderam no plano da independência e do respeito mútuo, graças à palavra dos seus Chefes de Estado e as manifestações a que tais visitas deram ensejo.

Agradeço ao editor Ênio Silveira e ao professor Thiers Martins Moreira e ao Secretário de Embaixada Daria Castro Alves iniciativa que tiveram de publicar este livro, e o trabalho de organizá-lo.

Discutiram eles se devíamos incluir apenas discursos e pronunciamentos meus, ou também atos de nossa Chancelaria e discursos de outros eminentes homens públicos. Pedi-lhes que optassem por esta última alternativa, porque a política exterior posta em

³² V. todo o capítulo acerca da visita do Presidente da República aos Estados Unidos e ao México, pág. 224.

prática no Itamarati nada teve de pessoal, não foi obra de um homem, mas de um governo, e dos profissionais excepcionalmente competentes que cercaram o Ministro de Estado, e o assessoraram em todas as decisões.

Pedi-lhes que incluíssem no livro discursos do Presidente João Goulart, do Chanceler Afonso Arinos, e bem assim notas de Chancelaria e declarações de Embaixadores e Delegados, sempre que lhes parecessem esclarecedoras da política executada. Foi adotado o critério de não incluir senão documentos surgidos durante os meses de minha gestão no Itamarati. Por isso deixam de figurar alguns textos de especial significação para a política externa, que provêm do governo do Sr. Jânio Quadros e da primeira gestão do Sr. Afonso Arinos.

Estou certo de que a política exterior brasileira não sofreu, ao passar a ser chamada independente, nenhuma solução de continuidade, pois jamais a Chancelaria brasileira se inspirou em outro objetivo que não fosse a defesa da soberania e da independência do Brasil. O qualificativo apenas indica o alargamento voluntário de uma área de iniciativa própria, e, conseqüentemente, de responsabilidades.

Esse resultado foi atingido, e graças a ele pode o Brasil hoje levar uma contribuição crescente, dentro de suas forças e possibilidades, à construção de uma ordem internacional pacífica e justa.

Rio de Janeiro, agosto de 1962.

San Tiago Dantas

PROGRAMA DE GOVERNO

Política Internacional

POLÍTICA INTERNACIONAL ³³

A definição de um programa de política exterior no Governo Parlamentarista deve responder simultaneamente a uma preocupação de continuidade e a uma formulação de objetivos imediatos.

Não só neste, mas em qualquer outro regime, a continuidade é requisito indispensável a toda política exterior, pois se em relação aos problemas administrativos do país são menores os inconvenientes resultantes da rápida liquidação de uma experiência ou da mudança de um rumo adotado, em relação à política exterior é essencial que a projeção da conduta do Estado no seio da sociedade internacional revele um alto grau de estabilidade e assegure crédito aos compromissos assumidos.

A política exterior do Brasil tem respondido a essa necessidade de coerência no tempo. Embora os objetivos imediatos se transformem sob a ação da evolução histórica de que participamos, a conduta internacional do Brasil tem sido a de um Estado consciente dos próprios fins, graças à tradição administrativa de que se tornou depositária a Chancelaria Brasileira, tradição que nos tem valido um justo conceito nos círculos internacionais.

³³ Capítulo final do Programa de Governo apresentado à Câmara dos Deputados pelo Presidente do Conselho de Ministros, Dr. Tancredo Neves.

Posição de Independência

Deixando de lado a evolução anterior, podemos dizer que a posição internacional do nosso país, de i | iir depende a nossa orientação em face das questões concretas que se nos deparam, tem evoluído constantemente para uma atitude de independência em relação a blocos político-militares, que não pode ser confundida com outras atitudes comumente designadas como neutralismo ou terceira posição, e que não nos desvincula dos princípios democrático e cristão, nos quais foi moldada a nossa formação política.

Essa posição de independência permite que procuremos, diante de cada problema ou questão internacional, a linha de conduta mais consentânea com os objetivos a que visamos sem a prévia vinculação a blocos de nações ou compromisso de ação conjunta, ressalvados os compromissos regionais contidos na Carta da OEA e no Tratado do Rio de Janeiro, e também sem prevenção sistemática em relação a quaisquer outras, de formação política ou ideológica diferente.

Preservação da Paz e Desenvolvimento

Os objetivos que perseguimos, e em função dos quais tomamos nossas atitudes, são: em primeiro lugar, a preservação da paz mundial, hoje a finalidade suprema e comum da ação internacional de todos os povos, mas em relação à qual madrugou a nossa vocação política, inspirada desde os albores da nacionalidade pelas idéias pacifistas e pelo repúdio formal à guerra como meio de ação internacional; em segundo lugar, a promoção do desenvolvimento econômico, ou seja, da rápida eliminação da

desigualdade econômica entre os povos, objetivo que relacionamos não apenas ao dever primário de promoção de um nível mais elevado de bem-estar para a humanidade, mas também à preservação da ordem democrática e das instituições livres, pois não parece que a liberdade política possa subsistir, numa nação moderna, se não for complementada pela justiça social e pela igualdade econômica.

Na procura desses objetivos primordiais o Brasil será levado, graças à posição independente em que se colocou, a tomar atitudes e participar de iniciativas, que ora o aproximarão de determinados Estados, ora poderão alinhá-lo com Estados de orientação diferente. Em nenhum caso, essas atitudes resultarão de uma vinculação ou dependência em relação a Estados ou grupos de Estados, mas exclusivamente da procura do interesse nacional e do melhor meio de atingir aos objetivos visados.

Relações com Estados Americanos

Aos objetivos fundamentais devemos acrescentar aqueles que são como que um desdobramento deles na conjuntura social e política presentes. O Brasil tem mantido, desde os primeiros anos de sua vida independente, a mais íntima e cordial cooperação com todos os Estados Americanos e tem prestado o seu apoio e colaboração ao desenvolvimento da organização regional em que eles se integram: a Organização dos Estados Americanos. Essa posição constitui uma das constantes de nossa política exterior, e o novo Governo deseja permanecer fiel a essa tradição, procurando introduzir no sistema os aperfeiçoamentos que ele reclama para poder atingir um grau mais alto de eficiência. Assim é que o Pan-Americanismo corre o risco de perder o sentido progressista que o animou desde as primeiras conferências interamericanas, se

não se tornar um instrumento de luta pela emancipação econômica e social das nações deste hemisfério.

A primeira fase do Pan-Americanismo foi essencialmente jurídica e política. A que agora atravessamos há de ser predominantemente econômica e social, pois as nações americanas necessitaram estimular e institucionalizar a sua colaboração recíproca para vencer os problemas de estrutura de sua economia e os problemas de elevação do nível de vida e de cultura de suas populações, sem intervir, contudo, em questões de ordem interna das nações, nem impor limites à autodeterminação dos povos.

A cooperação internacional para o desenvolvimento econômico pode ser considerada uma criação da política exterior subsequente à Segunda Guerra Mundial. No tocante à América Latina, essa cooperação se caracterizou, em sua primeira fase, por uma notória timidez na apropriação de recursos destinados pelos países plenamente desenvolvidos, sobretudo pelos Estados Unidos, às áreas subdesenvolvidas do hemisfério. Prevalcia, nessa fase, a idéia de que os países latino-americanos não dispunham de maturidade técnica, de capacidade gerencial e de formação de capitais internos em escala suficiente para absorver auxílio econômico de maior porte, e as atenções se concentravam nos problemas de assistência técnica e em pequenos empréstimos bancários, com marcada propensão para o auxílio à iniciativa privada. Dessa fase, passamos a outra, que se caracterizou pela procura de auxílio econômico de maior magnitude, através de negociações bilaterais junto ao sistema bancário e aos agentes financeiros internacionais. Foi a fase em que, no nosso país, se desenvolveu o trabalho da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-1953) e se concretizaram os financiamentos obtidos através do BNDE.

Uma terceira fase foi marcada pela substituição das reivindicações bilaterais pelas multilaterais, animadas pela idéia de que as nações latino-americanas, em vez de procurarem solução isolada para os seus problemas internos de estrutura, deviam promover uma ação conjugada que permitisse o atendimento dos problemas da área. Foi a fase da Operação Pan-Americana. Com essa iniciativa do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, pretendeu-se substituir o bilateralismo pelo multilateralismo, ficando, porém, os objetivos circunscritos ao financiamento de projetos de natureza essencialmente econômica, através de agências financeiras especializadas.

Finalmente, uma quarta etapa, materializada na "Aliança para o Progresso" e na Carta de Punta del Este, não favorece apenas o financiamento de projetos de caráter técnico e econômico, mas de programas sociais, transferindo para os países subdesenvolvidos recursos formados nos desenvolvidos e acelerando desse modo o processo geral de expansão econômica e de desenvolvimento social.

Os programas de cooperação internacional de que participe o nosso país devem corresponder aos princípios sociais e políticos que orientam o Governo. Entende este que o desenvolvimento econômico não pode ser encarado apenas em termos de elevação da renda global, mas que é indispensável complementar essa elevação mediante reformas de ordem social, que conduzam a melhor distribuição de riquezas. Daí a articulação estreita entre o social e o econômico na política de desenvolvimento. Se a estrutura social não for modificada para que o povo retenha os benefícios do enriquecimento, os efeitos deste podem ser negativos para várias gerações que verão os benefícios se acumularem em setores limitados da sociedade.

A política de cooperação do novo Governo terá, por conseguinte, em vista não apenas projetos de caráter técnico e econômico mas programas de caráter econômico e social.

Nas relações com os demais Estados Americanos, o Governo se manterá fiel à tradição da política brasileira contrária aos blocos, às discriminações e às preferências, e adotará uma política aberta simultaneamente ao entendimento e à cooperação com todos os países deste hemisfério, numa base de absoluta igualdade. Merecerá sua particular atenção o aprimoramento de nossas relações com a República Argentina, em relação à qual nos anima o sentimento de colaboração, de apoio e de afeto, capaz de conduzir-nos, no interesse de todas as demais nações deste hemisfério, a uma constante integração de ordem econômica e cultural. Igual sentimento e preocupação nos prendem ao México, ao Uruguai, ao Chile, ao Peru, à Colômbia, ao Equador, à Venezuela, à Bolívia, ao Paraguai e aos países da América Central e das Antilhas.

Com relação a Cuba, o Governo brasileiro manterá uma atitude de defesa intransigente do princípio de não intervenção, por considerar indevida a ingerência de qualquer outro Estado, seja sob que pretexto for, nos seus negócios internos. Fiel aos princípios democráticos que se encontram inscritos na Carta de Bogotá. e que constituem base essencial do sistema interamericano, o Brasil deseja ver o governo revolucionário cubano evoluir, dentro do mais breve prazo, para a plenitude da vida democrática, inclusive no que diz respeito ao processamento de eleições livres e à efetividade de garantias para os direitos individuais. Essa evolução depende, entretanto, de forma exclusiva, da autodeterminação do povo cubano, e não poderá ser substituída, nem acelerada, por qualquer forma de pressão ou de ingerência vinda do exterior.

Acresce que o Brasil não pode esquecer as causas profundas da revolução cubana e os desajustamentos sociais e políticos de que ela dá testemunho. A instabilidade das instituições democráticas no hemisfério, a intermitência com que se reapresentam regimes ditatoriais, tem sua origem no subdesenvolvimento econômico, nas desigualdades sociais e no interesse egoístico de um certo tipo de empresas de âmbito internacional, que perturbam o funcionamento normal dos regimes e, muitas vezes, alimentam as sedições. Se quisermos acautelar a democracia americana dos riscos políticos que a ameaçam, nossas atenções terão de concentrar-se em medidas de promoção do desenvolvimento e da emancipação econômica e social, únicas capazes de fortalecer a estrutura política desses países. O Governo deposita confiança no estabelecimento de uma Zona Livre de Comércio na América Latina, nos termos do Tratado de Montevideu e sob a orientação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) . A integração econômica dos países deste hemisfério é indispensável para criar, em benefício de suas indústrias, uma estrutura mais forte de mercado e para permitir que melhorem, em benefício de suas populações, as condições gerais de produtividade. O Governo pretende complementar os atos relativos à Zona de Livre Comércio com medidas que resguardem, nos quadros do novo regime, a autoridade do Legislativo, e ajustar com os demais países participantes medidas de defesa das economias nacionais, em face de empresas concorrentes que possam representar qualquer ameaça ao processo de industrialização nele desenvolvido.

Colonialismo

De algum tempo para cá, vem-se afirmando a posição de crescente solidariedade do Brasil com os povos que aspiram à independência econômica e política. Essa posição se funda em duas ordens de argumentos: em primeiro lugar, na solidariedade moral que nos une ao destino de povos oprimidos pelo jugo colonial e impossibilitados de auferirem a justa retribuição do esforço econômico nacional, pela sujeição aos interesses, nem sempre coincidentes, das metrópoles; em segundo lugar, sendo os povos coloniais produtores de matérias-primas que também exploramos, torna-se essencial eliminar as condições de prestação de trabalho e de operação econômica, que os colocam em posição artificial de concorrência no mercado internacional

A esses argumentos cumpre acrescentar que a eliminação do colonialismo se tornou indispensável à preservação da paz, o que tem solidarizado a quase totalidade dos Estados independentes com os povos que lutam pela própria emancipação.

Tornou-se, assim, um dever dos Estados que administram territórios não autônomos prepará-los para a independência, como se comprometeram a fazer ao assinarem a Carta das Nações Unidas, evitando retardamentos que desfavorecem as populações ainda submetidas à tutela e, de outro lado, evitando lançar no convívio internacional entidades ainda despreparadas para as responsabilidades inerentes à vida independente.

O cumprimento dessa tarefa deve inspirar-se na convicção de que nenhum povo logra atingir a plenitude do amadurecimento cultural e do desenvolvimento cultural e do desenvolvimento econômico antes de obter sua independência política, o que exige que esta seja promovida pelos Estados responsáveis, sem delongas desnecessárias e dentro do espírito que inspirou as deliberações de São Francisco.

Nações Unidas

O Brasil tem mantido, no seio das Nações Unidas, uma linha de constante defesa dos povos subdesenvolvidos e alargado a área de sua própria responsabilidade política, tomando decisões próprias sobre problemas que dizem respeito à causa da paz e da segurança mundial.

O Governo manterá a posição de independência em relação aos diversos blocos em que se dividem os Estados-Membros e votará em cada caso tendo em vista os objetivos permanentes de nossa política internacional e a defesa dos interesses do Brasil.

No tocante aos temas que se transformaram em focos de tensão internacional, nossa intervenção jamais será orientada pelo propósito de reforçar posições, mas pelo desejo sincero de contribuir para a conciliação e o superamento de antagonismos. Assim, em face do problema alemão, nossa atuação favorecerá todas aquelas medidas que visem a criar um ambiente profícuo à negociação e ao mútuo ajustamento entre os Estados diretamente responsáveis, e que tendam a encontrar soluções de equilíbrio, suscetíveis de aceitação pelas partes interessadas.

Em relação ao caso da China e a organização estrutural do Secretariado, haveremos de apoiar aquilo que melhor traduzir a realidade da vida internacional contemporânea, graças à convicção, em que se encontra o Governo, de que qualquer artifício sustentado pela força ou pela inércia não poderá contribuir duradouramente para a manutenção da paz.

A política multilateral do desarmamento contará com o nosso decidido apoio e com a nossa ativa colaboração. Pleitearemos a suspensão imediata das experiências

realizadas com armas termonucleares, defenderemos a limitação e a inspeção na produção de armas de destruição indiscriminada, e favoreceremos todas as medidas de desarmamento gradual que preencham o requisito da exequibilidade.

Países Socialistas

Poderosas razões militam em favor da normalização das relações comerciais e diplomáticas entre o Brasil e todos os Estados, inclusive os que constituem o chamado Bloco Socialista.

Em primeiro lugar, não podemos esquecer que as perspectivas de desenvolvimento econômico de nosso país nos próximos anos vão exigir um aumento considerável do volume de nossas importações, e que para isso precisaremos desenvolver paralelamente as exportações, o que nos obriga a procurar, com agressividade, colocação para os nossos produtos em todos os mercados estrangeiros. Qualquer limitação ou abdicação, nesse particular, seria insustentável, e redundaria, mais cedo ou mais tarde, em prejuízo do processo de nossa emancipação econômica.

Em segundo lugar, nossa posição no concerto das nações, especialmente entre os Estados-Membros da Organização das Nações Unidas, não tolera as limitações e obstáculos à nossa ação internacional, que decorre da falta de relações normais com outros Estados-Membros da mesma Organização. Essa normalização não tem qualquer significação ideológica, nem implica em simpatia, ou mesmo em tolerância, em relação a regimes que se inspiram em princípios diversos dos que informam o sistema democrático representativo, que praticamos. Do mesmo modo, estão ao nosso alcance medidas de ordem interna perfeitamente eficazes para impedir que, à sombra de

relações comerciais ou diplomáticas mantidas com esses Estados, se favoreçam movimentos de infiltração ou de propaganda política, contrários à índole de nosso regime e às características de nossa civilização.

Países Ocidentais

As bases em que tradicionalmente assenta a nossa política, em relação aos Estados Unidos da América e às demais potências ocidentais, não sofrerão alterações, resguardada a linha de absoluta independência, pela qual se pautarão as decisões do Governo no terreno da política bilateral ou multilateral.

O Governo brasileiro aprecia o esforço que vem sendo realizado pelo Governo dos Estados Unidos para dar expressão e resultado prático à política de cooperação econômica internacional, notadamente em sua mais recente formulação, à "Aliança para o Progresso", que representa, como ficou dito acima, uma etapa mais evoluída do Pan-Americanismo.

É indispensável, entretanto, que o mecanismo, através do qual se efetivem as medidas de cooperação, tenha a simplicidade e a celeridade necessárias a um atendimento oportuno, e que não interferirão na política de cooperação econômica os interesses de organizações privadas, colidentes com os dos países subdesenvolvidos, e cuja influência pode desnaturar os propósitos enunciados, pelo Governo norte-americano, frustrando, desse modo, os próprios objetivos da ação internacional dos Estados Unidos.

Os países da Europa Ocidental, que já tem participado, através de acordos e de créditos especiais, do sistema de cooperação econômica com o hemisfério, representarão

por certo um papel de crescente importância em nossas relações comerciais. O Governo tem intenção de expandir essas relações e bem assim as de natureza cultural e política, nelas abrangendo a totalidade dos Estados europeus.

Reestruturação Administrativa do Serviço Exterior

Para atender à crescente complexidade de uma ação diplomática que se desenvolve nas relações entre Estados e organismos e conferências internacionais, o Ministério das Relações Exteriores reclamava, de longa data, uma reestruturação de serviços.

Foi ela possibilitada pela Lei n.º 3.917, de 15 de julho de 1961, que deu nova organização à Secretaria de Estado, aos quadros de pessoal e ao regime de promoções. Essa lei, de grande flexibilidade, rende ensejo a que o Governo possa baixar os regulamentos necessários para fazer do Itamarati o órgão de comando ajustado às necessidades da diplomacia brasileira.

Essa reorganização constituirá uma das primeiras e mais importantes tarefas do Governo.

Também se ocupará este de disciplinar, através de um plano adequado, a transferência para Brasília do Ministério das Relações Exteriores e do Corpo Diplomático acreditado junto ao Governo brasileiro, de modo a ultimá-la em prazo determinado, reduzindo ao mínimo as dificuldades com que hoje se deparam, quer a Secretaria de Estado, quer as Chefias de Missões.

Theotônio dos Santos

O MODELO ECONÔMICO DA DITADURA MILITAR

Reflexões críticas sobre o modelo econômico da ditadura militar

I - Introdução

O caráter paradigmático do caso brasileiro

Depois da Primeira Guerra Mundial, fechou-se definitivamente o espaço para o surgimento de novas potências capitalistas imperialistas. Estados Unidos e Japão foram os grandes beneficiários dessa guerra e fecharam o ciclo de expansão capitalista internacional através de novos centros nacionais independentes. A Alemanha foi contida em suas ambições expansionistas até a 2ª Guerra Mundial, quando se deu sua derrota militar definitiva, após a sua tentativa de impor sua hegemonia sobre o planeta. O aparecimento da União Soviética como uma formação sócio-econômica nova depois da 1ª Guerra inaugurou uma etapa superior das relações econômicas e políticas internacionais.

O México foi berço de uma cultura democrática revolucionária de massas no Mundo subdesenvolvido durante as primeiras décadas do século.

A ideologia libertária e liberal do México irredento de 1910-17 avançou através das revoluções latino-americanas das décadas de 1920 e de 1930 e se cristalizou em movimentos ideológicos como o aprismo peruano ou em movimentos militares como o tenentismo brasileiro. Em seguida, este sentimento democrático canalizou-se para a grande frente de massas que apoiou a Cárdenas em 1936-40 ou para a equilibrada Frente Popular Chilena do mesmo período. Esse impulso reformista desaguou por fim no nacionalismo de massas, porém autoritário, de Perón na Argentina e no nacionalismo-democrático, também limitado, de um Vargas no Brasil. Depois da Segunda Guerra, a revolução Chinesa abriu o caminho para o socialismo no Terceiro Mundo, enquanto as vicissitudes

das revoluções africanas e asiáticas, o fracasso histórico da revolução boliviana (1952) e Guatemalteca (1954), as quedas de Perón, Vargas e Mossadegh prenunciavam a necessidade de buscar um caminho socialista para salvar as revoluções e governos democráticos e populares. Foi assim que as revoluções Argelina e Cubana seguiram o destino de uma transição ao socialismo para poderem sobreviver.

Qualquer análise da evolução sócio-econômica do Terceiro Mundo, ao qual pertencemos, queiramos ou não, tem que tomar em consideração essas determinações internacionais. Formou-se, nas décadas de 50 a 70, uma massa compacta de reivindicações dos países subjugados ao domínio imperialista que os afastou progressivamente do campo capitalista.

Ficou claro que os grandes processos de libertação nacional e colonial se integravam cada vez mais ou numa nova economia de transição ao socialismo (China, Iugoslávia, Europa Oriental, Coreia, Vietnã, Cuba, Argélia, África Portuguesa etc) ou se ajustavam ao desenvolvimento capitalista dependente, integrando-se, de maneira subordinada, numa nova divisão internacional do trabalho sob o controle das corporações multinacionais em emergência e sob a hegemonia estratégica da economia norte-americana.

Cancelava-se assim a possibilidade histórica do surgimento de uma nova potência capitalista que se desenvolvesse nos moldes clássicos de um capitalismo nacional e autônomo. Inaugurou-se um novo estilo de desenvolvimento industrial capitalista, subordinado e dependente.

As chamas da revolução socialista pareciam ameaçar todo o Terceiro Mundo. As políticas de contra-insurreição, de um lado, e de reformas pela Aliança para o Progresso, de outro, visavam a restabelecer a capacidade ofensiva e estratégica do mundo capitalista e a hegemonia norte-americana.

Foi neste contexto que se articulou a doutrina de segurança nacional segundo a qual os militares e outras elites políticas e sociais representavam a força "modernizadora" por excelência do mundo

subdesenvolvido.³⁴ Aliadas ao poder "civilizador" da ciência e da tecnologia, embutidos na penetração massiva do capital internacional e na capacidade gerencial e organizativa das corporações multinacionais essas elites assegurariam um desenvolvimento econômico e cultural pela via autoritária.³⁵

Desenvolvimento econômico e segurança nacional, modernização cultural e reorientação dos Estados nacionais passavam a ser as tarefas dessas elites comandadas pela alta oficialidade.

Foram essas determinações internacionais que se concentraram e se aliaram às burguesias locais no Brasil em 1964, na Indonésia em 1965, na Argentina em 1966 e deram origem e um novo ciclo de golpes militares com pretensões modernizadoras que ensangüentaram milhares de lares no Terceiro Mundo.

Hoje, estamos diante do fim desse ciclo, na medida em que suas contradições internas obrigaram o capitalismo internacional a recuar dessas pretensões autoritárias pela via militar. Em toda América Latina os interesses norte-americanos se desvinculam das ditaduras militares. Na Ásia, a Indonésia, a Coreia do Sul e as Filipinas vêm sofrendo pressões liberalizadoras com apoio norte-americano. Abriu-se um novo ciclo de neoliberalismo, conservador e neocolonialista. A dependência assume novas e surpreendentes formas.

No Brasil, depois de anos de luta por uma alternativa industrial autônoma - que pretendia repetir o caminho de desenvolvimento das principais potências capitalistas - a classe dominante e seus intelectuais começaram a aceitar, nos anos 60, os limites históricos da proposta nacional e democrática que inspirara a Revolução de 30, os últimos anos do Estado Novo (1943 - 45), o segundo

³⁴ Esta tese se corporificou no livro de John j. Johnson, **The Military and Society in Latin America**, Stanford University Press, 1964.

³⁵ Há algumas antologias que acompanham o desdobramento do pensamento autoritário. Na sua vertente geopolítica: António Cavalla Rojas, **Geopolítica y Seguridad Nacional em América**, UNAM, México 1978. Na sua vertente ideológica: **Autoritarismo y Alternativas Populares em América Latina**, PLACSO, San José, 1982, Na sua vertente política: VILA, América Latina: **Proyectos de Recambio y Fuerzas internacionales e los 80**, Edicoal, México. 1980.

governo Vargas (1950 - 54), uma ala do governo Kubitscheck (1955 - 60) e o governo João Goulart (1961-64).

Esta aceitação já se iniciara no governo Kubitscheck, quando se implantou a doutrina desenvolvimentalista que criticava o "nacionalismo sectário". Segundo essa doutrina, o objetivo do nacionalismo era o desenvolvimento e somente à luz desse deveria ser julgado o que era bom ou mal para o país.

Essa postura ideológica buscava ajustar-se aos novos tempos, em que as corporações multinacionais saltavam as barreiras protecionistas para vir instalar suas indústrias no Terceiro Mundo. Elas conquistavam assim o coração do desenvolvimento econômico desses países e assumiam o controle de seu aparelho econômico. Instalava-se em conseqüência uma nova etapa de dependência econômica caracterizada pelo desenvolvimento capitalista dependente e subordinado, que chamamos na década de 60 de "o novo caráter da dependência"³⁶.

Entre os países que possuíam uma base material para essa nova fase de desenvolvimento, o Brasil (ao lado do México, da Índia, da Argentina, da Venezuela, da Colômbia, da Turquia, do Ira e da Indonésia) ocupava um papel privilegiado. Com vastas regiões por conquistar, com a população jovem e culturalmente integrada ao mundo científico-tecnológico e aos valores ocidentais, que foram o berço do capitalismo, tudo indicava que apareceria, até o fim do século, como uma nova potência. Era pois natural que a jovem burguesia brasileira e sua intelectualidade aspirassem a esse papel.

Ademais, tratava-se de uma potência emergente, onde as forças populares eram ainda jovens e inexperientes, e onde um regime oligárquico garantira durante quase 150 anos, desde a declaração

³⁶ Veja-se meu artigo sobre *A Ideologia Fascista no Brasil*. Revista *Civilização Brasileira* n° 3, Rio de Janeiro, julho de 1965; logo desenvolvido nos livros sobre **Socialismo ou Fascismo: Dilema de América Latina**, PLA. Santiago, 1968 e **El Nuevo Caracter de La dependência**, CEST 1968, revistos e unificados em 1971 em um se livro sob o título de **Socialismo y Fascismo: El Dilema Latinoamericano y el Nuevo Carácter de Ia Dependência**, editado por PLA. Santiago, 1971, JAKA BOOK, Milão, 1972; Periferia, Buenos Aires, 1972 e Edicol, México, 1978. Esta última edição incorporou novos artigos e capítulos escritos sobre 1972 e 1978 à luz de rica experiência do período. Eu retomei estes temas num nível de análise mais complexo no meu livro sobre **Democracia e Socialismo no Capitalismo Dependente**, Vozes, Petrópolis, 1991.

da independência em 1822, a hegemonia das classes dominantes. Esta potência era conduzida contudo por uma burguesia débil, recém instalada no poder, através da Revolução de 1930, e que se encontrava atemorizada pelo fortalecimento do movimento popular que ela conseguira hegemonizar até 1961. A partir desta data, um enorme auge de manifestações populares passou a questionar, contudo, a estabilidade de sua dominação de classe.

Tudo indicava que o Brasil seria o terreno ideal para um novo estilo de desenvolvimento capitalista dependente e subordinado ao capital multinacional em ascensão. O golpe de Estado de 1964 abriu caminho para a aplicação aberta e ostensiva dessa experiência.

Nos anos seguintes, sobretudo no fim da década de 1960, o aparente êxito do Brasil levou a estender este modelo de desenvolvimento e seu corolário político-militar ao resto do mundo subdesenvolvido (e não faltaram até os que pretenderam estendê-lo à Europa!).

Contudo, desde 1974 - 75, esse modelo vem ruindo-se escandalosamente e batendo em retirada. Um neoconservadorismo liberal buscou substituir a versão militarista, cujo fracasso procurou-se atribuir aos técnicos e burocratas civis e militares e não aos interesses monopolistas e multinacionais. Esse novo modelo busca consolidar um capitalismo monopolista de Estado nas potências médias, cuja tarefa principal seria integrá-las numa fase superior da divisão internacional do trabalho, iniciada na década de 1950, através da expansão maciça dos investimentos diretos das corporações multinacionais nos setores industriais e de serviço do Terceiro Mundo. Nessa nova etapa, esses países vêm sendo usados como exportadores de produtos manufaturados que representam setores tecnológicos em fase de obsolescência, como a siderurgia, a indústria de máquinas ferramentas não automatizada, boa parte da produção de bens duráveis, da indústria naval etc.

Num certo momento pretendeu-se colocar o Brasil na vanguarda dessa nova fase do capitalismo internacional. Ensaiou-se um novo medeio neoliberal na economia e na gestão do Estado a ser obtido através de um processo de abertura política, com um reagrupamento das forças políticas,

sobretudo das classes dominantes e novos processos culturais e institucionais. Dessa forma, o Brasil voltava a ter um caráter paradigmático. Para compreender as possibilidades e os limites de uma nova fase de expansão capitalista mundial, buscou-se desesperadamente superar a crise econômica de longo prazo e estrutural que se abriu em 1967. Em conseqüência, fez-se necessário estudar e compreender a proposta global das elites internacionais e nacionais para as tendências das políticas de ajuste, sua viabilidade e seu fracasso mal disfarçado e seu impacto no futuro desenvolvimento econômico, social e político do Brasil.

Na década de 90 vem se montando um terrível e monstruoso embuste histórico. A situação da crise deste modelo pretendeu ser resolvida através do seu aprofundamento durante o governo Collor. Por sinal um filho dileto das forças que instituíram a ditadura de 64, com o qual colaborou consistentemente. Para fazê-lo, vem se reinventando a história econômica do país, apresentada como fruto do intervencionismo estatal, da recusa da abertura econômica para o exterior e da política da substituição de importações apresentada como um protecionismo a outrance. O desconhecimento da história econômica do País fez-se tão profundo que grande parte dos profissionais jovens foi induzida a crer nessas invenções desavergonhadas.

II -O "modelo" econômico de 1964 e suas limitações

A vitória política alcançada pelo grande capital internacional e nacional, através do golpe de Estado de 1964, permitiu a repressão e neutralização das forças opostas ao seu programa econômico.

Dessa forma, pôde impor-se sem maiores restrições um "modelo" puro de desenvolvimento econômico capitalista dependente. É importante assinalar a relação direta entre o político e o econômico. Em outros países, onde não se produziram golpes de Estado sob a hegemonia do grande capital, as leis de desenvolvimento capitalista internacional obrigaram a seguir caminhos semelhantes, mas as medidas concretas foram executadas por governos que matizavam e

restringiam o alcance final dessas medidas, devido à resistência política das forças sociais por elas prejudicadas.

A importância da experiência brasileira advém em grande medida da relativa pureza da aplicação do programa econômico do grande capital. E dizemos "relativa" porque o golpe de Estado de 1964 não pôde expurgar totalmente do Estado outros interesses que não fossem os do grande capital.

Entre eles é necessário destacar primeiramente as vastas sobrevivências da propriedade latifundiária rural e seus desdobramentos através da especulação imobiliária urbana, tipicamente parasitária. A solução encontrada pelo grande capital quanto à limitação do poder destes setores foi a instituição do estatuto de terra e do cadastramento rural, com o objetivo de obrigar os proprietários de terras ociosas a colocarem-nas a trabalhar, estimulando ao mesmo tempo o desenvolvimento do capitalismo no campo com medidas complementarias de caráter financeiro, assistencial e de criação de infra-estrutura viária, energética etc. Dessa forma, estabeleceu-se uma fusão crescente entre o grande capital internacional e nacional e a grande propriedade territorial rural, dando origem inclusive a amplos investimentos em propriedades de terra por parte das multinacionais que operam no setor agroindustrial, financeiro e até industrial.

No setor urbano, expandiu-se amplamente - através de enormes créditos, gerados pelo sistema nacional de habitação - os investimentos em infra-estrutura que permitiram a implantação de um vasto programa de construções. Dinamizou-se, em conseqüência, a especulação urbana, vinculando-a cada vez mais ao desenvolvimento do capitalismo e à urbanização.

Nenhuma dessas soluções teve um caráter progressista capaz de promover o avanço econômico e cultural das grandes massas.

A penetração do capitalismo no campo destruiu maciçamente relações patriarcais e semi-servis como a parceria, o cambão etc... Mas estas relações arcaicas e pré-capitalistas foram

substituídas pela formação de massas de assalariados temporários conhecidos como "bóias-frias", cujas condições de vida se situam no nível da miséria mais aguda. Em 1972, por exemplo, o Incra encontrava 6,8 milhões de assalariados temporários e somente 977.000 assalariados permanentes na população ocupada na agricultura. Muitos desses trabalhadores assalariados temporários eram também parte dos 5,3 milhões de pequenos proprietários e seus dependentes que trabalhavam. E ambos formavam a maior parte da população ocupada na agricultura, de 18,8 milhões de pessoas.

Nos grandes centros urbanos, acumularam-se as populações marginalizadas em favelas e construções irregulares, massas compactas com serviços mínimos, ao lado dos luxuosos conjuntos urbanos criados pela especulação imobiliária e pelo apoio financeiro estatal.

O segundo setor com o qual o capital internacional teve que se enfrentar dentro do Estado foi uma vasta camada do que poderíamos chamar de uma burguesia compradora ou intermediária, que vive de mediação entre o Estado e os setores privados, recebendo comissões e remunerações especiais. Com a modernização neocapitalista do Estado, cresceu o peso dos tecnocratas na formulação de políticas e nas decisões quanto ao uso das verbas e financiamentos estatais.

Formou-se como consequência um amálgama de interesses entre a burguesia compradora, os tecnocratas, os diretores de empresas estatais e os responsáveis pela política econômica. Como veremos adiante, isto gerou um debate amplo sobre o significado econômico-social e sobre a natureza dessa nova camada social cujos interesses se vinculam de alguma forma ao crescimento do aparelho estatal. Algumas vezes destacou-se seu conteúdo modernizante, confundindo-o com a discutível "tecnoestrutura" identificada por Galbraith no capitalismo avançado. Outras vezes, colocou-se a ênfase no seu vínculo com o Estado, confundindo-as com uma "burguesia

de Estado" que, de maneira também discutível, foi identificada por Charles Betelheim. nos países socialistas ou sob hegemonia do capitalismo de Estado.³⁷

É preciso destacar, contudo, que essa nova burguesia de tipo compradora ou intermediária cumpre um papel limitante da plena instauração de política econômica do grande capital. Para conceder a este grupo, a política econômica teve que aumentar, de muitas vezes, o investimento estatal, e teve que desenvolver projetos econômicos que não se enquadravam necessariamente nos seus objetivos estratégicos.

Pode-se dizer mesmo que, à sombra desse grupo, sobreviveu e até ampliou-se uma indústria de base nacional em setores como a construção civil e a indústria de máquinas e ferramentas que formaram um contrapeso importante à política do grande capital internacional. Na medida em que têm um poder de acumulação própria de capital, estas forças burguesas passaram a representar um papel importante na classe dominante brasileira.

Para atender às suas exigências, o regime teve que realizar planos de desenvolvimento mais substanciais e orgânicos, embora às vezes superdimensionados e inexecutáveis. Não há dúvida de que o capitalismo brasileiro não pôde ajustar-se totalmente à nova divisão internacional do trabalho e converter-se numa espécie de Coreia do Sul ou Taiwan em grande parte pela ação dessas forças que se sustentam devido à extensão do mercado interno brasileiro, embora este se limite ao pequeno setor da população com um real poder de compra.

³⁷ Um balanço crítico dessas teorias encontra-se em parte no artigo de Vânia Bambirra: *O Estado no Brasil de João Goulart a João Figueiredo* publicado em Terra Firma, n° 1, Rio de Janeiro. 1985 (Editora Cadernos do Terceiro Mundo).

Estas limitações ao pleno exercício do modelo econômico do grande capital levou a uma realidade, em muitos aspectos, distinta da análise teórica sobre as características "puras" deste modelo que já desenvolvemos em vários trabalhos.

Segundo esta análise, este "modelo" se caracteriza por três aspectos essenciais, interdependentes e complementários entre si:

- a dependência econômica para com o sistema capitalista internacional e particularmente seu centro hegemônico, que são os Estados Unidos;
- a concentração e a centralização da produção e da renda;
- a marginalização e exclusão de vastas camadas sociais, sobretudo as de menor renda da produção e distribuição da riqueza.

Todas essas tendências se realizaram, mas elas se encontram mescladas na realidade com a ação de outras forças sociais, como já assinalamos. A evolução econômica, social e política do Brasil de hoje é um resultado da ação e reação dessas forças. Mas é evidente que a renda da terra e a especulação financeira se converteram nos limites fundamentais à evolução do capitalismo no Brasil. Em conseqüência, a reforma agrária e o controle do sistema financeiro se converteram nos pontos nevrálgicos do futuro econômico nacional.

E pouca gente está percebendo esse impasse profundo como determinante da evolução recente do país.

A já difícil resolução dessas duas questões deixaria ainda em aberto outros efeitos do modelo: a) a dívida externa e a descapitalização do país através da remessa de lucros, juros, royalties etc. para o exterior, que levou à crise da dívida externa de 80, hoje relativamente superada devido à queda da taxa de juros mundial e devido a medidas políticas de renegociação da dívida; b) a concentração de renda e seus efeitos depressivos

no mercado interno; c) o fenômeno da pobreza e da marginalização social como limite ao desenvolvimento dos recursos humanos.

/// - A dependência tecnológica, o capital estrangeiro e as contradições do modelo de desenvolvimento

a) Expropriação e Exploração

Em várias oportunidades destacamos a importância histórico-teórica da "situação" de dependência (dentro da qual evoluíram historicamente os países latino-americanos) para a compreensão e explicação de suas estruturas econômicas e sociais.

A expansão do capitalismo como mercado mundial e agente colonizador e o surgimento das potências imperialistas no final do século XIX tiveram como contrapartida a formação de sociedades e economias que, sendo objeto de tal expansão, ocupavam um lugar subordinado e desempenhavam um papel dependente neste processo internacional.

Para as potências em expansão, o comércio mundial era uma fonte de recursos que se expropriaram de outros povos, seja através da pilhagem, seja através dos tributos coloniais ou, posteriormente, através do intercâmbio desigual. Para as regiões que foram objeto dessa expansão, ela representou a destruição de seus recursos naturais e humanos, a expropriação do resultado de seu trabalho, as dificuldades de acumulação de capital, as relações comerciais desvantajosas.

Esses aspectos estão diretamente ligados ao fenômeno da expropriação de riqueza e não da exploração. A exploração do homem dá-se no processo de produção da riqueza. Logo, ela supõe um intercâmbio entre exploradores e explorados em torno de uma atividade criadora de bens. A expropriação, por outro lado, dá-se no processo de distribuição e circulação da riqueza produzida. Daí que os mecanismos de expropriação estejam ligados ao intercâmbio dos bens ou à simples pilhagem direta dos mesmos.

As formas de expropriação direta foram, como assinalamos, a pilhagem de bens ou de escravos, exercida pelos conquistadores como simples resultado de força. Tal sistema não poderia institucionalizar-se e durar indefinidamente, pois baseava-se na acumulação de riqueza realizada anteriormente pelas comunidades e impérios pré-colombinos ou das sociedades africanas. Era necessário organizar a produção de forma permanente, de maneira a explorar diretamente o resultado do trabalho do indígena e posteriormente do africano. Esta exploração gerava uma riqueza nas colônias.

Como transferi-la para a metrópole?

Uma forma direta de expropriação dessa nova riqueza era o tributo: o pagamento puro e simples de uma parte do produto às cortes. Esta forma desapareceu com o fim da situação colonial.

Outra forma de expropriação colonial mais sofisticada era, e ainda é, consequência da posse e domínio das propriedades nas colônias pelos estrangeiros. Esta gera a propriedade das riquezas criadas nas colônias e a sua transferência pura e simples para a metrópole sob a forma de remessas de lucros, pagamentos de juros e outros serviços.

Durante a independência e as revoltas liberais, as oligarquias latino-americanas conseguiram transferir para seu domínio grande parte das riquezas locais em terras e minas. Sobretudo as que estavam em mãos da coroa ou da nobreza ou do clero metropolitano, derrotados nas guerras pela independência.

Posteriormente à independência, o regime de investimentos estrangeiros indiretos e diretos substituiu os mecanismos anteriores da expropriação de riqueza das ex-colônias. Os empréstimos internacionais e os investimentos em carteira adquiriam títulos de propriedades e direito à cobrança de juros, lucros e dividendos sobre a produção desses países, que escapavam da situação colonial para cair numa nova situação de dependência diante do imperialismo inglês em expansão.

Os investimentos diretos, que se acentuaram a partir do fim do século XIX e ganharam seu auge depois da II Guerra Mundial, através das corporações multinacionais, representam uma forma superior dos mecanismos de expropriação. Ao contrário dos investimentos indiretos que entregavam a organização da produção e da exploração da mão-de-obra aos proprietários ou gerentes locais, o investimento direto desloca para o país dependente a relação de propriedade e o domínio dos fatores da produção. Estes investimentos diretos foram a matriz das corporações multinacionais, que hoje dominam as economias capitalistas em todo o mundo. Nas economias dependentes, os lucros obtidos com o investimento direto não são reinvestidos localmente. A maior parte deles regressa às regiões metropolitanas, tal como acontecia com os estabelecimentos coloniais. Uma parte da riqueza gerada pelos trabalhadores locais se converte em fonte de acumulação dos países centrais. A exploração do trabalhador e a expropriação das riquezas nacionais se articulam num mesmo sistema de relações econômico-sociais. A riqueza das corporações multinacionais cresce no interior com os novos investimentos ou reinvestimentos realizados às custas dos lucros e financiamentos locais. Aumentam, em consequência o volume dos lucros a serem remetidos para o exterior.

O modelo econômico desenvolvido pelo regime autoritário, imposto em 1964, tinha por objetivo preservar e aprofundar esse sistema de relações. Ele esteve ameaçado em parte, em 1954, durante o governo nacionalista de Vargas. A resposta foi uma vasta conspiração golpista que o levou ao suicídio. Outra vez, entre 1961 - 64, o movimento popular ameaçou os interesses das empresas multinacionais. O Presidente João Goulart regulamentou a lei que impedia a remessa de lucros excessivos ao exterior e ameaçou restringir drasticamente as operações espoliativas do capital internacional no país. A burguesia brasileira, com o apoio da grande maioria da Nação, esperava que a manutenção desses recursos expropriados dentro do país permitisse uma maior taxa de

investimento e o crescimento econômico mais estável e, no princípio, apoiava estes objetivos políticos.

Contudo, ao constatar a necessidade de apoiar-se em forças sociais mais amplas e ideologicamente mais avançadas, para poder enfrentar a pressão imperialista, a burguesia brasileira preferiu aliar-se aos capitalistas internacionais e grande parte dela apoiou o golpe de 1964 e o regime de exceção dele decorrente. Esta capitulação explica a longevidade desse regime e a facilidade com que se encerrou. O mesmo consenso que houve nas classes dominantes para instalá-lo, estabeleceu-se no últimos anos para enterrá-lo.

b) Papel do Capital Estrangeiro

O sistema de exploração e expropriação das riquezas dos países dependentes e subordinados, que vimos descrevendo, só pôde instalar-se e impor-se historicamente na medida em que servia a interesses sociais concretos, tanto nos países dominantes como nos países dependentes.

Este raciocínio tem duas implicações necessárias:

a) existe uma razão material concreta que explica a dominação e a dependência e o processo expropriativo que descrevemos no item anterior;

b) existem interesses concretos nos países ou regiões subjugados que se beneficiam da situação de dependência e trabalham no sentido de favorecê-la e perpetuá-la.

Podemos entender a primeira relação quando introduzimos dois elementos necessários à compreensão das relações de intercâmbio: a divisão social do trabalho e o nível de desenvolvimento das forças produtivas.

Sem divisão social do trabalho não há intercâmbio, pois não tem sentido que as pessoas intercambiem entre si as mesmas coisas. Supõe-se necessariamente que, quando existe intercâmbio, existem atividades econômicas distintas e especializações relativas entre os agentes que entram em relação através do comércio.

A mesma premissa tem que se dar quando se refere ao intercâmbio mais ou menos permanente entre os povos. Desde o momento em que se supera a pilhagem ou o tributo, como fundamento das relações entre metrópole e colônia, inicia-se um comércio entre ambas que supõe algum tipo de divisão do trabalho entre as mesmas.

Pois bem: aí está uma das chaves das relações de expropriação e de dependência econômica. As especializações das atividades da colônia se dão a partir das necessidades da metrópole. Essa dependência intrínseca do mercado exterior cria um tipo de economia extensiva e monoprodutora, que estimula muito tenuamente a formação de um aparelho produtivo complexo e integrado. De outro lado, para desenvolver o comércio é necessário importar dos países desenvolvidos os produtos mais elaborados, fruto da tecnologia mais moderna e de uma estrutura produtiva complexa. Estamos assim diante de duas especializações produtivas de signo inverso. Uma que conduz à restrição tecnológica e outra que abre espaço às inovações e ao avanço tecnológico.

As remessas de lucros, dividendos, juros etc. exigem a formação de um excedente econômico extremamente elevado. O caráter extensivo e especializado da produção não favorece o avanço tecnológico e sim a acentuação das formas internas de exploração do trabalhador. Em conseqüência, a estrutura e a especialização de produção, as formas de exploração, as formas de expropriação e o mercado internacional se encontram profundamente imbricados e articulados entre si.

A conclusão é, pois, evidente: os países coloniais e dependentes foram levados a especializar-se em atividades produtivas subordinadas ao complexo produtivo dos países metropolitanos ou dominantes. Dessa forma introduzimos um segundo elemento, já destacado anteriormente: o desenvolvimento das forças produtivas.

É evidente que as economias dominantes partem de uma acumulação de riqueza e de capacidade produtiva e tecnológica superior às regiões colonizadas. É esta superioridade que permite sua vitória militar e sua imposição a ferro e fogo sobre as populações indígenas ou africanas

e asiáticas. Com a articulação subordinada dessas regiões à expansão do capitalismo mundial, essa dependência e essa distância se acentuam, ao aumentar a capacidade de acumulação dos centros dominantes, pela via da expropriação colonial e da ampliação do mercado mundial, que estimulou um enorme avanço nas suas forças produtivas internas.

Só escaparam dessa sina as colônias do norte dos Estados Unidos, que se desenvolveram tardiamente, aproveitando-se das brechas do mercado colonial e criando uma vasta exportação para o sul dos Estados Unidos, o México, a América Central e o Caribe. Livres do escravismo e das pressões da Coroa Inglesa, que se voltavam para o sul, os pioneiros do norte puderam gerar e articular de maneira permanente e acumulativa uma economia moderna, que se libertou do jugo colonial, destruiu, através da guerra civil, a oposição liberal sulista da oligarquia agrário-exportadora e conquistou o oeste com todo seu ouro, que canalizaram para seus próprios bolsos e não para as metrópoles, como o fizeram México, Peru, Bolívia e Brasil com suas riquezas minerais no século XVIII. Dessa forma, as relações de dependência aprofundaram as diferenças entre as forças produtivas dos países dominantes e dominados. Os pedidos de ajuda ao exterior e a abertura ao capital forâneo se fazem em nome dessa realidade desigual, que foi um ponto de partida e que se converteu, ao mesmo tempo, num resultado dessas relações. O capital estrangeiro vem trazer a tecnologia, a capacidade produtiva e o produto novo que foram concentrados nos países dominantes em parte como fruto dessa desigualdade. Assim: as relações de dependência não só se reproduzem, mas também se reafirmam e se acrescentam, aumentando ao mesmo tempo as contradições que elas implicam.

Esta foi a consequência da aplicação do modelo de desenvolvimento capitalista dependente no Brasil que se reforçou depois de 1964. As contradições implícitas no modelo se aprofundaram e levaram a uma aguda crise social, econômica e política.

Depois de 20 anos de ditadura e modernização ficamos mais dependentes e mais atrasados tecnologicamente em relação aos centros mais avançados. O fato de que possuímos hoje tecnologias que, no passado, não podíamos alcançar, não representa nada do ponto de vista relativo. Não podemos aspirar ter acesso às tecnologias de ponta que formam a base da nova onda de investimentos internacionais sem um forte enfrentamento com os interesses das corporações multinacionais e dos países dominantes, e sem transformações estruturais internas que convertam em produtivas as enormes massas de desempregados, subempregados, subnutridos e analfabetos criados pelo capitalismo dependente. Avançamos algo do ponto de vista absoluto, mas estamos mais atrasados do ponto de vista relativo. Esta é a dura realidade. A crise econômica e o retrocesso da década de 80 tornou ainda mais agudo este atraso que vem levando o povo brasileiro ao desencanto e ao desespero.

c) As Contradições do Capitalismo Dependente

A constatação de uma dependência crescente de caráter estrutural e acumulativo nos leva a buscar os elementos que explicam essa situação. E constatamos que ela decorre das contradições inerentes ao próprio modelo de desenvolvimento capitalista dependente.

A primeira contradição desse modelo se dá entre a decisão de importar novas tecnologias através da entrada maciça do capital estrangeiro e as limitações que esse capital impõe à sua própria expansão, na medida em que seus custos elevados geram um desequilíbrio cambial a médio e longo prazos. Os pagamentos de royalties e serviços técnicos, as remessas de lucro e outros mecanismos de descapitalização dos países dependentes termina por esgotar o dinamismo do investimento estrangeiro.

Essa contradição se expressa basicamente no déficit inevitável de balança de pagamentos e sua brecha crescente.

Para cobrir esse déficit fez-se necessário o uso do crédito exterior que gerou novos pagamentos de juros e amortizações ao fim de cada ano. Na medida em que persiste o déficit, devido ao seu caráter estrutural, persiste também o crescimento inevitável da proporção do pagamento de juros e amortizações no conjunto do passivo anual. Este processo se acumula durante algumas dezenas de anos até o trauma de uma moratória disfarçada em 1987, no seio de uma grave crise estrutural.

A segunda contradição implícita neste modelo de capitalismo dependente se origina no processo de acumulação interno em relação à divisão internacional do trabalho. Na medida em que avança a produção especializada e voltada para exportação, ela gera um conjunto de demandas que estimulam o desenvolvimento de novos setores econômicos, diversificando necessariamente a estrutura produtiva e gerando fortes pressões no sentido de sua maior integração. Isto é só em parte válido para economias menores e muito dependentes do comércio exterior (como o Chile, por exemplo). Mas é totalmente válido para economias continentais como a brasileira, em que o comércio exterior, apesar de seu papel estratégico na economia nacional, representa uma proporção pequena da renda nacional.

Num país como o Brasil, a riqueza que geram as exportações tende a criar um mercado interno complementar aos setores exportadores. Com o tempo e pelas suas próprias dimensões, este mercado gera condições para uma integração crescente da produção nacional, impulsionando uma cadeia de atividades cada vez mais independentes do impulso inicial, ligado ao setor exportador.

Dessa forma, é quase impossível converter o setor externo num "enclave" fechado em si mesmo, tal como ocorreu em parte nos países menores, exportadores de matérias-primas e produtos agrícolas.

Em conseqüência, o ciclo de expansão exportadora se transforma num pólo de integração econômica nacional, que entra em contradição com as necessidades do setor exportador. Essa

contradição pode não ser antagônica, devido à complementaridade relativa dessas atividades, desde sua origem, mas é uma fonte de confrontações de política econômica, constantes e crescentes.

Por isto, a conversão da economia a novas fases da divisão internacional do trabalho traz sempre consigo, como consequência, uma confrontação entre as forças integradas ao mercado mundial e aquelas voltadas para o mercado nacional, sempre incompleto, insuficiente, deformado e desequilibrado.

Esta contradição esteve na ordem do dia em 1964, quando se defrontaram um caminho nacionalista e democrático que, através das reformas de base, pretendia expandir e aprofundar o mercado interno, e o caminho da dependência, vitorioso no golpe de 1º de abril daquele ano.

Esta situação voltou a se configurar em 1984, quando as consequências do desenvolvimento capitalista dependente imobilizou o crescimento econômico e exigiu para seu prosseguimento, ou novos passos na direção de uma maior especialização e envolvimento da economia nacional no mercado mundial, adequando-se a uma nova fase da divisão internacional do trabalho³⁸, ou uma alternativa voltada para o mercado interior.

Trata-se de ajustar a própria industrialização local à demanda dos centros hegemônicos, que abandonam cada vez mais as atividades manufatureiras tradicionais, para especializar-se na chamada terceira onda³⁹ e na revolução científico-tecnológica. Nessa nova estrutura industrial, ou terceira revolução industrial, os países centrais se especializam nas atividades de pesquisa e

³⁸ As tendências a uma nova etapa de divisão internacional do trabalho com uma acentuação das exportações industriais dos países periféricos foi analisada por nós no fim da década de 60 (veja-se notas (3) e (4) e hoje são já reconhecidas por vários estudos entre os quais se destacam os de Fröbel, Heinrichs e Kreie, *La Nueva División Internacional del Trabajo*, Siglo XXI, 1980 e a tese doutoral de Álvaro Briones, sobre a crise capitalista e a divisão internacional do trabalho. UNAM, México, 1980. Hoje a afirmação dos Tigres Asiáticos criou uma enorme literatura sobre o tema. O ridículo contudo é que grande parte dela apresenta este fenômeno que previmos em 1967 como uma demonstração do fracasso da "teoria da dependência"

³⁹ A tese da Terceira Onda civilizacional se popularizou com o livro de Alvin Toffler, **A Terceira Onda**, Editora Record, Rio 1980. Sobre o tema da revolução científico-técnica publicamos **Revolução Científico Técnica e Capitalismo Contemporâneo**. Editora Vozes, Petrópolis. 1983 e **Revolução Científico-Técnica e Acumulação de Capital**, pela mesma editora, 1987. Nestes livros e outros posteriores demonstramos porque é mais correio o conceito à revolução Científico-Técnica do que outros que se limitam a aspectos específicos desta mudança global das forças produtoras. Veja-se também nosso livro **Forças Produtivas e Relações de Produção**, Vozes 1985

desenvolvimento e produtivas ligadas à tecnologia de ponta, deslocando para outros países as atividades industriais tradicionais. Estes setores que se deslocam dos países centrais para o exterior, buscando uma estrutura de custos ótima, representam importantes atividades produtivas, mas é necessário fazer algumas qualificações.

A complexidade das forças produtivas modernas permite separar a confecção de um produto em várias etapas, diferenciadas em unidades de produção distintas, espalhadas nacional e internacionalmente segundo interesses financeiros, isenções fiscais, mão-de-obra barata e especializada etc. Este fenômeno foi definido por nós como o desenvolvimento de um "complexo produtivo".

Inclui-se entre os setores em deslocamento para o Terceiro Mundo a indústria siderúrgica, a de máquinas-ferramentas, a de motores de automóveis, a de navios, parte da eletrônica das indústrias de consumo final (têxteis, confecções, alimentícias etc).

Seria assim viável um significativo aparelho produtivo industrial nos países de desenvolvimento médio voltado para os mercados norte-americanos, europeu e japonês. Uma função que a Europa e o Japão cumpriram em parte depois da II Guerra Mundial e as chamadas plataformas de exportação cumprem ainda. Em consequência, as economias hoje desenvolvidas poderiam avançar mais livre e rapidamente para estágios superiores de desenvolvimento científico-tecnológico, integrando-se plenamente na chamada terceira onda civilizatória.

Vemos assim que o dilema de uma orientação econômica voltada para o mercado externo ou interno já vivido pela América Latina e o Brasil em particular, nos meados do século XIX, recria-se em novos níveis na etapa atual, com consequências sociais e políticas de grande alcance histórico.

Tais circunstâncias são consequências da época em que as nações subdesenvolvidas emergiram para o desenvolvimento. O alto grau de avanço das forças produtivas transforma a cada dia a

economia mundial numa realidade produtiva complexa, onde desaparecem os espaços para um capitalismo nacional.

Os países que se integram nessa economia internacional sem ter completado o desenvolvimento do seu mercado interno, da organização e da educação de sua força de trabalho, e sem ter integrado automaticamente seu sistema produtivo, são necessariamente arrastados, aos saltos, para novas etapas de concentração produtiva, centralização de decisões e para uma distribuição regressiva de renda que economicamente mantêm marginalizadas massas gigantescas de sua população.

Estas tendências são ainda mais graves, contraditórias e irracionais, numa Nação continental como o Brasil, cujas riquezas matérias são abundantes.

IV - Concentração e centralização produtiva e da renda e marginalização

Vimos no capítulo anterior como a nova fase de desenvolvimento capitalista dependente adotada depois de 1964 integra um sistema produtivo, ainda incipiente, num processo de decisões altamente concentrado e centralizado internacionalmente, estimulando a concentração e centralização no nível interno.

Para compreendermos em toda extensão esse problema devemos analisar também as características do mercado interno que se forma em tais condições.

Há uma relação contraditória entre o mercado interno e o sistema de produção. Neste, imperam as grandes unidades produtivas geradas não pelas condições do mercado interno e sim pelo nível de desenvolvimento tecnológico do sistema produtivo internacional.

Para operar lucrativamente num mercado interno restrito, essas empresas necessitam de proteção cambial ou reserva de mercado que lhes assegurem preços monopólicos. Dessa forma, a concentração econômica e o monopólio que são o resultado do desenvolvimento capitalista e das forças produtivas nos países centrais são aqui a pré-condição do desenvolvimento econômico.

Nas condições desses investimentos altamente concentrados impõem-se um tipo de tecnologia e um modelo de acumulação de capital que excluem as pequenas e médias empresas e restringem o universo empresarial às grandes empresas internacional, locais ou estatais.

Esta concentração precoce da produção e da tecnologia restringe a capacidade de absorção de trabalhadores assalariados, ao mesmo tempo em que destrói formas produtivas mais arcaicas, liberando grandes massas de mão-de-obra.

Ocorre, em conseqüência, uma desocupação crescente de mão-de-obra, a qual torna-se ainda mais aguda na medida em que esta população expulsa do campo para os grandes centros urbanos mantém seus hábitos tradicionais de natalidade ao mesmo tempo que diminui a mortalidade infantil, o que provoca uma verdadeira explosão populacional.

A confluência de mão-de-obra rural, liberada pela penetração do capitalismo no campo, de setores artesanais e de pequenos e médios proprietários, substituídos pela modernização industrial, com uma população jovem, resultante do crescimento populacional urbano, aumenta a sobrepopulação relativa, cria-se então uma desocupação aberta e, sobretudo, uma sub-ocupação disfarçada que pressiona sobre a população empregada reduzindo seu poder de negociação e arrastando para baixo os níveis salariais. Forma-se um vasto sistema econômico submerso de contrabando e outras atividades não-legalizadas e até criminosas (como a prostituição, o jogo e a droga) que dão origem à hoje famigerada "economia informal", contada na deplorável linguagem dos documentos de economia e sociologia oficiais e oficiosos.

Convergem assim os baixos salários e a marginalização sócio-econômica ao lado da concentração econômica, provocando, em conseqüência, uma violenta regressão da distribuição da renda.

A concentração da renda gera, por outro lado, uma demanda de bens de consumo de luxo e tecnologicamente sofisticados consumidos por uma população de alta renda, cujos hábitos se

aproximam da média dos Estados Unidos, Europa ou Japão. Dessa forma, reforça-se a tendência de atrair as corporações multinacionais que dominam essa tecnologia sofisticada e que encontram um mercado em expansão nos países do Terceiro Mundo. Ao mesmo tempo, estanca-se a produção dos bens consumidos pelas grandes massas, em geral de fabricação ou produção agrícola local em empresas familiares, pequenas ou médias. Deprime-se em consequência a produção artesanal e tradicional, desempregam-se novos fatores e aumentam as populações marginais, sem condições de produzir, sem meios para consumir e ver atendidas suas necessidades básicas.

Estabelece-se assim uma relação estreita contraditória e complementar entre:

- a) produção orientada para o mercado internacional;
- b) concentração de produção e monopólio ;
- c) concentração da renda;
- d) consumo de produtos de luxo e tecnologicamente sofisticados;
- e) estímulo às indústrias de tecnologia sofisticada;
- f) importação de tecnologia;
- g) desenvolvimento do capital internacional e das grandes empresas;
- h) relação privilegiada com o mercado internacional;
- i) repete-se o modelo acrescentado (feedback).

Este esquema exclui contudo as grandes massas prejudicadas pelo modelo:

a) os pequenos e médios proprietários urbanos e rurais impedidos de desenvolver uma tecnologia própria e sustentar um processo de acumulação de capital;

b) os assalariados (exceto uma camada diminuta de profissionais de alto nível e de técnicos escassos no mercado) que se vêem diminuídos na sua capacidade reivindicativa pela insuficiente demanda de

mão-de-obra, ao lado de massas de trabalhadores sobrantes (exército industrial de reserva direto e indireto);

c) as massas de autônomos pobres, subempregados e desempregados que necessariamente se agigantam no sistema de acumulação de capital dependente e subordinado ao mercado internacional.

Como se vê, os setores que mais crescem em termos de população são os que mais se debilitam em termos econômicos. Esta contradição é um elemento fundamental do desenvolvimento dependente e cria e recria as estruturas de subdesenvolvimento.

Pois trata-se claramente de uma contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas, que permite um aumento importante do ingresso geral e em particular de certos setores, e as relações de produção, que barram o avanço dessas forças produtivas e o acesso da maioria da população aos seus frutos.

Isto representa inegavelmente uma enorme perda e desgaste da principal força produtiva que é a população, o ser humano. Essas enormes massas de seres humanos estão impedidas de converter-se em entes produtivos, alimentar-se, educar-se e produzir bens e serviços que elevariam de muitas vezes a capacidade produtiva da humanidade.

Esta contradição deixa assim de ter um caráter local, apesar de manifestar-se numa luta de nação contra interesses alheios ao seu desenvolvimento. Ela é, de fato, uma contradição em escala planetária que põe em risco a própria sobrevivência da humanidade.

Não é pois sem razão que ela se expressa em nossos dias sob a forma da idéia de um novo sistema econômico mundial.

Contudo, o capital internacional elaborou sua própria proposta de uma nova ordem internacional baseada numa nova divisão internacional do trabalho, que eleva a novos níveis o consumo de setores restringidos das populações do 3º Mundo e reproduziu, em novas condições e

em escalas muitas vezes superior, as contradições atuais com grandes massas populacionais desses países.

V - Forças sociais e modelos de desenvolvimento

O conceito de modelos de desenvolvimento pretende sugerir a existência ou a possibilidade de distintos arranjos de forças sociais, processos de acumulação e estruturas econômicas nos países capitalistas subdesenvolvidos. Num sentido, pode-se encontrar estas composições sócio-econômicas distintas por períodos históricos concretos, com resultados econômicos distintos. Isto não significa contudo que todas essas opções tenham condições de sustentar-se historicamente.

A internacionalização das economias nacionais vai, apesar de suas diferenças histórico-sociais originárias, produzindo uma certa uniformização das economias nacionais, sob o efeito cada vez mais poderoso das forças produtivas, seus meios de transporte e comunicação. As relações de produção capitalista e as estruturas históricas com as quais se associou, necessária ou acidentalmente, tendem a converter-se em padrões do comportamento de toda a humanidade, com maiores ou menores resistências, a nível nacional ou local.

Muitos elementos culturais originados fora do modo de produção capitalista são irredutíveis e não podem assimilar-se a essa expansão, outros tantos contudo se adaptam e se ajustam às novas realidades do capitalismo contemporâneo. Muitos traços culturais que identificamos com o capitalismo são produtos de circunstâncias históricas (o famoso esquema comportamental puritano, por exemplo, já foi suplantado por tipos de comportamento muito diferentes e está completamente fora de época como modelo de comportamento do atual capitalismo monopolista do estado e consumista).

Em cada país e em cada região produzem-se estruturas sociais específicas⁴⁰ ou combinações histórico-concretas de elementos sociais. Se queremos estudar a evolução histórico-concreta de um

⁴⁰ O conceito de estrutura social foi muito discutido nas décadas de 60 e 70, oscilando entre uma versão nominalista

país determinado temos que apreender essa univocidade. Contudo, essas especificidades, que dão sentido às tomadas de decisão concretas, se inscrevem em leis históricas e tendências de desenvolvimento mais gerais com as quais se articulam num processo dialético.

A história concreta, o concreto histórico, é pois o produto dessa articulação entre as leis gerais de desenvolvimento dos

modos de produção históricos com sobrevivência de outros modos de produção e a ação de fatores culturais e sócio-econômicos específicos.

Por isso, a história é aberta e o conhecimento de suas leis gerais não permite descrever o concreto e prever o desenlace de cada situação. Somente a análise concreta da realidade concreta permite resolver as questões colocadas no plano teórico como leis e tendências puras.

Quando lançamos nossas vistas para um país como o Brasil, apesar de seu caráter paradigmático já assinalado, podemos constatar uma confrontação histórica entre os modelos possíveis e prováveis.

De fato, existem modelos alternativos de desenvolvimento capitalista aquele que vem-se impondo desde 1964 e que descrevemos anteriormente. Existem inclusive forças sociais capazes de formulá-los e apoiá-los. Contudo é necessário analisar concretamente se tais modelos são viáveis historicamente nas condições sócio-econômicas reinantes no país e no mundo.

Podemos distinguir no país e na América Latina três grandes forças sociais capazes de elaborar modelos próprios de desenvolvimento⁴¹:

(estrutura como modelo abstraio à Levy-Strauss) ou como realidade ontológica (à Georges Gurvitch). Na década de 80 o estruturalismo ahistórico tomou conta da produção intelectual, levando-a à mais banal mediocridade e a um formalismo só conhecido durante a dominação do Iomismo na Idade Média.

⁴¹ Este tema já foi abordado por nós anteriormente. Veja-se **Imperialismo e Dependência**, Editora Era, México, 1976, terceira parte. Veja-se **Dependência Y Cambio Social**, CESO, Santiago, 1971

a) o grande capital internacional e nacional cujo modelo está em vigor com as contradições que analisamos e com as soluções temporárias que oferece e que, como vimos, elevaram estas contradições a novos níveis;

b) o capitalismo de Estados que - como vimos também - pode sustentar uma política de desenvolvimento e que teria como base social uma burguesia local, uma burocracia de alto nível (civil e militar) e uma tecnocracia. Esses grupos sociais não dispõem contudo de condições para sustentar uma autonomia ideológica e política pois lhe falta o poder econômico-social para reproduzir-se como grupos sociais sem reproduzir ao mesmo tempo o grande capital. Para superar essa limitação estrutural, essas forças sociais buscam atrair os grandes capitalistas nacionais e a pequena e média burguesia para seu projeto sócio-econômico. Encontram contudo, a barreira dos vínculos históricos, tecnológicos, financeiros e de mercado entre o grande capital internacional e o nacional que já não permitem o este último aspirar um desenvolvimento autônomo. Restaria a possibilidade de apoiar-se em forças políticas populares. A história tem mostrado, contudo, que as camadas sociais que pretendem desenvolver um regime hegemônico do capitalismo de Estado tendem, em geral, a um comportamento autoritário e não confiam em fórmulas políticas baseadas em mobilizações populares. Isto se explica em parte pela sua dificuldade de estabelecer um limite para tais mobilizações que tendem a ultrapassar os marcos do capitalismo de Estado.

De um lado, o capital monopolista pode e necessita atrair o capitalismo de Estado para servir 'as suas necessidades de acumulação'⁴². De outro lado, as massas trabalhadoras buscam orientar o capitalismo de Estado no sentido de atender suas necessidades de consumo⁴³. Entre essas duas

⁴² A presença e utilização do Estado pelo grande capital ao ponto de constituir-se uma quase fusão entre os dois e de dar origem e uma etapa histórica superior do modo de produção capitalista se cristalizaram no conceito de capitalismo monopolista de Estado, hoje em desuso. Veja-se nosso livro. *As Teorias do Capitalismo Contemporâneo*, Ed. Vega, Belo Horizonte 1983 onde estudamos as teorias do capitalismo monopolista de Estado.

⁴³ A questão do possível caráter socialista de um regime de capitalismo de Estado hegemônico vem sendo objeto de ampla discussão histórica. Já em 1917 correntes importantes da social-democracia identificavam o regime econômico-social criado pela hegemonia Bolchevique sobre a revolução russa como um capitalismo de Estado. Posteriormente o conceito é retomado para explicar outras experiências bastante diferentes. O conceito de capitalismo de Estado, foi usado também para explicar as situações neocoloniais da África. A dissolução do bloco Soviético e da própria URSS e

grandes forças sócias que atuam de fora para dentro do Estado para ajustá-lo aos seus interesses, o modelo de um capitalismo de Estado puro estaria necessariamente cancelado como possibilidade histórica permanente. Isto não quer dizer que, na realidade concreta, não funcione como um dado permanente e um fator da luta social. E viste por parte das forças sociais que aspiram a hegemonia desse modelo a tendência sempre presente de sustentá-lo como uma alternativa histórica permanente. Tanto o grande capital monopolista como os setores populares necessitam do capitalismo de Estado, como instrumento de seus próprios projetos hegemônicos. Por isso, ele emerge sempre dando origem a uma ilusão de autonomia, sempre renovada.

c) as forças populares são um conceito amplo que inclui o conjunto das classes e grupos sociais dominados na América Latina. Sua expressão mais moderna são os operários e trabalhadores assalariados urbanos.

Seu projeto histórico se desenvolve, em conseqüência, através da busca ou criação das condições sócio-econômicas e políticas capazes de gerar um desenvolvimento econômico-social capaz de atender as necessidades básicas de uma vasta população de despossuídos e promover sua integração social e seu desenvolvimento humano e profissional.

Nesse sentido, elas tendem a formular um modelo de desenvolvimento baseado na propriedade coletiva e no planejamento econômico, socialismo, que aparece como o instrumento histórico para a resolução das grandes questões insolúveis desses países:

a) a soberania nacional e o domínio e uso de suas próprias riquezas para atender as necessidades do seu povo;

b) a justiça social . o direito ao trabalho e a distribuição eqüitativa da riqueza de forma a permitir o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas e produtivas da população;

c) a reforma agrária como condição para o pleno desenvolvimento das forças produtivas, do mercado interno e do trabalhador rural;

d) a afirmação educacional e cultural das vastas populações marginalizadas, embrutecidas pela super-exploração de trabalho, de um lado, o desemprego e o analfabetismo de outro;

e) a moralização e a articulação do Estado com essas forças populares através do desenvolvimento de uma democracia popular e participativa capaz de sustentar e implementar esse modelo de desenvolvimento.

A história do Brasil e, da América Latina dos próximos anos deverá escrever-se como resultado do embate entre essas forças sociais e seus projetos e modelos de desenvolvimento sócio-econômico e organização do Estado para cumpri-los⁴⁴.

De um lado, a afirmação do Estado se faz como reforço à dependência, à concentração e centralização econômica e a indiferença pela sorte dessas crescentes massas marginais. Para sustentar tal projeto o Estado necessita de um enorme poder de repressão e/ou manipulação que se expressam nas fórmulas fascistas e/ou autoritárias do Estado. A proposta neoliberal buscou contudo debilitar este Estado nacional e apossar-se da grande parte de suas riquezas para alimentar uma expressão capitalista nova num quadro global de recessão.

De outro lado, a afirmação dos interesses das classes subordinadas e dominadas exige um modelo de desenvolvimento baseado na soberania nacional, nas reformas estruturais e na utilização dos recursos do Estado para a satisfação das necessidades das grandes massas sociais.

Para alcançar tais fins, as forças sócias que sustentam este modelo de desenvolvimento necessitam de um Estado democrático permeável à sua pressão e à sua organização.

⁴⁴ Um grande esforço de compilação, análise e síntese desses movimentos populares vem sendo realizado pelo projeto sobre "Perspectivas da América Latina" sob a direção de Pablo Gonzales Casanova e sob o patrocínio da Universidade das Nações Unidas. Sobre o Brasil veja-se os trabalhos reunidos no n° 2 número da revista *Política e Administração*, da FESP, a sair em 1985.

As fórmulas intermediárias como um capitalismo de Estado reformista esbarram na sua indefinição entre um Estado repressivo, que contenha as aspirações majoritárias e que termina sob o controle do grande capital, ou um Estado democrático que, sob a pressão do movimento popular, tenderá a seguir o caminho socialista que elas vêm desenhando no seu horizonte histórico.

Dessa maneira, a questão do Estado e das formas de poder e de luta que se expressam em confrontações de modelos, estratégias e táticas políticas cada vez mais aguçadas e vigentes estabelecem um vasto campo de estudo e de ação que enriquece enormemente o horizonte das ciências sociais no Brasil e na América Latina⁴⁵.

⁴⁵ Sobre o tema, além do Socialismo o Fascismo em suas várias edições já citadas e outras obras nossas, gostaríamos de destacar o nosso livro publicado pela Editora Vozes: **O Caminho Brasileiro Para o Socialismo**.

As Reformas de Base na Era Jango by As Reformas de Base na Era Jango is licensed under a Creative Commons Atribuição- Uso Não-Comercial-Vedada a Criação de Obras Derivadas 2.5 Brasil License.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)